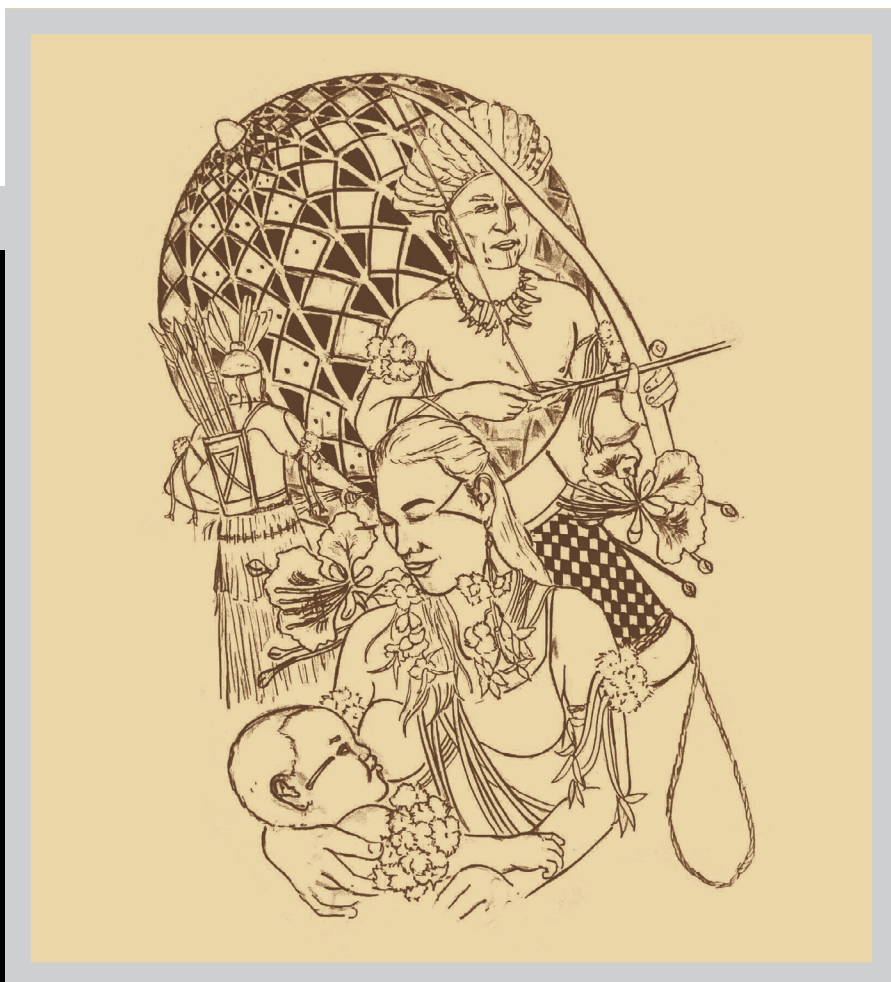


SER Social

Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL



Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília (UnB)

SER Social

Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

© Copyright by *SER Social (versão eletrônica)*

Todos os direitos editoriais são reservados para a Revista SER Social. Nenhuma parte da revista pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida por quaisquer meios ou formas existentes ou ser criada sem a prévia permissão por escrito da Comissão Editorial ou sem constarem os créditos de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil. As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão, a adequação e a procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial. SER Social – Periódico Semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB).

Editora-Chefe

Lucélia Luiz Pereira, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil

Comissão Editorial

Camila Potyara Pereira, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil

Cristiano Guedes de Souza, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil

Hayeska Costa Barroso, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil

Lucélia Luiz Pereira, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Editorial

Ana Elizabete Mota (UFPe/Recife-Brasil)

Denise Bontempo Birche de Carvalho (Professora Emérita da UnB/Brasília-Brasil)

Domenico Carrieri (Università degli Studi di Roma “La Sapienza”/Roma-Itália)

Elaine Rosseti Behring (UERJ/Rio de Janeiro-Brasil)

Fernanda Rodrigues (Universidade do Porto/Porto-Portugal)

Graciela di Marco (Universidad Nacional San Martín/Buenos Aires-Argentina)

Ivanete Boschetti (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil)

Ivete Simionato (UFSC/Santa Catarina-Brasil)

Jorge Luis Acanda (Universidad de La Habana/Habana-Cuba)

José Geraldo de Sousa Júnior (UnB/Brasília-Brasil)

Luis Moreno (Instituto de Políticas y Bienes Públicos/Madrid-Espanha)

Maria Carmelita Yazbeck (PUC/São Paulo-Brasil)

Peter Abrahamson (University of Copenhagen/Copenhagen-Dinamarca)

Vicente Faleiros (Professor Emérito da UnB/Brasília-Brasil;UCB/Brasília-Brasil)

Yolanda Guerra (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil)

Equipe de apoio: Rebeca Loiola Vieira (Estagiária)

Revisão gramatical: Paulo Henrique de Castro (Books Maze Publishing House)

Diagramação e programação visual: Books Maze Publishing House

Imagem da capa: obra sem nome.

Artista: Brenno Amajunepá (@brennoamaju)

SER Social

Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL | TRADITIONAL PEOPLES AND SOCIAL POLICY

EDITORIAL

Políticas sociais e direitos para povos e comunidades tradicionais

Lucélia Luiz Pereira

Camila Potyara Pereira

Cristiano Guedes de Souza

Hayeska Costa Barroso

291

ARTIGOS TEMÁTICOS | THEMATIC ARTICLES

Resistências de povos e comunidades tradicionais ante o Estado e a colonialidade
/ Resistance of traditional peoples and communities to the State and coloniality /
Resistencia de los pueblos y comunidades tradicionales al Estado y la colonialidad

Josiane Carine Wedig

João Daniel Dorneles Ramos

295

Derramamento de petróleo e responsabilização do Estado: desafios da pesca
artesanal em Pernambuco/Brasil / Oil spill and State accountability: challenges of
artisanal fishing in Pernambuco/Brazil / Derrame de petróleo y responsabilidad
del Estado: desafíos de la pesca artesanal en Pernambuco/Brasil

Priscylla Alves Nascimento de Freitas

Rafaella Miranda Machado

Evelyn Siqueira da Silva

Mariana Olívia Santana dos Santos

Idê Gomes Dantas Gurgel

314

Caiçaras e quilombolas da Bocaina: conflitos na implementação de direitos
e sustentabilidade / Caiçaras and quilombolas from Bocaina: conflicts in the
implementation of rights and sustainability / Caiçaras y quilombolas de Bocaina:
conflictos en la implementación de derechos y sostenibilidad

Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato

Jeni Vaitsman

Nathalia Silva Duarte

Rômulo Paes de Sousa

341

Os profissionais indígenas da área da educação no Norte do Paraná e a carta de anuência / Indigenous professionals in the area of education in Northern Paraná and the letter of consent / Profesionales indígenas en el área de la educación en el norte de Paraná y la carta de consentimiento

Wagner Roberto do Amaral

Isabela de Barros Vilas Boas

363

O cuidado em saúde e a dança: vivências de jovens mulheres quilombolas / Health care and dance: experiences of young quilombola women / Salud y danza: experiencias de jóvenes quilombolas

Milena de Siqueira Nolasco

Liliane Santos Pereira Silva

Mayk Andreele do Nascimento

384

ENTREVISTA TEMÁTICA | THEMATIC INTERVIEW

Povos indígenas brasileiros, direitos sociais e descolonização da Funai / Brazilian indigenous peoples, social rights and Funai's decolonization / Pueblos indígenas brasileños, derechos sociales y descolonización de la Funai

Entrevistadores: Lucélia Luiz Pereira e Cristiano Guedes de Souza

Entrevistada: Joenia Wapichana

403

ARTIGOS DE TEMAS LIVRES | FREE THEME ARTICLES

Crise do capital e governo Bolsonaro: impactos sobre a saúde pública brasileira / Capital crisis and Bolsonaro government: impacts on Brazilian public health / Crisis de capital y gobierno de Bolsonaro: impactos en la salud pública brasileña

Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira

410

Racismo e baixa escolaridade: relação com os óbitos da pandemia de Covid-19 / Racism and low education: relationship with deaths from the Covid-19 pandemic / Racismo y baja educación: relación con las muertes por la pandemia de Covid-19

Flaviany Marques Ferraz Saraiva

Sônia Bessa da Costa Nicacio Silva

João Gabriel Nunes Modesto

430

Contradições e potências da Reforma Sanitária: análise crítica do período 1960-2018 / Contradictions and strengths of the Sanitary Reform: critical analysis of the period 1960-2018 / Contradicciones y fortalezas de la Reforma Sanitaria: análisis crítico del período 1960-2018

Gabriel Alves Godoi

Miriam Cristiane Alves

451

Uberização: das desregulamentações trabalhistas ao aprofundamento da precarização dos entregadores de aplicativos / Uberization: from labor deregulations to the deepening precariousness of app delivery people / Uberización: de las desregulaciones laborales a la profundización de la precariedad de los repartidores de apps

Ariadne Samila Martins de Oliveira

Nathalia Tamiris Carvalho de Luna

472

Mulheres presas e mercados de drogas: efeitos da crise global capitalista / Imprisoned women and drug markets: effects of the global capitalist crisis / Mujeres encarceladas y mercados de drogas: efectos de la crisis capitalista global

Joana das Flores Duarte

490

RESENHA | REVIEW

Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas / Quilombolas women: territories of black female existences / Mujeres quilombolas: territorios de existencias femininas negras

Dalila Maria de Fátima Lisboa

510

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES E TESES | ABSTRACTS OF DISSERTATIONS AND THESES | RESÚMENES DE DISERTACIONES Y TESIS

516

CONSULTORES(AS) AD HOC DA SER SOCIAL | SER SOCIAL AD HOC CONSULTANTS

539

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

EDITORIAL

Políticas sociais e direitos para povos e comunidades tradicionais

A Revista SER Social traz, nesta edição inédita, artigos temáticos sobre populações tradicionais e políticas sociais no Brasil. No artigo 3 do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, os povos e as comunidades tradicionais são compreendidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Entre a diversidade de povos e comunidades tradicionais do Brasil estão desde os povos originários indígenas até quilombolas ancestrais e um conjunto diverso de comunidades que assim se autorreconhecem e são reconhecidas, tais como: andirobeiras, apanhadores de sempre-vivas, caatingueiros, caiçaras, castanheiras, catadores de mangaba, ciganos, cipozeiros, extrativistas, faxinalenses, fundo e fecho de pasto, geraizeiros, ilhéus, isqueiros, morroquianos, pantaneiros, pescadores artesanais, piaçaveiros, pomeranos, povos de terreiro, quebradeiras de coco babaçu, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros e vere-deiros, dentre outros.

Os povos tradicionais em geral se destacam por sua relação com a terra, a fauna e a flora brasileira, cuja profunda identificação com natureza é também baseada em práticas econômicas sustentáveis compatíveis com a preservação do meio ambiente e fundamenta os aspectos culturais, econômicos, religiosos e sociais de suas comunidades. Neste sentido, os povos tradicionais, com os seus movimentos sociais, estão em constante luta pela defesa de seus territórios, de seus direitos sociais e de uma vida pautada pelo respeito à diversidade étnica e cultural, pela preservação do meio ambiente e de seus recursos naturais e pelo enfrentamento contra as práticas capitalistas hegemônicas. A luta pela terra está no centro das reivindicações dos movimentos sociais de povos tradicionais brasileiros, com destaque para a luta dos povos indígenas, que estão sob a ameaça do capital financeiro, correndo o risco de perder territórios, em razão do debate sobre a proposta inconstitucional para se estabelecer um “marco temporal”.

Este número da Revista SER Social traz artigos originais baseados em pesquisas empíricas e teóricas sobre povos e comunidades tradicionais, suas reivindicações e contribuições epistemológicas no campo dos direitos sociais e das políticas sociais brasileiras. Assim, a presente edição é composta por cinco artigos temáticos. O primeiro artigo, intitulado: “*Resistências de povos e comunidades tradicionais ante o Estado e a colonialidade*”, dos autores Josiane Carine Wedig e João Daniel Dorneles Ramos, discute de que forma o colonialismo opera formas de violência sobre os povos e as comunidades tradicionais. A pesquisa de campo envolveu uma organização que agrega indígenas, quilombolas, faxinalenses, cipozeiros, pescadores artesanais e benzedeiros, com o intuito de compreender suas formas de resistência à colonialidade.

O segundo texto, “*Derramamento de petróleo e responsabilização do Estado: desafios da pesca artesanal em Pernambuco/Brasil*”, das autoras Priscylla Alves Nascimento de Freitas, Rafaella Miranda Machado, Evelyn Siqueira da Silva, Mariana Olívia Santana dos Santos e Idê Gomes Dantas Gurgel, discorre sobre o derramamento de petróleo no litoral do Nordeste brasileiro, trazendo o debate sobre as limitações das políticas de apoio à pesca artesanal no País.

Com base em revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com representantes das comunidades, o terceiro artigo, denominado: “*Caiçaras e quilombolas da Bocaina: conflitos na implementação de direitos e sustentabilidade*”, dos autores Lenaura Lobato, Rômulo

Paes Sousa, Jeni Vaitsman e Nathalia Duarte, debate os conflitos relacionados ao acesso ao território, aos recursos naturais e aos serviços públicos presentes na região da Bocaina (que compreende partes do Estado do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo). O texto mostra os riscos trazidos aos modos de vida, à sustentabilidade e à preservação da biodiversidade na região, devido aos limites na execução das políticas públicas de proteção e defesa dos territórios das comunidades.

O quarto artigo, intitulado: “*Os profissionais indígenas da área da educação no Norte do Paraná e a carta de anuência*”, dos autores Wagner Roberto do Amaral e Isabela de Barros Vilas Boas, discute, a partir de revisão bibliográfica, levantamento documental e entrevistas, a visão dos profissionais indígenas acerca da carta de anuência, componente dos processos seletivos para seleção, contratação e atuação nas escolas estaduais indígenas no Norte do Paraná. O trabalho analisa o protocolo de forma crítica e debate a garantia do direito dos profissionais indígenas nas escolas, apontando a necessidade de concurso público específico para professores indígenas.

A partir de pesquisa qualitativa em comunidade do sertão alagoano, com uso do diário de campo, observação participante e grupos focais, o quinto artigo, “*O cuidado em saúde e a dança: vivências de jovens mulheres quilombolas*”, dos autores Milena de Siqueira Nolasco, Lillianne Silva e Mayk Andreele do Nascimento, traz uma discussão sobre as estratégias de resistência e os cuidados em saúde de mulheres jovens por meio da dança, diante da insuficiência de políticas de saúde no quilombo. Além disso, aborda uma dimensão de fortalecimento dos movimentos corporais, em grupo, como um modo de viver vinculado à ancestralidade.

Encerrando a seção temática, a edição traz a entrevista, intitulada: “*Povos indígenas brasileiros, direitos sociais e descolonização da Funai*”, realizada pela professora Lucélia Pereira e pelo professor Cristiano Guedes de Souza com a presidenta da Funai, Joenia Wapichana, primeira mulher indígena eleita deputada federal no Brasil e também a primeira indígena a ser presidente da Funai, desde a sua criação, no final da década de 1960. A entrevista apresenta as principais pautas de reivindicações do movimento social indígena e o processo de reconstrução da Funai, para o cumprimento de seu papel institucional. Além disso, alerta para a urgência do Estado brasileiro no sentido de defender direitos, reconstruir políticas e fortalecer as instituições voltadas à preservação dos povos indígenas.

Na seção de temas livres, a Revista SER Social traz cinco artigos. Três deles abordam mais especificamente a política de saúde. São eles: *“Crise do capital e governo Bolsonaro: impactos sobre a saúde pública brasileira”*, *“Racismo e baixa escolaridade: relação com os óbitos da pandemia de Covid-19”* e *“Contradições e potências da Reforma Sanitária: análise crítica do período 1960-2018”*. O quarto artigo analisa a política de trabalho e o fenômeno da precarização profissional, com o título: *“Uberização: das desregulamentações trabalhistas ao aprofundamento da precarização dos entregadores de aplicativos”*. Para finalizar, apresentamos o quinto artigo, intitulado: *“Mulheres presas e mercados de drogas: efeitos da crise global capitalista”*.

Por fim, na última seção da revista, apresentamos a resenha, elaborada por Dalila Maria de Fátima Lisboa, do livro: *“Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas”*, organizado por Selma dos Santos Dealdina. Dando protagonismo às narrativas das mulheres quilombolas, a obra aborda uma diversidade de temas, tais como o direito ao território, a luta e a resistência, a proteção à identidade étnica, o racismo ambiental, as mulheres quilombolas como guardiãs da cultura afro-brasileira, o acesso à universidade e os saberes tradicionais, dentre outros.

Com esta edição, a Revista SER Social espera contribuir para que os leitores desenvolvam reflexões sobre as demandas dos povos e das comunidades tradicionais. Além disso, espera também dar visibilidade à importância de que o Estado assuma o seu compromisso de implementar políticas sociais que protejam os territórios das populações tradicionais, com o devido respeito às suas diversidades e necessidades.

Comissão Editorial

Lucélia Luiz Pereira – Editora

<https://orcid.org/0000-0001-9722-143X>

Camila Potyara Pereira

<https://orcid.org/0000-0003-1117-2468>

Cristiano Guedes de Souza

<https://orcid.org/0000-0001-6908-2604>

Hayeska Costa Barroso

<https://orcid.org/0000-0002-8280-7187>

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Resistências de povos e comunidades tradicionais ante o Estado e a colonialidade

*Resistance of traditional people and communities to the
State and coloniality*

*Resistencia de los pueblos y comunidades tradicionales al
Estado y la colonialidad*

Josiane Carine Wedig¹

<https://orcid.org/0000-0003-4569-6956>

João Daniel Dorneles Ramos²

<https://orcid.org/0000-0001-5531-2325>

Recebido em: 21/12/2022

Aprovado em: 13/07/2023

1 Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Pós-Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (PPGAS/Unicamp). Professora do Departamento de Ciências Humanas e da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGDR/UTFPR). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6707055287046591>>. E-mail: <josiwedig@gmail.com>.

2 Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrado em Sociologia. Doutorado e Pós-Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1237451314892734>>. E-mail: <jodorneles@gmail.com>.

Resumo: Neste artigo, discutimos como o colonialismo operou e segue operando formas de violência sobre os povos e as comunidades tradicionais, coletivos que resistem aos processos de sobrecodificação de seus territórios pelo Estado e pelos detentores do capital e lutam pelo acesso a direitos e pelo reconhecimento de seus modos de existência. Nos últimos anos, foram elaboradas legislações e convenções estaduais, nacionais e internacionais que tratam de questões relativas a tais povos; no entanto, elas não têm garantido que seus territórios sejam demarcados. Pelo contrário: políticas estatais de ampliação do extrativismo e das monoculturas têm avançado, dismantelando seus territórios de vida. A pesquisa etnográfica que dá base a este artigo foi realizada junto à Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná – organização que agrega indígenas, quilombolas, faxinalenses, cipozeiros, ilhéus, pescadores artesanais e benzedeiras –, buscando compreender suas formas de resistência à colonialidade.

Palavras-chave: territórios; colonialismo; governamentalidade; modos de existência.

Abstract: In this article, we discuss how colonialism operated and continues to operate forms of violence against traditional peoples and communities. These collectives resist the overcoding processes of their territories by the State and by capital holders; and fight for access to rights and recognition of their modes of existence. In recent years, legislation and conventions, national and international, have been drawn up that deal with issues related to these peoples, however, they are not guaranteed that their lands will be demarcated. On the contrary, state policies to expand extractivism and monocultures have advanced, dismantling their living territories. The ethnographic research on which this article is based was carried out with the Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná – an organization that brings together indigenous people, quilombolas, faxinalenses, cipozeiros, slanders, artisanal fishermen and healers –, seeking to understand their forms of resistance to coloniality.

Keywords: territories; colonialism; governmentality; modes of existence.

Resumen: En este artículo, discutimos cómo el colonialismo operó y continúa operando formas de violencia contra los pueblos y comunidades tradicionales. Estos colectivos resisten los procesos de sobreco-

dificación de sus territorios por parte del Estado y por accionistas; y luchan por el acceso a derechos y el reconocimiento de sus modos de existencia. En los últimos años se han elaborado legislaciones y convenciones, nacionales e internacionales, que tratan temas relacionados con estos pueblos, sin embargo, no se les garantiza que sus territorios serán demarcados. Por el contrario, las políticas estatales de expansión del extractivismo y los monocultivos han avanzado, desmantelando sus territorios vivos. La investigación etnográfica en la que se basa este artículo se realizó con la Red Puxirão de Pueblos y Comunidades Tradicionales de Paraná, una organización que reúne a pueblos indígenas, quilombolas, faxinalenses, cipozeiros, isleños, pescadores artesanales y curanderos, buscando comprender sus formas de resistencia a la colonialidad.

Palabras clave: territorios; colonialismo; gubernamentalidad; modos de existencia.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisamos aspectos da relação dos povos e das comunidades tradicionais com o Estado, discutindo como a violência colonial operou formas de expropriação territorial, genocídio e escravidão sobre tais coletivos. O acontecimento da “descoberta” da América, em 1492, marca o início de um período de extrativismo dos corpos, das florestas, da terra e dos minérios, que segue em um fluxo cada vez mais amplo e intenso (SVAMPA, 2019). A organização política atual de povos e comunidades tradicionais no Brasil, portanto, nos remete a uma luta de mais de cinco séculos de enfrentamento contra o colonialismo (LANDER, 2005). As resistências dos referidos coletivos ocorreram em diferentes espaços e temporalidades, em que defenderam seus modos de vida diante de uma constante tentativa de apropriação de seus territórios pelo Estado e pelos grupos hegemônicos que concentram capital.

No Brasil, há diversas organizações de povos e comunidades tradicionais que reivindicam do Estado a ampliação de instrumentos jurídicos e de políticas sociais e o reconhecimento de suas territorialidades. Da mesma forma, em vários outros países, povos indígenas, comunidades negras e outros coletivos tradicionais têm se organizado

para reivindicar seus direitos junto aos respectivos Estados nacionais (ESCOBAR, 1999; SVAMPA, 2019). Na análise que segue, consideramos alguns dispositivos legais produzidos, nas últimas décadas, pelo Estado e pelos organismos internacionais, a saber: legislações e convenções que tratam de questões relacionadas aos citados povos, principalmente no que tange aos seus territórios.

Propomos analisar os referidos ordenamentos jurídicos acerca dos povos e das comunidades tradicionais a partir do conceito de *governamentalidade*, que atua por meio da gestão e do avanço das tecnologias de poder e de controle sobre as populações (FOUCAULT, 2008). As regulamentações feitas pelo Estado buscam instituir formas unificadoras, limitantes e normatizadoras sobre a vida e sobre os territórios de tais coletivos, que são, em geral, elaboradas sem a participação das partes interessadas. Frequentemente, ocorre a tentativa de desmonte dos modos de existência dos povos da terra, visto que, sobre eles, é imposto outro tipo de codificação, regido pelo Estado, que integra as terras desses coletivos à propriedade privada, aos títulos fundiários e ao mercado (KRENAK, 2019).

A análise que aqui apresentamos é o resultado de uma pesquisa etnográfica, realizada junto à Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná (WEDIG, 2015), que foi desenvolvida a partir da observação participante, pois frequentamos o campo de forma regular durante os anos de 2012 a 2014, buscando saber “quem são e o que fazem os atores, por que e como, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações” (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011, p. 10). Participamos das reuniões bimestrais da Rede Puxirão, que ocorreram na sede da Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Rureco), no município de Guarapuava (PR). Além disso, acompanhamos outras reuniões locais, regionais, nacionais e internacionais das quais participavam lideranças de povos e comunidades tradicionais do País.

Entendemos que as reuniões criam espaços de sociabilidade, que contribuem para a consolidação de redes de relações das organizações (COMERFORD, 1999). Nelas, realizam-se trocas de experiências e estabelecem-se relações de alteridade, em que diferentes perspectivas e modos de vida se conectam. A ação coletiva da Rede Puxirão e dos demais povos e comunidades tradicionais depende da relação intensiva de alteridade, em que o modo de fazer política coloca mundos diferentes em

contato. Compreendemos que tais espaços de articulação se encontram cruzados ou atravessados por elementos das sociabilidades cotidianas, que entram em conexão e que compõem os espaços entendidos como mais formais ou institucionais.

Estivemos presentes, também, em encontros específicos dos segmentos e em atividades de representação nos conselhos e nas comissões paritárias no Estado em que tais coletivos estão envolvidos. Nessas ocasiões, realizaram-se entrevistas e diálogos diversos, que foram sistematicamente registrados em diário de campo, gravados e, posteriormente, transcritos. Ademais, analisamos documentos produzidos pelos segmentos e pelas organizações que apoiam a Rede Puxirão, como, por exemplo, atas, fôlderes de divulgação, cartas, fascículos do Projeto Nova Cartografia Social, materiais de cursos de formação, imagens, dentre outros. Dessa forma, o estudo da Rede Puxirão permitiu compreender como uma organização coletiva específica se insere em um cenário mais amplo de reivindicações e como tem ocorrido (ou não) o reconhecimento dos povos e das comunidades tradicionais. Mediante a análise de documentos e intervenções públicas, é possível perceber como as relações com o Estado ocorrem a partir de negociações e confrontos (WEDIG, 2021).

COLONIALISMO E ESTADO: EXPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Conforme afirmou Enrique Dussel (1993), a violência colonial fomentou o encobrimento dos povos não europeus. Os colonizadores passaram a narrar e escrever a história dos territórios como suas epopeias, o começo absoluto, invisibilizando os diversos povos que, há milhares de anos, os habitavam. A partir desse acontecimento, a Europa e suas elites religiosas, militares e monárquicas instituíram formas de controle sobre as terras e os povos, por meio da propriedade privada e da escravidão. Também Frantz Fanon (2005) analisou como o colonialismo, a partir da violência perpetrada pelo Estado, investiu na destruição das formas de vida e de pensamento dos coletivos que habitavam os territórios que foram colonizados. Tal sistema de subalternização teve como base a ideia de raça, que inaugurou a classificação da população mundial, atribuindo uma suposta diferença de estrutura biológica, que

foi associada à inferiorização de uns em relação a outros, respectivamente, não europeus e europeus (QUIJANO, 2005).

Dessa maneira, a lógica eurocêntrica instituiu a classificação racista dos coletivos, atribuindo humanidade apenas aos sujeitos de seu próprio continente, enquanto que, sobre os demais povos do mundo, foram estabelecidas hierarquias, classificando-os como selvagens e primitivos, ou seja, desumanizando-os. O racismo, que caracteriza a era colonial, passou a ser uma das bases principais de estratificação nas sociedades colonizadas. Tal exploração, pelas forças coloniais, causou o genocídio de povos indígenas e a escravização de povos africanos, que foram violentamente arrancados de suas terras para realizar trabalho forçado nas *plantations* (KILOMBA, 2019). Trata-se de um sistema de poder e de produção que está ligado à acumulação capitalista, a partir do controle estatal e imperial sobre os seres e os territórios. É sempre importante lembrar que a apropriação colonial da terra ocorreu por meio de leis produzidas pelas elites colonizadoras, que instituíram regras de controle sobre outras formas de vida.

Além disso, trata-se de um sistema que forjou, violentamente, as instituições modernas e produziu uma divisão geopolítica entre o que foi considerado centro (a Europa) e a periferia (os demais lugares do planeta e seus coletivos). Os Estados monárquicos e cristãos (posteriormente, liberais e neoliberais) estabeleceram práticas de extrativismo (SVAMPA, 2019) e de divisão social, racial, sexual e internacional do trabalho (WALLERSTEIN, 2001). Ademais, expropriaram as terras indígenas e instituíram a propriedade privada, cujos acesso e herança passaram a ser garantidos apenas para os homens brancos, cristãos e com posses, que concentravam também o poder político (FANON, 2005). Tais formas de violência foram a base do acúmulo de riqueza dos colonizadores e do empobrecimento dos colonizados. Portanto, é dessa forma que a modernidade eclode a partir do século XV, com o estabelecimento do sistema do mundo moderno colonial (WALLERSTEIN, 2001; QUIJANO, 2005).

Conforme apontou Fanon (2005), com o colonialismo, enquanto os países que foram subdesenvolvidos atravessam situações de uma geografia da fome, as elites dos países colonizadores (do norte global) mergulham na opulência ostensiva, que foi construída sobre as costas dos escravizados e da riqueza retirada do solo e do subsolo das regiões colonizadas (do sul global). Foi, portanto, o extrativismo de corpos e

territórios que ocasionou, por um lado, a concentração de lucros enormes e, por outro, misérias extremas. Ao longo de séculos, tais atrocidades eram escamoteadas por meio de narrativas oficiais, em nome daquilo que definiam como civilização, progresso, crescimento e desenvolvimento. Noções que foram difundidas com base na concepção da flecha do tempo única e linear, que partia das sociedades classificadas pelo colonialismo como “primitivas” para as sociedades “modernas”, cujo ponto de chegada consiste daquelas euro-norte-globais (STENGERS, 2009). Assim, a Europa decretava-se como modelo de uma história universal (DUSSEL, 1993).

Para Maria Lugones (2014, p. 936), o colonialismo e a colonialidade infiltraram-se em cada aspecto da vida, no extrativismo dos territórios e na consequente expropriação da terra e daqueles que nela viviam, pela circulação do poder nos níveis dos corpos, no controle do trabalho e na imposição das leis criadas pelo colonizador. Para a autora, o homem europeu “colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão”, que se colocou em oposição aos povos da América e da África, que foram classificados como não humanos. As instituições modernas, pautadas nessas estruturas e normas legais coloniais, perpetuam desigualdades e opressões interseccionais de raça, gênero e classe (CRENSHAW, 2004; DAVIS, 2016), que incidem em sérias consequências para os povos da terra, que foram perdendo o direito de permanecer em seus territórios de vida, que incluem uma diversidade de modos de existência.

Nos termos de Fanon (2005), a história da colonização é de pilhagem, roubo e violação. Tal sistema segue explorando os países do sul global e operando sobre codificações (DELEUZE; GUATTARI, 1997) às diversidades dos seres, difundindo a produção monocultural, gerando práticas de controle e destruição. Desde meados do século XX, setores ligados ao capital financeiro nacional e internacional intensificaram e aceleraram o processo de transformação dos seres, definidos como natureza, em “recursos” e *commodities*, por meio do avanço das monoculturas, da construção de grandes projetos de desenvolvimento e pela ampliação da mineração, fortemente apoiados por políticas e legislações de Estado (SVAMPA, 2019). Ailton Krenak (2019, p. 9) discute como o avanço da modernização jogou as pessoas do campo e da floresta para que fossem viver em periferias urbanas e virar mão de

obra industrial. Por meio desse processo, “as pessoas foram arrancadas de seus coletivos” e “de seus lugares de origem”.

Tudo isso gerou inúmeros e graves problemas, dentre os quais podemos citar o êxodo rural, a maior concentração de terras nas mãos de poucos donos, o desmantelamento de comunidades rurais, a perda da biodiversidade, a ampliação das áreas desertificadas e a contaminação dos alimentos, da água, do ar e do solo, além dos diversos problemas de saúde. Para os povos que sofreram a violência colonial, a terra e seus modos de uso comum são essenciais. No entanto, desde o colonialismo, ela vem sendo usurpada e transformada em mercadoria. Diante disso, esses diversos povos lutam para manter seus territórios e para a continuidade de seus modos de existência.

No contexto brasileiro, tais povos, que vivem *na* e *da* terra, constituíram suas relações territoriais em diferentes temporalidades. Como pudemos observar durante a pesquisa de campo, em encontros nacionais, são coletivos que se autodenominam por meio de uma diversidade de termos locais, como, por exemplo, indígenas, quilombolas, seringueiros, assentados e acampados da reforma agrária, pescadores artesanais, ribeirinhos, dentre outros. Constituem, portanto, uma multiplicidade de povos que têm uma intensa relação com a terra, a água e a floresta e que compõem suas cosmologias e seus modos de vida. Eles seguem enfrentando as violências perpetradas pelo Estado e por empreendimentos do capitalismo moderno, fundamentalmente nas inúmeras formas de extrativismo da mineração, do agronegócio, das barragens, dentre outras.

Na próxima seção, abordaremos de que modo os referidos coletivos reivindicam a garantia de direitos, numa intensa e complexa relação com o Estado, diante dos contextos de perda das suas territorialidades. Como veremos, os povos e as comunidades tradicionais acionam categorias políticas de identificação e, ainda, dispositivos legais, na experimentação de outros modos de operar formas de resistência.

RELAÇÕES COM O ESTADO E LUTAS POR DIREITOS

É importante considerarmos que as lutas empreendidas por esses povos foram constantes desde o início do colonialismo e, nas últimas décadas, suas ações coletivas remetem à categoria política de povos e comunidades tradicionais, que englobam diversos grupos sociais

que defendem seus respectivos territórios. Em distintas ocasiões de encontros coletivos, ouvimos as lideranças desses povos fazerem referência ao argumento de que tal nomeação implica, para os grupos que a assumem, a possibilidade de ocuparem espaços diante de instituições internacionais e estatais e, ainda, no âmbito das suas relações locais com seus vizinhos, com outros grupos e nas alianças que constroem entre eles. Cabe salientar que o tradicional, aqui, não se refere a uma unidade ou um sentido ligado ao passado, nem a laços primordiais ou essencialistas, mas designa modos de identificação que são redefinidos nos processos constantes de mobilização política pelos seus territórios e por seus modos de vida específicos.

A dinâmica político-organizativa desses grupos se sobressai na constituição de identidades coletivas, para fazer frente aos antagonistas (ALMEIDA, 2010). Seus enfrentamentos atuais se opõem à expropriação que ocorre por parte de setores do agronegócio e da mineração, focados na produção de *commodities* e apoiados pelo Estado e por organismos multilaterais. Conforme apontam Escobar e Pardo (2005), a partir do início da década de 1970, grupos indígenas de diferentes territórios da América Latina renovaram com maior vigor a luta pelas suas próprias existências, exigindo direitos específicos diante de investidas cada vez mais intensas do avanço das monoculturas agrícolas e do extrativismo de minérios.

Os modos de vida dos povos e das comunidades tradicionais são irreduzíveis às formas hegemônicas fomentadas pelo Estado, o que não quer dizer que elas ocorram de forma independente, mas a partir de enfrentamentos e negociações, num campo de perpétua interação (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Em distintas reuniões que acompanhamos, durante a pesquisa de campo, ouvimos frequentemente que – para os coletivos – o Estado é considerado, simultaneamente, um adversário e um interlocutor. Por um lado, as lideranças assinalavam que tal instituição impõe mecanismos legais e de violência que matam os povos, por meio de suas políticas genocidas sobre os territórios: mediante a transformação das terras comuns em áreas para a produção de *commodities*, o extrativismo de minérios e a construção de grandes empreendimentos de infraestrutura, além de instituir reservas de preservação ambiental. Por outro lado, o Estado é visto como uma entidade que pode garantir direitos territoriais, demarcações de terras e acesso a outras políticas públicas específicas.

Desse modo, conforme salientam os citados coletivos, o Estado brasileiro atua, por um lado, por intermédio dos seus agentes, das suas leis e dos seus projetos de desenvolvimento, como um aliado de setores hegemônicos do capital, que avançam sobre os territórios tradicionais. Em outras ocasiões, é visto como um ente que poderia garantir direitos e reconhecimento, conforme consta em instrumentos jurídicos, podendo elaborar e estabelecer políticas públicas cruciais para assegurar os modos de vida desses povos (WEDIG, 2015; 2021). No Brasil, assim como ocorre em outros países da América Latina, em muitos casos, o Estado segue impedindo que se garantam os direitos territoriais e de existência dos povos do campo, das águas e das florestas. Diante das formas de expropriação que vêm sofrendo, eles reafirmam seus territórios como espaços de vida e de organização e, neste sentido, declaram, em seus documentos, que o “território não se negocia, não se vende e não se troca”³.

Os direitos de tais povos vêm sendo discutidos em nível nacional e internacional. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define que ao Estado cabe a demarcação das terras de indígenas e quilombolas (respectivamente, os artigos 231 e 232 e, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 68), estendendo-se o mesmo entendimento a outros coletivos, na necessidade de que tenham suas diferenças étnicas e seus modos de vida respeitados. Como complemento à citada legislação, o Decreto nº 6.040/2007 reconheceu o direito dos povos e das comunidades tradicionais no que tange à sua identidade cultural e à permanência em seus territórios. Outro marco importante em tal âmbito é a Convenção nº 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se refere aos “povos tribais”, cujo dispositivo foi, pela legislação brasileira, equiparado ao direito das comunidades tradicionais, de modo a envolver grupos socialmente diversos, como seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, faxinalenses, comunidades de fundos de pasto, dentre outros.

Neste sentido, os referidos dispositivos jurídicos incluem “uma infinidade de povos e comunidades tradicionais” (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 46). No entanto, frequentemente, as lideranças desses coletivos mencionavam que as possibilidades de participação nas instâncias de decisão estatal são extremamente diminutas e invisibilizadas de

3

Carta dos povos e das comunidades tradicionais, elaborada como documento final do Seminário de Luziânia (GO), em 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3Om6uJ8>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

diferentes formas. Salientavam que, em geral, seus direitos formalmente reconhecidos funcionam a partir de condicionalidades impostas pelo Estado (WEDIG, 2021), o que pode ser entendido pelo princípio da governamentalidade sobre tais povos, quando as legislações nacionais e o sistema jurídico internacional produzem sobrecodificações das lutas desses grupos por reconhecimento em nome do controle das populações e da captura de seus territórios ancestrais.

Verificamos que, no Brasil, os povos e as comunidades tradicionais têm criado espaços de participação nas instâncias estatais, algumas vezes por meio de representações políticas próprias, para que sejam possíveis os embates e os diálogos. Uma dessas formas de representação foi criada em 2004, a saber: a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), para propor políticas públicas para tais coletivos. No acompanhamento dos encontros da CNPCT, percebemos que ela se constituiu como um lugar de troca de experiências políticas de luta, realizada entre integrantes de diversos povos, em que ocorria uma mútua apreensão de discursos e práticas, permitindo a construção de redes de relações e de interconhecimentos sobre seus modos de vida.

A CNPCT, mesmo sendo uma criação oficial do Estado, com suas lógicas de funcionamento e pautas previamente estabelecidas, acabou sendo um espaço onde os integrantes de povos e comunidades tradicionais interagem, passam a se conhecer e a reconhecer as suas situações de conflito, falam de suas experiências locais e, com isso, criam formas de ação política e de pressão ao Estado, reivindicando a ampliação de políticas públicas e a efetivação daquelas já existentes. De certo modo, ao ocuparem o espaço, passam a subverter as lógicas da organização estatal e a construir, dentro dela, relações micropolíticas, criando alianças com outros povos, a partir da afirmação e do reconhecimento das diferenças. Há, assim, resistências e composições de movimentos políticos que se estabelecem entre ativistas de diversos segmentos.

Constituído, em princípio, enquanto uma intervenção estatal, o espaço permitiu a articulação política desses grupos, em que as situações de conflito que vivenciavam eram compartilhadas, bem como as formas de enfrentamento e suas resistências. No espaço, os povos e as comunidades tradicionais efetuam uma crítica permanente contra o Estado, denunciando-o, frequentemente, como um opositor, uma vez que suas demandas não são reconhecidas e são priorizados os projetos

de desenvolvimento que incidem violentamente sobre seus territórios e conhecimentos (WEDIG, 2021). Durante o II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que acompanhamos em 2014, foi possível observar como as assembleias de auditório, nas quais predominavam as discussões oficiais de representantes do Estado, eram, muitas vezes, substituídas pelos espaços de conversas informais no saguão e no pátio externo do prédio onde o evento ocorria. As/os integrantes dos povos trocavam informações sobre suas lutas e faziam discussões para o encaminhamento de suas questões.

É possível observar que as relações que eles estabelecem com o Estado vão no sentido de reivindicações por políticas públicas específicas, pela ampliação e pela garantia de direitos já estabelecidos e que são defendidos a duras penas diante dos processos legislativos, executivos e judiciários que têm ameaçado, constantemente, os seus modos de vida e a permanência em seus territórios. Neste sentido, vemos que há um embate frequente tanto na produção de regulações estatais quanto para a efetivação das leis já existentes, para que atendam às suas demandas. Nos termos de Paul Little (2002), os povos e as comunidades tradicionais enfrentam o avanço das políticas desenvolvimentistas sobre seus territórios e criam coletivamente a defesa de seus modos de vida em contraposição ao marco legal único do Estado. Nas mais diversas regiões do País, eles constroem redes de articulação política e transformam lutas locais em mobilizações de caráter nacional e internacional, para assegurar e ampliar direitos.

Uma dessas mobilizações internacionais que observamos ocorreu em 2014, quando a liderança indígena Sonia Guajajara⁴, integrante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), viajou à Europa para participar da reunião do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, na Suíça. Naquela ocasião, ela participou de atividades em várias universidades e denunciou, dentre outras questões, a construção das grandes hidrelétricas no Brasil, principalmente na Amazônia, que afetaram territórios indígenas e de outros povos tradicionais. Salientou, ainda, o envolvimento de grandes empresas internacionais nessas construções e destacou o direito ao processo de consulta direta e prévia aos povos afetados por essas obras, bem como a necessidade da garantia de seus direitos territoriais. Atividades internacionais assim,

4 Ela foi eleita Deputada Federal pelo Estado de São Paulo no ano de 2022 e, em 2023, foi nomeada como Ministra dos Povos Indígenas.

que são realizadas por diversas lideranças, de diferentes países, criam uma visibilidade maior para os problemas enfrentados, buscando apoio às suas lutas.

A partir de convenções internacionais, leis e outros dispositivos legais de reconhecimento, podemos perceber que, nas últimas décadas, alguns Estados têm buscado contemplar, formalmente, concepções multiétnicas e pluralistas, a fim de considerar a diversidade de grupos que compõem as sociedades nacionais. No entanto, mesmo com o avanço do reconhecimento legal, o que tem sido denunciado pelos povos e pelas comunidades tradicionais é que tais direitos não lhes são garantidos na prática, principalmente no que diz respeito à demarcação dos territórios. Eles denunciam os constantes limites burocráticos, políticos e econômicos para a efetivação dos direitos garantidos constitucionalmente. Realidade que é visível e pode ser constatada no fato de que, no Brasil, nos últimos anos, há quase que uma total paralisação das políticas de demarcações de terras indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais, além das tentativas cada vez mais incisivas de retirada de direitos, por meio de projetos de emenda à Constituição, portarias e decretos, bem como de propostas de mudanças nos procedimentos administrativos de demarcação de terras, como o chamado Marco Temporal⁵ e as mudanças previstas no Novo Código de Mineração⁶.

Portanto, observamos que a relação entre os segmentos dos povos e das comunidades tradicionais e os agentes do Estado é constantemente perpassada por tensões, em que ocorrem denúncias das práticas de sobrecodificação e de governamentalidade. É possível compreender que os coletivos tradicionais não param de construir formas de relações inventivas e criativas entre si, que se exercem, inclusive, contra os regulamentos administrativos. Escapam, portanto, da centralização e da totalização, constituindo espaços para expor suas reivindicações,

5 Propõe a alteração da Política de Demarcação de Terras Indígenas, a partir da qual só poderia reivindicar direitos sobre uma terra o povo indígena que já estivesse ocupando-a no momento da promulgação da Constituição Federal de 1988. Os povos indígenas têm se mobilizado contra tal proposta. Disponível em: <<https://apiboficial.org/marco-temporal/>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

6 Projeto que propõe que a mineração seja essencial à vida humana e de utilidade pública, de modo a facilitar sua prática no País, a partir da flexibilização na fiscalização das atividades minerárias e da dispensa de licença ambiental para as atividades de pesquisa mineral, o que traz a impossibilidade de demarcações de unidades de conservação e áreas de proteção ambiental, tombamentos e outras atividades (como as demarcações de terras indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos da reforma agrária) que sejam impeditivas à mineração nas regiões visadas pelas empresas. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniaao/2021/11/carta-aberta-alerta-sobre-os-perigos-do-novo-codigo-da-mineracao/>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

se opor às formas de opressão e demandar reestruturações nas políticas públicas e o reconhecimento de suas alteridades.

REIVINDICAÇÕES DA REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARANÁ

A Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, criada a partir de 2008, se organiza por meio de segmentos que afirmam suas identidades políticas, ligadas a denominações locais assumidas e articuladas a processos de luta mais amplos. Tais segmentos, diferentes entre si, são compostos pelas mais diversas formações étnicas e têm formas diversas de se relacionar com a terra. Eles estabelecem relações entre si em âmbito local, regional e nacional. Realizam reuniões, encontros, seminários, manifestações e participam de audiências públicas, buscando tanto a aplicação dos direitos já garantidos quanto a sua ampliação, a partir de propostas de políticas públicas. Nos seus encontros, produzem textos, cartas, abaixo-assinados e cartilhas, que expressam suas reivindicações, as quais se tornam bases para a organização da luta e para suas ações coletivas (WEDIG, 2015; 2020).

Presenciamos que, em suas reuniões, eles realizam discussões entre os ativistas dos segmentos e mediadores ligados a ONGs e universidades, buscando traduzir, coletivamente, suas reivindicações para uma linguagem compreensível aos aparatos estatais. Ademais, constroem articulações com outras associações, entidades e movimentos sociais que contribuem com as mobilizações, por meio do compartilhamento de experiências de lutas em outros lugares. As suas relações com o Estado podem ser observadas em várias circunstâncias, como, por exemplo, na criação e na participação em comissões, conselhos e outras mobilizações. Os integrantes da Rede participam da Comissão Nacional, que, conforme assinala Hamilton – uma das lideranças faxinalenses –, funciona da seguinte forma:

Lá na Comissão Nacional – na qual eu represento os faxinalenses –, todos os segmentos tradicionais do Brasil têm representação e se conhecem. As lutas são parecidas, a reclamação é a mesma, de Norte a Sul do Brasil: é o agronegócio, é o governo, que não anda; é o governo, que acha que nós somos o atrapalho para o desenvolvimento,

porque o que vale é a soja e os dólares da exportação, isso é o que vale. Atrapalhou esse projeto, não serve; e é por isso que as coisas não acontecem [as reivindicações dos povos não são atendidas]. [Fala em reunião da Rede Puxirão, em novembro de 2013].

No âmbito do Estado do Paraná, a Rede Puxirão se mobilizou para a criação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CPICT), cuja aprovação ocorreu em dezembro de 2012. O CPICT é percebido pelos integrantes dos segmentos como uma possibilidade de pressionar o Estado a atender às suas demandas e, também, como um espaço onde os próprios grupos podem se encontrar regularmente e se fortalecer entre si. Ele opera como um órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de garantir o “exercício efetivo dos direitos sociais, ambientais, econômicos, culturais e religiosos” dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (Lei Estadual nº 17.425/2012, art. 3º). O Conselho tem estrutura paritária entre os representantes governamentais e os representantes dos povos e das comunidades tradicionais que são atualmente reconhecidos pelo Estado do Paraná, a saber: “benzedeiras e benzedores, ciganas e ciganos, cipozeiras e cipozeiros, comunidades de terreiro (religiões de matriz africana), faxinalenses, ilhéus, indígenas, pescadores e pescadoras artesanais e ribeirinhos, quilombolas, entre outros que se autorreconheçam” (Lei 17.425/2012, art. 5º).

Para a Rede Puxirão, o Conselho é percebido como resultado da articulação entre os diversos povos e da pressão feita sobre distintos governos para que a política estadual fosse aprovada. A sua criação permite pressionar o Estado, por meio da reivindicação de leis que garantam direitos para a continuidade dos seus modos de vida. Em suas lutas, os referidos coletivos se propõem a aprender a linguagem estatal. Para eles, a lei tanto oprime quanto pode permitir o acesso a direitos. A luta que se constrói “*pela lei*” é, de certo modo, uma forma de denunciar as tentativas de aniquilamento das alteridades, fruto de um processo colonial de sobrecodificação dos territórios desses grupos pelo Estado, de modo a pressionar os órgãos públicos para o seu reconhecimento. Os ativistas que participam dos espaços de debate com o Estado salientam a necessidade de aprender o funcionamento dos diversos órgãos públicos, bem como de traduzir suas reivindicações para a linguagem dessas estruturas.

Eles realizam traduções de suas questões locais para a linguagem estatal, a fim de dar encaminhamento às suas demandas. Para isso, contam com o auxílio de técnicos, advogados, professores e outros profissionais de entidades apoiadoras que realizam cursos de formação nos quais os conhecimentos são intercambiados e se constroem coletivamente possibilidades de negociação. Assim é que saberes locais são traduzidos para a linguagem do Estado, bem como as normatizações estatais são apreendidas pela Rede Puxirão, produzindo uma linguagem cujo objetivo é ser inteligível entre eles. Além dessas atividades, ativistas da Rede Puxirão estão envolvidas/os em diversas outras organizações e lutas, que não conseguiremos descrever aqui, pela limitação da extensão possível deste texto, mas que foram analisadas em outros escritos (WEDIG, 2015; 2020; 2021; WEDIG; RAMOS, 2020).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, consideramos o modo como os povos e as comunidades tradicionais têm constantemente denunciado o conjunto de políticas de desenvolvimento que se orientam em uma lógica colonizadora. Eles questionam e denunciam tais projetos, que não levam em conta seus modos de vida e suas territorialidades. Salientam também que as referidas intervenções os consideram como grupos em processo de desaparecimento, razão pela qual atuam sobre eles com o intuito de torná-los modernos, ligados a um padrão hegemônico de poder, que classifica seus modos de existência como atrasados.

Conforme destaca José Carlos dos Anjos (2019, p. 519-520), no País, ocorre a produção de uma invisibilidade dos referidos povos, que restaura, constantemente, o colonialismo “como o passado persistente”, que atua sobre os “corpos quilombolas, indígenas” e de outras comunidades, privilegiando as alianças de “poderes estatais” e latifundiários contra esses povos. Opondo-se às categorias estatais, que os enquadram dentro de uma linha geral de pobreza, remetida sempre à ideia de falta ou, então, dirigindo-lhes políticas públicas que pretendem a sua modernização, os citados coletivos se contrapõem a tais formulações, afirmando suas diferenças, seus conhecimentos e seus territórios como espaços de vida.

Os espaços institucionais, como no caso dos conselhos, são demandados pelos povos e pelas comunidades tradicionais como cruciais para o diálogo com aqueles que têm o poder relacionado à tomada de

decisões sobre seus territórios. São espaços que operam como possibilidade de reivindicar e exigir a efetivação de direitos, num cenário em que se veem cada vez mais ameaçados. Portanto, esses grupos realizam formas de ação *com* e *contra* o Estado, quando passam a participar e reivindicar outras instâncias de interlocução e diálogo. Mesmo com os processos de captura instituídos por uma série de dispositivos estatais que criam regramentos e sobrecodificações sobre os territórios dos povos, eles reinventam e elaboram modos de resistência e formas políticas de organização e de ação coletiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: DELGADO, Nelson (Org.). **Brasil Rural em Debate**. Brasília: MDA/SDT e IICA, 2010, p. 137-213.

ANJOS, José Carlos dos. Brasil: uma nação contra as suas minorias. **Revista de Psicanálise da SPPA**, v. 26, nº 3, p. 507-522, 2019.

CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. Introdução. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antônio da Silva; MOTA, Fábio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Orgs.). **Arenas Públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

ESCOBAR, Arturo. **El Final del Salvaje**. Naturaleza, Cultura y Política en la Antropología Contemporánea. Santafé de Bogotá: Giro Editores Ltda., 1999.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Mauricio. Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico Colombiano. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos caminhos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 341-374.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 8-23.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: DAN/UnB, 2002.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, nº 3, 2014, p. 935-952.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142.

SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007.

STENGERS, Isabelle. **Au temps des catastrophes: résister à la barbarie qui vient**. Paris: La Découverte, 2009.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEDIG, Josiane Carine. **Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná: luta pelo território e pela diferença**. Tese em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Rio de Janeiro: Seropédica, 2015.

WEDIG, Josiane Carine. Acontecimentos e memórias da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. **Anuário Antropológico**, 45 (1):213-31, 2020.

WEDIG, Josiane Carine. “Conhecimento não se vende”: a colonialidade e o embate de perspectivas sobre os conhecimentos tradicionais. **Civitas**, 21 (2): 334-343, 2021.

WEDIG, Josiane Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. A Colonialidade nas Práticas de Saúde e as Resistências de Benzedeadas e Mães de Santo. **Mediações**, v. 25: 488-503, 2020.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Derramamento de petróleo e responsabilização do Estado: desafios da pesca artesanal em Pernambuco/Brasil¹

*Oil spill and State accountability: challenges
to artisanal fishing in Pernambuco
Derrame de petróleo y responsabilización del Estado: desafíos
de la pesca artesanal de Pernambuco*

Priscylla Alves Nascimento de Freitas²
<https://orcid.org/0000-0002-1274-2816>

Rafaella Miranda Machado³
<https://orcid.org/0000-0002-0365-9834>

Evelyn Siqueira da Silva⁴
<https://orcid.org/0000-0003-4367-9263>

1 Este estudo conta com o apoio financeiro do Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS/Pernambuco) (CNPq/Decit/SCTIE/MS/SES/Facepe), do Programa Inova Fiocruz – Encomendas Estratégicas: Territórios Sustentáveis e Saudáveis no Contexto da Pandemia de Covid-19 e do edital para projetos e ações estratégicas territorializadas para a implementação da Agenda 2030, da Presidência da Fiocruz e da Capes.

2 Assistente Social Sanitarista. Especialista em Saúde da Família do Campo. Mestranda em Saúde Pública. Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz Pernambuco. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6313661196755308>>. E-mail: <priscyllaaster@gmail.com>.

3 Nutricionista Sanitarista. Mestre e Doutoranda em Saúde Pública. Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz Pernambuco. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3832516771522440>>. E-mail: <rafaella.mmachado@gmail.com>.

4 Fisioterapeuta Sanitarista. Mestre e Doutoranda em Saúde Pública. Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz Pernambuco. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7045700237430503>>. E-mail: <evanyss@gmail.com>.

Mariana Olívia Santana dos Santos⁵

<https://orcid.org/0000-0002-2129-2335>

Idê Gomes Dantas Gurgel⁶

<https://orcid.org/0000-0002-2958-683X>

Recebido em: 29/12/2022

Aprovado em: 14/07/2023

Resumo: O derramamento de petróleo no litoral do Nordeste brasileiro teve como principal atingido o setor da pesca artesanal. Este artigo tem o objetivo de analisar o auxílio pecuniário emergencial recebido por pescadores artesanais de Pernambuco referente ao derramamento de petróleo no Nordeste brasileiro, à luz do desmantelamento das políticas de apoio à pesca artesanal no País. Realizou-se estudo descritivo com abordagem quanti-qualitativa com análise de dados de inquérito epidemiológico para a análise da situação de saúde dos pescadores e das pescadoras do Estado de Pernambuco. Os resultados se organizam em duas categorias de análise, referentes às ações governamentais: auxílio emergencial como principal resposta e investigação do crime com sanção aos responsáveis. Os resultados mostraram que o derramamento de petróleo e a inoperância do Estado brasileiro nas ações de mitigação configuram uma sobreposição de violências estruturais praticadas contra pescadores e pescadoras artesanais.

Palavras-chave: derramamento de petróleo; políticas sociais; pesca artesanal; papel do Estado.

Abstract: The artisanal fishing sector was the one to mainly receive impact from the oil spill on Brazil's northeast coast. This article aims to analyze the pecuniary emergency assistance received by artisanal fishermen in Pernambuco regarding the oil spill in northeastern Brazil, in the context of the dismantling of artisanal fishing supporting policies in the country. A descriptive study was carried out with a quantitative and qualitative approach with the analysis of data from an epidemiological survey for the analysis of the health situation of fishermen in the state of Pernambuco. The results are organized in two categories of analysis,

5 Comunicadora Social. Mestre e Doutora em Saúde Pública. Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz Pernambuco. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7797461732473520>>. E-mail: <mariana.santos@fiocruz.br>.

6 Médica. Mestre e Doutora em Saúde Pública. Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz Pernambuco. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9456859897868358>>. E-mail: <ide.gomes@fiocruz.br>.

referring to government actions: emergency aid as the main response, and investigation of the crime with sanctions for those responsible. The results showed that the oil spill and the ineffectiveness of the Brazilian State in mitigating actions constitute an overlapping of structural violence practiced against artisanal fishermen.

Keywords: oil spill; social policies; artisanal fishing; State actions.

Resumen: El principal impacto del derrame de petróleo en la costa del noreste de Brasil fue el sector de la pesca artesanal. Este artículo tiene como objetivo analizar la asistencia monetaria de emergencia recibida por los pescadores artesanales de Pernambuco en relación con el derrame de petróleo, a la luz del desmantelamiento de las políticas de apoyo a la pesca artesanal. Se realizó un estudio descriptivo con enfoque cuantitativo y cualitativo con análisis de datos de encuestas epidemiológicas para el análisis de la situación de salud de pescadores y pescadoras. Los resultados se organizan en dos categorías de análisis: la ayuda de emergencia como respuesta principal, y la investigación del delito con sanciones para los responsables. Los resultados mostraron que el derrame de petróleo y la ineficacia del Estado brasileño en las acciones de mitigación constituyen una superposición de la violencia estructural practicada contra los pescadores artesanales y las mujeres.

Palabra-clave: derrame de petróleo; política social; pesca artesanal; papel del Estado.

INTRODUÇÃO

O território e sua população ocupam lugar estratégico na determinação social da saúde e da vida no binômio ser humano/ambiente. Territórios saudáveis e sustentáveis são espaços relacionais e de pertencimento, onde a vida saudável deve ser viabilizada por meio de ações comunitárias e de políticas públicas que devem ser implementadas e garantidas (BREILH, 2013; MACHADO et al., 2017).

As comunidades da pesca artesanal apresentam um modo de vida tradicional, demarcado pela territorialidade das águas. Além disso, desempenham papel importante no sistema alimentar, na gestão costeira, na proteção ambiental e no uso sustentável dos recursos aquáticos. Contudo, tais ações são subestimadas pelo poder público,

que fornece poucos subsídios a essa população (ARAÚJO et al., 2020; NASCIMENTO et al., 2021).

Em âmbito federal, uma das principais políticas públicas de promoção e proteção voltadas para a população pesqueira foi o Programa Minha Casa Minha Vida. Já no âmbito estadual de Pernambuco, o Programa Chapéu de Palha amparou os pescadores artesanais de 57 municípios, viabilizando auxílio financeiro e ações educativas e geradoras de renda (VEIGA et al., 2019).

Apesar da existência dessas políticas, as comunidades convivem com um processo histórico de vulnerabilidades e vulnerabilização, decorrentes dos processos ligados à injustiça ambiental (GUIMARÃES & LEITÃO, 2020; ARAÚJO et al., 2020; NASCIMENTO et al., 2021).

Diante de injustiças ambientais e transformações por processos de desenvolvimento econômico local, regional e global, o Estado assume a função de atuar na mediação dos conflitos e das contradições decorrentes do modelo de organização societária vigente (GRAMSCI, 2012). Por se caracterizarem como produtos dos interesses dos setores sociais hegemônicos no sistema capitalista (Ibid.), atualmente, observam-se ações danosas que o modelo neoliberal impõe para o ambiente e a saúde da população (RIGOTTO et al., 2022).

No Brasil, ocorreu um ajuste no modelo de desenvolvimento econômico neoliberal a partir do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016. O processo intensificou-se após 2019, com o início do governo Bolsonaro, cujo cerne da agenda econômica residia, de acordo com Cassin (2022), no “aprofundamento do ultraneoliberalismo em favor do grande capital financeirizado e do imperialismo”.

Tal posicionamento político-econômico repercutiu em processos como o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu o comitê de suporte, o comitê executivo e o grupo de acompanhamento e avaliação instituídos pelo Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC) (BRASIL, 2019).

Técnicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) buscaram evitar o desmonte e retomar as atividades dos conselhos e órgãos colegiados; no entanto, foram ignorados pelo Governo Federal (CTEOLEO, 2022). Quatro meses depois, o País sofreu com um dos maiores crimes ambientais no litoral brasileiro: o derramamento de petróleo bruto, que

atingiu toda a Região Nordeste do País e dois Estados do Sudeste (Rio de Janeiro e Espírito Santo) (IBAMA, 2019).

O derramamento se iniciou em agosto de 2019, quando houve o aparecimento de manchas de petróleo no litoral da Paraíba, que se estenderam para os demais estados nordestinos. O desastre/crime provocou um contexto de extrema vulnerabilização, que pôs em risco a fauna, a flora marinha, a população costeira, trabalhadores/as do mar e, inclusive, consumidores/as de peixes (SANTOS et al., 2022a; SANTOS et al., 2022b). A pesca artesanal foi o principal setor atingido. Ainda que a atividade não tenha tido papel econômico de destaque na formação social do Brasil, ela tem sua origem atrelada ao processo de urbanização e desenvolvimento econômico (ARAÚJO, 2020).

De acordo com Maldonado (1994), o trabalho dos pescadores e das pescadoras artesanais se diferencia dos trabalhadores assalariados enquanto estão afastados das relações sociais “da terra”. Desempenham uma atividade que exige especial competência nas decisões. Por conta da incerteza da captura, enfrentam riscos, problemas com a mobilidade e indiferenciação dos meios e das espécies. Além disso, possuem famílias como referenciais da organização econômica e reivindicam a coexistência da ética igualitária com práticas hierárquicas, ambas perpassadas pela cooperação.

Por tal diferenciação, a pesca artesanal é reconhecida não só por seu trabalho enquanto atividade econômica, mas fundamentalmente por um modo de viver e territorializar o mundo, configurando-se como comunidade tradicional no Brasil (Decretos nº 6.040/2007 e nº 8.750/2016) e no mundo (Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho).

A arte da pesca posiciona pescadores e pescadoras em uma condição de subalternidade estrutural desde o início de sua relação com o Estado na formação social brasileira, o que pode ser justificado pelo fato de que o seu surgimento está relacionado com uma síntese entre a atividade afroindígena de pescar e a luta pela liberdade, com o saber português subsumido ao processo de proletarianização do pescar (RAMALHO, 2008; 2014).

O contexto de formação da pesca artesanal conta com o agravante do ajuste neoliberal que promoveu um desmonte da máquina pública, necessária para combater desastres de grandes proporções. No período do desastre, foi imperativa uma atuação governamental tripartite para

uma ação eficaz, coordenada e em rede com as diferentes iniciativas civis para a retirada do petróleo bruto com segurança e a garantia de apoio aos atingidos (PENA et al., 2019; SOARES et al., 2022; SANTOS et al., 2022a; SANTOS et al., 2022b).

A fim de se compreender e evidenciar o papel do Governo Federal no que diz respeito às respostas estatais ao derramamento de petróleo nos estados nordestinos, este artigo tem o objetivo de analisar o recebimento do auxílio pecuniário emergencial por pescadores artesanais de Pernambuco à luz do desmantelamento das políticas de apoio à pesca artesanal no País.

METODOLOGIA

Realizou-se estudo descritivo com abordagem quanti-qualitativa na perspectiva da determinação social da saúde (BREILH, 2003). A pesquisa foi realizada com trabalhadoras/es da pesca artesanal nos 16 municípios que compõem o litoral do Estado de Pernambuco, cadastradas/os pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e distribuídas/os em 27 colônias e/ou associações de pescadores.

Utilizaram-se dados primários e secundários. Os dados primários foram extraídos do inquérito epidemiológico – sobre a saúde dos pescadores e das pescadoras e sobre as características da exposição ao petróleo – realizado pela equipe do projeto Desastre do Petróleo e Saúde dos Povos das Águas, do Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, do Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz Pernambuco.

A população do estudo foi composta por 12.472 pescadores/as cadastrados/as pela Semas, distribuídos/as em 27 colônias e/ou associações de pescadores. Considerando-se 40% de prevalência de efeitos em sua saúde após a exposição e 4% de erro, obteve-se por conveniência uma amostra de 1.259 pessoas. Foi utilizado um questionário de pesquisa estruturado e adaptado da Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2019), dividido em 14 blocos e aplicado por entrevistadores treinados, entre os anos de 2021 e 2022, utilizando-se o HcMaps, aplicativo desenvolvido pelo Laboratório de Avaliação, Monitoramento e Vigilância em Saúde (LAM-Saúde), do Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz (PE), em colaboração com a Sysvale (DUARTE et al., 2018).

Quanto aos dados secundários, foi considerado o relatório final da Comissão Temporária Externa do Senado para Acompanhar as

Ações de Enfrentamento às Manchas de Óleo no Litoral Brasileiro (CTEOLEO), publicado em 2022 (BRASIL, 2022). Foram utilizadas a estatística descritiva por distribuição de frequência relativa e a medida de tendência central média.

Para a análise do inquérito, foram selecionadas as seguintes variáveis: município de residência; presença de Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP)⁷; identificação de perdas e/ou danos; recebimento de auxílio emergencial decorrente do derramamento; área de pesca afetada; declaração de avistamento do petróleo; local onde encontrou fragmentos de petróleo.

A análise documental foi orientada por temáticas pré-estabelecidas: resposta do governo, reparação e auxílio emergencial. Os resultados dos dois momentos analíticos foram organizados de acordo com três categorias relacionadas às ações governamentais: (I) auxílio emergencial como principal resposta; (II) investigação do crime e sanção aos responsáveis; e (III) os desafios para o Brasil no cenário mundial. O estudo obteve aprovação em comitê de ética sob o parecer do CAAE nº 25398119.9.0000.5190.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RESPOSTAS ESTATAIS DO GOVERNO BOLSONARO AO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NO LITORAL DO NORDESTE

Em economias dependentes como a do Brasil, o modelo primário exportador neocolonial direciona o Estado para arcar com a responsabilidade sobre as consequências das crises econômicas e ambientais comumente provocadas por grandes empresas que extraem e exploram de maneira privada os bens naturais comuns, estratégicos à reprodução da lógica contemporânea de acumulação e consumo (minério, petróleo, gás, água etc.) (FERNANDES, 1976; SAMPAIO JR., 2019).

A disputa de hegemonia travada pela luta de classes é o que permite que o Estado se responsabilize sozinho pelos prejuízos

7 O RGP está definido na Lei da Pesca (Lei nº 11.959/2009). Toda pessoa (física ou jurídica) que exerça atividade pesqueira e a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no RGP, incluindo a pesca industrial. O RGP é a principal forma de acesso de pescadores e pescadoras artesanais às políticas públicas, pois é o documento oficial por meio do qual o Estado os reconhece (BRASIL, 2009).

socioambientais deste modelo econômico (GRAMSCI, 2012), isentando grande parte dos responsáveis: o setor privado. No caso do derramamento de petróleo em 2019, o governo de Jair Bolsonaro, reconhecido como ultraneoliberal, de caráter neofascista (CASSIN, 2022), ao isentar os agentes privados e os organismos internacionais da responsabilidade pelo crime ambiental, terminou por levar o Estado brasileiro a assumir sozinho (e de maneira incipiente) o enfrentamento do ocorrido, em mais uma evidência da falácia do Estado mínimo, reivindicada pelo neoliberalismo.

O desfecho do enfrentamento do derramamento de petróleo de 2019 só evidencia a máxima de que, no neoliberalismo, o Estado é mínimo para as políticas sociais e é máximo para o capital e seus interesses (NETTO, 2011), assim como apontam os resultados apresentados a seguir.

AUXÍLIO PECUNIÁRIO EMERGENCIAL COMO RESPOSTA

A Medida Provisória (MP) nº 908, de 28 de novembro de 2019, ofereceu o auxílio emergencial pecuniário de R\$ 1.996,00, pago em duas parcelas iguais, para os pescadores artesanais inscritos e ativos no RGP, domiciliados nos municípios afetados pelas manchas de óleo (BRASIL, 2019). Os municípios considerados afetados pelo crime ambiental foram listados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e, até a data da publicação da MP, somavam um total de 126, em 11 Estados do País.

Em Pernambuco, onde se situa o referido estudo, 12 municípios foram beneficiados com o texto original da MP: São José da Coroa Grande, Jaboatão dos Guararapes, Tamandaré, Ilha de Itamaracá, Olin-da, Goiana, Paulista, Cabo de Santo Agostinho, Barreiros, Sirinhaém, Ipojuca e Recife. Ficaram de fora quatro municípios do litoral: Igarassu, Itapissuma, Abreu e Lima e Rio Formoso (IBAMA, 2019).

Conforme a publicação do Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a lista de beneficiados com o auxílio pecuniário abrange um universo de apenas 4.236 pescadores em Pernambuco, residentes nos municípios listados como atingidos pelas manchas de óleo. Todavia, dados fornecidos no mesmo mês pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (Semas) informam que nos citados municípios haveria cerca de 7.815 pescadores

e pescadoras com RGP ativo. Ou seja, havia um quantitativo de 2.269 pescadores a mais que foram atingidos pelo desastre, porém não foram contemplados pela lista do Ibama (SEMAS, 2019).

Quando observamos os dados do inquérito epidemiológico, dos 1.259 pescadores e pescadoras entrevistados, 79% (1.001) declararam possuir RGP e 96% (1.205) reconheceram que o derramamento ocasionou danos às suas áreas habituais da pesca artesanal, mas somente 31% (397) receberam o auxílio emergencial.

Os achados sugerem que muitos pescadores foram atingidos pelo desastre, porém não conseguiram acessar o benefício. Estudos anteriores apresentam argumentos que podem ser resumidos em três aspectos: (I) a utilização de listas de registro de pescadores que não representavam de maneira fidedigna o universo da população; (II) a descontinuidade do Ministério da Pesca, que causou diversas fragilidades na coordenação e no acompanhamento de novos cadastramentos de RGP; e (III) a dificuldade dos órgãos competentes em compreender a exposição sofrida, bem como as cadeias de problemáticas consequentes que recaíram sobre o trabalho, o ambiente e a saúde dos pescadores, especialmente das mulheres (REGO et al., 2018; SILVA et al., 2021).

Do total de entrevistados, 94% (1.180) identificaram ter tido perdas e/ou sofrido danos devido ao derramamento de petróleo. Desses, 43,6% (515) afirmaram que o desastre-crime causou extremo impacto, 46,4% (548) afirmaram que sentiram grande impacto e 11,4% (135) sentiram médio impacto. Tais dados corroboram os resultados de outros estudos, que apontam o estado de vulnerabilidade ao qual a população pesqueira foi submetida durante o derramamento (PENA et al., 2020; SOARES et al., 2022; SANTOS et al., 2022a; SANTOS et al., 2022a). Araújo *et al.* (2020) apontam que em Pernambuco ocorreu um declínio de pelo menos 60% no comércio de peixes de profundidade e de aproximadamente 50% de espécies cultivadas.

Quando a pergunta era se a renda com a pesca mudou no período do derramamento (tabela 1), 70% dos/as pescadores/as responderam que a renda reduziu muito (286) e reduziu imensamente (596).

O efeito da vulnerabilidade das populações atingidas e a ineficiência das ações de reparação foram percebidos pelas pessoas: segundo o inquérito epidemiológico, 78% (982) dos entrevistados sentiram-se insatisfeitos com o que foi feito para melhorar as condições de vida

após o acontecido e 67% (886) acreditavam ser possível que outro derramamento de petróleo acontecesse.

Tabela 1. Distribuição sobre a mudança da renda dos pescadores de Pernambuco com a pesca no período do derramamento de petróleo (de agosto de 2019 a fevereiro de 2020)

Resposta	Frequência absoluta	Frequência relativa
Permaneceu a mesma	92	7,3%
Reduziu pouco	123	9,8%
Reduziu moderadamente	145	11,5%
Reduziu muito	286	22,7%
Reduziu imensamente	596	47,3%
Aumentou	17	1,4%
Total	1259	100%

Fonte: elaboração das autoras.

O número de pescadores cadastrados por suas entidades representativas (associações e colônias) alcança a marca de 11.367 indivíduos, totalizando 3.552 pescadores a mais do que os 7.815 com RGP cadastrados em Pernambuco (número que excede 2.269 dos listados pelo Mapa como aptos para receber o benefício). Tendo-se em vista que os pescadores que nunca solicitaram sua inscrição no RGP não foram assegurados por meio da MP 908/2019, tem-se o quantitativo de cobertura de apenas 37,3% dos pescadores artesanais de Pernambuco.

Conforme boletim jurídico do Conselho Pastoral dos Pescadores, emitido em agosto de 2021, a concessão do RGP é um dos maiores gargalos da política da pesca artesanal, porque – apesar de determinar a sua obrigatoriedade – as emissões de novos registros estão suspensas desde 2012 no Brasil. Ocorreu uma série de cancelamentos e, além disso, suspensões de RGP foram computadas: 15.269 carteiras foram suspensas e 32.100 canceladas (CPP, 2021). Por tal razão, pescadores e marisqueiras vivenciam diversas violações de direitos trabalhistas e previdenciários.

O pagamento do auxílio pecuniário pelo governo brasileiro consiste em uma medida frágil e inconsistente para dar conta da mitigação de um fluxo intenso de problemáticas disparadas a partir do crime ambiental (COSTA; DINIZ, 2021). A proibição da pesca artesanal nos lugares atingidos e a rápida redução da comercialização dos pescados foram elementos cruciais, que acarretaram importantes prejuízos à renda familiar dos pescadores artesanais, aumentando sua insegurança alimentar e colocando riscos à

sua saúde física, em decorrência do consumo de pescados contaminados e do próprio contato direto com o material no momento de limpeza das regiões litorâneas atingidas (SANTOS et al., 2022a).

Em 2021, por meio da Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP), o Mapa lançou o Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SISRGP 4.0) (Portarias nº 270/2021 e nº 265/2021 e Decreto nº 10.736/2021), enquanto iniciativa do Governo Federal para qualificar o acesso a políticas sociais de maneira inteiramente *on-line*. Assim, como um desafio enfrentado pelo povo brasileiro durante o cadastramento para o recebimento do auxílio emergencial em ocasião da pandemia de Covid-19, os pescadores ainda se depararam com antigas dificuldades relacionadas ao manuseio de aparelhos eletrônicos e ao acesso à *internet*.

Diante desse cenário de inocuidade do auxílio pecuniário, a Procuradoria da República em Pernambuco ajuizou uma ação civil pública para reivindicar a ampliação do pagamento do auxílio financeiro pecuniário por mais dois meses e da concessão do benefício a pescadores dos quatro municípios (Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Rio Formoso) do litoral pernambucano não listados pelo Ibama, além dos pescadores que não estavam inscritos no RGP (MPF, 2019).

A Justiça Federal, então, determinou à União o pagamento do auxílio aos pescadores e às pescadoras profissionais artesanais pernambucanos impactados, direta ou indiretamente, pelo derramamento de óleo no litoral (MPF, 2019). Assim, passaram a ser contemplados os trabalhadores com inscrição regular no RGP e os pescadores e as pescadoras artesanais com pendências na inscrição no RGP ainda não apreciadas pelo Ministério da Agricultura.

Entretanto, os dados obtidos pelo inquérito epidemiológico demonstram um contexto ainda mais profundo de problemáticas em relação ao exposto na ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) no que diz respeito à concessão do auxílio pecuniário e às limitações dos critérios estabelecidos pelo Mapa (municípios onde houve avistamento de óleo, com registro do Ibama). Três anos após a decisão da Justiça Federal de ampliar a distribuição do auxílio pecuniário, no esforço de contemplar mais pescadores com o recurso, nenhuma intervenção foi realizada por parte do Governo Federal. Tal avaliação corrobora o achado da pesquisa, visto que 79% dos pescadores entrevistados declararam se sentir insatisfeitos com o que foi feito para melhorar as condições de vida após o derramamento.

Outro problema enfrentado pela população de pescadores para a concretização do recebimento do auxílio pecuniário consiste na comprovação de residência em um dos municípios considerados afetados pelo derramamento de petróleo. Contudo, sabe-se que, a partir do desenvolvimento do sistema colonial capitalista, o litoral e, sobretudo, o território pesqueiro (domicílios, área de pesca, beneficiamento e comercialização de pescados) passam por uma reconfiguração, que provoca um intenso afastamento dos pescadores entre seus locais de moradia e trabalho (RAMALHO, 2008).

As transformações ambientais causadas por grandes empreendimentos no litoral do estado, como o complexo industrial portuário de Suape e a fábrica da empresa automobilística Jeep, reconfiguram a disponibilidade de peixes e mariscos, bem como as áreas de pesca. Com a privatização das praias, por conta da especulação turística, pescadores são deslocados para as periferias urbanas e percorrem longas distâncias para realizar sua atividade pesqueira (TRIBUNAL POPULAR DA ECONOMIA DO MAR, 2022).

Acrescenta-se a territorialidade do mar, que não reconhece fronteiras entre municípios, o que dificulta o entendimento de que o critério de beneficiamento encontra-se restrito aos domiciliados nos municípios oleados, tornando ineficiente o propósito de reparar os danos causados aos pescadores.

O inquérito possibilitou a verificação de que todos os pescadores entrevistados foram afetados direta ou indiretamente pelo derramamento, visto que, nas localidades não oleadas, também houve o prejuízo relacionado à redução do preço dos pescados e, consequentemente, à sua comercialização. Atravessadores, assim como consumidores finais, reduziram o número de pedidos habituais de pescados, por desconfiar sobre a qualidade sanitária do alimento. A redução importante da demanda turística, um dos principais prejuízos econômicos para Pernambuco, também surge como um dos entraves para a manutenção das vendas de pescados no estado.

Entrevistados relataram, ainda, que os atravessadores com boa capacidade de armazenamento, na verdade, se beneficiaram do processo, pois compravam com preços reduzidos, congelavam e revendiam os produtos com preços bastante elevados para restaurantes e mercados ao longo do retorno da comercialização.

Dentre os pescadores entrevistados, 66% (826) declararam ter visto óleo no seu local de pesca, sendo que, destes, 10% (86) residiam em municípios que não foram considerados pelo Ibama como tendo sido afetados pelo petróleo, o que os impossibilitou de receber o auxílio financeiro (IBAMA, 2019), aumentando as evidências de impactos diretos e indiretos em todos os municípios do litoral de Pernambuco. A tabela 2, a seguir, apresenta as áreas onde pescadores entrevistados avistaram petróleo nos municípios não listados pelo Ibama.

Tabela 2. Avistamento de fragmentos de petróleo cru pelos pescadores em municípios desconsiderados pela lista do Ibama em 2019

Municípios	Locais onde foram vistos	Pescadores que avistaram óleo no local	% em relação à quantidade que avistou óleo	% de entrevistas no município em relação ao total
Abreu e Lima	Água	1	0,8%	1,3%
	Areia	1		
	Lama do mangue	2		
	Vegetação do mangue	2		
	Animais	1		
Igarassu	Água	18	8,5%	5,4%
	Areia	26		
	Lama do mangue	12		
	Vegetação do mangue	7		
	Animais	11		
Itapissuma	Água	6	3,6%	3,7%
	Areia	6		
	Lama do mangue	8		
	Vegetação do mangue	4		
	Animais	5		
	Vegetação e algas marinhas	1		
Rio Formoso	Pedras e recifes	1	8,7%	3,4%
	Água	18		
	Areia	16		
	Lama do mangue	17		
	Vegetação do mangue	15		
	Animais	7		
	Outros locais	1		
	Vegetação e algas marinhas	2		

Fonte: elaboração das autoras.

Em resposta à ação civil pública ajuizada pelo MPF em Pernambuco, o Governo Federal, por intermédio do Mapa, não autorizou a ampliação do auxílio, sob a justificativa de que não haveria restrições legais quanto ao consumo ou à comercialização do pescado nas regiões atingidas pelo derramamento de óleo, ainda que o objetivo da MP nº

908/2019 fosse assegurar a renda para pescadores, compreendendo que a pesca não era segura naquele momento (MPF, 2019).

A justificativa do Mapa se baseou em análises da presença de contaminantes nos pescados que, segundo a Nota Técnica nº 3 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, não colocavam em risco o consumo de pescados das regiões oleadas. A nota afirmava que as análises de pescado atestaram que apenas duas espécies apresentaram valores de referência adulterados (MAPA, 2019).

Nas duas espécies foram encontrados hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA) acima do valor limite do nível recomendado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), segundo as amostras analisadas pelo Mapa (MAPA, 2019). Franco *et al.* (2008) apontam que elevados valores de HPA em alimentos podem causar tumores e outros efeitos no sistema reprodutor relacionados à fertilidade, a problemas gestacionais e a anomalias congênitas.

Estudos epidemiológicos também demonstraram que o HPA tem efeitos carcinogênicos (GODSCHALK, 2003; JACOB, 2002), o que indica níveis reduzidos de preocupação do governo com a saúde não só dos pescadores, mas de toda a população consumidora de pescados. Autores do campo da saúde coletiva ressaltam que a exposição a qualquer quantidade de produtos como o HPA pode causar danos graves à saúde humana, ou seja, não existe nível de exposição seguro para que não cause danos à saúde (GURGEL; SANTOS; GURGEL, 2019; COSTA; GOLDBAUM, 2017).

O Governo Federal “contribuiu significativamente para a construção da insegurança da população quanto aos riscos do consumo de peixes e mariscos, impactando diretamente na renda dos pescadores artesanais e marisqueiras” (MPF, 2019, p. 13). Primeiro, reconhecendo que a pesca oferecia riscos e, portanto, ofertou o auxílio pecuniário; e, depois, não reconhecendo a existência desses mesmos riscos quando o Governo Federal foi convocado a aumentar a capacidade de oferta do benefício.

INVESTIGAÇÃO DO CRIME E SANÇÃO AOS RESPONSÁVEIS

Segundo o relatório da CTEOLEO (2022), as investigações da Marinha do Brasil, da Polícia Federal (PF) e do Ibama foram inconclusivas, desarticuladas e de resultados divergentes, além de não terem

conseguido identificar o responsável pelo crime ambiental, mesmo após três anos do ocorrido. O relatório, publicado em novembro de 2022, informa que a PF se baseou em estudos de empresas europeias que já haviam sido refutados pelo Ibama. Os resultados mais conclusivos apontam probabilidade de derramamento acidental ou intencional durante o trânsito de navios, podendo ser petroleiros ou não. Estudos publicados também refutam as análises divulgadas pela PF, conforme relatado pela comissão.

A Marinha declarou à comissão que encontrou dificuldades para obter informações cruciais para o desenvolvimento da investigação devido: (I) à ausência ou ao retardo no recebimento das informações requisitadas às empresas de navegação proprietárias dos navios investigados; (II) à existência de navios que trafegam nas águas jurisdicionais brasileiras sem o uso contínuo dos sistemas de monitoramento de navegação (alguns, inclusive, em claro desrespeito a acordos internacionais dos quais seus países de origem são signatários); e (III) à ausência de regramento internacional que obrigue as empresas a aderir ao sistema de identificação e acompanhamento de embarcações quando em trânsito pelas áreas costeiras exclusivas (CTEOLEO, 2022).

Diante do derramamento de petróleo, observou-se a disseminação de desinformação e de notícias falsas (*fake news*) pelos dirigentes do Governo Federal, que causaram ainda mais desentendimentos e conflitos entre organizações subnacionais e comunidades da pesca artesanal, cuja continuidade prosseguiu durante a pandemia de Covid-19 (PENA et al., 2020; TRINDADE et al., 2022).

A comissão citou o então presidente Jair Bolsonaro e o então ministro do Meio Ambiente como propagadores de *fake news*. Bolsonaro teria publicado em uma de suas mídias sociais a imagem de um navio que executou serviço de dragagem na praia de Matosinhos, em Portugal, em abril de 2019, com a afirmação de que se tratava de um navio venezuelano que despejara o óleo que atingiu o Nordeste. Já Ricardo Salles teria sugerido, em uma postagem na mídia social Twitter, que o Greenpeace, ONG mundialmente conhecida pela proteção ao meio ambiente, seria a responsável pelo crime do petróleo (TWITTER, 2019; CTEOLEO, 2022).

Diante disso, infere-se que a má gestão e a inabilidade operacional na condução das investigações, decorrentes do alinhamento do Governo

Federal ao neofascismo ultraneoliberal, irracional e negacionista (CASSIN, 2022), levaram o Estado brasileiro a ter que arcar sozinho com o prejuízo do crime ambiental de derramamento de petróleo. Segundo as adequadas regras do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, instituído pelo Decreto nº 8.127/2013, enquanto não for identificado o poluidor, os custos relativos às atividades de resposta e de mitigação serão cobertos pelo Poder Executivo Federal (BRASIL, 2013).

Somente com o irrisório auxílio emergencial ofertado a uma parcela reduzida de pescadores artesanais, o governo gastou R\$ 131 milhões, sem contar a despesa para o recolhimento e a eliminação do óleo por parte dos órgãos federais (Marinha, Exército, Corpo de Bombeiros, Samu etc.) (CTEOLEO, 2022).

Além destes, também ocorreram os custos do Sistema Único de Saúde (SUS) (CTEOLEO, 2022) com a saúde dos vários voluntários que realizaram a limpeza das praias sem qualquer proteção física ou orientação, visto que o Estado demorou mais de um mês para se envolver na limpeza das praias. De igual modo, devem ser relacionados os custos com a saúde e com as medidas socioassistenciais para os pescadores artesanais que dependiam do pescado nas áreas atingidas pelo óleo e que passaram mais de seis meses (inclusive no período de proibição da atividade, durante o *lockdown* decorrente da pandemia de Covid-19) em situação de extrema vulnerabilidade econômica e insegurança alimentar e nutricional (CAVALCANTI, 2020).

No segundo semestre de 2022, novos fragmentos de petróleo foram encontrados em várias praias do Nordeste. Somente em dois municípios de Pernambuco foram recolhidas cinco toneladas de óleo até o início de outubro (ALVES; COUTINHO, 2022; SEMAS, 2022). Apesar disso, Pernambuco pretende implantar a filial de uma refinaria privada do grupo Acelen, dos Emirados Árabes Unidos, que vem construindo hegemonia no abastecimento de mais da metade da Região Nordeste (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2022).

O estado conta com uma das refinarias mais modernas da Petrobras, possui projetos de privatização de refinaria da estatal em Pernambuco e continua persistente na corrida pelo monopólio do petróleo, o que – juntamente com outros fatores – culminou na Operação Lava-Jato, resultando em golpe de Estado e em prisões arbitrárias (BELLO, 2021).

Nas pactuações da última Conferência do Clima, da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 27, observa-se que, apesar do avanço histórico em relação à criação de um fundo de reparação para os países periféricos, continua sem reconhecimento a importância da eliminação dos combustíveis fósseis (OECD, 2022).

O BRASIL NO CENÁRIO MUNDIAL

O recrudescimento da crise energética, a partir da guerra da Ucrânia, por falta de abastecimento de gás natural enfrentada pela Europa (MOHANNA, 2022), agrava a correlação de forças e o jogo político que se apresenta para o Brasil. O projeto de privatização da Petrobras tentou se justificar no discurso aparentemente bem-intencionado das empresas em iniciar o processo de transição energética, com o abandono do investimento em combustíveis fósseis, altamente produtores de carbono (SANEAMENTO UFRJ, 2020).

Trata-se de outra falácia do modelo ultraneoliberal, visto que a Petrobras chegou a investir em ativos de energia eólica e solar, em parceria com a estatal norueguesa Equinor, mas teve sua parcela de contribuição vendida pelo governo Bolsonaro (Ibid.). O recuo nos investimentos em ativos eólicos e solares *on* e *offshore*, isto é, a redução da Petrobras a uma mera empresa de petróleo e sua privatização na gestão Bolsonaro evidenciam que a soberania energética com transição ecológica só é possível com uma Petrobras de domínio estatal.

A discussão sobre a economia azul surge na Conferência Rio+20 em 2012, de maneira a reenquadrar os oceanos enquanto “espaços de desenvolvimento” (CASTRO, 2017), para atender à lógica neoliberal de um mercado orientado pela ideia de fronteira aberta para a exploração econômica. Por outro lado, a ONU declarou a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, a ser implementada de 2021 a 2030, para o cumprimento dos compromissos da Agenda 2030, com foco no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 e em correlatos (BRASIL, 2020).

Além disso, o relatório da CTEOLEO alerta para a crescente passagem de navios petroleiros no Atlântico Sul. A ampliação de terminais de contentores, da construção naval, da produção de petróleo e gás *offshore*, de parques eólicos *offshore*, do turismo de massa, da

aquicultura, da pesca industrial e a ampliação do alcance da mineração em águas profundas (MPP, 2022) evidenciam uma estratégia capitalista de saída de mais uma de suas crises estruturais, que consiste em mercantilizar serviços, bens e territórios ainda não alcançados por sua capacidade de exploração (NETTO, 2011).

Com a ampliação da inserção de processos destrutivos nos territórios e o aumento da frequência de desastres tecnológicos e de origem natural (resultantes dos impactos ambientais globais, como o aquecimento global), destaca-se a urgente necessidade de que o Brasil cumpra protocolos internacionais e nacionais estabelecidos para haver preparação de respostas e medidas de mitigação de danos e reparação em âmbito municipal, estadual e federal. Porém, para isso, é necessária a construção ou a utilização de instrumentos que permitam a realização de respostas de forma antecipada, efetiva e no tempo oportuno em situações de desastres. Salienta-se que cada desastre exigirá uma capacidade de implementar respostas diferentes, tendo-se em vista que as características das localidades atingidas (sejam elas geográficas, ambientais ou socioeconômicas) apresentam suas particularidades, com situações de maior ou menor vulnerabilidade (ONU, 2005; NARVAÉZ et al., 2009; FREITAS et al., 2018).

Com a eleição de Lula, apresenta-se a possibilidade de intervir na importante disputa atrelada aos acordos de comércio internacional nos quais impera o posicionamento do Brasil. O problemático acordo que as empresas agroexportadoras nacionais pretendem estabelecer com os Estados-nação e as empresas europeias (mediante o Acordo de Livre Comércio União Europeia–Mercosul) e a própria continuidade do Mercosul, por exemplo, ilustram a nova ofensiva colonial vivida pelos países periféricos, o que coloca o importante desafio para o povo brasileiro, junto ao governo democrático, de disputa por uma sociedade pautada pela saúde da terra e das pessoas, com justiça ambiental, social e cognitiva (FES, 2020).

O cenário de injustiça experimentado por pescadores artesanais no período pós-derramamento de petróleo evidencia a marca comumente forjada por grandes projetos de desenvolvimento econômico (RIGOTTO, 2016). Assim como os pescadores artesanais de Pernambuco, diversos povos e comunidades tradicionais têm, em sua trajetória histórica, um saldo excessivamente negativo herdado dos projetos de desenvolvimento que acabam sendo instalados em seus territórios de vida (SANTOS, 2017; ALVES et al., 2019).

Tal contexto possibilita compreender que a negligência, por parte do Estado brasileiro para com a pesca artesanal, não somente ocorre historicamente, como também era esperada nas respostas estatais ofertadas por um Estado operado por agentes adeptos do ultraliberalismo fascista e negacionista. Neste sentido, afirmamos que o derramamento de petróleo e a inoperância do Estado brasileiro nas ações de mitigação configuram uma sobreposição de violências estruturais praticadas contra pescadores e pescadoras artesanais.

O pagamento do auxílio pecuniário pelo governo brasileiro consistiu em medida frágil e inconsistente para dar conta da mitigação de um fluxo intenso de problemáticas disparadas a partir do crime ambiental (COSTA; DINIZ, 2021). A proibição da pesca artesanal nos lugares atingidos e a rápida redução da comercialização dos pescados foram elementos cruciais para a deflagração de importantes prejuízos à renda familiar dos pescadores artesanais, o que aumentou sua insegurança alimentar e colocou em risco sua saúde física, em decorrência do consumo de pescados contaminados e do próprio contato direto com o material no momento de limpeza das regiões litorâneas atingidas (SANTOS et al., 2022a).

O derramamento de petróleo no litoral do Nordeste teve respostas morosas e de pouco alcance para mitigar os danos ocorridos para a população e o meio ambiente. Tal realidade se mostrou como um sintoma da histórica e profunda relação colonial enfrentada internamente pela Região Nordeste com o Brasil e deste com os países que dominam o sistema econômico mundial (PEREIRA, 2015; VALE, 2021). A postura recorrente de omissão, violência e autoritarismo da gestão do então presidente Jair Bolsonaro com as Regiões Norte e Nordeste do País, bem como com povos e comunidades tradicionais do Brasil (ALENTEJANO, 2020), se expressou fortemente pela resposta estatal oferecida ao crime socioambiental de derramamento de petróleo (SANTOS et al., 2022).

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas é uma importante conquista de movimentos dos povos e das comunidades tradicionais ligados à natureza, junto ao movimento em defesa do SUS, pelo fato de que assumem a tarefa de cuidar da saúde das populações mais duramente atingidas pelo modelo primário exportador neocolonial (FENNER et al., 2018). Consoante com as questões apontadas neste texto, depara-se com o grande desafio de firmar, nos próximos anos, a reivindicação de um cuidado integral

voltado para o enfrentamento da injustiça ambiental, do desenvolvimentismo e da crise climática, para que o Estado brasileiro assuma um compromisso com a democracia, a população e a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo expõe dados que demonstram a negligência dos órgãos governamentais brasileiros em relação à pesca artesanal por falta de respostas ofertadas por um Estado operado por agentes adeptos do ultraliberalismo fascista e negacionista. Neste sentido, afirmamos que o derramamento de petróleo e a inoperância do Estado brasileiro nas ações de mitigação configuram uma sobreposição de violências estruturais praticadas contra pescadores e pescadoras artesanais.

É possível identificar que as consequências negativas decorrentes de desastres/crimes do modelo energético, atualmente baseado em combustíveis fósseis, somam-se às desigualdades sociais decorrentes do modelo capitalista, acumulando opressão sobre os ombros do povo que vive do trabalho e, especialmente, das comunidades tradicionais, das quais os pescadores artesanais fazem parte.

Medidas de reparação quanto ao derramamento de petróleo em 2019 são alguns dos importantes desafios que se apresentam ao governo democrático e ao campo popular de luta pela pesca artesanal, principalmente no que diz respeito a encontrar os verdadeiros responsáveis pelo referido crime ambiental e fazer a devida e adequada reparação financeira, com o ressarcimento a todos os que dela tenham necessitado. Mas tais medidas devem avançar, por exemplo, mediante uma atuação intersetorial do Ministério da Pesca e a centralidade na demarcação do território pesqueiro para a formulação e a implementação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. G.; SANTOS, M. O. S.; ALVES, M. J. C. F. et al. Ecos de injustiça ambiental: o que dizem as mulheres sobre o Complexo Industrial e Portuário de Suape. *In*: SANTOS, M. O. S.; GURGEL, A. M.; GURGEL, I. G. D. **Conflitos e injustiças na instalação de refinarias**. Recife: Editora UFPE, 2019.

ALVES, P.; COUTINHO, K. **Cinco toneladas de ‘bolotas’ de óleo são recolhidas em duas cidades do litoral de Pernambuco**. G1-Pernambuco, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/10/04/toneladas-de-bolotas-de-oleo-sao-recolhidas-em-duas-cidades-do-litoral-de-pernambuco.ghtml>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ARAÚJO, M. E.; RAMALHO, C. W. N.; MELO, P. W. Artisanal fishers, consumers and the environment: immediate consequences of the oil spill in Pernambuco, Northeast Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, nº 1, e00230319, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311x00230319>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BELLO, E.; CAPELA, G.; KELLER, R. J. Operação Lava-Jato: ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. **Revista Direito e Práxis [on-line]**, v. 12, nº 3, p. 1665-1667. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/53884>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.950, de 27 de janeiro de 2022. **Dispõe sobre o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10950.htm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Medida Provisória nº 908, de 28 de novembro de 2019. **Institui o auxílio emergencial pecuniário para os pescadores profissionais artesanais inscritos e ativos no Registro Geral da Atividade Pesqueira, domiciliados nos municípios afetados pelas manchas de óleo**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv908.htm>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Década da Ciência Oceânica Brasil** (2020). Disponível em: <<http://decada.ciencianomar.mctic.gov.br/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. **Nota técnica nº 3/2019/2019/CGDPMDEPOP/DEPOP/SAP/MAPA**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/ministerio-divulganovosresultados-da-analise-de-pescado-da-area-atingida-por-oleo>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Comissão Temporária Externa para Acompanhar as Ações de Enfrentamento às Manchas de Óleo no Litoral Brasileiro (CTEOLEO)**. Relatório Final, 2022. Disponível

em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/ab57478e-b1e0-409c-a6e9-df7ec349b0bd>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista da Faculdade Nacional de Saúde Pública**, v. 31, nº 1, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rfnsp/v31s1/v31s1a02.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CASSIN, M. P. S. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016. **Temporalis**, v. 22, nº 43, p. 17-33, 2022.

CAVALCANTI, J. A. S.; WANDERLEY, B. E. B. Os pescadores e pescadoras artesanais em tempos de covid-19. **Revista Pegada**, v. 21, nº 2, 2020.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Boletim Jurídico Pescando Direitos**. 8ª edição. Pernambuco. Disponível em: <<http://www.cppnacional.org.br/publicacao/pescando-direitos-edi%C3%A7%C3%A3o-8-agosto-de-2021>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Relatório dos Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. Pernambuco. Disponível em: <<http://www.cppnacional.org.br/publicacao/relat%C3%B3rio-dos-conflitos-socioambientais-e-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos%C2%A0em%C2%A0comunidades>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

COSTA, A. M.; DINIZ, P. C. O. Processos de vulnerabilização em grandes empreendimentos desenvolvimentistas e estratégias de reparação integral comunitária em comunidades tradicionais. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, p. 63-72, 2021.

DUARTE, K. V. N.; MACHADO, A. S.; CESSÉ, E. A. P. et al. Contribuições de um sistema tecnológico para a construção de ecomapas na atenção aos usuários hipertensos e diabéticos: estudo de caso com equipes NASF. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, v. 21, nº 4, p. 534-550, 2018.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FENNER, A. L. D.; MACHADO, J. M. H.; SOUZA, M. S. et al. (Orgs.). **Saúde dos Povos e Populações do Campo, da Floresta e das Águas**.

Série Fiocruz Documentos Institucionais. Coleção Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018, p. 113.

FRANCO, S. S.; NARDOCCI, A. C.; GÜNTHER, W. M. R. PAH biomarkers for human health risk assessment: a review of the state-of-the-art. **Cadernos de Saúde Pública** [internet], v. 24, s. 24, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001600009>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

FREITAS, C. M. de; MAZOTO, M. L.; ROCHA, V. **Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018.

FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG (FES). Ordem Global e Regional. **Acordo Mercosul-União Europeia: Análise de impactos setoriais no Brasil**. Edição especial. São Paulo: FES, 2020. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16439.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

GUIMARÃES, S. R.; LEITÃO, M. R. F. A. Pesca artesanal: reflexões sobre políticas públicas na Colônia de Pescadores Z-33 349 em Porto Jatobá, Pernambuco. **Interações**, v. 21, nº 2, p. 347-361, 2020.

GURGEL, A. do M.; SANTOS, M. S. dos; GURGEL, I. G. D. (Orgs.). **Saúde do campo e agrotóxicos**. Recife: Editora UFPE, 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Localidades atingidas** (2019). Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-localidades-atingidas>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

LIMA, F. A. N. S.; CORRÊA, M. L. M.; GUGELMIN, S. A. Territórios indígenas e determinação socioambiental da saúde: discutindo exposições por agrotóxicos. **Saúde em Debate** [on-line], v. 46, nº 2, p. 28-44. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E202>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MACHADO, J. M. H.; MARTINS, W. de J.; SOUZA, M. S. et al. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 28, nº 2, p. 243-249, 2017. Disponível em:

<<http://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/mis-39829>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MALDONADO, S. **Mestres e Mares: Espaço e indivisão social na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1994.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**. 2ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública. Inquérito Civil nº 1.26.000.003949/2019-18**. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/pe/sala-de-imprensa/noticias-pe/mpf-consegue-ampliar-na-justica-auxilio-a-pescadores-e-marisqueiros-afetados-pelo-derramamento-de-oleo-em-pernambuco>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MOHANNA, L. A. **Las consecuencias energéticas de la Guerra en Ucrania**. Anuário de relaciones internacionales, 2022. Departamento de Relaciones Económicas Internacionales – Artículos.

MONTENEGRO, S. **Consórcio Nordeste debate proposta de Plano Regional de Contingência para Incidentes com Óleo**. Portal de Notícias da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (2022). Disponível em: <<https://semas.pe.gov.br/consorcio-nordeste-debate-proposta-de-plano-regional-de-contingencia-para-incidentes-com-oleo/>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS (MPP). **Cartilha de formação para o Tribunal Popular da Economia do Mar**. Ceará: MPP, 2022.

SANTOS, D. S. T. Comunidade pesqueira e quilombola Conceição-BA: defesa da autodeterminação e do território frente à turistificação e aos empreendimentos imobiliários. **Dos Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 3, nº 1, p. 89-99, 2021.

NARVAÉZ, L.; LAVELL, A.; ORTEGA, G. P. **La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos**. Comunidad Andina. Lima, Perú, 2009.

NETTO, J. P. **Economia Política: Uma introdução crítica**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Estratégia Internacional para a Redução de Desastres**. Marco de Ação de Hyogo

2005-2015: Aumento da resiliência das nações e das comunidades frente aos desastres, 2005.

PENA, P. G. L.; NORTHCROSS, A. L.; LIMA, M. A. G. de et al. Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. **Cadernos de Saúde Pública** [on-line], v. 36, nº 2, p. e00231019, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00231019>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PEREIRA, E. M. Desenvolvimento, questão social e Nordeste brasileiro: contradições e tendências atuais. **Temporalis**, v. 15, nº 30, p. 281-306, 2015.

PORTO, M. F. de S.; ROCHA, D. Neoextrativismo, garimpo e vulnerabilização dos povos indígenas como expressão de um colonialismo persistente no Brasil. **Saúde em Debate** [on-line], v. 46, nº 133, p. 487-500, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104202213317>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PRIZIBISCZKI, C. **Fim de jogo**: a repercussão dos resultados da COP 27 no Brasil. Jornalismo digital. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/fim-de-jogo-a-repercussao-dos-resultados-da-cop27-no-brasil/>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

REGO, R. F. Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos: da invisibilidade à proposição de políticas públicas para o Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, s. 1, p. 1-9, 2018.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DE PERNAMBUCO (SEMAS), 2022. **Semas participa de reunião de grupo interinstitucional que monitora o aparecimento de óleo no litoral**. Disponível em: <<https://semas.pe.gov.br/semas-participa-de-reuniao-do-grupo-interinstitucional-que-monitora-o-aparecimento-de-oleo-no-litoral/>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, L. R. C. da; PESSOA, V. M.; CARNEIRO, F. F. et al. Derramamento de petróleo no litoral brasileiro: (in)visibilidade de saberes e descaso com a vida de marisqueiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, nº 12, p. 6027-6036, 2021.

RIGOTTO, R. M.; SANTOS, V. P.; MONTEIRO, A. C. Territórios tradicionais de vida e as zonas de sacrifício do agronegócio no Cerrado. **Saúde em Debate** [on-line], v. 46, nº 2, p. 13-27, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E201>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SAMPAIO JR., P. A. **A opção do PT**. 10 anos de governos do PT: Dossiê Marxismo 21. Disponível em: <<https://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SANTOS, M. O. S. **Vulneração e injustiças ambientais na determinação social da saúde no território de Suape, Pernambuco/Brasil**, 2017. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2017.

SANTOS, M. O. S. dos; NEPOMUCENO, M. M.; GONÇALVES, J. E. et al. Oil Spill in Brazil—Analysis of Vulnerabilities and Socio-Environmental Conflicts. **BioChem**, v. 2, nº 4, p. 260-268, 2022.

SANTOS, M. O. S. dos; SANTOS, C. P. D. S; ALVES, M. J. C. F. et al. Oil in Northeast Brazil: mapping conflicts and impacts of the largest disaster on the country's coast. **Anais da Academia Brasileira de Ciências [on-line]**, v. 94, nº 2, p. e20220014, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0001-376520220220014>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DE PERNAMBUCO. **Ofício SEMAS Nº 440/2020 – GS, 4 de dezembro de 2020**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node02esw42a0snpa1xnjnz8y71ocx4356219.node0?codteor=1950884&filename=DOCCPI+180/2020+CPIOLEO>. Acesso em: 23 dez. 2021.

SOARES, M. O.; TEIXEIRA, C. E. P.; BEZERRA, L. E. A. et al. The most extensive oil spill registered in tropical oceans (Brazil): the balance sheet of a disaster. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 29, nº 13, p. 19869-19877, 2022.

TRIBUNAL POPULAR DA ECONOMIA DO MAR. **Conselho de Sentença**, 2022. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/sites/default/files/SENTEN%C3%87A_TRIBUNAL_POP_MAR.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

TRINDADE, A. A. M.; PENA, P. G. L. et al. Vigilância popular da saúde nas comunidades pesqueiras tradicionais e ecologia dos saberes no enfrentamento à Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva [on-line]**, v. 26, nº 12, p. 6017-6026. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14682021>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

TWITTER. **Ricardo Salles (@rsallesmma)**. 24 out. 2019, às 13h32. Disponível em: <<https://twitter.com/rsallesmma/status/1187406485195821056>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Petrobras, petrolífera brasileira, sai do mercado de renováveis**. Disponível em: <<http://www.saneamento.poli.ufrj.br/index.php/br/noticias/555-petrobras-petrolifera-brasileira-sai-do-mercado-de-renovaveis>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

VEIGA, M. C. M.; LEITÃO, M. do R. de F. de A. Gênero e política pública: Programa Chapéu de Palha da pesca artesanal em São José da Coroa Grande – PE. **Revista Feminismos**, v. 6, nº 3, p. 53-66, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30755>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Caiçaras e quilombolas da Bocaina: conflitos na implementação de direitos e sustentabilidade

*Caiçaras and quilombolas from Bocaina: conflicts in the
implementation of rights and sustainability*
*Caiçaras y quilombolas de Bocaina: conflictos en la
implementación de derechos y sostenibilidad*

Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato¹

<https://orcid.org/0000-0002-2646-9523>

Jeni Vaitsman²

<https://orcid.org/0000-001-8569-853X>

Nathalia Silva Duarte³

<https://orcid.org/0000-0002-5473-1154>

Rômulo Paes de Sousa⁴

<https://orcid.org/0000-0002-3384-6657>

1 Socióloga. Mestre em Administração Pública. Doutora em Ciências (Saúde Pública). Professora Titular da Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0424725782547579>>. E-mail: <lenauralobato@uol.com.br>.

2 Bacharel em Ciências Sociais. Mestre em Antropologia Social. Doutora em Sociologia. Professora Visitante do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2478488398214475>>. E-mail: <vaitzman@uol.com.br>.

3 Geógrafa. Mestre em Geografia. Pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1084148836332960>>. E-mail: <nati.duarte.geo@gmail.com>.

4 Médico (UFPA). PhD (London School of Hygiene and Tropical Medicine). Pesquisador do Instituto René Rachou/Fiocruz. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5006513659961268>>. E-mail: <romulo.paes@fiocruz.br>.

Recebido em: 27/02/2023

Aprovado em: 09/06/2023

Resumo: O artigo analisa os conflitos vivenciados por caiçaras e quilombolas da região da Bocaina (estados do Rio de Janeiro e São Paulo) quanto ao acesso ao território, aos recursos naturais e aos serviços públicos que garantem a qualidade de vida das comunidades tradicionais, permitem a manutenção de seus modos de vida e, conseqüentemente, contribuem para os objetivos de sustentabilidade. A metodologia qualitativa inclui revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas *in loco* nas comunidades. As conclusões indicam que, apesar das conquistas normativas e institucionais para os povos e as comunidades tradicionais, expressas tanto em mecanismos de governança participativa que potencializaram a mobilização e organização social dessas comunidades, quanto em um conjunto de políticas públicas que lhes garantem direitos, há um déficit importante na consecução desses direitos, o que fragiliza a inclusão social e política das comunidades tradicionais como partícipes da preservação da biodiversidade e da construção dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: quilombolas; caiçaras; governança participativa; direitos; sustentabilidade.

Abstract: The article analyzes the conflicts experienced by *caiçaras* and *quilombolas* in the Bocaina region (states of Rio de Janeiro and São Paulo) regarding access to territory, natural resources, and public services, which guarantee the quality of life for traditional communities and allow for the maintenance of their ways of life and, consequently, contribute to sustainability. The qualitative methodology includes a bibliographic review, document analysis, and on-site interviews in the communities. The conclusions indicate that there were normative and institutional achievements for traditional peoples and communities, expressed both in participatory governance mechanisms that boosted the mobilization and social organization of these communities and in a set of public policies that guaranteed them rights. However, a critical deficit in achieving these rights weakens the social and political inclusion of traditional communities as participants in preserving biodiversity and constructing sustainable development goals.

Keywords: quilombolas; caiçaras; participatory governance; rights; sustainability.

Resumen: El artículo analiza los conflictos vividos por *caiçaras* y *quilombolas* en la región de Bocaina (estados de Río de Janeiro y São Paulo) en cuanto al acceso al territorio, a los recursos naturales y a los servicios públicos, que garantizan la calidad de vida de las comunidades tradicionales y permiten el mantenimiento de su modos de vida y contribuyen a la sostenibilidad. La metodología cualitativa incluye revisión bibliográfica, análisis de documentos y entrevistas in situ en las comunidades. Las conclusiones indican que, a pesar de los logros normativos e institucionales para las comunidades tradicionales, expresados tanto en mecanismos de gobernanza participativa que impulsaron la movilización y organización social de estas comunidades, como en políticas públicas que les garanticen derechos, existe un déficit en el logro de estos derechos, lo que debilita la inclusión social y política de las comunidades como partícipes de la preservación de la biodiversidad para la sostenibilidad.

Palabras clave: quilombolas; caiçaras; gobernanza participativa; derechos; sostenibilidad.

INTRODUÇÃO

O território da Bocaina, denominação empregada pelo Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), abrange áreas desses municípios (localizados entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo) e abriga oito quilombos, cerca de 60 comunidades caiçaras e oito aldeias indígenas. Tais comunidades são reconhecidas pelo fato de que exercem diferentes práticas de sustentabilidade como parte de seus modos de vida (GALLO; NASCIMENTO, 2019), mesmo convivendo com processos socioeconômicos e ambientais que impactam negativamente esses modos de vida.

A região tem sido palco de processos e conflitos econômicos, políticos e institucionais que envolvem as comunidades tradicionais, os agentes públicos e os interesses econômicos que afetam seu modo de vida tradicional. Em relação à posse da terra e ao uso dos recursos naturais, o contexto é de forte especulação imobiliária, grilagem e restrições ambientais. No campo da proteção social, há insuficiência de estruturas apropriadas para a permanência das comunidades em seus

territórios e de mecanismos de apoio às suas práticas sustentáveis. Ao mesmo tempo, a mobilização e a organização das comunidades têm garantido políticas de proteção social e conquistas dentro dos marcos constitucionais, gravemente ameaçadas, entre 2016 e 2022, por retrocessos políticos.

O papel das comunidades tradicionais na preservação do meio ambiente vem sendo reafirmado em inúmeros fóruns acadêmicos e políticos nacionais e internacionais desde a aprovação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989 (BRASIL, 2004), que reconheceu a especificidade cultural e étnica dos povos indígenas e tribais e seu direito à terra. O tema tornou-se central na concepção de orientações internacionais sobre o desenvolvimento sustentável, cuja última versão, expressa na Agenda 2030, associa a defesa do meio ambiente ao combate à pobreza e às várias formas de desigualdade (UN, 2015).

Caiçaras e quilombolas têm origens distintas e singularidades em suas tradições e em seus modos de vida, mas enfrentam problemas similares na Bocaina. Os caiçaras se desenvolveram nas áreas costeiras entre Paraná e Rio de Janeiro, geralmente descendendo de indígenas, portugueses e negros. A utilização do mar e da mata, seguindo os ciclos naturais conhecidos através das gerações, constitui elemento central da cultura e identidade caiçara. Técnicas de agricultura de baixo impacto ambiental contribuíram para a biodiversidade e a diversidade cultural, além do vasto arsenal de conhecimento sobre a mata, o mar e a produção de remédios, artesanatos, alimentos, artefatos, construções etc. (DIEGUES; NOGARA, 2005; MARCÍLIO, 2006). A pesca tradicional está na raiz da vida social e econômica caiçara da Bocaina, onde algumas comunidades são acessíveis apenas por barco. Hoje, o modo de vida incorporou as várias atividades ligadas ao turismo, como transporte por barcos, serviços domésticos, oferta de alojamentos e refeições etc.

Os quilombos se formaram com base na escravidão, mas são heterogêneos, pois foram construídos a partir de distintos territórios, histórias e inserção social e econômica, com a ancestralidade, a resistência e a reivindicação de direitos associadas à construção da identidade quilombola. Todos os pesquisados têm, em seus modos de vida, o cultivo de roças, a fabricação de farinha, aguardente, artefatos e artesanato, além de práticas culturais, terapias tradicionais e a pesca para comunidades localizadas próximas ao mar.

Com a inauguração da estrada Rio-Santos na década de 1970, conflitos relativos à posse e à propriedade da terra alteraram radicalmente a configuração socioeconômica da região. Novos projetos de desenvolvimento e turismo aceleraram o processo de especulação de terras. A ocupação costumeira e coletiva do território foi intensamente confrontada pela lógica do regime de propriedade privada da terra, restringindo o direito baseado na tradição e transmitido pelo parentesco e pela história oral. Para os quilombolas, agravou-se a discriminação a que já eram submetidos como descendentes de escravos negros, com a expulsão de suas terras ou o deslocamento para o sertão das áreas originais.

Em contrapartida, a região passou por um processo intenso de criação de unidades de conservação (UC) de distintos tipos e sob regimes regulatórios e institucionais diferentes, ligadas tanto a órgãos federais quanto estaduais e locais. Hoje, são 13 UC. A criação dessas unidades conteve, em alguma medida, o processo especulativo, mas restringiu grande parte do modo de vida das populações tradicionais, proibindo e criminalizando o extrativismo, a pesca e a agricultura. Muitos comunitários foram para as periferias das cidades em busca de trabalho. Os que ficaram continuaram suas práticas tradicionais, apesar das restrições ambientais. Também passaram a trabalhar nos condomínios de veraneio – como caseiros, empregadas domésticas, babás ou em serviços gerais –, no turismo e na pesca industrial. A distância dos centros das cidades e a ausência de serviços públicos relegaram essas comunidades, sobretudo as quilombolas, à baixa escolaridade, a empregos precários ou ao desemprego e à alta vulnerabilidade social, o que, sem dúvida, comprometeu seus modos de vida, suas identidades e seus vínculos comunitários.

Neste artigo, são abordados os conflitos vivenciados por caiçaras e quilombolas da Bocaina quanto ao acesso ao território, aos recursos naturais e aos serviços públicos, tais como saúde, educação e saneamento, que garantem a qualidade de vida das comunidades tradicionais e permitem a manutenção de seus modos de vida e, conseqüentemente, os objetivos de sustentabilidade que representam. Nosso argumento é que há um déficit importante na consecução desses objetivos, apesar das conquistas normativas e institucionais da democracia pós-Constituição de 1988 para os povos e as comunidades tradicionais, expressas tanto em mecanismos de governança participativa que potencializaram

a mobilização e organização social dessas comunidades, quanto em um conjunto de políticas públicas que lhes garantiram direitos. Isso pode ser atribuído tanto aos limites do modelo de governança participativa quanto aos problemas de coordenação entre órgãos e níveis de governo, recorrentes na implementação de políticas.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Foram feitas uma revisão bibliográfica e a análise de documentos sobre as populações tradicionais e sua organização, sobre políticas públicas e conflitos referentes ao acesso e ao uso da terra, sobre as características das unidades de conservação e sobre o acesso aos serviços públicos locais. O trabalho de campo foi realizado entre outubro de 2019 e março de 2020 e foi interrompido devido à pandemia de Covid-19. Foram cobertas seis comunidades (quatro caiçaras, uma quilombola e uma mista). Foram aplicados dois roteiros semiestruturados e abertos de entrevistas, um para seis lideranças e outro para 21 membros das comunidades, de diferentes faixas etárias, totalizando 27 entrevistas. Foram entrevistados 19 caiçaras (10 homens e 9 mulheres) e 8 quilombolas (5 mulheres e 3 homens). Os roteiros para lideranças focalizaram problemas e alternativas de vida do ponto de vista do desenvolvimento sustentável. Os roteiros para comunitários abordaram seu modo de vida, suas identidades, seu acesso aos serviços públicos, seus problemas e suas perspectivas de futuro.

A análise das entrevistas se baseou em procedimentos de categorização e análise de conteúdo, com base nos temas contemplados nos roteiros. A pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto René Rachou (Fiocruz) e registrada sob o número 26065119.7.0000.5091.

GOVERNANÇA PARTICIPATIVA E POLÍTICAS PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O modelo de governança instituído no período democrático fomentou a criação e a consolidação de instâncias de participação no processo decisório de políticas públicas. Avritzer (2008) mostrou que, no século XX, o Brasil se transformou: passou de um país de baixa

propensão associativa para um dos países com o maior número de práticas participativas. Ele aponta três variáveis que fundamentam os modelos de instituições participativas: a incorporação da participação social no desenho da política, a organização da sociedade civil na área em questão e a vontade política do governo em implementar a participação. A governança participativa procura avançar com o modelo clássico da democracia representativa, ao incorporar mecanismos institucionais que associam decisão e argumentação, garantindo a pluralidade de interesses distintos. Tais mecanismos participativos seriam mais democráticos do que os arranjos que privilegiam maiorias eleitorais, pois incluem a manifestação de interesses minoritários ou a justificação de uma ação estatal em favor desses interesses (AVRITZER, 2000).

Esse foi o caso dos interesses e das demandas das comunidades tradicionais no Brasil, cuja organização social e política possibilitou sua participação no desenho e na influência sobre várias políticas públicas, com o estímulo de governos de centro-esquerda. No caso das comunidades tradicionais da Bocaina, seu principal mecanismo de organização é o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), criado em 2007. Seu objetivo principal é a justiça socioambiental e a preservação das comunidades tradicionais. Apesar do amplo reconhecimento do movimento e de sua atuação em diversas instâncias de implementação de políticas ambientais e sociais na região, permanece um déficit importante de atendimento às suas demandas em nível local.

Vários estudos mostraram os limites do modelo de governança democrática, sendo uma questão central, tomada de empréstimo de Claus Offe, a “seletividade das instituições políticas” em favor dos interesses gerais do capitalismo, que consiste na existência de regras de exclusão ou padrões decisórios em relação a interesses que serão atendidos ou que sofrerão veto (TRINDADE; BUGIATO, 2020, p. 426), independentemente do governo em curso. Isso poderia explicar o avanço na institucionalização de políticas públicas para as comunidades tradicionais e, ao mesmo tempo, os vetos a elementos centrais dessas políticas. Entre estes, principalmente, o reconhecimento de seu lugar como cidadãos plenos de direitos, em oposição à hierarquização social e excludente a que foram historicamente submetidos.

Afora os aspectos relativos às características do Estado, há limites também no plano da implementação de políticas, afetadas por inúmeras

variáveis, que envolvem diferentes atrizes/atores, valores e agentes. Superposições e contradições da legislação, conflitos administrativos entre agências estatais e governamentais, o papel e o envolvimento dos profissionais da ponta são algumas dessas variáveis que dificultam a implementação em nível local de políticas formuladas nacionalmente (PRESSMAN; WILDWASKY, 1984; LOTTA, 2019). Há um divórcio entre as políticas públicas e a implementação, sobretudo, de serviços básicos executados pelos municípios.

A provisão de bens públicos depende de mecanismos de cooperação e de coordenação, para evitar redundâncias e lacunas e alcançar resultados sustentáveis, sobretudo em políticas ou programas intersetoriais que exigem conexões horizontais (POLSKI; ÖSTROM, 1999; PETERS, 1998). As dificuldades de coordenação entre diferentes áreas constituem um dos principais problemas das políticas de proteção social (PIERSON, 1995). A inexistência de mecanismos de coordenação integrada é característica do federalismo brasileiro (ABRUCIO; FRANZESE, 2007). A resolução dos problemas locais depende de diferentes órgãos públicos, setores de políticas ou níveis federativos, mas também das soluções negociadas localmente.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito à terra *aos remanescentes* das comunidades dos quilombos, mas não definiu quem eram esses remanescentes e como deveria ser a emissão da titulação (BRASIL, 1988). A ideia de remanescente, associada a algo que restaria do passado, foi amplamente criticada pelo movimento negro e pelos antropólogos. Finalmente, passou a valer a definição de quilombo baseada no presente, na identidade étnica e na auto-definição construída a partir das lutas pelo direito às terras de uso comum, ocupadas coletivamente por várias gerações, com o predomínio da produção familiar e a cooperação entre as famílias, unidas por laços de parentesco e afinidade (O'DWYER, 2002; ALMEIDA, 2006; JORGE, 2016).

A partir de 2003, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), o Estatuto da Igualdade Racial e o Programa Brasil Quilombola (PBQ) produziram um conjunto de ações e programas para a inclusão econômica e social das comunidades quilombolas. Em 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) explicitou a associação entre

território e identidade para a promoção do desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais (PCT) e o fortalecimento e a garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais (BRASIL, 2007).

O reconhecimento da especificidade e dos direitos conexos dos PCT na agenda pública escancarou sua vulnerabilidade. A PNPCT já havia destacado a insegurança alimentar das comunidades e, em 2011, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) (MS, 2011). Reconheciam-se, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as condições de saúde desfavoráveis dessas populações e a necessidade de atenção às suas especificidades, com o objetivo de reduzir as iniquidades em saúde e os agravos incidentes em suas taxas de morbidade e mortalidade.

No campo da assistência social, a inclusão dos PCT no CadÚnico, mediante o registro de sua origem étnica (quilombolas e indígenas) ou de sua relação com o meio ambiente (extrativistas, pescadoras/es artesanais e ribeirinhas/os), objetivou conferir-lhes visibilidade e facilitar ações estruturantes pelas gestões municipais junto às comunidades (MDS, 2014).

No âmbito da educação, a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (BRASIL, 2010) objetivaram ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações do campo, dentre as quais caiçaras e quilombolas, o que gerou um conjunto de normativas de coordenação entre os entes de governo e de financiamento à educação no campo. Em 2012, foram aprovadas as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola, que previam a inclusão de projetos político-pedagógicos apropriados à identidade e à história dessas comunidades (BRASIL, 2012).

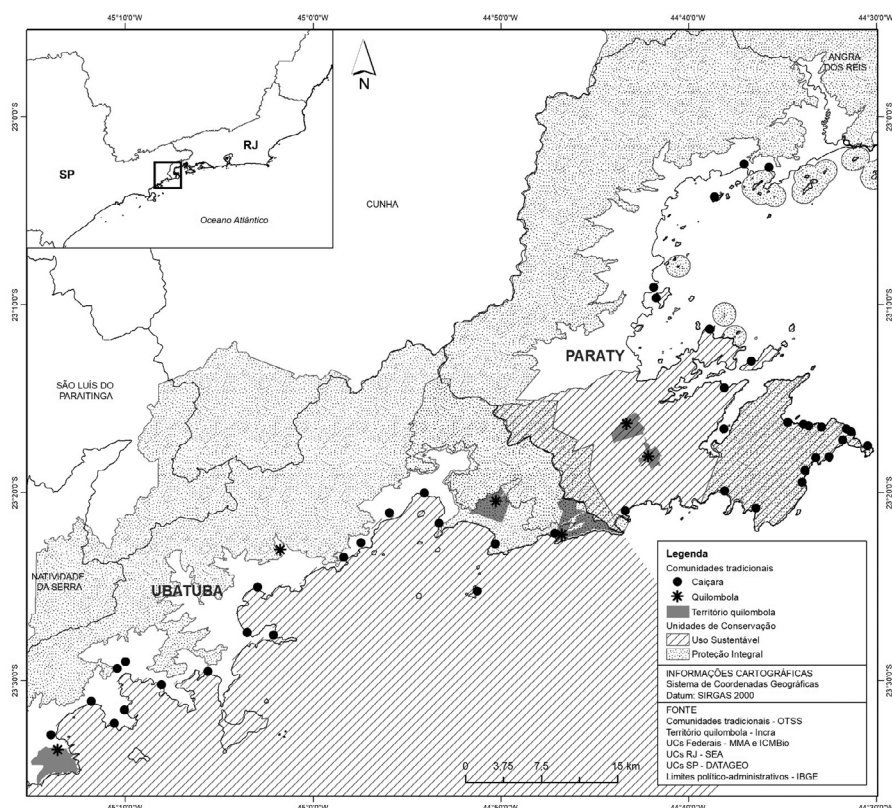
O referido arcabouço de políticas públicas contou com ativa participação de entidades representativas dos PCT tanto em sua formulação quanto em sua implementação. Isso deu visibilidade a esses segmentos sociais, que passaram a ser incluídos em várias esferas de participação social, como conselhos, comissões, grupos de trabalho e conferências de políticas (FÁVILLA, 2017). Dentre essas instâncias, destacam-se os Planos de Desenvolvimento Sustentável e o Plano Plurianual dos Povos e Comunidades Tradicionais, previstos na PNPCT.

Assim, o modelo de governança participativa favoreceu a mobilização e a organização das comunidades para a implementação de políticas, garantindo direitos, bem como a resolução de problemas específicos em diversas áreas, valorizando o local e as/os atrizes/atores interessadas/os nos processos decisórios.

ACESSO À TERRA E AOS RECURSOS NATURAIS

A garantia de acesso à terra no Brasil pelos PCT tem uma longa trajetória relacionada ao estabelecimento das áreas protegidas e das unidades de conservação. As primeiras áreas protegidas no Brasil copiaram o modelo norte-americano de parques nacionais baseados na noção de “natureza intocada”, com a incompatibilidade entre as ações humanas e a conservação da natureza, o que levou à noção de proteção total das áreas naturais (DIEGUES, 2005). A partir dos anos de 1990, com a luta de seringueiros da Amazônia e o assassinato do líder Chico Mendes, foram aprovadas as reservas extrativistas (RESEX) para a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado em 2000 (BRASIL, 2000), incorporou as RESEX e as reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) como tipos de unidades de conservação (UC), com uso concedido às populações tradicionais. Além de conselho gestor, com a representação de órgãos públicos e da sociedade civil, o SNUC prevê, ainda, um plano de manejo para o uso da área.

Na Bocaina, as UC começaram a ser criadas nos anos de 1970, sendo as mais antigas sob o modelo de “natureza intocada”, sem consulta às comunidades locais. Várias comunidades se encontram em territórios de UC que apresentam sobreposição jurisdicional e regulatória, sujeitos a regras e legislação superpostas, de diferentes órgãos e níveis federativos. O mapa a seguir mostra a sobreposição das UC e a presença das comunidades tradicionais.

Mapa 1. Sobreposição das UC e presença das comunidades tradicionais

Nem todas as UC possuem planos de manejo e instrumentos centrais para o uso da terra e dos recursos naturais. A tabela 1 apresenta esse mosaico institucional. São sete UC de proteção integral – duas sob a gestão do ICMBIO (federal), três do INEA (estadual, RJ) e duas da Fundação Florestal (estadual, SP) –, além de seis unidades de uso sustentável – uma sob a gestão do ICMBIO, três do INEA, uma da Fundação Florestal e uma sob a gestão da Secretaria de Meio Ambiente de Paraty (municipal).

Tabela 1. UC da Bocaina e sobreposições com territórios de povos e comunidades tradicionais (PCT)

Tipo	Nome da UC	Gestão	Ano de criação	Sobreposição de UC	Sobreposição de PCT
Proteção integral	Estação Ecológica de Tamoios	ICMBio	1990	• APA de Tamoios • APA de Cairuçu	Território pesqueiro caiçara
	Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB)	ICMBio	1971	• Parque Estadual da Serra do Mar • APA de Cairuçu • AELPM	• Território caiçara • Território indígena Araponga • Quilombo do Cambury
	Parque Estadual da Ilha Grande	INEA	1971	APA de Tamoios	Território caiçara
	Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul	INEA	1981	APA de Tamoios	
	Reserva Ecológica da Juatinga (REEJ)	INEA	1992	APA de Cairuçu	Território caiçara
	Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Picinguaba	Fundação Florestal	1979	• Parque Nacional da Serra da Bocaina • APAMLN	• Território caiçara • Quilombo do Cambury • Quilombo da Fazenda • Quilombo Sertão do Itamambuca • Território indígena Boa Vista do Sertão do Promirim
	Parque Estadual da Ilha Anchieta	Fundação Florestal	1977		
Uso sustentável	APA de Cairuçu	ICMBio	1983	• PNSB • REEJ • AELPM • APA da Baía de Paraty, Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá • ESEC de Tamoios	• Território caiçara • Território indígena Paraty-Mirim • Território indígena Araponga • Aldeia Arandu-Mirim • Quilombo do Campinho • Quilombo do Cabral
	APA de Tamoios	INEA	1986	• Estação Ecológica de Tamoios • Parque Estadual da Ilha Grande • Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul • RDS do Aventureiro	Território caiçara

Continua

Continuação

Tipo	Nome da UC	Gestão	Ano de criação	Sobreposição de UC	Sobreposição de PCT
Uso sustentável	RDS do Aventureiro	INEA	2014	APA de Tamoios	• Território caiçara • Território pesqueiro caiçara
	Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim (AELPM)	INEA	1972	• APA de Cairuçu • Parque Nacional da Serra da Bocaina	• Território caiçara • Território indígena Araponga • Território indígena Paraty-Mirim • Quilombo do Campinho
	APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN)	Fundação Florestal	2008	Parque Estadual Serra do Mar	Território pesqueiro caiçara
	APA Marinha da Baía de Paraty, Enseada de Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá	Sec. de Meio Amb. de Paraty	1984	APA de Cairuçu	• Território caiçara • Território pesqueiro caiçara

Fonte: elaboração própria.

Os processos de regularização fundiária das comunidades tradicionais são demorados e geralmente envolvem tramitação em diferentes órgãos públicos de diferentes jurisdições, razão pela qual são inúmeros os conflitos entre as comunidades e os gestores de UC, devido à legislação ambiental. A luta pelo direito ao território é um dos principais elos políticos e institucionais entre as comunidades tradicionais da Bocaina para resolver disputas em torno de superposições e conflitos sobre terras com distintas situações jurídicas. Por outro lado, a situação jurídica do território afeta a oferta de serviços e difere de uma comunidade para outra, já que os serviços básicos são atribuições dos municípios. Falando sobre a ausência desses serviços em seu quilombo, um entrevistado resume:

[...] a Sabesp fala: “mas não tem regulação fundiária, não posso fazer nada”. Aí, a prefeitura não faz regulação fundiária, não só em área de comunidade tradicional [...]. Aí, não chega luz, não chega água, não chega saneamento [...].

As entrevistas indicam fragilidades em todas as áreas, com ausência ou oferta irregular de serviços, seja pelas dificuldades de acesso

(ilhas, estradas precárias etc.) que restringem os serviços essenciais (de saúde, de urgência médica ou coleta de lixo, por exemplo), seja pela carência de profissionais (professores, médicos, assistentes sociais etc.).

ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES

O reconhecimento legal dos PCT permitiu várias conquistas políticas e de fortalecimento das identidades. A criação do FCT unificou as demandas e ampliou o processo de conscientização entre as comunidades. Muitos comunitários retornaram para as comunidades, principalmente em quilombos cujos habitantes conseguiram a posse provisória de seus territórios. Em um processo simultâneo de autorreconhecimento, reivindicação por reconhecimento social e por direitos, resgataram-se tradições que tinham sido enfraquecidas com a dispersão, a migração e a expulsão de famílias de terras que haviam sido ocupadas por várias gerações. Diz um quilombola:

O principal problema que a gente tem é a especulação imobiliária dentro do nosso território [...]. Estamos cercados de grandes condomínios [...], e essa é uma das maiores ameaças [...]. Fora a criminalização das pessoas tradicionais, pelo próprio Estado, com as nossas práticas [...] de plantar, de cultivar, de fazer suas moradias, às vezes mais próximas do local onde o acesso é melhor à água [...] e, hoje em dia, a legislação já proíbe essas práticas tradicionais [...] e, por conta da perseguição, assim, desses impactos, dessa BR, da especulação imobiliária [...], de forçar a pessoa a sair do próprio território.

As organizações da sociedade civil atuam em várias frentes: nos processos relativos à regularização de territórios (titulação, licenças provisórias, gestão autônoma pelas comunidades); nos conflitos com condomínios, para o acesso ao território; com os órgãos ambientais, para o reconhecimento das especificidades das comunidades; e com as prefeituras, para o atendimento de serviços públicos. Para isso, participam ativamente dos conselhos gestores das unidades de conservação, dos conselhos de políticas públicas, da comunicação constante com o Ministério Público Federal e o Estadual, com as câmaras de vereadores das cidades e as assembleias dos estados, com órgãos federais (como o Incra) e com institutos estaduais e municipais.

Diferentemente dos caiçaras, que só podem requerer o direito à posse, os quilombolas fazem jus, por lei, à titulação definitiva do território. Contudo, esse reconhecimento, vinculado a uma identidade étnica, negra, agudiza as contradições já existentes em relação à propriedade da terra no Brasil, em especial à propriedade coletiva, conceito jurídico recente que esbarra no ordenamento jurídico tradicional de propriedade privada ou pública. Hoje, com a concepção de quilombo baseada na identidade étnica e na autodefinição, o título da terra aos quilombos é coletivo e pró-indiviso, com caráter de inalienabilidade e imprescritibilidade: ou seja, a terra não pode ser vendida, doada ou transferida a terceiros.

Um conjunto de leis, decretos e portarias da administração pública rege direta e indiretamente os temas relativos às comunidades quilombolas, desde os aspectos próprios de procedimentos para a identificação e o reconhecimento das comunidades, a titulação e o registro de suas terras, passando pela densa legislação ambiental que envolve as terras dos quilombos, até as políticas públicas específicas para a população negra e quilombola.

A titulação é conduzida pelo Incra quando os territórios estão localizados em terras públicas federais ou em áreas particulares e, no caso de terras de domínio estadual, é delegada aos institutos de terras. À Fundação Cultural Palmares cabe certificar⁵ a condição das comunidades como remanescentes de quilombos. A emissão da certidão de registro e a inscrição no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos dão acesso a programas sociais do Governo Federal e servem de reconhecimento dos direitos das comunidades, sendo necessários também para se dar início ao processo de titulação.

O andamento do processo de titulação depende, em grande parte, da existência de recursos judiciais de proprietários ou de contestações de órgãos ou entidades que estejam sobrepostas. Resolvidas as pendências, o Incra emite o reconhecimento de domínio, quando se faz a avaliação das terras envolvidas para desapropriação, ficando dependente da liberação de recursos pelo ministério responsável, de modo que cabe à Justiça a efetiva desapropriação, com posterior titulação coletiva definitiva.

5 Com a certificação, cabe à Superintendência Regional do Incra elaborar Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) para identificar e delimitar o território reivindicado. O RTID é composto por relatório antropológico, cadastro das famílias, planta e memorial descritivo do território e levantamento fundiário. Depois de concluído e aprovado pelo Comitê Regional do Incra, o relatório é publicado e disponibilizado a diversos órgãos e entidades, para manifestação. Caso haja sobreposição de interesses, a negociação pode ser direcionada à Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal (CCAF) da Advocacia-Geral da União (AGU).

Tanto a efetivação dos direitos quanto a implementação de políticas, até chegarem às comunidades, tramitam por esse emaranhado legal e burocrático, potencializado pela seletividade das estruturas do Estado.

Em fevereiro de 2019, havia 1.716 processos para titulação dos quilombos abertos no Incra, mas apenas 44 comunidades haviam sido tituladas desde a promulgação da Constituição (SCHRAMM, 2019). Dos oito quilombos da Bocaina, todos estão reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares e têm processos de titulação abertos no Incra, mas somente o Campinho da Independência conquistou a titulação definitiva.

A sobreposição de diferentes unidades de conservação, com órgãos gestores e jurisdições distintas e a constante troca de gestores e representantes do Ministério Público (MP), dificulta as negociações e as decisões administrativas ou judiciais. As mobilizações e associações locais têm sido decisivas nas decisões e na condução de questões de interesse das comunidades, como a regulação de atividades como a pesca e o turismo em áreas protegidas.

Exemplo recente em comunidade caiçara é o caso da Ilha das Couves, localizada na APA Marinha do Litoral Norte, que, no verão, recebia milhares de pessoas, com disputas entre barqueiros, degradação ambiental e riscos de acidentes. Após muitos conflitos, a pressão da comunidade e uma longa negociação entre órgãos públicos, associações e entidades representativas dos donos de embarcações, o ordenamento da ilha foi estabelecido, baseado em estudo sobre a capacidade de carga turística da ilha (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019).

A comunidade teve que se organizar para lidar com os órgãos públicos e participar da gestão do turismo na ilha, evitando a cessão para empresas privadas interessadas. Segundo uma comunitária,

a formalização da Associação de Pescadores e Barqueiros [...] foi muito importante. Até porque a gente não consegue dialogar com instituição no individual [...]. Olha, gente, sozinho não dá, cada um por si não vai rolar. [...]. Eles entenderam que tem que estar junto [...]. O trabalho coletivo é desafiador, mas não é impossível [...] e [...] é um caminho que pode dar muitos frutos.

Então [...], a portaria não sai se a gente não negocia com os escuneiros, os lancheiros e outras comunidades

vizinhas [...]. Se essa portaria não sai, é mais um verão desorganizado [...]. A cessão de uso privado era fatal [...].

Outra negociação bem-sucedida foi com a comunidade de Tarituba (Paraty), onde parte do território pesqueiro está sob jurisdição da Estação Ecológica (ESEC) de Tamoios, unidade de proteção integral, com pesca inteiramente proibida. A ESEC foi criada em 1990, mas a fiscalização começou a ser feita a partir dos anos 2000, provocando conflitos com os caiçaras, cuja sobrevivência sempre dependeu da pesca local (ANUNCIAÇÃO, 2016). Após processo iniciado em 2012 e concluído em 2017, com a participação comunitária e governamental, foi definido o acesso ao território tradicional de pesca pelos pescadores artesanais de Tarituba, com a instituição de um termo de compromisso entre o ICMBio e os pescadores de Tarituba (ICMBio, 2017).

Os direitos territoriais das comunidades dependem do diálogo com os gestores de UC. O diálogo é instável: ora fluido, ora truncado, de modo que os conflitos se agravam quando há sobreposição de unidades de conservação. Em 2006, foi criado o Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas, que objetivava a gestão integrada e participativa de unidades de conservação vizinhas ou sobrepostas, com participação do FCT, mas deixou de funcionar em 2016. Diz uma liderança caiçara:

A gente faz esse diálogo do território com as unidades de conservação, porque elas sobrepõem o nosso território [...], porque a unidade de conservação, diante do Estado, é reconhecida, não é? [...] Um território caiçara [...]. Não [...] existem pessoas ali que ocupam uma área da União.

A governança participativa permitiu que as decisões historicamente tomadas de cima para baixo, pelos órgãos gestores, incorporassem, por vezes, atrizes/atores da sociedade civil organizada. Por exemplo: na elaboração do Plano de Manejo da APA Cairuçu em 2018, o FCT, as associações comunitárias locais, as universidades e as instituições de pesquisa atuantes na região participaram das negociações sobre o escopo das atividades produtivas permitidas.

Nos quilombos, como a titularidade pertence obrigatoriamente à comunidade, por meio de suas associações, o que lhes garante autoadministração e autogestão (BENATTI, 2002), qualquer demanda ao

poder público é encaminhada por meio da associação que representa cada quilombo. Nas palavras de um quilombola,

as pessoas não são obrigadas a se associar! Só que tem um porém: quando a pessoa não se associa, ela está criando dificuldades para ela mesma [...]. Porque, por exemplo, para botar uma luz aqui dentro ou outra coisa [...], tem que falar com a associação! Não adianta o indivíduo tentar, de maneira independente, pedir qualquer coisa, porque os caras não deixam. Tem que vir através da associação.

Os conflitos na região envolvem três municípios e inúmeros órgãos governamentais estaduais e federais, cada qual respondendo à hierarquia própria. A inexistência de mecanismos de coordenação integrada limita a governança democrática, que se agrava no caso dos direitos das comunidades tradicionais. Direitos, por sinal, que são reconhecidos em sua especificidade e requerem a ação de distintas áreas governamentais, mas não contam com mecanismos de decisão correspondentes à abrangência definida pela política pública. Assim, cabe às comunidades o ônus de fazer, pela participação social, as articulações necessárias, sem o poder correspondente para a sua implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as comunidades tradicionais da Bocaina, alcançar um modo de vida sustentável se imbrica necessariamente ao papel das instituições democráticas e das políticas públicas reivindicadas por suas associações. Em especial, no caso da PNPCT, as três variáveis ressaltadas por Avritzer (a participação no desenho da política, a organização da sociedade civil na área em questão e a vontade política do governo em implementar a participação) puderam interagir desde a sua aprovação em 2007 até pelo menos 2016, com o fim dos governos progressistas, sobretudo no nível federal. Contudo, apesar da abrangência das políticas públicas para os PCT e de sua intensa participação e atuação na Bocaina em várias instâncias de representação em distintos níveis de governo, as comunidades reclamam um déficit importante na implementação integral da política e no atendimento de suas reivindicações.

A implementação de leis e políticas nacionais para a garantia de direitos em contextos locais pode ser lenta, custosa e descoordenada,

principalmente quando se refere a segmentos historicamente marginalizados. À “seletividade das instituições políticas” se somam os problemas regulares da implementação de políticas, dado o envolvimento de diferentes agentes em uma arena com distintos níveis de governo, inúmeros órgãos governamentais e uma legislação complexa e, muitas vezes, com superposições.

A alteração radical da perspectiva participativa entre 2019 e 2022 impactou diretamente a ação das comunidades e a implementação das políticas para a população tradicional. O ordenamento institucional que dá suporte às políticas para os PCT foi extensamente alterado desde a deposição da presidenta Dilma Rousseff e principalmente no governo de Jair Bolsonaro. Ministérios e secretarias foram extintos, mudaram de lugar na hierarquia da administração federal, esvaziaram-se ou redefiniram-se políticas anteriores, fragilizando a condução dos planos e conselhos nacionais intersetoriais, quando não foram estes mesmos extintos. Uma medida de destaque foi a extinção do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Ainda que haja forte relação positiva das práticas e dos modos de vida das comunidades tradicionais da Bocaina com os desafios da sustentabilidade, fica evidente que esta depende do enfrentamento de conflitos relativos ao reconhecimento do lugar das populações tradicionais na defesa da preservação da biodiversidade e de sua inclusão social e política como partícipes da construção dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

No governo do presidente Lula, eleito em 2022, registra-se a volta das instâncias de participação, de estruturas institucionais de Estado e de políticas voltadas para os PCT. Espera-se que a reconstrução desse aparato possa favorecer a implementação efetiva dos direitos dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. Federalismo e Políticas Públicas: O Impacto das Relações Intergovernamentais no Brasil. In: ARAÚJO, M. D. F.; BEIRA, L. (Orgs.). **Tópicos de Economia Paulista para Gestores Públicos**. São Paulo: Fundap, p. 13-31, 2007.

ALMEIDA, A.W.B. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ANUNCIAÇÃO, S. Pesquisadora sugere programa de monitoramento da pesca em Paraty. *Jornal da Unicamp*, 11 a 24 de abril, 2016. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.unicamp.%2Funicamp%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fjornal%2Fpaginas%2Fju_652_paginacor_09_web.pdf&cflen=966846&chunk=true>. Acesso em: 10 out. 2020.

AVRITZER, L. “Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático”. *Opinião Pública* 14 (1): 43-64, 2008. DOI: 10.1590/S0104-62762008000100002.

AVRITZER, L. “Teoria democrática e deliberação pública”. *Lua Nova*, 50, 25-46, 2000. DOI: 10.1590/S0102-64452000000200003.

BENATTI, J. H. A titularidade da propriedade coletiva e o manejo florestal comunitário. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropol.* 18(1), 2002.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: DOU de 19/7/2000.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: DOU de 8/2/2007.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília: DOU de 5/11/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica. Brasília: DOU de 20/11/2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 abr. 2004.

DIEGUES, A. C.; NOGARA, P. J. N. “O Nosso Lugar Virou Parque: Estudo socioambiental do Saco do Mamanguá – Paraty – Rio de Janeiro”. São Paulo: NUPAUB-USP, 3ª ed., 2005.

FÁVILLA, K. C. Encontros neocoloniais: O Estado brasileiro e os povos e comunidades tradicionais. Brasília, Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável) – UnB, 2017.

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS (FCT). Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada. A educação escolar das comunidades tradicionais de Paraty – Um balanço de 2 anos do Plano Municipal de Educação (2015-2017), 2018. Disponível em: <https://issuu.com/forumdecomunidadestradicionais/docs/dossie__educac_a_o_diferencia_paraty>. Acesso em: nov. 2022.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Portaria Normativa FF/DE nº 315/2019. Dispõe sobre a capacidade de carga da Ilha das Couves e do seu ordenamento turístico emergencial para a temporada de verão de 2020.

GALLO, E.; NASCIMENTO, V. (Orgs.). **O Território Pulsa**. Paraty: Fiocruz, 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Extratos de Termos de Compromissos. Brasília: DOU de 27/10/2017.

JORGE, A. L. O jogo das discursividades: A construção social da categoria “quilombola”. Niterói, Tese (Doutorado em Política Social) – UFF, 2016.

LOTTA, G. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: Lotta, G. (Org.). **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, p. 11-38, 2019.

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo: EDUSP, 2ª ed., 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), 2011. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/>>. Acesso em: jan. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Cadastramento diferenciado. Diversidade no Cadastro Único – Respeitar e Incluir, 2014. Disponível em: <<http://www.mds>>.

gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cadernos/Diversidade_CadUnico.pdf>. Acesso em: mar. 2021.

O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PETERS, G. "Managing horizontal government: The politics of coordination". *Public Administration*, 76 (Summer), 76 (2), 295–311, 1998. DOI: 10.1111/1467-9299.00102.

PIERSON, P. "Fragmented Welfare States: Federal institutions and development of social policy". *Governance*, 8 (4), 449-478, 1995. DOI: 10.1111/j.1468- 0491.1995.tb 00223.x.

POLSKI, M. M.; ÖSTROM, E. An Institutional Framework for Policy Analysis and Design. **Workshop in Political Theory and Policy Analysis**. Working Paper Series n° W 98-27, Bloomington, Indiana University, 1999.

PRESSMAN, J. L.; WILDAVSKY, A. **Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland**. 3^{ed}. Berkeley and Los Angeles, California. University of California Press, 1984.

SCHRAMM, F. P. No atual ritmo, Brasil levará mil anos para titular todas as comunidades quilombolas. **Terra de Direitos**. 12 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-atual-ritmo-brasil-levara-mil-anos-para-titular-todas-as-comunidades-quilombolas/23023>>. Acesso: fev. 2021.

TRINDADE, T. A.; BUGIATO, C. M. "A interação entre movimentos sociais e sistema estatal no Brasil: Um debate a partir das contribuições de Claus Offe e Nicos Poulantzas". *Revista Sociedade e Estado*, 35 (2), 411-440, 2020. DOI: 10.1590/s0102-6992-202035020003.

UNITED NATIONS (UN). **Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development** (2015). Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Os profissionais indígenas da área da educação no Norte do Paraná e a carta de anuência

*Indigenous professionals in the area of education in
Northern Paraná and the letter of consent
Profesionales indígenas en el área de la educación en el
Norte de Paraná y la carta de consentimiento*

Wagner Roberto do Amaral¹
<https://orcid.org/0000-0002-8555-5915>
Isabela de Barros Vilas Boas²
<https://orcid.org/0000-0002-1572-4672>

Recebido em: 02/01/2023
Aprovado em: 08/07/2023

Resumo: Componente dos processos seletivos simplificados para seleção e contratação pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a carta de anuência é um documento assinado pelos caciques e pelas lide-

1 Assistente Social. Professor Universitário. Mestre e Doutor em Educação. Pós-Doutor em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana, México. Pós-Doutor em Políticas de Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Trés de Febrero, Argentina. Vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). *E-mail:* <wramaral2011@hotmail.com>.

2 Formação em Serviço Social e Letras-Inglês. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). *E-mail:* <isabela.vilas-boas@uel.br>.

ranças das terras indígenas, com a autorização ou não de tal candidatura, razão pela qual é fundamental a compreensão sobre como o referido protocolo foi instituído e sobre como os sujeitos envolvidos no processo a compreendem. Portanto, o objetivo da presente pesquisa foi identificar as impressões que os profissionais indígenas possuem acerca da carta de anuência para seleção, contratação e atuação nas escolas estaduais indígenas no Norte do Paraná. As etapas metodológicas percorridas foram: revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo mediante questionários e entrevistas com roteiro semiestruturado. O presente trabalho apresenta como principais resultados a identificação e a análise de aspectos que legitimam e contradizem a carta de anuência, tais como a garantia de profissionais indígenas na escola e a existência de relações faccionais e de conflitos existentes nos territórios indígenas. Os sujeitos da pesquisa sinalizam, ainda, a necessária proposta de um concurso público específico para professores indígenas.

Palavras-chave: carta de anuência; educação escolar indígena; escola indígena; profissionais indígenas.

Abstract: Component of the simplified selection processes by the State Department of Education of Paraná – Brazil, the letter of consent is a document signed by the indigenous caciques and leaders, authorizing or not such application, being essential to understand how this protocol was instituted and how the subjects involved in this process understand it. The objective of this research is to identify the impressions that indigenous professionals have about the letter of consent for selection, hiring and work in indigenous state schools in Northern Paraná. The methodological steps followed were: bibliographic review, documental survey and field research through questionnaires and interviews with a semi-structured script. The main results of this work are the identification and analysis of aspects that legitimize and contradict the letter of consent, such as the guarantee of indigenous professionals in the school and the existence of factional relations and conflicts in indigenous territories. The research subjects also indicate the necessary proposal for a specific civil server examination for indigenous teachers.

Keywords: letter of consent; indigenous school education; indigenous school; indigenous professionals.

Resumen: Componente de los procesos de selección simplificados para selección y contratación por parte de la Secretaría de Estado de

Educación de Paraná, la carta de consentimiento es un documento firmado por los caciques y líderes de las tierras indígenas, autorizando o no tal postulación, siendo fundamental para entender cómo se instituyó este protocolo y cómo lo entienden los sujetos involucrados en este proceso. De esta forma, el objetivo de esta investigación fue identificar las impresiones que los profesionales indígenas tienen sobre la carta de consentimiento para la selección, contratación y desempeño en las escuelas estatales indígenas en el Norte de Paraná. Las etapas metodológicas recorridas fueron: revisión bibliográfica, levantamiento documental e investigación de campo a través de cuestionarios y entrevistas con guión semiestructurado. El presente trabajo presenta como principales resultados la identificación y análisis de aspectos que legitiman y contradicen la carta de consentimiento, tales como la garantía de profesionales indígenas en la escuela y la existencia de relaciones de facciones y conflictos existentes en los territorios indígenas. Los temas de investigación también indican la necesaria propuesta de una licitación pública específica para maestros indígenas.

Palabras clave: carta de consentimiento; educación escolar indígena; escuela indígena; profesionales indígenas.

INTRODUÇÃO

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 2006, a educação escolar indígena tornou-se uma modalidade da educação básica no Brasil, vinculada às políticas educacionais. Sendo assim, é uma modalidade ainda recente na história da educação brasileira, o que demonstra a necessidade de ampliar os estudos sobre a referida temática. Trata-se de uma modalidade marcada pela significativa demanda de atendimento de crianças, jovens e adultos indígenas para escolarização. Consequentemente, o acesso ao ensino fundamental e ao ensino médio pelos indígenas tem possibilitado um aumento no número de candidatos ao ingresso à educação superior no País e no Paraná, que conta com um vestibular específico para indígenas que residem no estado³.

3 De acordo com Amaral (2010), a população indígena do Paraná era constituída, até 2010, pelas etnias Kaingang, Guarani, Xetá e Xokleng, que, juntas, somavam cerca de 12.808 pessoas, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

O Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná (também conhecido como Vestibular Indígena) teve início em 2001, sendo uma conquista pioneira no País. Até o presente momento, houve um aumento expressivo de estudantes indígenas e graduados pelas universidades em variadas áreas, principalmente na área da educação.

Dentre as produções acadêmicas acerca da educação escolar indígena, destacamos o trabalho de conclusão de curso de Aline Lemes, Guarani graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), intitulado: “Os profissionais indígenas da educação e as escolas estaduais indígenas do Norte do Paraná”. A pesquisa em questão identificou que os citados profissionais demandam uma carta de anuência, que é assinada (ou não) pelos caciques das terras indígenas, uma vez que constitui uma exigência nos processos seletivos simplificados (PSS) para professores com contratos temporários com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR)⁴.

Em seu trabalho, Lemes (2018) concluiu que a carta é um tema que necessita ser discutido de forma aprofundada para avaliar sua utilização, seu papel na qualificação das escolas indígenas e os critérios utilizados pelos caciques para a sua emissão, devido à importância desse instrumento para a contratação de professores indígenas nas escolas indígenas. Sendo assim, definimos como problema central desse trabalho a seguinte indagação: quais são as impressões dos profissionais indígenas acerca da carta de anuência para a seleção, a contratação e a atuação nas escolas estaduais indígenas no Norte do Paraná?

Esta pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa: “Os circuitos de trabalho indígena na educação e as trajetórias dos profissionais indígenas”, realizado na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Seu desenvolvimento se deu a partir de três momentos metodológicos: revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo, com divisão em três fases.

Na primeira fase, houve a aplicação de formulários (via Google Forms) a 35 egressos de cursos da área da educação das universidades estaduais do Norte do Paraná que tinham sido formados na referida área e ingressaram pelo Vestibular Indígena. Na segunda fase, foram entrevistados dois professores que atuaram como gestores na área da

4 É importante destacar que o vínculo empregatício dos profissionais (indígenas e não indígenas) nas escolas estaduais indígenas do Paraná são temporários e precários, o que gera descontinuidades nas ações desenvolvidas pelas diferentes equipes.

educação escolar indígena na SEED no período de 2005 a 2010. Tal período se destaca pelo fato de que foi quando a carta de anuência foi implementada para a seleção de profissionais indígenas nas escolas estaduais indígenas do Paraná.

Na terceira fase, ainda em desenvolvimento, foram entrevistados dois profissionais indígenas egressos de universidades estaduais do Norte do Paraná, ambos da etnia Kaingang, formados em pedagogia e que atuam na mesma escola indígena, porém ocupam cargos diferentes. Nós nos referiremos a eles neste trabalho como Entrevistado 1 e Entrevistado 2.

Sendo assim, contextualizaremos brevemente a Política de Educação Escolar Indígena no Brasil e no Paraná, abordaremos aspectos da escola indígena enquanto ponto do circuito de trabalho indígena, além de aspectos importantes da Política de Educação Superior Indígena no Paraná. Em seguida, apresentaremos, ainda que de modo parcial, as impressões que os profissionais indígenas, sujeitos desta pesquisa, possuem acerca da carta de anuência para a seleção, a contratação e a atuação nas escolas estaduais indígenas do Norte do Paraná.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL E NO PARANÁ

Segundo Luciano e Amaral (2021), os últimos 40 anos foram de um intenso processo de oferta de escolarização dos povos indígenas no Brasil. Entre os principais motivos para tal crescimento estão o avanço nos direitos humanos, o processo de redemocratização do País, os programas de universalização da educação básica e a transferência da responsabilidade pela implementação da educação escolar indígena da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Educação, os estados e os municípios.

Nas últimas décadas, a escola passou a ter uma importância considerável para os povos indígenas, pois é um local de acesso e socialização de conhecimentos e práticas, mas não apenas, porque se apresenta também como sinônimo de oferta de empregos para membros da comunidade. Neste sentido, a escola passa a ser um ponto fundamental do circuito de trabalho indígena (AMARAL, 2010), constituído pelos profissionais indígenas egressos da educação superior.

No que diz respeito às trajetórias desses profissionais, Gilza Pereira (2021, p. 116), pesquisadora Kaingang, afirma que,

[...] durante muito tempo, os serviços e trabalhos prestados às comunidades indígenas eram ou ainda são desenvolvidos por profissionais não indígenas. No entanto, esse cenário vem se alterando com indígenas ocupando as universidades, concluindo a educação superior e muitos atuando em suas aldeias de origem como profissionais indígenas, trabalhando em serviços direcionados às comunidades indígenas. [...] Tais contratações possibilitam, a nós, profissionais indígenas, o direito de atuar profissionalmente com as nossas comunidades.

Em âmbito nacional, a educação escolar indígena já alcançava avanços ao longo da história, mas foi na década de 1990 que ocorreram as mudanças mais importantes, tais como: (I) o Decreto Presidencial nº 26/1991; (II) a Portaria Interministerial MEC/MJ nº 559/1991; (III) as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (1993); (IV) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); (V) o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (1998); (VI) as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, mediante o Parecer nº 14/1999 do Conselho Nacional de Educação (atualizado pelo Parecer CNE/CEB nº 13/2012); e (VII) as Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas, mediante a Resolução nº 3/1999 do Conselho Nacional de Educação.

No Estado do Paraná, a educação escolar indígena também teve avanços, principalmente na década de 2000. Sendo assim, reforçou o que estava garantido na legislação federal e criou políticas na área da educação para tal modalidade, como a estadualização das escolas indígenas, o desenvolvimento de cursos de formação de docentes indígenas (magistério indígena), um intenso processo de formação continuada de professores indígenas, a criação e o reconhecimento oficial de escolas estaduais indígenas e a contratação de profissionais indígenas pela via do processo seletivo simplificado (PSS). Entre os marcos legais da educação escolar indígena do Paraná estão: (I) a Deliberação nº 09/2002; (II) o Parecer nº 100, de 7 de abril de 2006; e (III) a Resolução SEED nº 2075/2008, entre outros.

O conjunto desses documentos torna mais próximo o objetivo de uma escola indígena diferenciada, específica, intercultural, bilíngue e comunitária, pois institucionaliza as reivindicações dos povos indígenas

nas lutas no âmbito da educação. Valoriza, ainda, as línguas indígenas, o território e a organização própria da escola.

Com tais avanços na educação escolar indígena, há um aumento de indígenas na educação superior; porém, ainda há muito o que avançar, visto que já pode ser percebida uma estabilização nesse crescimento. Isto se deve à estagnação do ensino médio, que não atende à demanda de indígenas na faixa etária correspondente, além das práticas de racismo estrutural e institucional sofridas por indígenas nas universidades (LUCIANO; AMARAL, 2021).

Ao refletir sobre as trajetórias das mulheres Avá-Guarani da região Oeste do Paraná, sendo que as sujeitas da pesquisa são acadêmicas e profissionais da área da educação, Gilza Pereira (2021) afirma que,

apesar de muitas fragilidades existentes, o avanço das políticas educacionais destinadas para os povos indígenas abre possibilidades para ocuparmos diversos espaços profissionais dentro e fora das comunidades indígenas, provocando mudanças nas nossas realidades enquanto pessoas, mas, sobretudo e fundamentalmente, como coletivos (PEREIRA, 2021, p. 137).

Entendemos que a escola na terra indígena passa a se caracterizar como um novo ponto nos circuitos de trabalho indígena, passando a ser uma possibilidade de construção, reconhecimento e destaque de uma nova lógica de gestão de políticas sociais públicas. Nesse campo de trabalho, quem passa a constituí-la são os profissionais indígenas, que pertencem a diferentes grupos étnicos e que, a partir de seu “duplo pertencimento” (AMARAL, 2010), carregam suas especificidades para a organização social e política de suas comunidades. Neste sentido, são profissionais que se reconhecem nos espaços de políticas sociais públicas (tais como o espaço escolar), que não foram pensados necessariamente para atender aos interesses dos povos indígenas, de modo a ocupá-los e de forma a abrir a possibilidade de modificá-los (AMARAL; RODRIGUES; BILAR, 2014).

É necessário destacar que os indígenas sempre se apropriaram dos espaços escolares, pois já trabalhavam como professores, monitores e técnicos da Funai para missões religiosas, organizações não governamentais, entre outras. Contudo, atualmente, a apropriação do referido espaço ganha outras características, pois os caciques e as lideranças

estão em permanente negociação para a indicação de diretores, professores, entre outros cargos das escolas, junto aos sistemas estaduais de educação (AMARAL, 2015).

A apropriação do espaço escolar por profissionais indígenas demanda maior capacitação desses profissionais, o que possibilita que cada vez mais indígenas busquem inserção na educação superior. Sendo assim, a presença de estudantes indígenas na educação superior é um fenômeno relativamente recente no Brasil. Sua inserção nesses espaços é fruto de muita luta e de movimentos de lideranças e professores indígenas para garantir o acesso à educação em todos os níveis.

A inserção de indígenas na universidade também é resultante da ampliação da oferta de educação básica nas terras indígenas, razão pela qual, portanto, é necessário formar e qualificar professores indígenas para trabalhar nessas escolas. Além disso, sua inserção na educação superior reafirma o direito ao ensino superior público e à busca de formação profissional tanto de professores quanto de outras profissões. Estudantes indígenas na universidade contribuem para a resistência e a afirmação dos povos indígenas e de suas comunidades, visto que a universidade proporciona o acesso a conhecimentos importantes para a emancipação política e cultural (AMARAL, 2010).

No Paraná, cada universidade estadual oferta vagas suplementares para indígenas residentes no território paranaense, de maneira a atender ao que está disposto na Lei Estadual nº 13.134, de 18 de abril de 2001, que reserva três vagas para disputa entre os indígenas integrantes das sociedades indígenas paranaenses nos vestibulares das universidades estaduais (PARANÁ, 2001). Posteriormente, o número de vagas foi ampliado para seis em cada universidade estadual do Paraná, por meio da Lei Estadual nº 14.995/2006. Para a permanência dos estudantes indígenas nas universidades, foi criada, em 2002, a Bolsa-Auxílio, atualmente denominada como Auxílio-Permanência. Já para o acompanhamento dos indígenas ingressantes nas universidades, foi instituída, em 2004, a Comissão Universidade para os Índios (CUIA).

No período de 2002 a 2022, foram concluídas 21 edições do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, que acontecem de forma itinerante pelas universidades estaduais e pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Como resultado, até o ano de 2021, formaram-se 121 indígenas em diferentes áreas e, no ano de 2022, havia 240 matriculados

nas universidades estaduais do Paraná. Com acesso a dados sistematizados pela CUIA Estadual, é possível notar que os estudantes e egressos, em sua maior parte, se encontram em cursos da área da educação: foram 78 (64%) nessa área, o que se associa à possibilidade de contratação pelas escolas estaduais indígenas (LUCIANO; AMARAL, 2021).

Observamos que são profissionais de diversas áreas que estão se capacitando profissionalmente e, em sua maioria, estão retornando para as terras indígenas, para atuar nas escolas indígenas, cuja inserção se dá pelo PSS, que foi implementado a partir do ano de 2006, o que trouxe mudanças significativas para tais escolas, pois viabilizou processos seletivos específicos para professores indígenas no estado. A partir disso, passa-se a se constituir, no Paraná, a categoria “professor indígena”.

Apesar da precariedade do contrato temporário, o PSS é positivo, no sentido de que substitui as anteriores e mais precárias formas de contratação de monitores bilíngues pelas escolas indígenas, que eram terceirizadas (por meio de convênio entre a SEED e os Conselhos Indígenas do Paraná) e cuja marca era a lentidão da tramitação burocrática, o que acarretava o atraso de pagamentos e precarizava ainda mais as condições de trabalho desses professores (LEMES, 2018).

Tal modalidade de processo seletivo exige que o profissional indígena apresente uma carta de anuência (formalmente conhecida como declaração de anuência), que também é exigida dos profissionais não indígenas que se inscrevem no processo seletivo, bem como dos professores do quadro próprio do magistério que atuam nessas escolas. O documento é assinado (ou não) pelos caciques e pelas lideranças das respectivas terras indígenas onde estão localizadas as escolas.

Segundo relato de um dos gestores entrevistados, a carta de anuência pode ter sido inspirada na declaração de pertencimento utilizada para a inscrição no Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, criada em 2001 (BOSCARIOLI; GUIRADO; BIANCON, 2016). Conforme explica a outra gestora entrevistada, os principais objetivos da carta de anuência são

evitar que pessoas que não são conhecidas da comunidade trabalhem na escola indígena e dar preferência para professores indígenas, para que se cumpra a legislação que indica que os estudantes indígenas têm direito a uma educação diferenciada.

Além disso, de acordo com esta gestora, para os profissionais não indígenas, a carta também é uma autorização das lideranças da terra indígena para que atuem no local, visto que só pode adentrar nas terras indígenas quem tem autorização da comunidade.

A carta de anuência pode ser considerada, portanto, um instrumento da comunidade para “estabelecer uma forma de controle sobre o processo de escolarização em seu território, pois tem caráter deliberativo na definição de quais serão os profissionais de educação que irão atuar na escola” (CRUZ et al., 2022, p. 16). Sendo assim, apresenta-se como uma resposta às reivindicações dos povos indígenas e reforça a autonomia da população indígena na efetivação de uma educação escolar diferenciada (AMARAL; FRAGA, 2016). Por outro lado, a carta pode ser um elemento que pode reforçar conflitos políticos internos, visto que está relacionada às estruturas de poder das comunidades indígenas (AMARAL, 2010).

IMPRESSÕES DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Realizamos uma breve análise, a partir: 1) das respostas ao questionário, respondido (via Google Forms) por 35 egressos de cursos da área da educação das universidades estaduais do Norte do Paraná que tinham formados na área; e 2) das entrevistas realizadas com dois professores indígenas e dois gestores da educação escolar indígena da SEED. Pelas respostas, constatamos que 14 (dos 35 egressos que responderam) trabalharam em escolas durante a sua graduação. Após a graduação, 25 afirmaram que já foram ou estavam como contratados pela SEED-PR, o que demonstra que grande parte trabalha ou já trabalhou em algum momento na área da educação. Além disso, foram identificados trabalhos em diferentes cargos em escolas, tais como professores, pedagogos, diretores e agentes educacionais.

Em relação ao vínculo empregatício, 28 responderam que trabalharam ou trabalham com vínculo PSS, três como celetistas, três como estatutários, um com contrato temporário e um com estágio remunerado. Quando eles foram questionados sobre as dificuldades encontradas como profissionais indígenas, 10 das respostas estão relacionadas a questões sobre o funcionamento da escola indígena e sobre o processo de ensino-aprendizagem nesses espaços.

Há também seis menções a questões políticas vivenciadas dentro das comunidades indígenas, associadas à escolha de quem atuaria nas escolas e ao relacionamento com caciques e lideranças. Também seis respostas mencionam a instabilidade no trabalho (devido ao contrato por PSS), a falta de oportunidades, a disputa por cargos, a ausência de concurso público específico para indígenas no sistema estadual de educação e o rompimento do que já foi “modelado pela mão dos colonizadores⁵”.

A partir das respostas registradas pelos sujeitos nos formulários e das entrevistas realizadas, foi possível identificar perspectivas divergentes sobre a carta de anuência. Identificamos que há aspectos que tanto legitimam a existência da carta de anuência quanto apontam contradições em relação a ela.

Nas respostas registradas pelos sujeitos nos formulários, foram identificados alguns pontos relacionados à carta de anuência. Um desses pontos foi apresentado por um sujeito que atualmente mora em uma terra indígena que não é a sua de origem e, portanto, não consegue vaga na escola. Afirma que as lideranças escolhem “os que são naturais” da terra indígena em questão para trabalhar nas escolas.

Isto demonstra que cada cacique e cada liderança têm autonomia para elaborar os critérios de escolha de quem terá o aval pela carta de anuência e, conseqüentemente, poderá atuar nas escolas indígenas; porém, por outro lado, aponta uma fragilidade da política, pois os critérios não são elaborados coletivamente (em âmbito estadual), mas sim definidos por cada um dos sujeitos que ocupa a posição de cacique e de liderança.

Outro sujeito afirmou que

os profissionais indígenas [...] não possuem as mesmas oportunidades que os profissionais não indígenas; sendo assim, se limitam a atuar apenas dentro da aldeia, o que vem acarretando uma disputa por cargos e, conseqüentemente, o desemprego (egressa Kaingang da UEL).

Tal relato destaca que algumas terras indígenas já contam com profissionais indígenas em número suficiente para ocupar as vagas disponíveis nas escolas de seus territórios ou maior quantidade de indígenas

5 A influência colonizadora junto aos povos indígenas habitantes do Paraná é narrada com profundidade histórica e antropológica em diversos estudos, tais como os de MONTEIRO, 1992; MOTA, 1994; e TOMMASINO, 1995.

formados em determinada área em relação às vagas, o que gera disputa entre esses profissionais.

Quando relatam como foram os processos de contratação na escola onde atuam e como foi a trajetória para conseguir a carta, além do tempo que levaram para conseguir o trabalho, os entrevistados informam que conquistaram facilmente a vaga na escola e assim que a solicitaram ao cacique. A particularidade é que um dos sujeitos não é natural da terra indígena em questão, mas recebeu a carta por haver vagas ainda ocupadas por não indígenas quando ele se graduou e mudou-se para a terra indígena onde está atuando. Além disso, os entrevistados relatam que, nas terras indígenas onde atuam, as vagas das escolas já são tidas como um direito dos membros da comunidade.

Os entrevistados não deixaram de mencionar que o profissional indígena, apesar de ter o direito à vaga, precisa “fazer por merecer” o espaço ocupado e deve se mostrar comprometido com o trabalho, ou seja, necessita “mostrar serviço” e “ter boa conduta”. De acordo com um dos entrevistados, na terra indígena onde atua, a partir do momento em que o profissional consegue a carta, ele pode ficar por até dois anos com a vaga garantida e, após esse período, o cacique avaliará o trabalho realizado, o cumprimento das funções e, se achar que ele desenvolveu o trabalho corretamente, renovará a carta.

Fica evidente nos relatos dos profissionais entrevistados que o cacique e as lideranças confiam muito no trabalho do diretor e pedagogo da escola. Sendo assim, eles não intervêm no dia a dia do ambiente escolar, mas são consultados pelo diretor e pelo pedagogo quando há situações de conflito, quando um profissional precisa deixar de trabalhar na escola ou quando há algum estudante que não está frequentando as aulas. O diretor e o pedagogo servem, ainda, como pontes entre o cacique e os professores, repassando informações a eles e aos demais funcionários da escola.

Quando os entrevistados foram questionados sobre a influência da carta de anuência em suas respectivas trajetórias profissionais, um deles afirmou que a carta proporcionou a chance de trabalho dentro da terra indígena. Outro entrevistado relatou que a carta é decisiva no sentido de que define sua inserção ou não no trabalho dentro da terra indígena, o que vai ao encontro do que afirmam Amaral, Rodrigues e Bilar (2014), de que os indígenas formados assumem a condição de profissionais indígenas.

Ou seja, profissionais que retornam ao seu território de origem com o intuito de contribuir com a sua comunidade e assumir o seu protagonismo político e profissional, vindo a ocupar e recriar espaços sócio-ocupacionais contraditórios, que não foram formatados para atender aos interesses e às especificidades dos povos indígenas.

Quanto ao sentido e à permanência da carta de anuência, os entrevistados avaliam, de maneira geral, como algo bom e importante. Entre os argumentos está o fato de que a carta possibilita autonomia para os caciques escolherem os profissionais que irão atuar nas terras indígenas, pois o cacique é um representante da comunidade. Além disso, oferece a oportunidade para os indígenas ingressarem nos circuitos de trabalho na terra indígena, conforme já mencionado, o que é fundamental para o acadêmico e o profissional.

Para um dos egressos, a carta de anuência é o que caracteriza o estabelecimento de ensino como uma escola indígena. Seu argumento se justifica porque tal instrumento também viabiliza a escolha dos profissionais não indígenas que poderão atuar na escola, oportunizando a escolha de um profissional que se identifica com a luta dos povos indígenas e com conhecimento sobre a educação escolar indígena. Tal aspecto está fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012), em que consta que a escola indígena tem normas e ordenamento jurídico próprios, bem como direito a uma educação escolar diferenciada⁶. Ou seja, para que isso ocorra, é necessário haver profissionais que pertençam a esse grupo e estejam atuando nessas escolas ou, então, que se identifiquem e sejam parceiros de luta.

Por outro lado, um dos entrevistados afirmou ter conhecimento de terras indígenas cujos caciques cobram pagamento pela carta de anuência, o que explicita um abuso de autoridade. O entrevistado afirma também que a carta é uma forma de escolher profissionais que, para além da formação acadêmica, têm um melhor desempenho na escola indígena.

No que se refere às vagas no espaço escolar, os entrevistados apontaram que, na terra indígena onde residem, todos os indígenas

6 Outros documentos de referência para a educação escolar indígena também reforçam a ideia de uma educação diferenciada e de ordenamento próprio, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996); as Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas (Resolução CNE/CEB nº 3/1999), que, em seu art. 3, pontua que “na organização de escola indígena deverá ser considerada a participação da comunidade na definição do modelo de organização e gestão”; e a Deliberação CEB/CEE-PR nº 09/2002, que reforça o que também está presente na legislação nacional sobre normas e ordenamentos jurídicos próprios.

graduados na educação superior ou que estão frequentando a universidade em cursos na área da educação estão empregados na escola. O que difere uma resposta da outra é que um dos entrevistados afirma que ainda existe um número elevado de vagas. Já o outro problematiza que, num futuro próximo, as vagas serão insuficientes, pois há um crescimento progressivo de oferta de profissionais graduados para um número de vagas que não contemplará a todos os interessados.

Outro aspecto relevante que um dos entrevistados relatou é que algumas pessoas que já estão empregadas nas escolas e, consequentemente, têm um salário mais elevado estão pagando cursos superiores nas áreas de licenciatura em instituições de ensino superior (IES) privadas para seus filhos, o que pode vir a ampliar a concorrência para as vagas de trabalho nas escolas.

Sobre os critérios que os caciques e as lideranças usam para conceder a carta aos profissionais, um dos entrevistados afirma que a concessão é baseada na confiança, ou seja, será concedida ou não ao profissional na medida em que confiam na pessoa. O mesmo entrevistado afirma que o pedagogo e o diretor auxiliam na avaliação dos professores que já estão atuando na escola. Outro entrevistado informa que os critérios para a concessão da carta são: morar na terra indígena e estar formado ou estar cursando a partir do segundo ano na universidade. Novamente, é possível apontar a fragilidade da política de seleção e de aval dos profissionais para as escolas indígenas, pois um dos entrevistados também afirmou que a cada gestão de cacique e de lideranças os critérios podem ser modificados.

Quanto à influência das famílias para conseguir ou não a carta, os entrevistados afirmaram que não há; porém, um deles acrescentou que já soube de casos, em outras terras indígenas, em que a família do cacique tinha prioridade. Tal aspecto associa-se às relações faccionais e de poder existentes, principalmente nas comunidades de pertencimento Kaingang, próprios da cosmologia e da forma de organização social e política do referido povo. Entendemos que a compreensão sobre os faccionalismos deve ser considerada e apreendida de forma mais aprofundada em todas as relações de contratação de profissionais indígenas mediadas pelo aval das lideranças (FERNANDES, 2004; AMARAL, 2010; AMARAL; RODRIGUES; BILAR, 2014).

No que diz respeito à distribuição dos cargos na escola, os entrevistados afirmaram que, nas suas terras indígenas de pertencimento, os cargos

de diretor e pedagogo são indicações do cacique, de modo diferente do que é realizado pela SEED, pois nas demais escolas estaduais há eleições para diretor⁷. Por outro lado, os demais profissionais que já têm a carta têm suas funções escolhidas pelo diretor e pelo pedagogo, porque há também distribuição das vagas de professores e de agentes educacionais I e II. Um dos entrevistados afirmou que há ainda sorteio para agentes educacionais e técnicos administrativos, pois há muita concorrência a tais cargos.

É possível perceber aspectos que legitimam a existência da carta de anuência e também contradições a partir dela. Fica nítido que os sujeitos da pesquisa acreditam que a carta é o melhor instrumento que há dentro das possibilidades atuais. A carta é vista como uma oportunidade de adentrar nos circuitos de trabalho existentes nas terras indígenas, além de permitir a escolha dos profissionais não indígenas que irão atuar nesses espaços ocupacionais, com a opção pelos mais engajados na luta dos povos indígenas e pelos que têm mais familiaridade com a temática.

Por outro lado, há aspectos contraditórios, considerando-se que não se conta com critérios com algum tipo de uniformização estadual de seleção dos profissionais, o que abre margem para que a escolha seja baseada na relação subjetiva e política (do ponto de vista das políticas internas nas comunidades) entre o candidato à vaga e o cacique.

Como alternativa, os entrevistados defendem a proposta de um concurso público específico para profissionais indígenas da área da educação nas escolas estaduais indígenas. Segundo um dos entrevistados, o concurso traria melhores condições de trabalho, com um vínculo mais estável, o que acarretaria também melhoria na qualidade da educação nas escolas indígenas.

Destacamos que está presente no documento final da I Conferência Nacional da Educação Escolar Indígena (2009), em suas disposições gerais, que “os estados e municípios devem garantir concurso público específico e diferenciado, por povo indígena, para os cargos de profissionais da educação indígena (pedagógicos e administrativos)”, o que

7 É importante destacar que, no sistema estadual de educação do Paraná, a escolha dos diretores das escolas estaduais é realizada por meio de eleição direta pela comunidade escolar, de maneira que um dos critérios principais é que os candidatos sejam do quadro próprio do magistério estadual, ou seja, devam ter vínculo por concurso público. Nas escolas indígenas, todos os profissionais indígenas e não indígenas possuem vínculo temporário por meio do regime de PSS, não tendo, portanto, possibilidade de assumir o cargo de direção. Há um número reduzido de diretores indígenas nas escolas indígenas do Paraná e eles somente alcançaram tal função após pressões e negociações políticas feitas pelas lideranças das terras indígenas junto à SEED. Mileski e Faustino (2022) realizam uma reflexão sobre essa luta para a ocupação dos cargos nas escolas indígenas pelos profissionais indígenas do Paraná.

evidencia que o concurso público específico é uma demanda nacional e que já vem sendo debatida.

Constatamos, assim, que o concurso público para professores indígenas se apresenta enquanto uma perspectiva fundamental para as organizações de professores indígenas, uma vez que já é uma realidade no País⁸. Contudo, cabe destacar que, nas buscas por editais públicos de seleção de professores indígenas, a maioria dos editais identificados é para processo seletivo simplificado (PSS), que é a forma de contratação temporária e precária que ocorre no Paraná.

Isto reforça o que está posto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (2012) sobre a garantia de atuação dos professores indígenas nos quadros dos sistemas de ensino, que deve se dar mediante concursos públicos específicos:

[...] é imperioso que tais sistemas criem a categoria [de] professor indígena como carreira específica do magistério e promovam concursos adequados às particularidades linguísticas e culturais das comunidades indígenas. Nesse processo de regularização da carreira do professor indígena devem ser garantidos os mesmos direitos atribuídos aos demais professores dos respectivos sistemas de ensino, com níveis de remuneração correspondentes ao seu nível de qualificação profissional e condigna com suas condições de trabalho [...] (BRASIL, 2012).

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena também propõem concursos específicos para os profissionais que exercem funções de gestão com formação inicial e continuada garantida pelos sistemas de ensino.

CONCLUSÃO

As reflexões ora apresentadas, que são resultantes da pesquisa realizada, propiciam contribuições para a modalidade da educação escolar indígena e evidenciam a necessidade de estudos mais aprofundados

8 Destacamos os registros de editais de concursos públicos para professores indígenas, tais como o da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste (MT), o da Secretaria de Estado da Educação do Tocantins e o da Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, 2017; SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO TOCANTINS, 2023; SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO – SEED/RR, 2021).

sobre a temática, considerando-se a complexidade do assunto sobre os processos de seleção de profissionais nas escolas indígenas do Paraná. Foram apresentados os aspectos históricos da carta de anuência. Porém, há dificuldades para identificar informações sobre o surgimento desse instrumento, apesar de ficarem claros seus objetivos.

A partir das respostas ao questionário e das entrevistas realizadas, foi possível identificar aspectos legitimadores e contraditórios acerca da carta de anuência. Entre os que legitimam está a autonomia da comunidade indígena (representada pelos caciques e pelas lideranças) para escolher quem atuará nas escolas, principalmente quando se trata de profissionais não indígenas. Os entrevistados defendem a permanência da carta de anuência por avaliarem-na como um instrumento positivo e importante. Sendo assim, percebe-se que se apresenta como o melhor instrumento que há dentro das possibilidades atuais.

Já dentre os aspectos contraditórios da carta de anuência, identificamos a fragilidade no uso do instrumento para a política de seleção, pois os critérios para concessão da carta aos profissionais indígenas que irão ocupar os postos de trabalho nas escolas indígenas não são elaborados coletivamente. Além disso, é possível constatar que a carta reflete os conflitos políticos internos da terra indígena, pois pode ser vista como um instrumento de poder para os caciques.

Dentre os apontamentos levantados e analisados nas entrevistas e no conteúdo dos formulários, foi evidenciada a proposta de um concurso público específico para profissionais indígenas da área da educação no Paraná. Tal forma de seleção deixaria os processos seletivos mais imparciais, traria melhorias para as condições de trabalho dos profissionais indígenas da área da educação e, consequentemente, melhorias também para a qualidade da educação escolar indígena ofertada nas escolas indígenas. É uma demanda que já vem sendo discutida e proposta e que chegou, inclusive, a ser considerada pela SEED, mas não foi implementada.

A carta de anuência é apenas uma parte do processo de seleção para ocupar os cargos disponíveis nas escolas estaduais indígenas do Paraná. Faz-se necessário um maior aprofundamento sobre a temática, que deve considerar as relações familiares, os faccionalismos e o poder dentro dos territórios. Além disso, é preciso

investigar com maior precisão o número de indígenas formados na educação superior no Estado do Paraná e que sejam candidatos às vagas nas escolas estaduais indígenas, considerando-se que foi apontado que há matriculados e, possivelmente, graduados em instituições privadas. É necessário, ainda, realizar um levantamento da oferta de vagas de acordo com a área de formação, dentre outros aspectos relevantes.

Entendemos que o sentido deste estudo e o foco na análise sobre os processos de seleção de profissionais indígenas nas escolas indígenas e, conseqüentemente, sobre a carta de anuência situam-se no avanço da educação escolar como espaço de afirmação e de luta dos povos e das comunidades indígenas e, ao mesmo tempo, como componente recente e fundamental da política educacional no Brasil. Para se efetivar, tal modalidade demandará muitos diálogos, esforços políticos e estudos que avancem afirmativamente como um campo de direito sociocultural, linguístico e educacional diferenciado e intercultural.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**, 2010. Tese (Doutorado) – Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

_____. A educação escolar indígena como direito na agenda educacional paranaense e brasileira. In: SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; DIAS, Lucimar Rosa; TRIGO, Rosa Amália Espejo (Orgs.). **Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos**. Curitiba: Appris Ltda., 2015, p. 135-162.

AMARAL, Wagner R.; FRAGA, Letícia. Educação escolar indígena no Brasil e no Paraná: constituição e articulação com o ensino superior. In: AMARAL, Wagner R.; FRAGA, Letícia; RODRIGUES, Isabel C. (Orgs.). **Universidade para indígenas: a experiência do Paraná**. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016, p. 171-181.

AMARAL, Wagner R.; RODRIGUES, Michelle A.; BILAR, Jenifer A. B. Os Circuitos de Trabalho Indígena: possibilidades e desafios para acadêmicos e profissionais kaingang na gestão das políticas públicas.

Mediações – Revista de Ciências Sociais, [S.L.], v. 19, nº 2, p. 129, 30 dez. 2014. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n2p129>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BOSCARIOLI, Clódis; GUIRADO, João César; BIANCON, Mateus Luiz. Formação dos Vestibulares dos Povos Indígenas no Paraná: Avanços de 2002 a 2013. In: AMARAL, Wagner Roberto do; FRAGA, Letícia; RODRIGUES, Isabel Cristina (Orgs.). **Universidade para indígenas: a experiência do Paraná**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2016, p. 79-89.

BRASIL. CNE. **Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999**. Fixa Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 13/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Brasília, DF: MEC, 2012.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. **Deliberação nº 009/02, de 05 de fevereiro de 2002**. Dispõe sobre criação e funcionamento da Escola Indígena, autorização e reconhecimento de cursos, no âmbito da Educação Básica no Estado do Paraná, e dá outras providências.

CRUZ, Cassius M.; PEREIRA, Carla F. G.; KOMARCHESKI, Rosilene; ROCHA, Vanessa G. Participação comunitária na educação escolar quilombola: a carta de anuência no quilombo João Surá (PR). **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S.L.], p. 1-26, 2022. Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20873/uftrbec.e12409>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

DOCUMENTO FINAL DA I CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, 2009. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/deliberacoes_coneei.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

FERNANDES, Ricardo C. **Política e parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LEMES, Aline D. C. **Os profissionais indígenas da educação e as escolas estaduais indígenas do Norte do Paraná**, 2018. 82 f. TCC (Graduação) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

LUCIANO, Gersem J. S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUCIANO, Gersem J. S.; AMARAL, Wagner R. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. **Integración y Conocimiento**, v. 2, nº 10, p. 13-37, 2021.

MILESKI, K. G.; FAUSTINO, R. C. A agenda política brasileira e paranaense para a educação escolar indígena. **Revista Amazônida**, v. 7, nº 1, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/10383/8417>>. DOI: <<https://doi.org/10.29280/rappge.v7i01.10383>>. Acesso em: 29 abr. 2023.

MONTEIRO, John M. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela C. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura / FAPESP, 1992.

MOTA, Lúcio T. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.

PARANÁ. **Lei nº 13134, de 18 de abril de 2001**. Reserva 3 (três) vagas para serem disputadas entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses nos vestibulares das universidades estaduais. Curitiba, PR.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná. **Deliberação nº 009/02, de 05 de fevereiro de 2002**. Dispõe sobre criação e funcionamento da Escola Indígena, autorização e reconhecimento de cursos, no âmbito da Educação Básica no Estado do Paraná, e dá outras providências.

PARANÁ. **Lei nº 14995, de 09 de janeiro de 2006**. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 13.134/2001 (reserva de vagas para indígenas nas Universidades Estaduais). Curitiba, PR.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital nº 02/2008 - DG/SEED**. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-07/edital022008dg.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

PARANÁ. **Lei Complementar nº 156, de 21 de maio de 2013**. Curitiba, PR.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital nº 71/2020 – GS/SEED**. Disponível em: <<https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/>>

arquivos_restritos/files/documento/2022-02/edital_712020_gsseed_pssindigenas_retificado_102022.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital nº 86/2021 – GS/SEED**. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/edital_862021_gsseed_retificado8789902021_102022.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

PARANÁ. **Portaria SETI nº 026, de 16 de março de 2022**. Alterar o “caput” do art. 3º da Resolução nº 23/2016-SETI. Curitiba, PR.

PCI CONCURSOS. **Concursos com vagas para Professor Indígena**. Disponível em: <<https://www.pciconcursos.com.br/vagas/professor-indigena>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

PEREIRA, Gilza F. S. Felipe. **Mulheres Avá-Guarani no Oeste do Paraná**: a educação superior indígena enquanto espaço de resistência, 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE (MT). **Edital de Concurso Público nº 001/2017**. Disponível em: <https://arquivo.pciconcursos.com.br/concurso-publico-e-retificado-pela-prefeitura-de-santo-antonio-do-leste-mt/1403861/9bec480303/edital_de_abertura_n_1_2017.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO TOCANTINS. **EDITAL Nº 02/2023**. Disponível em: <https://conhecimento.fgv.br/sites/default/files/concursos/edital-seduc-indigena-retificado-20.03_0.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO – SEED/RR. **EDITAL 90/2021/SEED/GAB/RR**. Disponível em: <<https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2021/12/16165832/edital-seed-rr-32-51.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

TOMMASINO, Kimyie. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Projeto 11640**: Os circuitos de trabalho indígena na educação e as trajetórias dos profissionais indígenas. Disponível em: <https://www.sistemasweb.uel.br/system/prj/pes/pdf/pes_pesquisa_11640.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

O cuidado em saúde e a dança: vivências de jovens mulheres quilombolas

Health care and dance: experiences of young quilombolas
Cuidado de la salud y danza: experiencias de jóvenes quilombolas

Milena de Siqueira Nolasco¹
<https://orcid.org/0000-0001-7483-6415>

Liliane Santos Pereira Silva²
<https://orcid.org/0000-0002-0730-4213>

Mayk Andreele do Nascimento³
<https://orcid.org/0000-0001-9975-415X>

Recebido em: 23/12/2022

Aprovado em: 13/07/2023

1 Assistente Social (CRESS 29540). Residente na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (2017-2021). Assistente Social (CRESS 29540) na Fundação Hospitalar de Minas Gerais, no Instituto Raul Soares. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5855409044455291>>. E-mail: <mlenasiqueira.nolasco@gmail.com>.

2 Psicóloga (CRP 15/5850). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (2014-2020). Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (2020-2022). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1274993479313873>>. E-mail: <lilianesilva.psico@gmail.com>.

3 Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2014). Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Alagoas – Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0800668272544619>>. E-mail: <mayk.nascimento@palmeira.ufal.br>.

Resumo: O artigo tem o objetivo de compreender os cuidados em saúde de jovens mulheres negras quilombolas por meio da dança. As participantes foram oito jovens de um grupo de dança de uma comunidade quilombola da zona rural do sertão alagoano, as quais buscam, por meio da dança, traçar o enfrentamento contra as opressões de raça, gênero e classe, além da instituição do cuidado em saúde como espaço potente do corpo e da história quilombola. Metodologicamente, o estudo integrou uma pesquisa de cunho qualitativo, com a utilização de instrumentos como o diário de campo, a observação participante e os grupos focais. Por fim, a análise foi realizada com base na pesquisa social. O estudo evidencia as estratégias de resistência diante de desamparos em saúde. O cuidado, a ancestralidade e os movimentos corporais possibilitam que jovens negras quilombolas estruturem um outro modo de viver e enfrentar as negligências dos serviços e das políticas de saúde insuficientes no quilombo.

Palavras-chave: saúde; cuidados; jovens; corpo.

Abstract: The article aims to understand the health care of young black quilombola women through dance. The participants are eight young people from a dance group from a quilombola community in the rural area of the backlands of Alagoas, who seek, through dance, to fight or face the oppressed of race, gender and class and the health institution, as a powerful space of body and quilombola history. Methodologically, the study integrated a qualitative research, using the field diary, participant observation and focus groups as instruments and, finally, the analysis was carried out based on social research. The study points out resistance strategies in the face of neglect in health. Care, ancestry and body movements allow young black quilombolas to structure another way of living and face the neglect of two services and health policies absent from the quilombo.

Keywords: health; care; young people; body.

Resumen: El artículo tiene como objetivo comprender el cuidado de la salud de las jóvenes negras quilombolas a través de la danza. Los participantes son ocho jóvenes de un grupo de danza de una comunidad quilombola en la zona rural del interior de Alagoas, que buscan, a través de la danza, luchar o enfrentar a los oprimidos de raza, género y clase y la institución de salud, como un poderoso espacio de cuerpo e historia quilombola. Metodológicamente, el estudio integró una inves-

tigación cualitativa, utilizando como instrumentos el diario de campo, la observación participante y los grupos focales y, finalmente, el análisis se realizó con base en la investigación social. El estudio apunta estrategias de resistencia frente al descuido en salud. Los cuidados, la ascendencia y los movimientos corporales permiten a los jóvenes quilombolas negros estructurar otra forma de vivir y enfrentar el abandono de dos servicios y políticas de salud ausentes del quilombo.

Palabras clave: salud; cuidados; jóvenes; cuerpo.

INTRODUÇÃO

Em passagens por comunidades negras rurais, diante de cenas e diálogos, a entonação que circula sobre o estado de pulsão da vida é o cuidado. Raramente ouviremos “saúde”. Frequentemente ouviremos “cuidado”. Há um entorno comunitário, que compõe cuidados em saúde, diante da fragilidade de políticas e serviços em saúde eficazes, os quais se amparam numa ordem social racista. Como eixo central, a comunidade conduz o cuidado com base em saberes populares: ervas de cura, rezas que benzem, corpos que dançam, gestos que relatam afetações e cânticos que ressoam espiritualização.

O estudo se estabelece nos entornos de uma comunidade quilombola do sertão de Alagoas que sofre com a precarização das políticas de saúde e encontra-se à mercê de suas próprias ações. Diante desse cenário, a comunidade passa a ter atividades de luta por efetivação de políticas públicas e integração a ONGs e instituições federais. A comunidade realiza, ainda, o fomento cultural, por meio do qual vislumbra o empoderamento racial, corporal e ancestral. O cuidado em saúde está intimamente ligado à resistência, pois é o corpo que reage contra a marginalização, que se nega ao extrativismo corporal e que vive em estado de coletividade.

Nesse limiar, o artigo tem como objetivo compreender os cuidados em saúde de jovens mulheres negras quilombolas por meio da dança. O grupo de dança é composto por oito jovens mulheres, estando, hoje, em sua terceira formação. Surgiu em 2008, coordenado pela liderança comunitária, com a participação de 20 jovens. Ao longo dos anos, ganhou novos contornos e entradas, mas preserva, em sua base, a

extensão da ancestralidade, contada por meio do corpo dançante, o que institui uma possibilidade de passagem geracional de saberes e traça a produção de um espaço de cuidado a jovens que vivenciam o racismo.

Passearemos pelas intersecções entre dança, ancestralidade e cuidado em saúde no território negro quilombola, que conduzem as alternativas de saúde às jovens. A análise está amparada em narrativas, cenas e gestualizações que direcionam aos cuidados em saúde. Elaboramos a integração de assimilação da teoria e a cotidianidade expressa no campo, expostas em direção horizontal, para que o conhecimento proposto seja capaz de considerar as atividades contra-hegemônicas. Criar campos de cuidado é criar campos de promoção à saúde e, talvez, haja muito a aprender com as práticas negras quilombolas.

NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DE CUIDADO EM SAÚDE E A DANÇA EM QUILOMBOS

Em contextos rurais, como no caso das comunidades quilombolas, há uma cotidianidade marcada pela falta de serviços e políticas de assistência — a exemplo do saneamento básico —, realidade que é quase que imperceptível ao olhar público institucional. Diante da invisibilidade, as condições de trabalho, cultura e lazer são ainda mais precárias, vividas entre o campo do esquecimento e o campo de resistência. Enquanto a lógica contemporânea moderna renega e sonega populações negras e rurais, a lógica de resistência negra cria cenas e ações antagônicas.

Neste caminho, com lógicas estatais evasivas e negligentes incididas sobre a população negra, esferas comunitárias exercem o cuidado em saúde com outras moldagens, intrínsecas aos saberes populares, integradas culturalmente e com densidade política, o que caracteriza a cotidianidade negra e seus métodos de resistência. O cuidado, quando interligado à saúde — que traz, em seu significado, um estado de equilíbrio entre o corpo e o ambiente —, se atenta para a impossibilidade de que a saúde seja dissociada do cuidado, por entender que se deve construir um equilíbrio entre o corpo e as vivências individuais e comunitárias, entre grupos e diferentes dimensões da vida humana (PUGGINA & SILVA, 2009; SANTOS et al., 2021).

Nas comunidades quilombolas, a solidariedade e a sociabilidade estão cotidianamente atreladas ao cuidado estabelecido entre os

moradores. Quando se encontram para a partilha de experiências, como é o exemplo da composição de um grupo de dança, os moradores estão coletivamente fazendo parte da construção de uma identidade para a comunidade, já que a elaboração da coreografia, os ensaios e a organização possibilitam um lugar de cooperação mútua de ideias e sentimentos. As relações de cuidado são tecidas a partir das vivências coletivas, do zelo para com o outro, estruturando o encontro das/os moradoras/es com o território quilombola, possibilitando a criação de espaços de cuidado, fortalecimento e compromisso comunitário (RUCKERT, CUNHA & MODENA, 2018; PÉREZ, 2019).

A partir do exercício do cuidado, cria-se forte relação entre matéria e espírito, o corpo e a mente, com sua presença no mundo e suas interações sociais. Assim, se expande e se exerce a força de transformação nas reflexões e intervenções no campo do cuidado em saúde. A interação entre indivíduos com a intenção de cuidar objetiva o alívio do sofrimento ou a busca do bem-estar para a pessoa e, consequentemente, para o ambiente em que se encontra. A forma como os sujeitos vão construindo a autonomia é um processo de produção de saúde (SANTOS, 2021).

O cuidado em saúde induz e conduz a atividades comunitárias contra-hegemônicas. As comunidades quilombolas, em seus modos de vida, operam diferentes formas de produzir saúde. Tais elaborações vão desde diálogos em alpendres às festividades populares, dos encontros nos quintais à rememoração de suas histórias e histórias. O ato de produzir saúde está ligado a afirmar práticas ancestrais, que elaboram afetos diaspóricos e põem em evidência modos de ser e existir. Dentre os processos de cuidado em saúde, a experiência corporal da dança é estratégia frequente e possibilita o alcance de uma nova relação com o próprio corpo, com suas raízes ancestrais e com a feminilidade, a qual é cotidianamente negada às mulheres negras. O dançar permite cruzar histórias de vidas, enfrenta coletivamente as inseguranças criadas pelo racismo e dirige-se ao reconhecimento identitário. Assim, torna-se prática de cuidado.

De modo antagônico à repressão e ao cerceamento da liberdade impostos pelo sistema hegemônico, a dança conduz à fluidez e à potência do corpo negro. Na dança, assim como em outras manifestações culturais negras, tecem-se ações, como destaca Nascimento (2018), quando afirma que, na dança, “quando uma mulher negra olha nos olhos de

outra mulher negra, é como se fosse um espelho, pois sabemos de todas as dificuldades encontradas em ser mulher numa sociedade patriarcal negra, numa sociedade racista e pobre, numa sociedade de classes”.

Encarar a percepção por meio desse espelho — outra mulher negra — permite raiar a semelhança diante de uma sociedade que evidencia tanto seu corpo quanto a diferença, a diferença selvagem e primária. O gênero é negado à mulher negra, o racismo desintegra a autoridade individual sobre o corpo de si mesma, fraturando relações comunitárias, instituindo desordens de saúde e negligenciando amparos sociais. A violência categórica da intersecção raça-gênero-classe social lança sobre as mulheres negras a violência que atinge suas vértebras, sua subjetividade e sua sexualidade (LUGONES, 2008; FERREIRA & HAMLIN, 2010). Há a inferiorização do corpo, da epistemologia, da ontologia e da ética, para projetar na mulher negra o símbolo primitivo de humilhação aos desejos ocidentais. Por isso, acionar a dança em território negro quilombola é acionar ações antirracistas a corpos de mulheres negras. Capturamos a dança em seu estado de cuidado em saúde para mulheres negras diante de olhares contra-hegemônicos.

O racismo destroça o ritmo do corpo, retira dele fragmentos de cenas e experiências, cristaliza-o de modo mecânico e objetal. Fanon (2008, p. 104) nos conta que “o conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação”. Diante do racismo, o corpo é dado como natural, símbolo de experiência universal e estéril à emoção e ao movimento (CAETANO, 2017). É designado por quais espaços e caminhos os corpos negros devem trafegar, retendo sua energia cósmica, cultural e espiritual. Como Foucault (1984, p. 28) expõe, “[...] o corpo só se torna força útil se é, ao mesmo tempo, corpo produtivo e corpo submisso”. Fanon (2008, p. 142) nos diz que “[...] é na corporeidade que se atinge o preto”, que se tira dele o segmento de liberdade e os atravessamentos étnicos e raciais que intensificam seu ritmo. Há a universalização do corpo negro, vítima da civilização ocidental. O que ocorre é a operação que media a dita evidência científica de inferiorização negra e a expansão da deslegitimação política e cultural que compõe esses corpos.

Com a desorientação advinda da estratificação do viver, é preciso deslocar-se desse lugar, diluir o universo mórbido e traçar o caminho para a desalienação, de modo a “[...] ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial” (Fanon, 2008, p. 44). Trata-se de levar o sujeito a duas esferas: reflexão e ação.

A dança terá a função do rompimento com a ordem social racista, com a potência da prática do cuidado em saúde. Nas danças afro-brasileiras, o que se imprime consiste de atos e práticas da cosmovisão negra, de modo que a ética e a estética sustentam a manifestação do cuidado em saúde, lançada *pela* e *sobre* a dança. Na dança, a fragmentação se anula para a emergência da composição em uma fluidez de som, voz e movimentos dançantes para o mergulho em possibilidades de ritmos, sons e movimentos que contam sobre resistência, ancestralidade e oralidade. Dado o viés de ênfase evidenciado aqui, principalmente, a dança narra sobre cuidados em saúde.

CAMINHOS DA PESQUISA

O estudo se guia por uma pesquisa de cunho qualitativo, imersa numa comunidade negra quilombola, na qual “[...] o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” (MINAYO, 1994, p. 51). O intuito é produzir conhecimentos e reflexões acerca das práticas de cuidados em saúde de jovens mulheres negras de uma comunidade quilombola do sertão de Alagoas.

O cenário da pesquisa fica localizado no sertão alagoano e possui cerca de 80 famílias, uma das comunidades mais antigas do estado. Teve seu reconhecimento pela Fundação Palmares em 2005 e passa pelo processo de titulação de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Instituto de Terras de Alagoas (Iteral). Possui uma unidade básica de saúde, uma escola de ensino fundamental I, uma associação comunitária, uma igreja, uma quadra esportiva e um banco de sementes. Permanece ausente de alguns serviços básicos e estruturais, tais como: saneamento básico, água encanada e calçamento completo, estruturas cuja falta provoca dificuldades para a vivência dos moradores.

A partir da necessidade e da aspiração da liderança e de jovens negras de se afirmarem politicamente, socialmente e culturalmente, em 2008 foi criado o grupo de dança. A liderança buscou, inicialmente, acompanhada de 20 jovens negras, a formação do grupo, direcionando a articulação dos ensaios, das escolhas das músicas e dos passos de dança. O intuito era deslocar as jovens para um outro olhar sobre a vida em comunidade e sobre o corpo negro feminino.

O estudo inicia-se a partir da devida autorização das participantes e de suas/seus responsáveis, pela via da leitura e da assinatura do termo de compromisso livre e esclarecido (TCLE) ou do termo de assentimento livre e esclarecido (TALE). O projeto de pesquisa foi submetido à avaliação e à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, tendo sido aceito mediante o documento nº 47580621.2.0000.5013. Participam da pesquisa oito jovens negras quilombolas, que possuem entre 13 e 21 anos e formam a atual geração do grupo de dança. Com o objetivo de manter em sigilo suas identidades, as jovens aparecerão com nomes de plantas do sertão, cuja escolha foi feita pelo fato de que as plantas simbolizam o território em que as jovens estão inseridas. Os nomes definidos foram os seguintes: Angico (15 anos), Mandacaru (19 anos), Bromélia (13 anos), Cacto (15 anos), Flor de Jitirana (17 anos), Palma (19 anos), Ipê (21 anos) e Flor do Sertão (18 anos).

A pesquisa foi construída mediante os instrumentos de observação participante, diários de campo e grupos focais. Consideramos que a “[...] observação participante é uma metodologia muito adequada para o investigador apreender, compreender e intervir nos diversos contextos em que se move. A observação toma parte no meio onde as pessoas se envolvem” (MÓNICO et al., 2017, p. 727). No caso dos diários de campo, eles objetivaram descrever teorizações, impressões, observações, esboços e diálogos com as jovens do grupo de dança. Weber (2009, p. 157-158) aponta que o diário de campo “[...] é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica. É uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social”.

Os grupos focais tiveram o

[...] objetivo [...] [de] reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo), a partir de um grupo de participantes selecionados. Eles buscam colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços (TRAD, 2009, p. 780).

Desse modo, nós o utilizamos em dois momentos:

- 1º) Grupo de dança e seus significados: as participantes buscaram, com suas famílias, com sua comunidade e com a composição antiga do grupo de dança, algumas fotos, vídeos e histórias sobre a construção do grupo de dança. *A posteriori*, os materiais foram levados ao coletivo e discutidos mediante percepções e afetos observados na busca.
- 2º) Concepção de saúde, cuidado e bem-estar: discussão sobre a concepção de saúde, cuidado e bem-estar. Foram disponibilizados às jovens materiais como revistas, jornais e panfletos, para que construíssem narrativas por meio de recortes e colagens sobre o que entendem acerca de saúde, cuidado e bem-estar.

Por fim, a análise foi realizada com base na pesquisa social, considerando que a

[...] pesquisa social em saúde [...] [é uma] forma de obter acesso aos sentidos atribuídos e à experiência dos indivíduos e de seus esquemas interpretativos no que concerne à realidade da vida cotidiana, com enfoque no fenômeno do adoecimento humano. Este, de fato, pode ser apreendido em dois níveis de estruturação de sentidos: o das representações sociais e o da reconstrução da experiência (LIRA; CATRIB & NATIONS, 2003, p. 59 e 60).

A utilização da pesquisa social traça a realidade na qual as jovens estão inseridas, voltada à subjetividade e à objetivação das suas vidas e acerca das vivências de cuidados em saúde, considerando suas especificidades de raça, classe, gênero e cultura. Com isso, a análise busca as intersecções entre a dança e o cuidado em saúde para jovens mulheres negras quilombolas, a partir das narrativas, das cenas, dos diálogos e das falas singulares das jovens, expressas durante os grupos focais.

GRUPO DE DANÇA E O CUIDADO EM SAÚDE

Hernández (2017, p. 36) diz, em seus textos, que a ênfase dada à palavra “compartilhamento” é uma “[...] propuesta zapatista que nos

dice que queremos contar de nuestro ser y estar en el mundo a otras personas”. O cuidado em saúde e a dança semeiam, por meio da composição, a integração do viver negro quilombola, em que se compartilha e se conta sobre o ser e o estar no mundo a outros sujeitos, por intermédio da dança, ampliando percepções, operando sobre o exercício ético e revisando corporificações da vida. Neste ponto, a dança e o cuidado narram outras cotidianidades. Resgatamos algumas passagens, em que as jovens apontam o grupo de dança como um espaço em que afloram composição e compartilhamento. Primeiro, trazemos a experiência narrada por Angico, quando ela nos fala:

[...] porque aqui tem gente que não se assume como negra ou quilombola, só diz que é do quilombo, não se importa com a história por trás do nome, as referências, não diz ‘eu sou quilombola, neta de Antônio Leite’, diz ‘sou só do quilombo’, às vezes não *é nem negro, é moreno, não é referente a toda a história*.

Logo após, ela cita como faz sua própria apresentação:

Eu sou do quilombo, do quilombo dos *negros*; não sou morena, sou negra. Morena é ter cabelo preto, eu sou negra. E ainda conto as histórias da comunidade e mereço respeito, pois sou filha da neta do fundador da comunidade. Sou bisneta do fundador [risos], fico me achando. Tiro brincadeiras para suavizar, mas falando a verdade (Angico).

Angico apresenta que ela é fruto da composição de uma história ancestral e compartilha a autoridade da vida comunitária sobre seu corpo, complexificando o pensamento moderno/colonial, que induz a processos de redução do corpo a classificações homogêneas, atômicas e separáveis, bem como à “*sujeitificação*”, que tenta tornar os corpos das mulheres negras menos humanos (LUGONES, 2014). A jovem afirma-se como produto híbrido e sobrevive nas variadas condições e contradições, sobrevive à encruzilhada (ANZALDÚA, 2005).

É diante dos resquícios de desenraizamento territorial, corporal e subjetivo que Beatriz Nascimento narra a categoria de transmigração (NASCIMENTO, 2006), ideia apresentada pela autora, que conta a transmigração de sons, saberes, gestualidades e religiosidades, de modo que os quilombos reconstituíram suas noções artísticas, inclusive a dança. É

como se fosse necessário captar os resquícios de memórias, do balanço que habita o corpo ou as entranhas que permanecem ligadas aos seus ancestrais.

Assim, por meio de coalizões coletivas, as jovens conseguem trilhar novos enraizamentos, outros mundos e outras comunidades, capazes de vincular as vertentes das danças ao cuidado em saúde. O que se esvai é a violência colonial. O que se ressoa é a linguagem do corporal, que invade o outro. O que se ecoa consiste de corpos, que – ao dançarem – delimitam saberes, culturas e subjetividades. O que se quer? Permanecer como corpo vivo, cultura viva, território vivo, natureza viva e subjetividades eruptivas. Ao invés de permanecer na restrição, que se permaneça na manifestação. Na comunidade quilombola das jovens, em diferentes gerações, a dança está presente, às vezes protagonizada por idosas, outras vezes por meninos e meninas jovens e, nas últimas formações, por jovens meninas negras.

As jovens, desde os ensaios às apresentações, expressam outro lugar ético, político e estético, fazendo da dança registro de fronteira. Fora dos palcos, em encontros e ensaios, discutem como os gestos contracenam com narrativas históricas do seu povo ou como as atividades do grupo delimitam um lugar de superação aos entornos subalternos e marginalizados que lhes são impostos pela sociedade. A jovem Angico mostra seus desapontamentos com a situação frequentemente vivida e relata sobre ser chamada de macumbeira em tom pejorativo. Ela fala que,

pelo que aprendi nos encontros de quilombo que já frequentei, que me lembro, macumba é um instrumento. Aí, quando falam que é macumba, eu digo “macumba é uma coisa, candomblé é outra, e existem outras coisas por aí”. É como a professora disse ali, perguntou nossa cor, e Cacto disse “parda”. Aí, ela falou que parda é uma cor de papel, *não de pessoa, só existe branco e negro. Mas é muito preconceito*. Já passei por muitos fora e dentro da comunidade. A gente tenta, mas preconceito não vai parar de uma vez só, mas é chato ficar ouvindo coisas sobre seu cabelo, sua pele, suas apresentações.

As narrativas contadas pelas jovens mostram que são assíduas as vivências em que elas são violentadas; porém, não se resignam, ao contrário: encontram caminhos de luta para dissipar estruturas racistas,

que buscam incidir sobre seus corpos (HOOKS, 2020). Angico relembra a experiência que teve na secretaria de cultura da cidade e conta sobre a publicação da revista que trazia cenas do evento. Ela conta que

foram tantas dificuldades, mas ninguém desistiu. Sabe a única coisa que recebemos? Um quadradinho em uma revista da cidade. Foi lá no final, mas nós saímos. Da segunda apresentação, sequer saímos na revista. Trajetória difícil, até sermos reconhecidas [...].

Sua fala aguça o estado de integridade social na qual mulheres negras quilombolas se estruturam, uma vez que diz muito sobre a perversão racial de fazer desmoralizar e inutilizar a cultura negra. Ou, ainda, fala como é potente ver seus corpos em palcos, prestes a narrar novos significantes e sentidos sociais.

Os movimentos são ancestrais, a resistência é força ética e a corporeidade é ato estético disposto no corpo, nos figurinos, nas letras e nas canções. Os movimentos de seus corpos remetiam à conexão com a natureza, estavam no sentir a terra, o ar, o fogo e água. A coreógrafa ressaltava a importância das expressões faciais, para que trouxessem a força e a pulsão de estarem ali, registrando suas narrativas e emoções. Os figurinos representam a cultura afro, possuem detalhes e estampas étnico-raciais nas saias. As tranças, em seus cabelos, remetem às suas ancestrais, que, na época da escravidão, traziam mapas de fuga desenhados em suas cabeças.

Em uma outra dimensão, a dança é retratada por algumas das jovens como sendo também um exercício físico, que as retira das movimentações segmentadas impostas por atividades corriqueiras e as faz passar a ter mais consciência corporal, seja para benefícios à saúde ou para a estruturação dos passos do espetáculo, como descreve Angico:

[...] na dança, nós vemos como a gente encontra no jeito de dançar e movimentar a prática de uma atividade física que faz bem para a saúde. Também na conversa que temos umas com as outras, que ajuda tanto para aprender os passos como para saber como nós estamos, se estamos bem ou não, tristes, felizes, com algum problema... Aí, nós cuidamos quando uma não está bem e dá força para continuar.

No quilombo, as jovens representam o plano limiar entre o território e a espiritualidade ancestral. No aspecto territorial, a dança e o espetáculo narram a trajetória do povo negro e da origem do quilombo, abordando o manejo do trabalho, por meio do qual vivem os territórios tradicionais. No aspecto ancestral, narram sobre culturas afrodiaspóricas, sobre gestualizações transmigradas (NASCIMENTO, 2006) e sobre os corpos que resistem, diante de zonas de guerra instituídas pelo Estado e pela oligarquia sertaneja. O grupo de dança traz história, alívio e pulsão, além de direcionar sua força à desestruturação social do racismo. A autora Sales (2012) retrata a condição do corpo como espaço de reivindicação e como este pode reorganizar as formas de resistência diante do racismo e dos estereótipos sexistas definidos pela sociedade, ao transformar o corpo negro em um palco de “contestações estratégicas” das lutas e da afirmação estética negra.

Nas apresentações — sejam voltadas à comunidade ou ao público externo —, ambos se deparam com sentidos amplos de corporeidades e raízes negras. O processo gera ao público outra dimensão sobre a cultura negra, principalmente ao instituir a negritude no lugar de palco, eixo central de visibilidade e protagonismo. Como dito pelas jovens, elas sentem-se “vistas”. Neste sentido, as apresentações constroem estratégias de comunicação sobre enfrentamentos sociais, políticos e econômicos, contados ao dançar, assim como estabelecem uma rede de amparo entre si, um espaço de aconchego dos afetos e encontros com a ancestralidade. Como bem narra Mandacaru:

[...] estar nos encontros e ensaios com as outras meninas, quando uma apoia a outra, nós nos fortalecemos e lembramos como nossos ancestrais resistiram. Então, devemos resistir e reexistir nesse lugar, nos afirmando como mulheres poderosas e lutando pelas nossas coisas.

O grupo de dança cria para as jovens um espaço autêntico de reconhecimento corporal, racial e étnico. Como nos diz Angico (2021), “[...] pegava as roupas da vó, vestia e ficava dançando na sala de casa, me sentia bem e conectada a algo”, ou seja, a conexão é extensa, é geracional, é ancestral.

Na comunidade, a dança é acionada para além do grupo. As/os moradoras/es estão sempre se reunindo na associação comunitária ou em outro local para se divertir com músicas, batuques e danças. Em

relatos ocorridos nos encontros do grupo focal, as participantes falam que, desde pequenas, a influência das danças nas festividades locais e a vontade de dançar lhes convocavam. A energia integrada aos movimentos construídos coletivamente lhes proporciona autonomia quanto à vida, ao bem-estar e aos seus corpos.

Na dança, a mulher negra adota a autoafirmação de suas identidades de gênero e étnico-raciais, assumindo como ponto de defesa, orgulho e vivacidade a construção de seus modos próprios de representação na sociedade. Trazem, consigo, a valorização de si e da sua comunidade, sendo admiradas, intencionadas a elevar a autoestima e a dignidade política, enaltecendo suas peles, seus traços, seus gestos e seus movimentos de beleza e força exercida por mulheres negras quilombolas.

Cacto, uma das jovens, afirma que, “[...] quando estou dançando, consigo perceber a presença das minhas ancestrais e nisso o poder de me sentir como uma rainha, diva e mulher que pode enfrentar tudo”. Sua narrativa nos recorda os escritos de Sales (2012), quando aponta que,

ao desenraizar sofrimentos e amarguras, o eu mulher negra igualmente confronta as tiranias e as opressões estabelecidas historicamente sobre si. [...] [São] mulheres negras que desafiaram a dor, o choro, a submissão, a revolta, a invisibilidade social e as formas discriminatórias de representação de seu corpo em outros tempos. Mulheres negras “agentes”, atentas, persistentes, com poderes e dons, cheias de esperança, que fizeram parte de gerações distintas [...] (p. 103-107).

Quando as jovens se encontram, promovem o cuidado por intermédio dos afetos e de seus modos de ser e existir. Em conjunto, transcendem sentimentos e reflexões acerca da sociedade e conseguem desenvolver habilidades interventivas e criativas por meio da cultura negra quilombola. Bromélia diz que

é por conta que uma dá força à outra. Se dançássemos sozinhas, não iríamos nos sentir muito seguras. Só nos sentimos confortáveis por estarmos juntas, porque uma dá força à outra, porque, se errar, tem como continuar com o apoio das outras, mas, se estivesse só, não teria como.

Algumas das participantes relatam como fortalecem vínculos quando dançam e como o resgate da cultura historicamente marginalizada lhes traz às suas raízes culturais, criando uma nova relação com o corpo e com a feminilidade, visto que, na realização do ato de dançar, suas histórias de vida se entrelaçam e se encontram na força e nas estratégias para driblar as inseguranças. Como narra Cacto, “mesmo com medo, a gente tem que tentar, mesmo assim, continuar”. Com isso, a dança propõe um espaço que está distante do cuidado biomédico centrado na lógica ocidental, pois o estar próximo e dançando coletivamente alimenta a saúde, baseada nos distintos modos de prazer edificadas no tempo-espaço das práticas e dos saberes tradicionais (NASCIMENTO, 2018).

Nos ensaios e nas apresentações, as jovens utilizam-se dos movimentos para soltar e liberar pulsões que carregam no momento em que permitem a conexão entre a música, os batuques e os gestos. Assim, encontram na cultura negra o princípio da troca como algo cíclico, que não é só representar o quilombo, mas também seguir de forma recíproca, doando e recebendo saberes na mesma proporção daquela de seus ancestrais, de suas parceiras de grupo e da comunidade. Para as jovens, a dança perpassa os sentidos da energia corporal, que vai ao Axé como força vital, segundo a cosmogonia nagô, bem como aos sentidos dos elementos da natureza (terra, fogo, água e ar), em um processo dinâmico, para resistir à dominação (SODRÉ, 2005).

O estudo revela a necessidade de olhares descolonizados acerca da produção do cuidado em saúde e das vivências quilombolas, permitindo o protagonismo dos saberes e das percepções afrodiaspóricas, reorganizando o existir em sociedade enquanto potência de suas coletividades. Duas das jovens retratam suas percepções sobre saúde. Mandacaru fala que “saúde é bem-estar, estar bem consigo e com o outro, estar podendo participar dos ensaios”, enquanto Angico diz que “a gente percebe a saúde até quando uma está cuidando da outra, ajudando a pegar os passos da coreografia, ajudando nas dificuldades que tem”. Ambas destacam como estão entrelaçados à saúde o cuidado e o bem-estar gerado pelo convívio, pelos ensaios e pelas apresentações.

A jovem Flor do Sertão traz a concepção de que o estar bem e feliz com o que se está fazendo lhes proporciona um cuidado em saúde. Ela aponta que “[...] tipo, na dança, às vezes, a pessoa está triste e, dançando, a gente aparece alegre, tentando esconder a outra face, o que, às vezes, acaba espantando essa tristeza e só dá lugar para a face

alegre e o cuidado, que nos traz saúde”. A jovem destaca como a dança é ponto de transformação em alguns momentos e de resistência em situações que acontecem cotidianamente. Tanto o quilombo quanto o grupo de dança exercem o estímulo de resgate das memórias do corpo, que incentivam as práticas de cuidado e, conseqüentemente, de saúde individual e coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As culturas negras no Brasil se constituem historicamente como formas de resistência e invenção. Neste sentido, é importante retomar a abordagem inovadora de Beatriz Nascimento acerca do conceito de quilombo:

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz [...]. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Possibilidades em dias de destruição (NASCIMENTO, 2018, p. 8).

As expressões artísticas vivenciadas nas comunidades quilombolas representam mais do que entretenimento, pois produzem o fortalecimento dos laços de pertencimento e sociabilidade. O estudo evidencia as estratégias de resistência do grupo de dança diante de desamparos em saúde e as possibilidades da dança enquanto forma de aquilombamento. Ao fortalecer a identidade quilombola, a dança representa a construção coletiva de um espaço de autocuidado e acolhimento.

O cuidado, a ancestralidade e os movimentos corporais possibilitam que jovens negras quilombolas estruturem um outro modo de viver e enfrentar as negligências dos serviços e das políticas de saúde ausentes no quilombo. Ressaltamos, inclusive, que é uma realidade estendida a territórios negros, sejam rurais ou urbanos. A saúde é pensada em sua estrutura de bem-estar social, político e econômico. Ao atravessarem escombros racistas e traçarem a construção do grupo de dança, as jovens produzem discursos políticos, sociais e corporais que denotam suas cotidianidades, as memórias negras e a junção entre cultura e cuidado em saúde.

As discussões acadêmicas e profissionais devem estar embasadas nas compreensões e nos conhecimentos que são desenvolvidos em quilombos, o que significa conhecer para intervir, conhecer para manusear novas estratégias de modificação social. Quando nós nos aproximamos de territórios negros, inferimos sobre outras percepções, produzindo saberes que se embasam em suas cotidianidades, que são invadidos pela complexidade e pelos fatores culturais negros.

A pesquisa proporcionou a reflexão sobre o distanciamento entre as políticas de saúde e os territórios quilombolas. Devido a isso, observamos na comunidade a necessidade de fomentar espaços que pudessem vir a promover bem-estar, que é uma função do Estado que passou a ser função do quilombo. E, assim, a dança surgiu e mantém-se como possibilidade de promoção de bem-estar e de afirmação das identidades negras e quilombolas.

REFERÊNCIAS

- ANZALDUÁ, Glória. **La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, nº 3, p. 320, set-dez, 2005.
- CAETANO, Patricia de Lima. **Pistas somáticas para um estudo da corporeidade**: uma aprendizagem das sensações. Fractal: Revista de Psicologia, v. 29, nº 2, p. 168-176, maio-ago., 2017.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. **Mulheres, negros e outros monstros**: um ensaio sobre corpos não civilizados. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 18, nº 3, p. 811-836, set./dez. 2010.
- GONDIM, S. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa**: desafios metodológicos. Paidéia. Bahia, v. 12, nº 24, p.149-161, 2003.
- GONZALES, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. Solar, vol. 12, nº 1, p. 35-46, 2017.
- HOOKS, Bell. **E eu não sou mulher?**: mulheres negras e feminismo. 7ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

- KIND, L. **Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais.** Psicologia em Revista. Belo Horizonte, v. 10, nº 15, p. 124-136, jun., 2004.
- LIRA, Geison Vasconcelos; CATRIB, Ana Maria Fontenelle; NATIONS, Marilyn K. **A narrativa na pesquisa social em saúde:** perspectiva e método. Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde 2003; 16 (1/2): 59-66.
- LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa.** Bogotá – Colombia, nº 9: 73-101, julio-diciembre, 2008.
- LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial.** Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.
- MARTINS, F. B.; FERREIRA, L. **Uma década após criação, apenas 28% dos municípios brasileiros implantaram Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Gênero e Número, São Paulo, v. 1, nº 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/10-anos-politica-saude-populacao-negra/>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.
- MÓNICO, L.; ALFERES, V.; CASTRO, P. *et al.* **A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa.** Atas CIAIQ. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais//Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales//Vol. 3, 2017.
- NASCIMENTO, B. **Kilombo e memória comunitária:** um estudo de caso. In: RATTIS, A. (Org.). Eu sou atlântica: sobre trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa oficial, 2006.
- NASCIMENTO, C. B. **A dança afro-brasileira como instrumento de saúde para a população negra.** In: CANAVESE, D. *et al.* (Org.). Equidade étnico-racial no SUS: pesquisas, reflexões e ações em saúde da população negra e dos povos indígenas. Porto Alegre: Rede Unida, p. 56-58, 2018.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Quilombola e intelectual:** possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
- OLIVEIRA, J. M. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. **Serviço Social**, Brasília v. 19, nº 41, p. 385-397, 2017.
- PÉREZ, Beatriz. **A ética do cuidado é um contrapeso ao neoliberalismo.** A entrevista é de Beatriz Pérez, publicada por El Periódico, 07-10-2019. A tradução é do Cepat. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos>.

br/78-noticias/593428-a-etica-do-cuidado-e-um-contrapeso-ao-neoliberalismo-entrevista-com-helen-kohlen>. Acesso em: 20 maio 2023.

PUGGINA, Ana Cláudia Giesbrecht; SILVA, Maria Júlia Paes da. Ética no cuidado e nas relações: premissas para um cuidar mais humano. *REME – Revista Mineira de Enfermagem*; 13 (4): 599-605, out./dez., 2009.

RUCKERT, Bianca; CUNHA, Daisy Moreira; MODENA, Celina Maria. **Saberes e práticas de cuidado em saúde da população do campo**: revisão integrativa da literatura. Interface Comunicação, Saúde e Educação (Botucatu), vol. 22, nº 66, p. 903-914, abril, 2018.

SALES, Cristian Souza. **Pensamentos da mulher negra na diáspora**: Escrita do Corpo, Poesia e História. Sankofa, São Paulo, v. 5, nº 9, p. 91-110, 2012.

SANTOS, M. *et al.* **Benzer, cuidar e acolher**: vivências em saúde camponesa no sertão alagoano. In: ALBUQUERQUE, C. *et al.* Soberania, segurança alimentar e saberes saudáveis. Arapiraca: Eduneal, 2021, p. 106-120.

SILVA, C. **Os Sons do Atlântico Negro**. Revista Brasileira do Caribe, Goiânia, vol. 8, nº 15, p. 21-39, 2007.

SOARES FILHO, A. **O recorte étnico-racial nos sistemas de informações em saúde do Brasil**: Potencialidades para a tomada de decisão. In: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Orgs.). Saúde da População Negra. 2ª ed. Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012, p. 34-62.

SODRÉ, Muniz. **A Verdade Seduzida**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.

TRAD, Leny A. Bomfim. **Grupos focais**: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, nº 3, p. 777-796, 2009.

WEBER, F. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo** ou por que censurar seu diário de campo? Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, nº 32, p. 157-170, 2009.

XAVIER, Costa Eliana. **A visão da feminilidade sobre os cuidados em saúde dos quilombos contemporâneos**. In: VICENTINI, F. *et al.* Saúde da População Negra. 2ª ed. Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, p. 204-222, 2012.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Povos indígenas brasileiros, direitos sociais e descolonização da Funai

Brazilian indigenous peoples, social rights and Funai decolonization

Entrevistada: Joenia Wapichana¹

Entrevistadora: Lucélia Luiz Pereira²

<https://orcid.org/0000-0001-9722-143X>

Entrevistador: Cristiano Guedes de Souza³

<https://orcid.org/0000-0001-6908-2604>

Recebido em: 30/06/2023

Aprovado em: 04/07/2023

Os povos indígenas no Brasil reivindicam historicamente o reconhecimento de seus direitos sociais, que são continuamente ameaçados. Nos últimos anos, povos originários brasileiros, pertencentes a diferentes etnias e residentes nas diversas regiões do território nacional, vivenciaram

1 Presidenta da Funai, primeira mulher indígena eleita deputada federal no Brasil e advogada pioneira na defesa dos povos originários e de seus territórios, com destaque para a sua atuação no Supremo Tribunal Federal, no processo sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, ao final da década de 2000. É graduada em Direito pela Universidade Federal de Roraima e fez mestrado na Universidade do Arizona. Recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais em reconhecimento ao seu trabalho na defesa dos povos indígenas, dentre os quais se encontra o Prêmio de Direitos Humanos da ONU.

2 Professora do Departamento de Serviço Social e editora da Revista Ser Social da Universidade de Brasília (UnB).

3 Professor do Departamento de Serviço Social e membro da Comissão Editorial da Revista Ser Social da Universidade de Brasília (UnB)..

ameaças crescentes ao direito de continuar existindo e vivendo em seus territórios com o reconhecimento e a proteção social do Estado. Nesta entrevista, dialogamos com Joenia Wapichana, atual presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), primeira mulher indígena eleita deputada federal e uma liderança internacionalmente reconhecida pela luta em defesa dos direitos indígenas. A entrevista permitiu conhecer um pouco a pauta de reivindicações do movimento indígena e a necessidade urgente do Estado brasileiro de reconstruir políticas e instituições voltadas à preservação dos povos originários.

A crise econômica, política e sanitária que atingiu o Brasil recentemente trouxe amplas repercussões aos povos originários e povos tradicionais no Brasil. A política de austeridade fiscal, combinada à redução de recursos para as políticas sociais, representou, por exemplo, o sucateamento de órgãos como a Funai, que é corresponsável pela proteção dos territórios indígenas, em parceria com outros órgãos do Governo Federal, que também falharam no cumprimento de seus deveres institucionais. Como consequência de escolhas políticas da gestão anterior, da falta de recursos para o financiamento de políticas sociais e da flexibilização das ações de vigilância em terras indígenas, aumentaram as invasões, os índices de destruição ambiental e os números de mortes de indígenas, tanto em razão da ausência e da insuficiência da assistência em saúde, quanto também em decorrência de assassinatos resultantes de conflitos armados.

Uma das cenas que marcaram o início do terceiro Governo Lula, em 2023, foi a crise humanitária instalada em comunidades indígenas Yanomami na Região Norte do Brasil. As cenas de crianças, adultos e idosos indígenas doentes, em razão de enfermidades levadas por invasores de seus territórios e também devido à fome, evidenciaram o quanto o Estado brasileiro negligenciou, nos últimos anos, o cumprimento de seus deveres constitucionais. O cenário encontrado motivou o novo governo a implementar, como uma de suas primeiras ações, a constituição de uma força-tarefa interministerial, para salvar as vidas dos indígenas e reconstruir políticas e ações governamentais voltadas à proteção de seus territórios.

O desafio de descolonizar concepções políticas e instituições do Estado brasileiro parece ser uma meta almejada pela atual gestão federal, que recriou o Ministério da Igualdade Racial, criou o inédito Ministério dos Povos Indígenas e trouxe, para o primeiro escalão do

governo, mulheres negras e indígenas com importantes trajetórias e contribuições para os movimentos sociais. No diálogo a seguir, a atual presidenta da Funai, Joenia Wapichana, compartilhou um pouco de sua trajetória profissional como mulher indígena e as metas que buscará alcançar, como integrante da equipe do novo Governo Federal, para preservar ou mesmo ampliar os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Cristiano Guedes e Lucélia Luiz Pereira: Gostaríamos de começar pedindo que nos conte um pouco sobre como tem sido a atual experiência de ser a primeira mulher indígena a presidir a Funai.

Joenia Wapichana: Tem sido um desafio, porque ocorre após alguns anos de desmonte da política indigenista e, principalmente, do sucateamento da Funai, que é um órgão estratégico para a implementação dessa política e também é o principal órgão que faz a regularização fundiária das terras indígenas desde o início desse processo e que, para os povos indígenas, é de extrema importância. É um desafio para mim não só como mulher, mas também por ser a primeira liderança indígena entre homens e mulheres e a primeira vez em que uma representante indígena assume a Presidência da Funai, um alto órgão, em nível nacional, que lida com a política indigenista. Ou seja, um órgão de extrema responsabilidade, que lida com a vida e com a proteção do principal direito dos povos indígenas, que é a terra, que tem a missão de fazer a orientação sobre a política indigenista e, principalmente, pensar na proteção dessa coletividade, dos direitos comuns e coletivos e, também, de dar esse suporte à gestão territorial, a partir de um desenvolvimento sustentável. Então, é uma missão desafiadora, mas também de extrema importância. E, para isso, preciso contar com bastante apoio tanto dos órgãos que compõem o Governo Federal quanto dos povos indígenas. E, para mim, foi uma grande honra ter recebido esse convite direto feito pelo presidente Lula, que me chamou para que eu assumisse a presidência da Funai. E foi justamente com essa oportunidade e com esse desafio que eu assumi.

Lucélia Luiz Pereira: A senhora foi a primeira mulher indígena a se formar em Direito no Brasil. Foi também a primeira advogada da história a se pronunciar no Plenário do Supremo Tribunal Federal e a primeira deputada federal indígena. Como a senhora percebe o aumento da representatividade indígena de mulheres no Congresso Nacional? Trata-se de um dos objetivos dentro do movimento indígena?

Joenia Wapichana: Percebo essa questão como um resultado insistente dos povos indígenas, principalmente das mulheres indígenas, que têm lutado pelo seu espaço, pelo seu protagonismo e que têm feito toda a diferença na atuação em defesa dos direitos coletivos dos povos indígenas. E, realmente, é um dos objetivos, dentro do movimento indígena, assumir esses diferentes espaços em diferentes instâncias, para justamente mostrar que os povos indígenas têm competência, capacidade e potencial de colaborar não somente como espectadores, mas também como colaboradores, como parte de espaços que tomam decisões sobre a vida dos povos indígenas.

Cristiano Guedes: Poderia nos contar um pouco sobre a sua trajetória parlamentar durante a pandemia, quando as políticas sociais precisavam ser continuamente protegidas? Além disso, como a experiência como deputada federal indígena pode contribuir para a sua atuação na Presidência da Funai?

Joenia Wapichana: Toda essa vivência no Legislativo aumentou não só a minha experiência, como também minha capacidade, além de me propiciar um olhar holístico sobre a implementação da política indigenista e dos direitos dos povos indígenas, não somente como defesa, mas também como executora, agora. E, em muitas propostas de projetos de lei que fiz, pude apontar a necessidade de mudanças, de reconhecimento e de implementações na legislação, que mereceriam uma atenção por parte do Congresso Nacional e do Executivo. E, hoje, estando no Executivo, me permite que eu possa ter muitas informações, além de experiência, para sugerir proposições no sentido de que eu possa também fazer essa execução. Então, a experiência no Parlamento me empoderou não somente como indígena, mas também como profissional da defesa dos direitos dos povos indígenas, que hoje eu posso utilizar na gestão dentro da Funai. Somente complementando, a minha atuação lá no Parlamento foi também da mesma forma como está sendo aqui, desafiadora, por eu ser a primeira mulher parlamentar indígena da história do Brasil, depois de Mário Juruna, que teve seu primeiro mandato ainda na década de 1980. Fato que também representa uma responsabilidade muito grande assumida por mim, não somente com meu Estado de Roraima, que me elegeu, mas também com os povos indígenas de todas as regiões do Brasil, considerando que também se elegeu um presidente que se manifestou anti-indígena e que fez diversos atos no Executivo para reverter os direitos dos povos indígenas. Durante

a pandemia, foi quando se viveu o momento mais vulnerável dos povos indígenas, que dependiam de uma atuação firme do governo. Foi quando aumentou o número de mortes entre eles, assim como o número de invasões, o que deixou mais frágil a situação de defesa das terras e dos povos indígenas. Então, foi de extrema importância que eu estivesse ali, no Congresso Nacional, para propor um plano de enfrentamento da pandemia em relação aos povos indígenas e também quilombolas, porque vi que não eram somente os povos indígenas que sofriam, mas também outros povos que detêm direitos coletivos. Os quilombolas vieram me procurar para dizer: “olha, nós não temos um representante nosso aqui, mas você, como representante indígena, tem o potencial e tem, digamos assim, um mandato, que pode falar por nós, na defesa dos nossos direitos”. Assim, senti a responsabilidade do mandato, que tem toda a competência e legitimidade de falar dentro do Congresso Nacional na defesa desses interesses, mas também dos direitos fundamentais, como a saúde, como ponderar ações em combate à pandemia, para poder dizer que esses povos têm que ter prioridade em relação às vacinas, uma vez que são povos que estão mais distantes dos centros urbanos e estão em situação mais vulnerável. Enfim, fez toda a diferença minha atuação parlamentar nesse período, o que me permitiu acumular toda essa experiência durante a minha trajetória.

Lucélia Luiz Pereira: A demarcação e a proteção das terras indígenas constituem uma luta histórica, mas parece haver uma intensificação de atividades ilegais nelas, como a grilagem, o desmatamento, a retirada de minérios e madeira, dentre outras. Diante desse cenário, quais são os principais desafios e que ações são necessárias para enfrentar a situação?

Joenia Wapichana: Bom, o momento mais intensivo de atividades ilegais foi na época do governo anterior. Hoje, no governo Lula, ele declara publicamente que a prioridade dentro do governo é fazer com que as demarcações das terras indígenas sejam concluídas e que as autoridades considerem a necessidade da proteção. Então, estamos combatendo alguns ilícitos. Lógico que não vai ser de um dia para o outro que vamos resolver todas as situações de descasos, negligências e omissões durante esses anos todos, mas a Funai está se esforçando, com o quadro reduzido que tem. Estamos em uma situação de reconstrução do nosso País, mas também de reconstrução da própria Funai, porque – com esses anos todos de sucateamento – tem que lidar com obrigações

funcionais e cumprir obrigações. Temos um orçamento precário e poucos recursos humanos, mas há uma necessidade de fazer ações coletivas. Por isso, estamos empenhados em apontar essas necessidades. Assim, a solução vai vir com o trabalho coletivo. Uma força-tarefa do governo já estabeleceu comissões e comitês para que possa ser feita a desintrusão nas terras indígenas, que são prioritárias. Neste mês de junho mesmo, já entregamos uma terra indígena: Alto Rio Guamá, no Estado do Pará. O processo de desintrusão está concluído. É lógico que isso não acaba com a desintrusão, porque existe a questão da governança, assim como a gestão territorial. Mas, da mesma forma com que a gente viu e denunciou na última gestão, vamos também encaminhar providências para que haja a proteção das terras indígenas e o combate às atividades ilegais, tais como o garimpo e a entrada de madeireiros para a retirada de árvores, entre outras questões. Então, estamos diante de um cenário diferente, porque o governo declara que o garimpo ilegal tem que ser fechado, as ocorrências devem ser investigadas e os responsáveis têm que ser punidos, além do fato de que as terras indígenas devem ser demarcadas e protegidas. Então, se o governo está na posição de dar toda essa prioridade, é uma oportunidade para que os povos indígenas avancem no direito. É um desafio. Todas essas ações são necessárias, mas a gente vai ter que fazer isso conforme o planejamento de todos os órgãos responsáveis. A Funai não faz nada sozinha, porque tem que contar com a ajuda dos demais órgãos do governo.

Cristiano Guedes: Para finalizar, gostaríamos de agradecer por sua entrevista e convidá-la a deixar uma mensagem para a comunidade acadêmica brasileira sobre qual deve ser o papel, a missão ou a contribuição esperada hoje de universidades e comunidades científicas tanto no Brasil quanto ao redor do mundo para a proteção das vidas dos povos indígenas.

Joenia Wapichana: Existe sempre um desafio na implementação dos direitos indígenas, porque não são somente os povos indígenas e o governo responsáveis pelo sucesso no exercício pleno do direito. Existe toda uma responsabilidade compartilhada tanto pela sociedade brasileira quanto pela comunidade acadêmica, assim como por todos aqueles que buscam uma vida digna para os povos originários e também defendem os direitos fundamentais, conforme prevê nossa Constituição. Então, é por isso que eu vejo uma responsabilidade compartilhada e sucesso também para que os povos originários deste País possam ter seus direitos exercidos,

sua cidadania respeitada, assim como seus modos de vida, suas crenças, suas tradições e sua inclusão em direitos sociais necessários, como os específicos direitos de saúde e educação. Tudo isso para que eles possam também continuar doando, de maneira a colaborar tanto quanto já colaboraram com o planeta todo, mantendo suas florestas de pé, com a água protegida, e que muitas vezes estão sofrendo. Quando digo doando, quero dizer doando seu tempo, seus esforços e colocando suas vidas em risco para manter um planeta mais saudável. Então, está na hora de continuar essa contribuição toda que os povos indígenas milenarmente já fazem. Claro que é importante a contribuição das demais instâncias, como as universidades, mas também das comunidades científicas e da sociedade brasileira e do mundo todo em geral. É um direito que os povos indígenas têm, mas também é uma responsabilidade coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS

A valorização dos povos indígenas implica a responsabilidade de proteger suas culturas, suas cosmologias e seus modos de vida, além de reconhecer a importância de seus conhecimentos acerca dos recursos naturais, dos processos ecológicos e de conservação da biodiversidade e das florestas. Para tal, a proteção de suas terras é uma ação estratégica, na medida em que garante o direito dos povos originários de viver nos seus territórios. Neste contexto, a Funai desempenha um papel fundamental para a implementação da política indigenista e dos processos de delimitar, demarcar e proteger as terras indígenas. Após mais de meio século de existência da Funai, o fato de contarmos hoje com uma mulher indígena na presidência dessa instituição governamental demonstra os avanços brasileiros no enfrentamento de preconceitos históricos e de injustiças sociais seculares vivenciadas pelos povos originários. Assim, foi uma honra a oportunidade de entrevistarmos a presidenta Joenia Wapichana. Por isso, em nome da Revista Ser Social, agradecemos por ela nos ter concedido a entrevista, mesmo com a agenda intensa de compromissos, na luta cotidiana em defesa dos direitos dos povos indígenas, como foi a recente retomada do debate no Legislativo e no Judiciário sobre a inconstitucional proposta de um “marco temporal”, que representa um risco aos territórios e, consequentemente, à preservação das vidas dos povos originários no Brasil.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Crise do capital e governo Bolsonaro: impactos sobre a saúde pública brasileira¹

*Capital crisis and Bolsonaro government: impacts
on Brazilian public health*

*Crisis de capital y gobierno de Bolsonaro: impactos
en la salud pública brasileña*

Kleitton Wagner Alves da Silva Nogueira²
<https://orcid.org/0000-0001-5238-5262>

Recebido em: 24/02/2022

Aprovado em: 08/05/2023

Resumo: Objetivamos, no presente artigo, realizar uma análise sobre a forma como a crise do capital afeta o regime político brasileiro e de que modo a ascensão do governo Bolsonaro ao poder impacta a saúde pública no Brasil. Para o alcance de nosso objetivo, partimos de um referencial teórico marxista, de maneira que realizamos um levantamento bibliográfico a partir de artigos científicos em periódicos acadêmicos. Do ponto de

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil. Código de financiamento 001. A produção do artigo foi fruto do trabalho final da disciplina Dinâmica do Capitalismo e a Economia da Saúde Pública, ministrada pelo prof. dr. Áquilas Mendes, no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), no segundo semestre de 2021.

² Licenciado em Geografia (UFCG). Bacharel em Administração (UEPB). Mestre em Ciências Sociais (UFCG). Discente do PPGCS/UFCG. E-mail: <kleiton_wagner@hotmail.com>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9493068381215825>>.

vista dos procedimentos analíticos, efetuamos a leitura crítica e um diálogo com os distintos autores. Nossos resultados indicam que o governo Bolsonaro amplia o leque de ataques ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante o aumento dos gastos com juros e serviços da dívida, além de, em meio à pandemia, usar a crise sanitária para abrir mais espaço para a acumulação do setor rentista do capital, utilizando, assim, uma estratégia de disseminação viral, provocando um excesso de óbitos.

Palavras-chave: Crise do capital. Governo Bolsonaro. Saúde pública.

Abstract: In this article, we aim to carry out an analysis of how the capital crisis affects the Brazilian political regime, and how the rise of the Bolsonaro government to power impacts public health in Brazil. In order to reach our goal, we started from a Marxist theoretical framework, so we carried out a bibliographical survey based on scientific articles in academic journals. From the point of view of analytical procedures, we carried out a critical reading and dialogue with the different authors. Our results indicate that the Bolsonaro government expands the range of attacks on the Unified Health System (SUS) by increasing spending on interest and debt services, in addition to, in the midst of the pandemic, using the health crisis as a way to open more space for the accumulation of the rentier sector of capital, thus using a viral dissemination strategy, causing a large number of deaths in Brazil.

Keywords: Capital crisis. Bolsonaro government. Public health.

Resumen: En este artículo, nuestro objetivo es realizar un análisis de cómo la crisis del capital afecta el régimen político brasileño y cómo el ascenso del gobierno de Bolsonaro al poder impacta la salud pública en Brasil. Para llegar a nuestro objetivo partimos de un marco teórico marxista, por lo que realizamos un levantamiento bibliográfico a partir de artículos científicos en revistas académicas. Desde el punto de vista de los procedimientos analíticos, realizamos una lectura crítica y un diálogo con los diferentes autores. Nuestros resultados indican que el gobierno de Bolsonaro amplía la gama de ataques al Sistema Único de Salud (SUS) al aumentar el gasto en intereses y servicios de la deuda, además de, en medio de la pandemia, utilizar la crisis sanitaria como una forma de abrir más espacio para la acumulación del sector rentista del capital, utilizando así una estrategia de difusión viral, provocando un gran número de muertes en Brasil.

Palabras clave: Crisis del capital. Gobierno de Bolsonaro. Salud pública.

INTRODUÇÃO

O capitalismo, conforme descrito e apresentado por Marx, implica singularidades e especificações inerentes a cada formação econômico-social. Como primeiro modo de produção global, se manifesta de forma desigual e combinada, engendrando padrões diferenciados de materialização dos seus dinamos econômicos, sociais e políticos. Em momentos de crise, há processos congêntos ao sistema que maximizam os ataques às classes trabalhadoras com o intuito de extrair mais-valor. São processos que não ocorrem de forma homogênea no mundo, conforme aponta Florestan Fernandes (1973), pois o capitalismo se disseminou de forma diferenciada, aglutinando e modificando elementos autóctones de cada formação. Tal constatação se reflete na forma como os regimes políticos são promovidos, com diferenciações históricas e especificidades locais/regionais, de maneira que, na periferia do sistema, apresentam uma configuração autocrática, que demarca modos diferenciais de como a crise do capital se manifesta, sendo que, em países como o Brasil, ela influencia o estrangulamento das demandas sociais, como a da saúde pública.

Nesse sentido, ao tentarmos entender melhor esse fenômeno, objetivamos com o presente artigo realizar uma análise sobre a forma como a crise capitalista afeta o regime político brasileiro e de que modo a ascensão de Bolsonaro ao poder impacta a saúde pública no Brasil. Para o alcance de nosso objetivo, realizamos um levantamento bibliográfico em livros e periódicos acadêmicos com o intuito de selecionar autores que abordem a temática. Realizada essa seleção, partimos para a leitura e a análise crítica de seus conteúdos, de modo a nos aproximar das argumentações dos autores como uma forma de contrabalançar tais informações com dados empíricos sobre o financiamento da saúde no País. Dessa forma, o presente artigo apresenta um total de três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, compreenderemos o significado da crise no capitalismo, com destaque para a contemporaneidade. Em um segundo momento, observamos em que medida tal crise engendrou no Brasil uma crise de direção, que possibilitou a ascensão de Bolsonaro ao poder em 2018. Na terceira parte, fazemos a mediação entre essa correlação e os impactos sobre a saúde pública, de modo a visualizar em que medida tal governo agiu para enfraquecer o SUS.

CRISE E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Marx (2013) nos apresenta a tese de que o modo de produção capitalista tem na mercadoria a sua gênese. Embora as mercadorias não sejam um elemento específico a esse modo de produção, é nele que sua forma de valor assumirá um processo de diferenciação diante da contradição entre as necessidades humanas e a acumulação de capital. Nesse sentido, Marx (2014) evidencia que, além da exploração promovida pelos detentores dos meios de produção, do ponto de vista da composição orgânica do capital, há o aumento constante de investimentos do capital e a diminuição do capital variável, engendrando a queda tendencial da taxa de lucro. A composição orgânica do capital apresenta variações entre os países capitalistas, uma vez que o capitalismo, como um modo de produção global, impulsiona formas de superexploração do trabalho em formações periféricas/dependentes (MARINI, 2017).

Trata-se de um fenômeno que é acompanhado pela manifestação de contratendências. Marx (2017) apresenta um total de seis processos que atuam como contratendências à queda da taxa de lucro: (I) aumento do grau de exploração do trabalho; (II) compressão do salário para que fique abaixo do seu valor; (III) barateamento dos elementos do capital constante; (IV) superpopulação relativa; (V) influência do comércio exterior; e (VI) aumento do capital acionário. Observamos não haver exclusivamente um movimento unidirecional à queda, mas há formas que sobrecarregam a força de trabalho, exigindo um aumento e novas formas de exploração. É um movimento que acarreta crises que sempre estiveram presentes no curso do capital. Callinicos (2014) argumenta que, em “O Capital”, de Marx, é possível visualizar uma teoria da crise, agrupada em três núcleos: (I) implicação do surgimento de crises (devido à natureza da troca de mercadorias) e sistema de crédito contemporâneo, além da atuação do departamento de bens de produção e de bens de consumo; (II) interação entre as variações nas taxas de salários e no exército industrial de reserva, atrelados ao giro do capital fixo; e (III) interação entre a queda tendencial da taxa de lucro, o ciclo das bolhas e o pânico gerado nos mercados financeiros como elementos causais das crises econômicas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, Roberts (2018) argumenta que há, desde a década de 1970, uma queda tendencial dos lucros das empresas. Por outro lado, há uma indicação de que o setor financeiro tem aumentado seus ganhos por meio de artifícios como debêntures, aplicações

financeiras e uso das dívidas mobiliárias e dos papéis das dívidas estatais para aplicar capital, objetivando o retorno com as taxas de juros. Ainda dentro desse contexto, quando tratamos da variação percentual de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB), também podemos perceber uma acentuada linha tendencial de variações negativas do PIB mundial no início das décadas de 1960 e 1970. Para Roberts (2018), mesmo que ocorra uma variação positiva advinda das políticas neoliberais, ela encontra limites a partir de 2008, com a crise dos *subprimes* do setor imobiliário nos Estados Unidos (TONELO, 2021). É uma tendência que se repete no PIB dos países pertencentes ao G8, uma vez que, em termos de média ponderada, percebemos variações negativas a partir de meados da década de 1970, comportamento que se repete em 1995, 2008 e 2020. No caso brasileiro, embora existisse crescimento econômico no período militar, baseado em uma política concentradora de renda, também ocorreram quedas percentuais do PIB, na ordem de -4,39% no final da década de 1970. Em que pese tal decréscimo, salienta-se que o setor financeiro vem tomando centralidade na acumulação capitalista. Segundo Chesnais (2005), a partir da década de 1970, o crescimento dessa esfera se explica devido às desregulamentações financeiras e ao poderio econômico-financeiro dos Estados Unidos. Embora os dinamos que influenciaram o crescimento dessa esfera não estejam totalmente desvinculados da produção, ele se materializa quando os capitalistas procuram possibilidades de ganho pela especulação financeira ou pela compra de títulos da dívida, obtendo rendimentos dos juros e encargos das dívidas, assim como ocorre no Brasil, mediante o sistema da dívida (SANTANA, 2018).

A taxa de lucratividade das empresas do setor produtivo vem apresentando decréscimo desde a década de 1990. Desde aquele período, há um esforço, sobretudo dos Estados Unidos, para a conformação de uma mundialização das finanças, mediante o capital portador de juros. Embora esse movimento não esteja desvinculado da esfera produtiva, percebemos uma elevação da esfera financeira, que passa, em certa medida, a hegemonizar os ritmos de acumulação do capital. Kliman (2005) argumenta que, nos Estados Unidos, as taxas de retorno dos investimentos dos ativos fixos têm apresentado queda desde a década de 1960. Realidade que tem conduzido um movimento decrescente da taxa de crescimento, acarretando um aumento do endividamento, somado às políticas fiscais e monetárias de estímulo econômico, que funcionam como paliativos, mas que não conseguem resolver o problema da tendência decrescente da taxa de lucro.

É importante demarcar que, por vivenciarmos uma economia interconectada, em países como o Brasil, que apresentam um grau de dependência elevado em relação às economias centrais, cuja exploração da força de trabalho ganha contornos de superexploração, a crise econômica acarreta a disputa pelo orçamento público pelas distintas frações da burguesia, além de influenciar a tomada de medidas associadas à austeridade fiscal e aos cortes de gastos públicos. Tais dinamos, na periferia do capital, exigem um regime político autocrático, além de governos conciliatórios que administrem a crise, a exemplo da experiência que o Brasil teve nos 13 anos de gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), como veremos no tópico a seguir.

O PT E A CRISE DE DIREÇÃO: ANTESSALA PARA A ASCENSÃO DE BOLSONARO

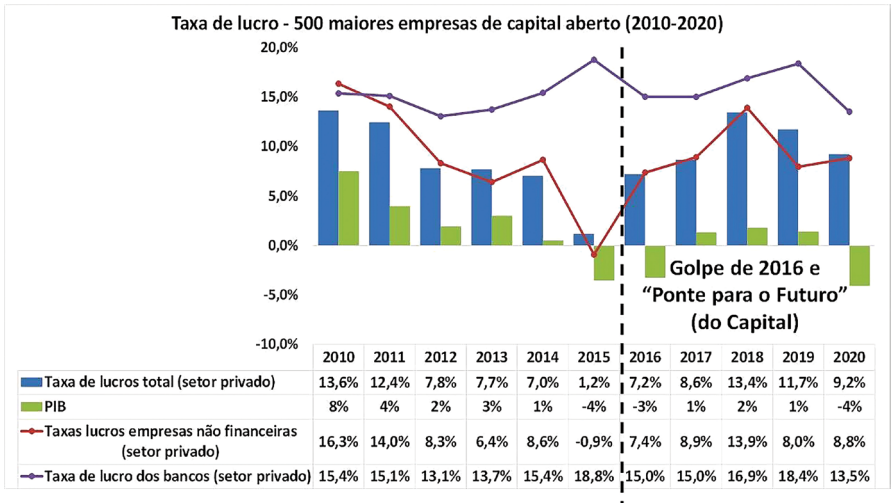
A formação econômico-social brasileira se constituiu pela inserção dependente no modo de produção capitalista, passando por um processo de revolução burguesa diferente do verificado na composição clássica de países como Inglaterra e França (FERNANDES, 2020). As grandes transformações e os processos de modernização realizados no Brasil foram pactuados entre as frações da classe burguesa, sem participação ativa das classes trabalhadoras e de grupos subalternos. Tal realidade engendra dinâmicas próprias existentes em formações latino-americanas, que denotam regimes políticos autocráticos, devido à necessidade de administrar as contradições do capital.

Para Mathias e Salama (1983), há uma distinção entre formações econômico-sociais desenvolvidas e subdesenvolvidas no tocante ao tipo de regime político e a sua relação com o Estado e as classes sociais. Esses autores partem da diferença existente entre Estado e regime político, sendo que o Estado é uma abstração, cuja natureza de classe deriva do capital nos países desenvolvidos, enquanto nos subdesenvolvidos seria derivada da economia mundial constituída. Nos países capitalistas desenvolvidos, a democracia seria a norma; nos subdesenvolvidos, a exceção. No caso brasileiro, ao passarmos pelo Estado escravista, especificamente no Primeiro e no Segundo Império, a sua democracia era restrita e fechada aos estamentos e a algumas pequenas porções intermediárias. Com o advento da República, essa situação não se altera e se mantém nos anos de 1930 e posteriormente com o Estado Novo (FERNANDES, 1994).

O que Florestan Fernandes nos apresenta é um caráter peculiar da formação econômico-social brasileira, mas que podemos interpelar com a noção de regime político e Estado desenvolvida por Mathias e Salama (1983). Nos rápidos momentos de participação dos trabalhadores na configuração política do regime burguês, sempre houve a supressão de suas demandas. O período da ditadura militar inaugurado na década de 1960, mediante um golpe de Estado, também é emblemático. Os anseios pelas reformas de base representavam para a classe burguesa brasileira um apanágio que deveria ser contido de todas as formas, inclusive pelo uso da coerção militar. O regime militar, nos seus distintos momentos, com o bipartidarismo e a supressão das liberdades democráticas, por intermédio dos atos institucionais, acarretou um golpe às classes trabalhadoras. E, no mesmo sentido, ações autocráticas foram realizadas objetivando transformações no território brasileiro, manejando a política econômica de modo a atender aos interesses das classes dominantes, com concentração de renda e aprofundamento das iniquidades sociais. Trata-se de um movimento que também é percebido no processo de redemocratização e de transição pactuada para a conformação da Nova República, em 1988. Tais pactuações manifestaram os interesses das classes burguesas em um regime político blindado às classes trabalhadoras. Se na Constituição Federal de 1988 houve o espaço para a inserção de pautas como a da Seguridade Social, constatamos que, no decorrer de sua existência, ocorreram diversas emendas constitucionais e inúmeros constrangimentos à materialização de políticas sociais. Desde a redemocratização, passando pelos governos Collor, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, com as distintas especificidades, as classes trabalhadoras foram alvo de ataques, ainda que nos governos petistas a política conciliatória tenha conseguido realizar a manutenção de interesses das distintas frações burguesas, bem como políticas que beneficiaram as classes trabalhadoras, por meio de políticas sociais.

A crise econômica mundial de 2008 apresentou fortes impactos no Brasil nos anos posteriores. Pinto (2021), ao trabalhar com dados das 500 maiores empresas de capital aberto em atuação no Brasil, evidenciou que as taxas de lucro das empresas não financeiras do setor privado vinham apresentando quedas até 2015, mas que tais empresas vinham conseguindo se recuperar um pouco dessas taxas nos anos seguintes, após o golpe de 2016. No caso das taxas de lucro dos bancos privados, os dados indicam uma retomada a um patamar superior a 18% no ano de 2019, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1. Taxa de lucro das 500 maiores empresas de capital aberto (2010–2020)



Fonte: Pinto, 2021.

Pesquisadores como Sousa (2019) argumentam que o golpe aplicado sobre a ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 não foi um advento digno da seriedade das instituições brasileiras e muito menos uma ação contra a corrupção. Em 2013, o gotejamento, pela mídia, da imagem de um PT corrupto e o fortalecimento da operação Lava-Jato (tendo, à frente, Sérgio Moro, ex-ministro do governo Bolsonaro) influenciaram um contexto para que, naquele período, ocorressem manifestações de rua em todo o País, um movimento complexo e policlassista. Dizemos que influenciaram porque, do ponto de vista concreto, o giro político realizado pelo PT em meio às dificuldades de manutenção da perspectiva conciliatória e a própria crise do capitalismo dependente brasileiro foram elementos palpáveis e materiais nesse processo (BARBIERI, 2019).

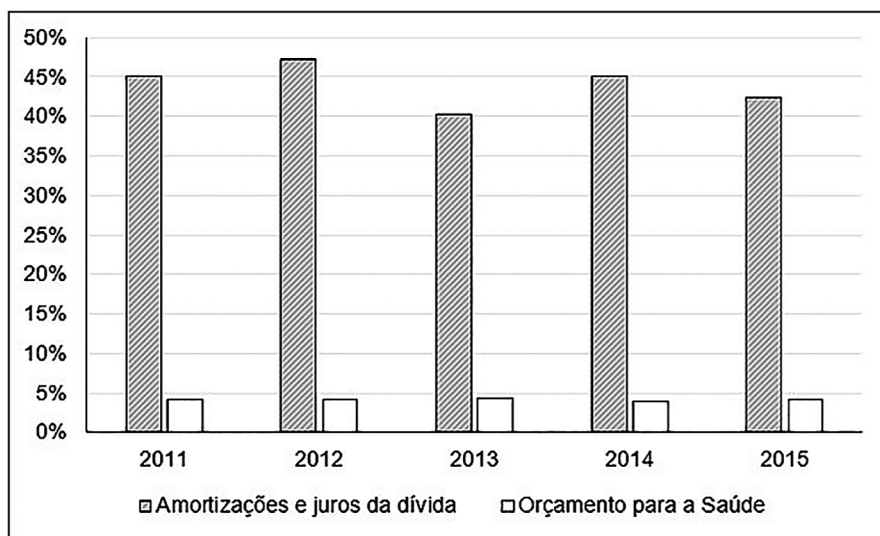
O aumento do desemprego – que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cresceu de 6,98% em 2013 para 11,6% em 2016 –, a diminuição do poder de compra das classes trabalhadoras e o impacto da crise econômica sobre distintos setores da classe média brasileira serviram como dínamo para que ocorressem manifestações de rua, que demarcavam a insatisfação das frações da burguesia com a gestão petista. Mattos (2020) explora a ocorrência de tais manifestações, demonstrando que, em 2015 e 2016, os participantes em sua maioria eram da classe média e brancos, tinham escolaridade universitária e rendimentos superiores a quatro salários mínimos, características tais

que demonstravam um corte de classe nas pautas, dentre as quais o autor destaca: (I) bandeira contra a corrupção; (II) rechaço ao PT; e (III) aprovação do *impeachment* contra Dilma.

Adicionados a esse caldo de elementos, temos ainda: (I) o fato de que o PT também promoveu a contrarreforma da previdência nos governos Lula e Dilma; (II) o aprofundamento do gerencialismo no âmbito público; (III) o avanço da terceirização e da precarização do trabalho; (IV) o estímulo à educação privada pela via do financiamento público; e (V) a burocratização em termos de implantação dos espaços de decisões populares, muitas vezes institucionalizados, mediante os conselhos de gestão. A experiência do PT na gestão do capitalismo dependente brasileiro confirmou mais uma hegemonia às avessas, temperada na conciliação e na burocratização das instâncias e das aspirações dos trabalhadores (OLIVEIRA, 2018), em que pesem os claros sinais de conformação e transformismo do partido (COELHO, 2005).

Nesse processo, a fração financeira, por intermédio do sistema da dívida pública, auferiu ganhos preponderantes na gestão petista (SANTANA, 2018). Na administração realizada por Dilma, durante o período de 2011 a 2015, o montante gasto com juros e despesas da dívida sempre ultrapassou mais de 40% de todo o orçamento público federal, conforme podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 2. Gastos com juros e amortizações da dívida e orçamento federal para a saúde



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida. Elaboração própria.

No entanto, não se trata de um movimento apenas realizado sob o governo petista, uma vez que é um fenômeno estrutural na formação econômico-social brasileira, pelo menos desde a década de 1990, especialmente com a implantação do plano real e a abertura da economia brasileira à desregulamentação financeira, por intermédio das diretrizes do consenso de Washington. Mendes (2012) demonstra que, desde aquele período, o Sistema Único de Saúde (SUS) vivencia constrangimentos em seu financiamento. Apesar disso, o que queremos pontuar de modo mais específico é que, em meio ao giro político inerente à crise de direção que o PT passou a enfrentar, o terreno foi preparado, em nossa avaliação, para o surgimento de uma figura como Bolsonaro. Apesar disso, não se trata de um fenômeno novo, conforme já foi refletido pelo marxista sardo Antonio Gramsci (1891–1937). Para o referido autor, em um determinado ponto da história, os grupos que compõem a sociedade se separam dos partidos tradicionais que professavam seus interesses. Tais partidos não são mais reconhecidos como defensores dos interesses de classe e de frações de classes, razão pela qual se instala uma crise de contornos delicados e perigosos, tendo-se em vista que, nesses momentos, há aberturas para soluções no campo político pelo uso da força e de potências ocultas existentes em homens e mulheres providenciais ou carismáticos (GRAMSCI, 2007).

Trata-se de um contraste que se conforma entre representantes e representados e que se manifesta de forma diferenciada em cada formação econômico-social, mesmo que seu conteúdo seja semelhante. Tal conteúdo seria o da crise de hegemonia da classe dirigente, crise esta formada ou porque a classe fracassou em alguma empresa política na qual aplicou força ou consenso ou porque as massas passaram da passividade para a atuação política, pautando reivindicações próprias. Ainda assim, mudanças bruscas do centro de gravidade da política podem ocasionar resultados diversos, já que o nível de organização dos estratos diferenciados da sociedade não possui a agilidade necessária para, nos momentos de crise, se organizar como força política e, mesmo em tais momentos, a classe dominante, devido ao seu poderio econômico, político e social, consegue se mobilizar de forma ágil, mediante a experiência e a existência de estruturas sedimentadas na sociedade política e na sociedade civil.

No caso da conjuntura política brasileira que levou ao golpe institucional em 2016, componentes moleculares – como a forma de

condução do capitalismo dependente brasileiro em crise e a perda do consenso petista em torno de uma perspectiva conciliatória que fomentava a passividade dos setores subalternos – influenciaram para que Temer assumisse a centralidade da condução política, que, mesmo em crise, trouxe como moeda seu programa “uma ponte para o futuro” do capital. Não é à toa que surgiram, então, ataques como a Emenda Constitucional (EC) nº 95, que congelou os gastos em políticas sociais por 20 anos e foi aprovada em seu governo. Embora nas eleições de 2018 o PT tenha colocado Fernando Haddad no segundo turno, o cenário de crise orgânica fez emergir um espaço ocupado por Jair Bolsonaro, um homem “providencial”, um “Messias”, corporificado nos bons costumes e na moralidade cristã.

No regime político brasileiro, as eleições ganham contornos de representatividade, quando a burguesia e suas frações de classe colocam em pleito seus projetos políticos como se fossem de todas as classes. Quando analisamos os fatos concretos procurando mediações entre as múltiplas determinações da crise orgânica brasileira, avaliamos que Bolsonaro, em si, não foi o homem providencial ideal pelo qual a burguesia dependente brasileira ansiava. Enquanto o governo do PT pôde manter o consenso com base em pequenas concessões aos trabalhadores, o plano vinha funcionando de forma cadenciada. Bolsonaro, apesar de defender interesses da burguesia, apresentou um estilo bélico e previsível, com suas declarações públicas e ações, embora tenha realizado o dever de casa, no sentido de oferecer um maior espaço de acumulação às frações burguesas, em especial a rentista.

Presumimos que um regime de democracia restrita e blindada aos anseios das classes populares necessita de um estilo conciliador, especialmente no quesito internacional, após a derrota de Donald Trump nas eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos, figura política ao qual o governo Bolsonaro manteve subserviência desmedida (DEMIER, 2017). Mas em que pese seu estilo bélico, o ultraliberalismo praticado por Bolsonaro, mesmo em meio a uma pandemia, que já ocasionou mais de 600 mil mortes em todo o Brasil, parecia não indicar que a classe trabalhadora teria dias de paz. Cabe salientar que entendemos por ultraliberalismo o momento contemporâneo do modo de produção capitalista que conta com a ascensão de governos autoritários não apenas no Brasil, mas no mundo. Governos estes que intensificam a defesa do mercado capitalista e a restrição das despesas públicas. Neste caso, o

neoliberalismo, para realizar mais ataques contra o polo do trabalho, necessita do autoritarismo e do conservadorismo radical para se tornar “ultra” (BOFFO; SAAD-FILHO, 2019).

No Brasil, visualizamos tal expressão no golpe aplicado sobre a ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 e no avanço reacionário e antidemocrático diante das demandas populares (CARNUT; MENDES; GUERRA, 2021). Na saúde pública, tópico que exploraremos a seguir, tal panorama se expressou no governo Bolsonaro mediante a realização de manobras como uma forma de abrir mais espaço para a acumulação capitalista e aprofundar o desfinanciamento promovido pela EC 95/2016 de forma mais intensa. Sua ingerência sanitária perante a pandemia apresentou claros sinais de uma tática de promover a imunidade de rebanho por contaminação, conforme tese argumentada pela professora Deisy Ventura (CEPEDISA, 2021).

GOVERNO BOLSONARO E AUTOCRACIA BURGUESA: IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

O governo Bolsonaro não é homogêneo. Mattos (2020) destaca pelo menos três núcleos de sua composição: (I) militar; (II) ideológico; e (III) econômico-liberal. No primeiro núcleo, houve a ocupação de cargos por militares, do primeiro ao quarto escalão dos ministérios, das secretarias, das autarquias e das fundações federais. No núcleo ideológico, destaca-se a influência exercida pelo autointitulado “filósofo” Olavo de Carvalho, como demonstra Calil (2021). Nesse plano, houve uma apelação para temas associados ao comunismo, ao marxismo, à ideologia de gênero e ao negacionismo científico. No núcleo econômico, destacou-se a figura de Paulo Guedes, ex-ministro da Economia, que esteve no governo Bolsonaro desde o início. Podemos afirmar que a política econômica do referido governo aprofundou o estrangulamento fiscal imposto aos mais pobres e aos trabalhadores, com clara redução dos gastos em despesas e políticas sociais.

Somado à citada política econômica, observamos o aumento de despesas com juros e amortizações da dívida, que, em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, atingiu cerca de 38,27% do orçamento federal e, em 2020, um total de 39,08%. No campo da saúde pública, em 2019, foi aprovada a Portaria nº 2.979/2019, que instituiu o programa

Previne Brasil, que operacionalizou um novo modelo de financiamento para a Atenção Básica à Saúde, baseado em três critérios: (I) captação ponderada; (II) pagamento por desempenho; e (III) incentivo para ações estratégicas.

O que aparentou trazer um ar de modernização para a gestão escondia uma política excludente, baseada na neofocalização de recursos para aqueles que estão cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde. Além disso, Mendes (2021) indica que o processo de implantação da referida política não contou com amplo debate prévio com o Conselho Nacional de Saúde (CNS). Dentre os impactos mais deletérios dessa nova forma de alocação de recursos, destacam-se os seguintes pontos: (I) a extinção do Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo); (II) a extinção do financiamento diretamente relacionado aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); e (III) o aprofundamento do gerencialismo na saúde pública, mediante o pagamento por desempenho.

O Previne Brasil institucionaliza um SUS operacional, sendo contraditório com o princípio da universalidade, atingindo a Atenção Básica, considerada a porta de entrada do sistema. Trata-se de uma lógica que também permitiu o aprofundamento do desfinanciamento da saúde, permitindo a privatização pelo gerencialismo. Além disso, passa a ideia de que a lógica privada é a melhor, por saber alocar recursos de modo eficiente e eficaz (ORTIZ; FUNCIA, 2021).

Com a pandemia de Covid-19 e as declarações bélicas de Bolsonaro e de seus ministros sobre a Covid-19, o nível de ataque à saúde pública ganhou contornos trágicos. O Brasil, mesmo tendo um dos maiores e mais reconhecidos sistemas públicos de saúde, também se localiza entre os países com os maiores índices de óbito. As declarações do ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, acerca da origem do Sars-Cov-2 e da China, também ocasionaram problemas diplomáticos entre os países (IBAÑEZ, 2020).

O desapego pela vida, expresso nas ações de Bolsonaro em aparições públicas, que se aglomerava com a multidão e não usava itens básicos de proteção, como a máscara, não só reforça a dicotomia realizada pelo ex-presidente entre a economia e a saúde, mas também endossa uma postura desmedida em relação às parcelas mais pauperizadas da sociedade brasileira. A ideia de que a imunização por contaminação

seria mais rápida e eficiente no controle da pandemia foi ventilada por Bolsonaro inúmeras vezes, além do estímulo dado ao uso, de forma descontrolada, de medicamentos como a hidroxicloroquina, como uma forma de estimular um “tratamento” e, assim, encorajar os trabalhadores e as trabalhadoras a ficar expostos ao Sars-Cov-2, de modo a não ser mais necessário o estabelecimento de medidas restritivas às relações comerciais.

Os documentos e os depoimentos expostos na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) também demarcaram as ações realizadas naquele governo que reforçam a tese, argumentada pela professora Deisy Ventura, de que Bolsonaro tentou realizar uma imunidade de rebanho por contaminação, mediante a veiculação de *fake news*, a obstrução de ações das demais unidades federativas e o estímulo ao uso de remédios sem ampla comprovação científica para um suposto tratamento precoce (CEPEDISA, 2021). Uma das políticas que o governo Bolsonaro glorificou e usou como peça eleitoral em 2022, que foi o auxílio para trabalhadores informais e famílias de baixa renda, financiado por créditos extraordinários, demonstra a forma como o seu governo queria lidar com tal área da assistência. Inicialmente, a proposta do auxílio era de parcelas no valor de R\$ 200,00, elevado depois para R\$ 600,00, após manifestação da oposição no Congresso Nacional. Em que pese esse fato, o gasto com juros e amortizações da dívida cresceram 33% em relação ao ano de 2019 e o “orçamento de guerra” realizado pelo Governo Federal, mediante a Emenda Constitucional nº 106/2020, também permitiu o uso dos recursos para o pagamento de juros e encargos da dívida, dando possibilidade ao Banco Central para comprar e emitir títulos da dívida (FATTORELLI; ÁVILA; MULLER, 2021; BRASIL, 2020).

Comparados aos gastos com saúde em 2020, os gastos com juros e encargos da dívida poderiam multiplicar sobremaneira tanto as ações e os serviços públicos em saúde, quanto fornecer mais recursos para o auxílio emergencial, que foi posteriormente reduzido pelo governo para um valor de R\$ 300,00. Nesse caso, enquanto a saúde teve um incremento de R\$ 36,28 bilhões, os gastos com juros e amortizações da dívida aumentaram R\$ 344 bilhões. Em 2021, o quadro também não se alterou, pelo fato de que o orçamento público daquele ano destinou mais de R\$ 2,236 trilhões para os gastos com juros e amortizações da dívida pública (FATTORELLI, 2020; FATTORELLI; ÁVILA; MULLER, 2021).

Enquanto a saúde pública brasileira ainda vivencia o processo de desfinanciamento ocasionado pela EC 95/2016, percebe-se um aumento das despesas que alimentam as frações rentistas do capital, sem nenhuma contrapartida material em termos de investimento público. A isso se soma o fato de que, em meio à crise sanitária, um total de R\$ 1,216 trilhão foi concedido pelo Banco Central aos bancos brasileiros. Tal valor, quando comparado ao despendido na crise global de 2008 (R\$ 117 bilhões), é bastante superior. Trata-se de um quadro que também se vincula ao fato de que, adicionada às exonerações fiscais e aos subsídios do Estado aos planos privados de saúde (OCKÉ-REIS, 2015), tivemos a manutenção da EC 93/2016 no governo Bolsonaro, que estendeu a Desvinculação de Receitas da União (DRU), incidindo também sobre os estados, o Distrito Federal e os municípios até o ano de 2023, em um percentual de 30% sobre as contribuições sociais. No campo da saúde pública, tal processo aprofunda o subfinanciamento crônico do SUS, que, a partir do governo Temer, passa a ser desfinanciado. Trata-se de um movimento que, contudo, não está desvinculado do marco da totalidade, em um momento de crise do capital, com queda das taxas de lucro do capital produtivo, aprofundamento do autoritarismo e restrição de gastos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, objetivamos realizar uma análise sobre a forma como a crise contemporânea do capital afeta o regime político brasileiro e de que modo a ascensão de Bolsonaro ao poder impactou a saúde pública no Brasil. Ao procurarmos entender os fundamentos da crise capitalista, a partir de um norte teórico marxista, nós nos baseamos, sobretudo, em autores como Karl Marx, Michael Roberts, Michael Kliman e Alex Callinicos, de modo a compreender que a atual crise, na verdade, apresenta como elementos mais profundos aspectos relevados por Marx em “O Capital”, especialmente no que diz respeito à queda tendencial das taxas de lucros e às tendências e contratendências do modo de produção capitalista.

Observamos que o capitalismo não é uno em todas as formações econômico-sociais, acarretando assim processos embrionários, a partir das especificidades de cada uma das distintas formações. Em formações dependentes, como no caso da brasileira, entendemos que, devido

à nossa especificidade e inserção no modo de produção capitalista, o regime político que se processa em nossa realidade é, na maior parte do tempo, representado pela autocracia burguesa, que blinda o sistema político, de modo a impedir os anseios das classes trabalhadoras. No âmbito da saúde pública, mesmo com os avanços do SUS, percebemos o constante constrangimento à materialização desse sistema, expresso na ausência de recursos financeiros.

O panorama se aprofundou com a crise econômica de 2008 e a fragmentação da perspectiva petista em administrar o capitalismo dependente brasileiro com base na conciliação de classes. A mediação entre a insatisfação das massas diante da impossibilidade de manutenção do emprego, da renda e do consumo, aliada à crise orgânica brasileira, às forças centrípetas das frações burguesas e ao lavajatismo, ocasionou o golpe de 2016 e, no espaço aberto na política, propiciou a ascensão de figuras como Bolsonaro, eleito em 2018. A crise ainda acarretou, no campo da saúde pública, a promoção de ações como o Previnde Brasil e o uso do orçamento extraordinário para a manutenção dos gastos com a pandemia de Covid-19 como uma janela de oportunidades para as frações rentistas do capital, sobretudo porque, nesse aspecto, abriu-se a possibilidade para a emissão de títulos da dívida que alimentam as amortizações e os juros da dívida, gerando um ciclo vicioso de subsunção do orçamento público à esfera do capital portador de juros.

Portanto, sem o encerramento do debate, avaliamos que a própria forma como o governo Bolsonaro realizou a gestão da pandemia de Covid-19 e a centralidade que o Brasil ocupou como um dos países com mais óbitos no mundo demarcam, a partir dos elementos concretos que possuímos, a forma como a autocracia burguesa no Brasil tem se manifestado em tempos de crise orgânica.

O quadro também delimita, em nossa perspectiva, os limites estruturais do SUS em um anseio reformista, tema que, em si, merece atenção do ponto de vista tático e estratégico sobre o questionamento a seguir: em que medida o SUS, da forma como foi concebido preliminarmente, tem plenas chances de se efetivar no contexto de um regime político brasileiro blindado às necessidades das classes trabalhadoras? É o dilema que se coloca para pensarmos em novas metodologias de análise e interpretação da realidade brasileira, que gira em torno de um SUS deformado e aberto à interpelação da acumulação capitalista.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, André Augusto de Paula. **Fim de ciclo do governo pós-neoliberal no Brasil: o PT, o Estado e o golpe institucional** (2019). 207f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29437?mode=simple>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. Neoliberal Capitalism: the authoritarian turn. **Socialist Register**, Winnipeg, v. 55, p. 312-320, 2019. Disponível em: <<https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/30951>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020**. Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc106.htm>. Acesso em: 7 dez. 2021.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum** (Vitória), v. 13, p. 64-82, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47456/argumentum.v13i2.34166>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

CALLINICOS, Alex. **Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny**. London: Bookmarks Publications, 2014.

CARNUT, L.; MENDES, Áquilas; GUERRA, L. D. da S. Da pandemia ao pandemônio? Sistemas agroalimentares, coronavírus e Sistema Único de Saúde. **Argumentum**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 126–145, 2021. DOI: 10.47456/argumentum.v13i2.32462. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/32462>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CEPEDISA. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19**. São Paulo, 28 de maio de 2021. Disponível em: <https://cepedisa.org.br/wp-content/uploads/2021/06/CEPEDISA-USP-Linha-do-Tempo-Maio-2021_v3.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2021.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, p. 35-67, 2005.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. Crise do Marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998) [Tese de Doutorado]. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Uma-esquerda-para-o-capital-Eurelino-Coelho.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

DEMIER, Felipe. Da ditadura bonapartista à democracia blindada. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Orçamento projetado para 2021 revela modelo de Estado**. Auditoria Cidadã da Dívida. 16 de setembro, 2020. Disponível em: <<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/orcamento-projetado-para-2021-revela-modelo-de-estado/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

FATTORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo; MULLER, Rafael. **Gastos com a dívida pública cresceram 33% em 2020**. Auditoria Cidadã da Dívida, 25 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica**. Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Programa Roda Viva**. 69 minutos e 6 segundos (1994). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MQe35fx66lU>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Volume III**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.11-111.

IBAÑEZ, Pablo. Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso. **Espaço e Economia**, nº 18, p. 225-244, 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/13257>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

KLIMAN, A. A grande recessão e a teoria da crise em Marx. In: **Outubro**, edição 24, 2015. Disponível em: <<http://outubrorevista>>.

com.br/wp-content/uploads/2015/11/3_Andrew-Kliman.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad.: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro III: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATHIAS, Gilberto; SALAMA, Pierre. **O Estado superdesenvolvido**: ensaios sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MENDES, Áquilas Nogueira. **A persistência da aniquilação da saúde pública na crise pandêmica do capital**: o neofascismo de Bolsonaro. Colóquio Internacional e o Marxismo 2021: O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista (2021) (anais de evento). Universidade Federal Fluminense. Evento *on-line* (2021). Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/MMatual/anais2021.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MENDES, Áquilas Nogueira. **Tempos turbulentos na saúde pública brasileira: os impasses do financiamento no capitalismo financeirizado** (2012). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/6/tde-25092019-083414/en.php>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. Sustentabilidade do SUS e renúncia de arrecadação fiscal em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** [*on-line*], 2018, v. 23, nº 6. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05992018>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

ORTIZ, Marília; FUNCIA, Francisco. **Desfinanciamento federal do SUS e o impacto nas finanças municipais**. Estadão. 17 de agosto de

2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/desfinanciamento-federal-do-sus-e-o-impacto-nas-financas-municipais/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PINTO, Eduardo Costa. **Taxa de lucro: 500 maiores empresas de capital aberto (2010-2020)**. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2021. Facebook: eduardopintobr. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1284536008635945&set=pb.100012386741143.-2207520000..&type=3>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

ROBERTS, Michael. **Marx's theory of crises**. In: Roberts, Michael. Marx 200 – a review of Marx's economics 200 years after his birth. London: Lulu.com, 2018.

ROBERTS, Michael. **The Great Recession: Profit cycles, economic crisis. A Marxist view**. Book on Demand, 2009.

SANTANA, L. A. **Transformismo e o sistema da dívida pública brasileira nas definições programáticas do Partido dos Trabalhadores e no governo Lula (2003-2010)** (2018). 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2190>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

SOUSA, Darcon. **Memória Episódica do Retrocesso Democrático Brasileiro**. 1ª ed. Campina Grande: Editora Leve, 2019.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move: A crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Racismo e baixa escolaridade: relação com os óbitos da pandemia de Covid-19

Relationship between Covid-19 deaths, racism and low level of education
Racismo y bajo nivel educativo: relación con las muertes en la pandemia del Covid-19

Flaviany Marques Ferraz Saraiva¹

<https://orcid.org/0000-0003-2815-5613>

Sônia Bessa da Costa Nicacio Silva²

<https://orcid.org/0000-0001-9857-6523>

João Gabriel Nunes Modesto³

<https://orcid.org/0000-0001-8957-7233>

Recebido em: 15/04/2022

Aprovado em: 15/09/2022

1 Tem formação em Pedagogia e História. Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão, Educação e Tecnologia (2021/2022) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Professora da rede pública estadual e municipal de Goiânia (GO). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1716353947141888>>. E-mail: <flavianyferraz@hotmail.com>.

2 Tem formação em Pedagogia. Doutora em Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Programa de Pós Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3343083317022692>>. E-mail: <sonia.bessa@ueg.br>.

3 Tem formação em Psicologia. Doutor em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília (UnB). Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Programa de Mestrado em Psicologia do Centro Universitário de Brasília (Ceub). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8750845075473465>>. E-mail: <joao.modesto@ueg.br>.

Resumo: Este estudo averigua se a etnia e a escolaridade condicionam padrões de óbitos por Covid-19, por meio da análise de dados da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo. Este é um estudo analítico de dados secundários, transversal, executado com informações de casos confirmados de Covid-19. Foram selecionados 6.168 registros de óbito entre março de 2020 e setembro de 2021 com informações completas sobre escolaridade e etnia. A incidência de óbitos por Covid-19 foi maior entre homens idosos, especificamente homens negros. Em todas as faixas etárias a partir de 10 anos, o número de óbitos de pessoas da etnia negra foi maior do que nas demais etnias. O percentual de óbitos da etnia negra é exponencialmente maior em todos os níveis de escolaridade, exceto no ensino superior completo. Conclui-se que as vítimas de Covid-19 na amostra analisada predominantemente foram homens idosos, negros e com baixa escolaridade.

Palavras-chave: Racismo. Óbito. Escolaridade.

Abstract: This study investigates if ethnicity and education are related to patterns of Covid-19 deaths through the analysis of data from the State Health Secretariat of Espírito Santo. This is a cross-sectional, secondary data analytic study carried out with information from confirmed cases of Covid-19. We selected 6,168 death records between March 2020 and September 2021 with complete information on education and ethnicity. The incidence of Covid-19 deaths was highest among older men, specifically black men. In all age groups (10 years and older), the number of deaths of black people was higher than in other ethnicities. Furthermore, the percentage of black deaths is exponentially higher in all levels of education, except for graduated people. Therefore, it is concluded that the victims of Covid-19 in the analyzed sample predominantly were older men, black, and with lower levels of education.

Keywords: Racism. Death. Education.

Resumen: Este estudio investiga si la etnia y la escolaridad condicionan patrones de muertes por Covid-19 a través del análisis de datos de la Secretaría de Salud del Estado de Espírito Santo. Se trata de un estudio analítico transversal de datos secundarios realizado con información de casos confirmados de Covid-19. Se seleccionaron un total de 6.168 actas de defunción entre marzo de 2020 y septiembre de 2021 con información completa sobre educación y etnia. La incidencia de

mortes por Covid-19 fue mayor entre los hombres mayores, específicamente los hombres negros. En todos los grupos de edad a partir de los 10 años, el número de muertes de personas de etnia negra fue mayor que en otras etnias. El porcentaje de muertes de etnia negra es exponencialmente mayor en todos los niveles educativos, excepto en la educación superior completa. Se concluye que las víctimas de la Covid-19 en la muestra analizada fueron predominantemente ancianos, hombres negros y con baja escolaridad.

Palabras clave: Racismo. Muerte. Educación.

INTRODUÇÃO

No final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada sobre o surgimento da síndrome respiratória Covid-19, causada pelo Sars-CoV-2, o novo coronavírus.

As doenças não afetam as populações de forma democrática. Existem fatores relacionados à instrução, à renda, ao acesso a saneamento básico e ao pertencimento étnico-racial, que podem interferir no agravamento de enfermidades (PEREIRA, 2016). Este estudo averigua se a etnia e a escolaridade condicionam padrões característicos de óbitos por Covid-19. Para isso, analisa uma parcela dos dados de 2020 e 2021 da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA) (ESPÍRITO SANTO, 2022). A interpretação do banco de dados possibilita considerar variáveis demográficas e socioeconômicas definidas em seus registros, como etnia, escolaridade, sexo e faixa etária.

Partiu-se da hipótese de que, em decorrência das desigualdades sociais existentes no Brasil, como a baixa escolaridade, existe a probabilidade de que os trabalhadores se arrisquem mais em suas funções laborais por conta da pouca oferta de empregos e, consequentemente, precisem trabalhar presencialmente, expondo-se mais ao risco de contaminação, agravamento de sua saúde e até óbito. É possível que, à medida que avançam os níveis de escolaridade, também aumentem as oportunidades mais flexíveis de trabalho, que promovam a integridade física, psicológica e social desses trabalhadores. O mercado de trabalho foi fortemente impactado pela pandemia quanto aos níveis de desemprego e renda, destacadamente nas menores faixas salariais. Para Mattei

e Heinen (2022, p. 43), “os trabalhadores mais prejudicados foram aqueles que se encontravam em ocupações informais e mais flexíveis, com menor grau de proteção social”.

Abismos sociais foram evidenciados na pandemia. No início, muitos acreditavam que o novo coronavírus fosse democrático, pois não escolhia classe social, gênero, etnia ou região para a sua propagação. Ele seria transmitido de pessoas para pessoas de forma rápida e letal. Mas os indivíduos e espaços demográficos que o vírus alcança não podem ser balizados como se fossem oriundos dos mesmos marcadores sociais de desigualdades. Podemos estar no mesmo mar em relação ao contágio, mas ocupamos embarcações diferentes de acordo com as posições sociais.

Vivenciamos a maior crise do século, e a gestão federal negou o papel primordial da ciência: não apresentou estratégia coerente e sistemática, priorizou os interesses capitalistas, desqualificou medidas necessárias para a contenção e defendeu medicamentos sem eficiência comprovada (CALIL, 2021).

A expansão da pandemia de Covid-19 pelas favelas, áreas pobres, periféricas e desfavorecidas do Brasil mostrou uma triste realidade de desigualdade entre as classes sociais, que é naturalizada e até banalizada por parte da sociedade e da Federação. São pessoas vulneráveis, que vivem em moradias precárias, desprovidas dos seus direitos básicos de uma vida digna e de proteção social, impossibilitadas de se proteger adequadamente. Como destacam Eurico, Gonçalves e Fornazier (2021, p. 84), “o vírus é apresentado como indiferente às classes sociais, mas no Brasil são as periferias mais precarizadas que enterram centenas de milhares de mortos”.

Além de ocasionar uma crise sanitária, a pandemia acentuou uma crise econômica e humanitária. No entanto, sozinha, ela não justifica a grave crise econômica, como querem fazer parecer os setores elitistas. Em 2019, o recuo do Produto Interno Bruto (PIB), os resultados negativos da atividade econômica, a estagnação da renda e o alto desemprego já prenunciavam a grave crise econômica à frente (GRANEMANN, 2021).

O Brasil está sofrendo os impactos da crise econômica que se arrasta desde 2019 e da pandemia simultaneamente. O mercado de trabalho, de uma forma geral, contou com perdas significativas nas taxas de emprego e de rendimento das empresas. As pessoas negras e aquelas com menores níveis de escolaridade foram as mais prejudicadas

pelos impactos econômicos da Covid-19. Como destacam Previtali e Fagiani (2022, p. 157), “[...] a vulnerabilidade da classe trabalhadora ao vírus potencializa os casos de Covid-19 no País e lança luzes sobre as enormes discrepâncias sociais, a concentração da renda e o concomitante aumento da pobreza”. Os marcadores sociais da diferença se articularam, acentuando e desvelando a desigualdade social.

EDUCAÇÃO: FATOR DETERMINANTE DE VIDA E MORTE NA PANDEMIA

A educação é um direito humano essencial para o pleno exercício da cidadania. Ela oferece formação humana e científica em um vislumbre de respeito à dignidade humana e estabelecimento de igualdade entre os pares. A educação não significa apenas transmissão de conhecimento, mas a própria produção do ser social (PREVITALI; FAGIANI, 2022).

Segundo um estudo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), nos primeiros meses da pandemia, as pessoas sem escolaridade integravam taxas de mortalidade três vezes superiores (71,3%) às daquelas que tinham nível superior de escolaridade (22,5%). Os autores destacaram que as desigualdades de renda e de acesso a condições basilares de saneamento público solidificaram o efeito da doença nas diferentes classes sociais. Além da etnia, o nível de escolaridade estava associado à letalidade da Covid-19.

Os mais vulneráveis são também aqueles que geralmente não conseguem atendimento nas redes de proteção social, que têm menor acesso ao trabalho remoto e que ficam expostos a maior probabilidade de contaminação por conta do seu serviço. A educação é uma das variáveis decisivas para a efetivação em cargos mais qualificados, seguros e com melhores salários. Os reflexos da pandemia sobre a escolarização dos mais pobres tendem a intensificar essas desigualdades em países como o Brasil.

MÉTODO

Este é um estudo analítico de dados secundários, transversal, executado com informações de casos confirmados de Covid-19 no Espírito Santo, entre março de 2020 e setembro de 2021, acessadas nos bancos de dados da Secretaria de Saúde do Estado (ESPÍRITO SANTO, 2022). O

Estado do Espírito Santo está localizado na Região Sudeste do Brasil, tem uma população de 4.018.650 habitantes (IBGE, 2021) e contabilizou 14.307 óbitos desde o início da pandemia até março de 2022 (BRASIL, 2021).

Foi selecionada uma amostra de 6.168 registros de um total de 12.739 óbitos por Covid-19 no período selecionado. Chegou-se à referida amostra porque tais dados foram os registros com informações completas sobre escolaridade e etnia. A amostra está caracterizada nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Etnia e gênero nos registros de óbito por Covid-19

		Sexo		Total
		Feminino	Masculino	
Etnia	Amarela	3,7%	4,3%	8,0%
	Branca	19,0%	23,4%	42,4%
	Parda	19,1%	21,7%	40,8%
	Preta	3,8%	5,0%	8,8%
Total		45,6%	54,4%	100,0%

Fonte: elaboração feita pelos autores.

No padrão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a classificação “negra” inclui pretos e pardos. Neste estudo, foi mantida a classificação da SESA (ESPÍRITO SANTO, 2022), que subdividiu negros em pardos e pretos. Já para a análise dos dados, foi considerada a junção de pretos e pardos como etnia negra.

Tabela 2. Escolaridade e faixas etárias da amostra

Faixas etárias	Escolaridade								
	Analfabetos	Da 1ª à 4ª série incompleta do EF	4ª série completa do EF	Da 5ª à 8ª série incompleta do EF	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Educação superior incompleta	Educação superior completa
0 a 4 anos	100%	-	-	-	-	-	-	-	-
5 a 9 anos	50%	50%	-	-	-	-	-	-	-
10 a 19 anos	8,3%	-	-	33,3%	-	33,3%	25,0%	-	-
20 a 29 anos	5,4%	2,7%	1,4%	12,2%	5,4%	6,8%	50,0%	9,5%	6,8%
30 a 39 anos	2,5%	4,6%	2,5%	11,3%	8,8%	8,8%	43,3%	5,0%	13,3%
40 a 49 anos	2,6%	7,3%	5,7%	13,8%	11,9%	6,5%	36,4%	2,0%	13,8%
50 a 59 anos	3,9%	12,4%	8,3%	17,1%	12,7%	5,9%	28,3%	1,8%	9,6%
60 a 69 anos	5,5%	17,9%	13,3%	14,9%	12,7%	5,3%	20,2%	0,9%	9,3%
70 a 79 anos	12,2%	24,7%	13,9%	11,7%	11,4%	3,8%	15,3%	0,7%	6,2%
80 a 89 anos	16,3%	29,0%	13,9%	11,5%	8,2%	4,2%	11,8%	0,3%	4,9%
90 anos ou mais	20,2%	30,6%	12,6%	10,2%	10,8%	2,2%	9,9%	-	3,5%
Total	9,3%	19,8%	11,5%	13,3%	11,2%	5,0%	20,7%	1,2%	8,0%

Fonte: elaboração feita pelos autores.

Com a análise feita mediante o uso do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 20.0, verificou-se um nível de significância de 5%, que corresponde a um resíduo com valor positivo superior a 1,96 para o excesso de ocorrências. De início, buscou-se analisar a frequência das variáveis independentes (etnia, gênero, faixa etária e escolaridade), bem como sua associação com os desfechos em estudo, pelo teste qui-quadrado de Pearson. Em seguida, examinou-se a possível associação entre as exposições (variáveis independentes) pela análise de resíduo e foram aferidas as relações entre as categorias. Fez-se, ainda, uma análise de correspondência entre etnia e escolaridade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se analisar a tabela de contingência, avaliou-se a associação entre as variáveis “óbitos por Covid-19”, etnia, gênero, escolaridade e faixa etária pelo teste qui-quadrado de Pearson. A tabela 3 apresenta os óbitos segundo a composição étnica.

Tabela 3. Resíduos de óbitos por Covid-19 segundo a etnia

Etnias	Números observados	Percentuais observados	Números esperados	Resíduos
Amarela	496	8,0%	1542,0	-1046,0
Branca	2.614	42,4%	1542,0	1072,0
Parda	2.516	40,8%	1542,0	974,0
Preta	542	8,8%	1542,0	-1000,0
Total	6168			

Significância estatística: $X^2 (3) = 2718,532$; $p < 0,000$.

Fonte: elaboração feita pelos autores.

A grande parte dos óbitos ocorreu entre brancos e negros (pardos e pretos). Verifica-se uma discrepância nos dados de amarelos e pretos, praticamente com o mesmo número. A distribuição étnico-racial observada nessa amostra é diferente daquela registrada pelo Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE (2011). Mesmo com a defasagem de tempo dos dados obtidos, verifica-se a diferença, pois a composição étnica do Espírito Santo era de 42,2% de brancos, 48,6% de pardos, 8,3% de pretos e 0,7% de amarelos (asiáticos e índios). A discrepância entre amarelos suscita questionamentos sobre o que pode ter ocorrido, na efetuação do registro, com a declaração da etnia das

pessoas. Os amarelos correspondem a 0,7% da população do Espírito Santo, mas, segundo os dados da SESA (ESPÍRITO SANTO, 2022), representaram 8% dos óbitos. Trata-se de um dado que indica um número muito alto de óbitos de amarelos em relação à população. É necessário pensar no universo do qual os referidos dados foram reproduzidos, uma vez que a definição por cor/raça ainda é um entrave nos meios de pesquisas e referenciais de características da população brasileira.

No caso da etnia branca, não foi verificada discrepância: a população corresponde a 42,20%, segundo o IBGE (2011), enquanto os óbitos foram de 42,38%. Na etnia preta, verificou-se também proporcionalidade: 8,79% de óbitos para 8,5% da população. Na etnia parda, foram registrados 40,8% de óbitos, enquanto a população corresponde a 48,6%. Proporcionalmente, morreram menos pardos, cujo resíduo foi de 974,0. Tais dados, embora registrados pela SESA (ESPÍRITO SANTO, 2022), permitem verificar que os óbitos de amarelos são bem maiores e que os de pardos são bem menores do que a distribuição da população no estado, conforme os dados do IBGE (2011).

A fim de testar a associação entre os grupos étnicos, foi conduzido um teste qui-quadrado, que encontrou associação significativa ($X^2(3) = 2718,532$; $p < 0,000$), ou seja, morreram mais negros (pretos e pardos juntos) do que brancos. Segundo dados do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE), do Ministério da Saúde, no Brasil (2021), os homens morrem mais por Covid-19 do que as mulheres. O dado é corroborado neste estudo: o registro de óbitos entre os homens foi de 54,4%, enquanto o índice de homens no Brasil corresponde a 48,2% da população (IBGE, 2019). Quanto às mulheres, os óbitos foram de 45,6%, com resíduo negativo de -273, enquanto a população feminina no Brasil é de 51,8%. Verificaram-se mais óbitos entre homens proporcionalmente em relação à população brasileira.

A associação entre gênero e mortes por Covid-19 foi conduzida pelo teste qui-quadrado, que encontrou associação significativa ($X^2(1) = 48,333$; $p < 0,000$), o que evidencia que morreram mais homens do que mulheres por Covid-19. Os idosos são um grupo de risco com maior vulnerabilidade para a contaminação e para o óbito por Covid-19, pelo fato de que apresentam acometimento por doenças crônicas e outros múltiplos fatores de risco (OLIVEIRA et al., 2020). A maior incidência de óbitos neste estudo ocorreu nas faixas etárias de 60 a 69 anos (24,7%),

70 a 79 anos (24,2%) e 80 a 89 anos (16,8%). As mortes entre idosos (população com mais de 60 anos) corresponderam a 71,7% da população investigada (tabela 5), enquanto os idosos são 14% da população do Espírito Santo (IBGE, 2020), o que mostra que a morte por Covid-19 entre os idosos foi exponencialmente maior. A associação entre as faixas etárias e as mortes por Covid-19 foi conduzida pelo teste qui-quadrado, que encontrou associação significativa ($p < 0,000$).

Tabela 4. Resíduos de óbitos por Covid-19 (de 2020 e 2021) segundo a faixa etária

Faixas etárias de óbitos por Covid-19	Números observados	Percentuais observados	Números esperados	Resíduos
De 0 a 9 anos	6	0,1%	560,6	-558,6
De 10 a 19 anos	12	0,2%	560,6	-548,6
De 20 a 29 anos	74	1,2%	560,6	-486,6
De 30 a 39 anos	240	3,9%	560,6	-320,6
De 40 a 49 anos	506	8,2%	560,6	-54,6
De 50 a 59 anos	902	14,6%	560,6	341,4
De 60 a 69 anos	1.522	24,7%	560,6	961,4
De 70 a 79 anos	1.494	24,2%	560,6	933,4
De 80 a 89 anos	1.039	16,8%	560,6	478,4
De 90 anos ou mais	372	6,0%	560,6	-188,6
Total	6.167			

Significância estatística: $X^2 (10) = 6139,203$; $p < 0,000$.

Fonte: elaboração feita pelos autores.

Ao se analisarem os óbitos por faixa etária e etnia, verifica-se que o número de óbitos da etnia negra é superior ao das demais etnias. Por exemplo, entre 60 e 69 anos de idade, o percentual de óbitos de negros foi de 50,5%; de amarelos, 24,2%; e de brancos, 23,5%. Em todas as faixas etárias a partir de 20 anos, o número de óbitos da etnia negra é maior do que nas demais etnias (tabela 5). Entre aqueles com mais de 90 anos, o percentual foi igual entre brancos e negros. Entre a faixa etária e a etnia, foi encontrada associação significativa ($X^2 (30) = 115,037$; $p < 0,000$).

Entre os casos notificados, verificou-se um percentual maior com relação à proporção de óbitos entre aqueles com ensino médio (EM) completo e com ensino da 1ª à 4ª série incompleta do ensino fundamental (EF) (tabela 6). A associação entre escolaridade e mortes por Covid-19 foi conduzida pelo teste qui-quadrado, por meio do qual encontrou-se associação significativa ($X^2 (8) = 1794,152$; $p < 0,000$).

Tabela 5. Relação entre faixa etária e etnia nos registros de morte por Covid-19

Faixas etárias	Etnias				Total
	Amarela	Branca	Parda	Preta	
De 10 a 19 anos	0,4%	0,2%	0,2%		0,2%
De 20 a 29 anos	1,4%	1,0%	1,4%	1,3%	1,2%
De 30 a 39 anos	3,8%	2,9%	4,7%	4,8%	3,9%
De 40 a 49 anos	8,5%	6,6%	9,5%	9,8%	8,2%
De 50 a 59 anos	15,7%	12,8%	16,5%	13,5%	14,6%
De 60 a 69 anos	24,2%	23,5%	26,0%	24,5%	24,7%
De 70 a 79 anos	24,4%	25,1%	23,0%	25,5%	24,2%
De 80 a 89 anos	16,3%	19,5%	14,2%	16,6%	16,8%
De 90 anos ou mais	5,2%	8,3%	4,3%	4,1%	6,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Significância estatística: $X^2(30) = 115,037$; $p < 0,000$.

Fonte: elaboração feita pelos autores.

Tabela 6. Resíduos de óbitos por Covid-19 segundo a escolaridade

Escolaridade	Números observados	Percentuais observados	Números esperados	Resíduos
Analfabetos	572	9,3%	685,3	-113,3
Da 1ª à 4ª série incompleta do EF	1.222	19,8%	685,3	536,7
4ª série completa do EF	712	11,5%	685,3	26,7
Da 5ª à 8ª série incompleta do EF	823	13,3%	685,3	137,7
Ensino fundamental completo	690	11,2%	685,3	4,7
Ensino médio incompleto	306	5,0%	685,3	-379,3
Ensino médio completo	1.279	20,7%	685,3	593,7
Educação superior incompleta	73	1,2%	685,3	-612,3
Educação superior completa	491	8,0%	685,3	-194,3
Total	6.168			

Significância estatística: $X^2(10) = 6139,203$; $p < 0,000$.

Fonte: elaboração feita pelos autores.

Morreram 6.168 pessoas. Como são nove grupos de escolaridade, quando é dividido o total de mortos por grupo, o número esperado seria 685,3 por etapa de escolaridade. Podemos averiguar na tabela 6 que, entre os resultados mais expressivos com os resíduos negativos, temos o que representa a ponta da escala de escolaridade, que se refere à educação superior completa e à incompleta. Os resíduos negativos dessas duas categorias somadas são 806,6 indivíduos a menos do que o esperado, ou seja, quase o dobro das somas dos resultados negativos mencionados na tabela. Relação inversa pode ser observada nas categorias de escolaridade (da 1ª à 4ª série incompleta do EF e EM completo):

quando são aglutinados seus números, temos a prevalência de 1.130,4 óbitos entre pessoas com pouca escolaridade.

Quando analisamos a relação entre etnia e escolaridade nos registros de óbito por Covid-19 (tabela 7), vemos que o percentual de óbitos da etnia negra (pretos e pardos) é exponencialmente maior em todos os níveis de escolaridade, exceto no ensino superior completo, em que o número de óbitos da etnia branca é de 11,5%, enquanto da negra é de 9,9%. O alto percentual de óbitos entre negros não ocorreu somente na pandemia. Segundo dados do Boletim Epidemiológico (2019), os óbitos por causas externas vitimaram predominantemente indivíduos negros, do sexo masculino, entre 20 e 39 anos de idade.

Tabela 7. Óbitos por Covid-19 na comparação entre etnia e escolaridade

Escolaridade	Etnias				Total
	Amarela	Branca	Parda	Preta	
Analfabetos	13,1%	8,2%	8,5%	14,6%	9,3%
Da 1ª à 4ª série incompleta do EF	23,6%	19,2%	19,2%	22,5%	19,8%
4ª série completa do EF	11,9%	11,2%	12,0%	10,7%	11,5%
Da 5ª à 8ª série incompleta do EF	14,3%	12,0%	14,1%	15,7%	13,3%
Ensino fundamental completo	9,7%	11,2%	11,7%	10,0%	11,2%
Ensino médio incompleto	5,0%	4,0%	6,0%	4,8%	5,0%
Ensino médio completo	16,5%	21,7%	21,5%	16,4%	20,7%
Educação superior incompleta	1,6%	1,1%	1,2%	1,3%	1,2%
Educação superior completa	4,2%	11,5%	5,8%	4,1%	8,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Significância estatística: $X^2 (24) = 143,885$ $p < 0,000$.

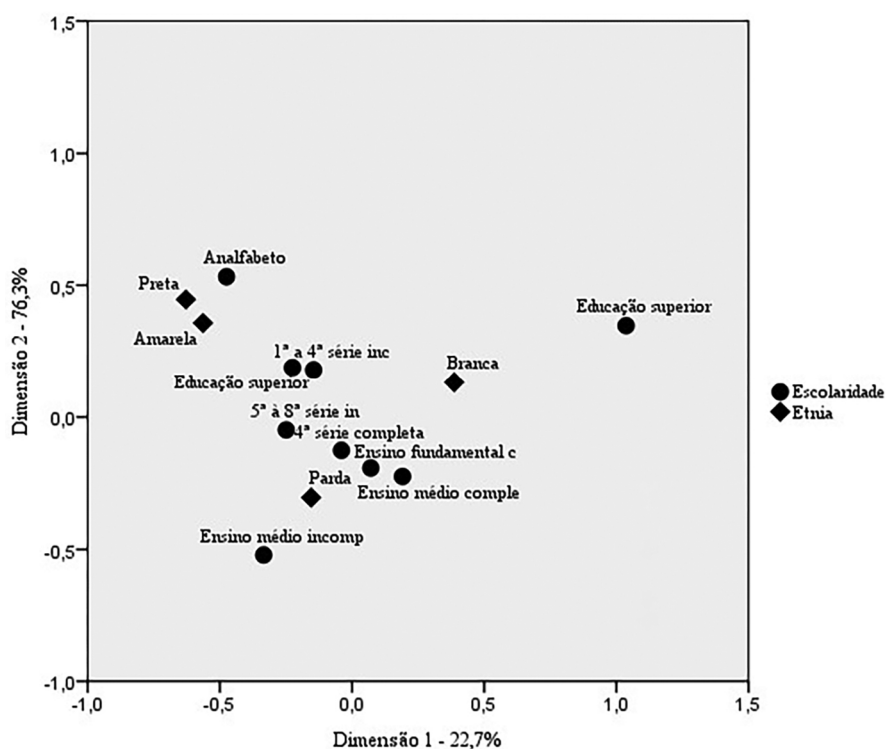
Fonte: elaboração feita pelos autores.

A fim de explorar as eventuais relações entre as variáveis etnia e escolaridade, procedeu-se a uma análise de correspondência Anacor, que permite a representação gráfica da natureza das relações, com distribuição dos dados e fornecimento das coordenadas. Os níveis associados tendem a se aproximar, exibindo os perfis gerados a partir da associação entre as variáveis (FARIAS et al., 2019).

Cada categoria de cada variável é representada por um ponto, sendo que as distâncias entre os pontos representam as relações entre as variáveis que se deseja analisar. Por conseguinte, é essencial compreender o modelo utilizado para determinar essas distâncias (CARVALHO;

STRUCHINER, 1992). A distância calculada é a distância X^2 (qui-quadrado). A partir da análise relacional, podem-se verificar, no mesmo espaço, padrões de associações, traduzidos pela definição de núcleos de homogeneidade. A interpretação gráfica possibilita dizer que a proximidade entre os pontos reflete similaridade ou associação, enquanto o distanciamento dos pontos é considerado não similar.

Figura 1. Representação gráfica entre as categorias escolaridade e etnia nos óbitos por Covid-19



Fonte: elaboração feita pelos autores.

A análise de correspondência derivou de duas dimensões para a projeção plana das categorias das variáveis (etnia e escolaridade). Juntas, tais dimensões representam 99% das variações das distâncias qui-quadrado originais.

A inércia ajustada para as duas dimensões foi de 99%, sendo de 76,3% na dimensão 1 e de 22,7% na dimensão 2. Devido ao maior

valor de inércia para a dimensão 1 (figura 1), observa-se um grande espalhamento das categorias sobre essa dimensão, a qual concentrou boa parte da inércia (variabilidade) do mapa de correspondência.

Na representação gerada na figura 1, as duas dimensões abrigam todas as categorias das variáveis localizadas dentro do gráfico. Por terem perfil semelhante, as categorias se localizam em pontos relativamente próximos.

Foram também calculados a inércia e o autovalor para cada dimensão, bem como o coeficiente alfa de Cronbach, para verificar a confiabilidade interna das dimensões formadas e gerar uma estimativa apropriada da variância explicada pela inércia. As dimensões 1 e 2 apresentaram, respectivamente, autovalores 1,133 e 1,073 e inércia de 0,567 e 0,536. São estimativas que indicam que as dimensões formadas possuem consistência interna aceitável, tornando possível extrair conclusões confiáveis a partir dos resultados gerados pela Anacor.

A representação gráfica permite distinguir três perfis: amarelos e pretos com muita proximidade, brancos e pardos. Estes dois últimos estão equidistantes na representação gráfica. Os perfis são componentes categóricos baseados nas frequências dos dados. São uma “síntese” dos resultados e não estabelecem relação causal (somente associação); assim, quanto mais próximos são os pontos, mais similares eles são.

As etnias preta e amarela estão próximas, o que indica características similares. Tal grupo, composto predominantemente por analfabetos, é seguido por um grupo menor, que iniciou a educação superior, mas não a completou. Bem próximo a este grupo está outro, com ensino da 1ª à 4ª série incompleta. Existe uma forte associação entre as etnias negra e amarela com o analfabetismo, a educação superior incompleta e o ensino fundamental I (da 1ª à 4ª série incompleta). Pessoas analfabetas, com ensino superior incompleto e com ensino da 1ª à 4ª série incompleta são predominantemente negras e amarelas.

No segundo perfil, na parte central do gráfico, estão aqueles da etnia branca. Tal perfil está mais isolado das etnias negra e amarela, sendo que seu nível de escolaridade está próximo daqueles que têm ensino da 1ª à 4ª série incompleta, da 4ª série completa, do ensino fundamental e médio completos e do ensino superior. Na representação gráfica, a educação superior completa guarda forte proximidade com a etnia branca e acentuada equidistância das etnias parda, preta e amarela. Uma

das características do perfil da etnia branca é que a maioria concluiu o ensino fundamental, médio ou superior, havendo uma forte associação com maior escolaridade, em especial com o ensino superior completo. A etnia negra, que inclui pardos e pretos, está equidistante da etnia branca e distante do ensino superior completo.

DISCUSSÃO

Este estudo verificou que homens negros morreram mais por Covid-19 do que homens brancos, cujos resultados são corroborados por Barberia (2021). “Além disso, mulheres negras morreram mais do que todos os outros grupos (mulher branca, homens brancos e negros), independentemente da ocupação” (BARBERIA, 2021, p. 1).

A Covid-19 no Brasil é muito mais escura do que parece, como destacam Góes, Ramos e Ferreira (2020, p. 2): “[...] no Brasil, as desigualdades têm raça, cor e etnia, pois é um país estruturado pelo racismo, que permanece com as suas raízes fincadas no sistema escravocrata”.

Para Dias *et al.* (2021), os problemas da desigualdade social no Brasil são marcados pela diferença racial, vista por parte da elite econômica como natural e não como elemento de perpetuação de um modelo econômico estruturado pelo racismo. A indiferença estatal pelos problemas sociais e pelo racismo estrutural se reflete na realidade atual e nos óbitos da Covid-19, sintetizados no eurocentrismo, na ideologia da superioridade racial, na dominação étnico-racial e cultural e na intensificação das desigualdades socioeconômicas e raciais. As estatísticas socioeconômicas escancaradas com a pandemia trazem à tona o reflexo de uma estrutura de violência física e psicológica que assola os vulneráveis, compostos em sua maioria por pessoas negras (DIAS *et al.*, 2021). É um processo persistente de produção da inferioridade intelectual de toda uma etnia. A inação estatal mata a capacidade de que negros e negras se constituam como sujeitos que produzem conhecimento.

O padrão de distribuição de casos e óbitos por Covid-19 entre sexos ou faixas etárias não foi homogêneo no Brasil. Seis em cada 10 óbitos em nosso País foram de homens, negros e idosos. Tanto no Brasil quanto em outros países, os homens negros foram os mais vulneráveis à Covid-19 (SOUSA *et al.*, 2021). A etnia foi um importante marcador de análise do fenômeno pandêmico, em especial no Brasil,

pelo racismo estrutural. Para Teixeira e Bragato (2021, p. 185), “[...] o impacto desproporcional da Covid-19 sobre a população negra no Brasil é um problema de racismo estrutural”, que produz impactos nas condições de saúde da população negra, na carga de doenças e nas taxas de mortalidade da população, seja por Covid-19, seja por outras doenças.

O racismo põe em evidência a questão econômica e a renda dos indivíduos e demonstra que as desigualdades sociais são determinantes para a transmissão e a severidade das doenças (PIRES et al., 2020). Dados do IBGE (2018) mostraram que, enquanto a taxa de pobreza das pessoas brancas era de 24,2%, entre pretas e pardas, chegava a 41,7%. O maior percentual de negros nas faixas economicamente frágeis favoreceu a propagação do vírus, em decorrência de maior necessidade de uso de transporte público, maior exposição à informalidade no mercado de trabalho, menor probabilidade de trabalhar remotamente, número grande de pessoas vivendo no mesmo domicílio, precariedade no acesso a serviços essenciais de saúde e outros (TEIXEIRA; BRAGATO, 2021). Como observam Góes, Ramos e Ferreira (2020), o racismo é um determinante social da saúde, ao expor negros e negras a situações vulneráveis de adoecimento e morte. “Negros e negras irão sofrer severamente os impactos da pandemia, considerando o histórico de ausência de direitos” (GÓES; RAMOS; FERREIRA, 2020, p. 3).

O número relativamente alto de óbitos por Covid-19 na etnia branca (42,4%) encontrado nesta investigação revela que esse grupo, que era relativamente mais protegido, também se encontra ameaçado, o que intensifica as desigualdades. Segundo pesquisa de Barberia (2021), existe uma nova dimensão de vulnerabilidade: homens e mulheres brancos e brancas que ocupam os setores econômicos dominados por pessoas com ensino superior completo e com vínculos empregatícios mais estáveis, que atuam em setores essenciais ou que ocupam funções consideradas não essenciais foram afetados pela pandemia. Ainda assim, os homens negros e as mulheres negras são os tradicionalmente vulneráveis e continuam mais vulneráveis que esses “novos vulneráveis”.

Como os homens negros, as mulheres também são fortes candidatas ao óbito por Covid-19, por causas diretas ou associadas. Desde 2015, o aumento do desemprego e do número de famílias em extrema pobreza agravou-se após o início da pandemia, reduzindo drasticamente o poder de compra e o acesso a uma alimentação saudável e adequada e afetando principalmente mulheres e populações das Regiões Norte e

Nordeste (NEVES et al., 2021). Tal quadro foi agravado por políticas neoliberais e pela implantação de medidas austeras que reduziram áreas estratégicas, como assistência social, segurança alimentar e atenção à saúde. Como destacam Eurico, Gonçalves e Fornazier (2021, p. 86), “[...] as desigualdades de classe estão entrelaçadas às étnico-raciais e de gênero, visto que a todo momento a dinâmica do capital reatualiza nossa herança escravocrata, colonialista e heteropatriarcal”. Como se refere Moutinho (2014, p. 217), “o preconceito e a discriminação são frutos de um ‘atraso cultural’”. A ordem “econômica”, “legal” e “moral” se transformou, mas não se transformaram as “atitudes”, os “comportamentos” e os “valores” do sistema escravocrata. A abolição dos escravos não foi suficiente para mudar a estrutura social ou a alocação dos indivíduos por cor/raça, mesmo mudando o status jurídico e político (MOUTINHO, 2014).

A escolaridade também influenciou as mortes por Covid-19. Segundo Pires *et al.* (2020), a incidência de comorbidades associadas aos casos mais graves de Covid-19 e aos óbitos decorrentes é maior entre os brasileiros que só frequentaram o ensino fundamental.

Os resultados desta investigação corroboraram os resultados de estudos já realizados no Brasil pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS)/PUC-Rio em 2020, que registrou 13.558 óbitos por Covid-19 de pessoas sem escolaridade, cujas taxas de mortalidade eram três vezes maiores (71,3%) do que as que tinham o curso superior (22,5%). Negros apresentaram maior porcentagem de óbitos em relação aos brancos em todos os níveis de escolaridade, numa proporção quatro vezes maior de mortes do que a de brancos com nível superior (80,35% contra 19,65%). Negros apresentaram ainda proporção de óbitos 37% maior do que a de brancos na mesma faixa de escolaridade, com a maior diferença sendo no nível superior (50%).

Os dados desta investigação permitem constatar que o maior índice de mortes por Covid-19 se concentrou entre aqueles com baixa escolaridade e que não conseguiram concluir os estudos (tabela 7), o que vem a corroborar nossa hipótese inicial de que a falta de escolaridade e de oportunidades educacionais interfere na aquisição dos melhores empregos e, por desdobramento, expõe os trabalhadores ao risco de morte por Covid-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de Covid-19 causou efeitos colaterais a serem ainda descobertos em todas as áreas da sociedade brasileira. Os níveis abissais de desigualdade de renda e de acesso a serviços no Brasil desvelaram um efeito desproporcional da Covid-19 entre os mais vulneráveis, apontando desigualdades de gênero, etnia, escolaridade e faixa etária.

A etnia foi um importante marcador de análise do fenômeno pandêmico. Em todas as faixas etárias, os óbitos dos negros foram maiores do que nas demais etnias. Quanto à escolaridade, o percentual de óbitos da etnia negra foi exponencialmente maior em todos os níveis, exceto no ensino superior completo. Essa acentuada desigualdade social sempre esteve latente, mas com a pandemia ficou evidenciada pela ausência de ações do governo federal que deveriam garantir o acesso à educação e à saúde, setores basilares à dignidade humana.

Os resultados deste estudo validaram a hipótese inicial, pois os dados verificados permitem verificar que os menos escolarizados tiveram uma maior incidência de morte por Covid-19. Quanto à associação entre escolaridade e etnia como possível pressuposto para o óbito por Covid-19, os dados mostraram que o percentual de óbitos de pessoas negras é maior em todos os níveis de escolaridade, exceto no ensino superior completo. É possível que os negros e os menos escolarizados tenham ficado mais sujeitos a subempregos, que não oportunizaram a flexibilização do trabalho em *home office* e, na busca da sobrevivência, impedidos de fazer distanciamento social, portanto, ficaram mais expostos à contaminação pelo vírus. Cabe ressaltar que este estudo limitou-se a apenas um estado brasileiro, num período específico. Investigações futuras podem ser mais abrangentes para a população brasileira.

Pode ser que a caracterização da morte por Covid-19 não venha somente pelo tom da pele, mas também pela condição socioeconômica que precariza os menos escolarizados, que, por sua vez, são aqueles da etnia negra – o que reforça a necessidade de políticas públicas que venham a diminuir as diferenças sociais, proporcionando equidade para todos os brasileiros. É pela garantia de acesso a serviços basilares (como educação, saúde, infraestrutura, segurança e lazer) que o indivíduo pode ter sua dignidade e seguridade social asseguradas.

Portanto, temos de desmitificar a falácia, disseminada por alguns setores governamentais, de que a pandemia atingiu a todos de forma irrestrita. Como vimos nos dados analisados, ela teve focos distintos de atuação, muitas vezes validados por questões elementares do capitalismo e por sua perversa realidade, tendo como adjunto a falta de atuação do governo no enfrentamento da pandemia.

Este estudo suscitou uma reflexão sobre a relevância de pesquisas em educação e de seus possíveis desdobramentos para a sociedade, pois as mudanças no meio social começam pela garantia de educação para todos.

REFERÊNCIAS

BARBERIA, L. Desigualdades raciais e de gênero aumentam a mortalidade por Covid-19, mesmo dentro da mesma ocupação. **Boletim da Rede de Pesquisa Solidária**, n. 34, 2021. Disponível em: <<https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2021/09/boletimpps-34-20set2021-1.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial: Doença pelo Novo Coronavírus – Covid-19**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2021/boletim_epidemiologico_covid_73-4-final3ago.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021.

CARVALHO, M. S.; STRUCHINER, C. J. Análise de correspondência: uma aplicação do método à avaliação de serviços de vacinação. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 287-301, jul./set. 1992.

DIAS, L. R. et al. **Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância**. São Paulo: Núcleo Ciência pela Infância, 2021. Disponível em: <https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/WP-7_Racismo-Educ-Infantil-e-Desenvolvimento-da-Primeira-Infancia.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Saúde. **Painel Covid-19:** Estado Espírito Santo (2022). Disponível em: <<https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ESPÍRITO SANTO, Secretaria Estadual de Saúde. **Boletim Epidemiológico:** Uma análise da situação de saúde: segundo perfil de mortalidade geral, causas externas, mulheres em idade fértil e notificação de violências interpessoal/autoprovocadas. Vitória (ES) (2019). Disponível em: <<https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Documentos/Boletim%20Epidemiol%C3%B3gico%20%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A2o.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

EURICO, M.; GONÇALVES, R.; FORNAZIER, T. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 84-100, jan./abr. 2021.

FARIAS, L. et al. Atitudes e práticas de profissionais atuantes na Estratégia Saúde da Família quanto à abordagem aos usuários de drogas no município de Campina Grande, Paraíba, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 10, p. 3867-3878, 2019.

GRANEMANN, S. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021.

GÓES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

_____. **Conheça cidades e estados do Brasil**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

_____. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: quantidade de homens e mulheres. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Balanço dos impactos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 43-61, jan./abr. 2022.

MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu** (42), janeiro-junho de 2014:201-248.

NEVES, J. A. et al. Unemployment, poverty, and hunger in Brazil in Covid-19 pandemic times. **Revista de Nutrição**, n. 34, e200170, 2021.

OLIVEIRA, W. et al. Como o Brasil pode deter a Covid-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 2, n. 29, p. 1-8, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). OMS declara coronavírus emergência de saúde pública internacional. **Nações Unidas Brasil**, 30 jan. 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/85014-oms-declara-coronavirus-emergencia-de-saude-publica-internacional>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

PEREIRA, T. A. Z. Mortalidade entre brancos e negros no Rio de Janeiro após abolição. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 439-469, abr.-jun. 2016.

PIRES, L. N.; CARVALHO, L.; XAVIER, L. L. Coronavírus e desigualdade no Brasil. **CEBES**, 6 abr. 2020. Disponível em: <<http://cebes.org.br/2020/04/Covid-19-e-desigualdade-no-brasil/>>. Acesso em: 24 mar.2022.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-Rio). Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde. Centro Técnico Científico. **Diferenças sociais**: pretos e pardos morrem mais de Covid-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS. Rio de Janeiro, 27 maio 2020. Disponível em: <<https://www.ctc.puc-rio.br/>>

diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>. Acesso em: 24 mar. 2022.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 156-165, jan./abr. 2022.

SOUSA, L. R. M; DITTERICH, R. G.; MELGAR-QUINÓNEZ, H. A pandemia de Covid-19 e seus entrelaçamentos com desigualdade de gênero, insegurança alimentar e apoio social na América Latina. **Interface (Botucatu)**, v. 25, supl. 1, e200651, 2021.

TEIXEIRA, A. V.; BRAGATO, F. F. Direitos humanos, constitucionalismo transnacional e redução das desigualdades raciais: desafios pós-pandemia de Covid-19. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 185-207, jan./abr. 2021.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Contradições e potências da Reforma Sanitária: análise crítica do período 1960-2018

*Contradictions and strengths of the Sanitary Reform:
critical analysis of the period 1960-2018*

*Contradicciones y potencias de la Reforma Sanitaria:
análisis crítico del periodo 1960-2018*

Gabriel Alves Godoi¹

<https://orcid.org/0000-0003-2804-4817>

Miriam Cristiane Alves²

<https://orcid.org/0000-0002-4318-1927>

Recebido em: 23/03/2023

Aprovado em: 16/06/2023

Resumo: O Sistema Único de Saúde (SUS) é parte da luta dos movimentos sociais pela Reforma Sanitária. O Movimento de Reforma Sanitária Brasileiro (MRSB) foi composto por disputas (institucionais e populares) que tiveram fortes impactos na política brasileira. Esta análise crítica e histórica objetiva avaliar as contradições e potências

1 Psicólogo. Especialista em Direitos Humanos e Avaliação das Políticas Públicas. Mestre e Doutor em Psicologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Aluno de Doutorado do Programa de Psicologia Social e Institucional. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5337232758202207>>. E-mail: <gabriel.godoi@acad.pucrs.br>.

2 Psicóloga. Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas. Professora Permanente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6523933241917432>>. E-mail: <olorioba.miriamalves@gmail.com>.

do MRSB, considerando o período de 1960 até 2018. Para isso, retomamos as históricas discussões que ajudaram a compor o SUS. Concluimos que a Reforma Sanitária não se esgotou, porém permanece encurralada em contradições. Retomar suas bases radicais pode compor uma saída do impasse no qual o pensamento em saúde se colocou no Brasil.

Palavras-chave: políticas públicas de saúde; direitos humanos; determinação social da saúde; Reforma Sanitária.

Abstract: The Unified Health System (SUS) is part of the social movements' struggle regarding the Sanitary Reform. The Brazilian Health Reform Movement (MRSB) was comprised of disputes, institutional and popular ones, that strongly impacted the Brazilian politics. This critical and historical analysis intends to evaluate MRSB contradictions and strengths from 1960 to 2018. With this aim, we resumed the historical discussions that made part of SUS creation. We conclude that the Sanitary Reform has not yet come to an end, but its progress still remains trapped in contradictions. Resuming its radical grounds may easy a way out for the stalemate in which health thinking has been placed in Brazil.

Keywords: public health policies; human rights; social determination of health; Health Reform.

Resumen: El Sistema Único de Salud (SUS) es parte de la lucha de los movimientos sociales por la Reforma Sanitaria. El Movimiento de Reforma Sanitaria Brasileña (MRSB) fue compuesta por disputas, institucionales y populares, que tuvieron fuertes impactos en la política brasileña. Este análisis crítico e histórico pretende evaluar las contradicciones y potencias del MRSB, considerando el periodo de 1960 hasta 2018. Para eso, retomamos las históricas discusiones que ayudaron a compor el SUS. Concluimos que la Reforma Sanitaria no se agotó, pero sigue atrapada en contradicciones. Retomar sus bases radicales puede compor una salida al enfrentamiento en el cual el pensamiento en salud se ha colocado en Brasil.

Palabras-clave: políticas públicas de salud; derechos humanos; determinación social de salud; Reforma Sanitaria.

INTRODUÇÃO

O contexto de ultraliberalismo político se tornou hegemônico na política brasileira a partir de 2016 e trouxe uma série de novos desafios para a saúde pública. Os cortes de verbas, as privatizações e as terceirizações têm feito com que o sistema diminua de tamanho, colocando em xeque a estratégia política de seus movimentos de luta; dentre eles, o seu criador, o Movimento de Reforma Sanitária Brasileiro (MRSB), que por décadas se pautou pela infiltração de seus membros nos mecanismos do Estado, a partir de uma forte influência gramsciana.

A estratégia do MRSB parece ter perdido força política e base social, sendo facilmente derrotada pelo projeto ultraliberal. Com isso, muitos/as autores/as questionam se a pauta das lutas da saúde não haveria se esgotado ou então se encurralado de tal maneira a não mais conseguir produzir vitórias políticas para as bases populares. Assim, como forma de produzir caminhos para a militância em saúde, com o presente ensaio teórico, pretende-se dar um panorama acerca do que se tratou o MRSB, de suas contradições, potências e limitações, tendo como período de análise o início das movimentações por reforma sanitária, nos anos de 1960, até o fim do governo de Michel Temer, em 2018.

ANTECEDENTES E CONTEXTO INTERNACIONAL

Embora a necessidade de um sistema que diminuísse as desigualdades em saúde seja anterior ao golpe civil-militar de 1964, a retomada destas discussões deriva da conjuntura da década de 1970. No auge da Guerra Fria, os blocos capitalista e comunista disputavam não apenas o poderio militar, mas também uma proposta civilizatória mundial. Por tal conta, a política internacional foi marcada por pressões de ambos os lados quanto às discussões em direitos humanos. Essas mesmas pressões dos movimentos sociais atingiram a Europa com uma série de reivindicações e greves. O centro do poder capitalista precisou se arrefecer, cedendo a uma série de mudanças sociais, que ficaram conhecidas como Estado de Bem-Estar Social (LOSURDO, 2015).

A emergência do Estado de Bem-Estar Social produziu uma série de políticas públicas em favor do/a trabalhador/a e de serviços públicos com caráter universal, associados à expansão dos direitos de

cidadania, em uma tentativa de amenizar a opressão capitalista e esvaziar uma possível revolta popular. Essa influência também se estendeu às negociações da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948). Uma das imposições de nações comunistas e dos Estados de Bem-Estar Social para o documento foi a especificação dos direitos humanos de terceira geração ou direitos sociais (LOSURDO, 2015). O projeto comunista forçou o recuo do capitalismo a um Estado abrandado e propiciou ganhos históricos para a classe trabalhadora; dentre eles, o direito à saúde e ao bem-estar (HERZ; HOFFMAN, 2004).

Podemos ver isso em diversos estudos patrocinados pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), durante os anos de 1960 e 1970, que descreviam um quadro crítico em todos os países da América Latina, diagnosticando que havia baixa cobertura da assistência em saúde básica, o que facilitava a disseminação de doenças cujas etiologias marcavam uma relação direta com a pobreza, afetando – em sua imensa maioria – a população negra. As formas indicadas para o enfrentamento do quadro envolviam o planejamento e a avaliação de ações, o que implicava: (I) a instituição de unidades especializadas nos ministérios e a gestão adequada de estatísticas vitais e sanitárias; (II) a administração coordenada dos serviços de saúde, com a articulação dos âmbitos nacional e local, assim como a integração da prevenção com a assistência curativa; e (III) a ênfase na formação e na capacitação dos recursos humanos (PAIVA; TEIXEIRA, 2014). Porém, sem nenhum indicativo sobre a questão racial ou o combate ao racismo.

No Brasil, o campo da saúde abrigava dois modelos principais. O primeiro objetivava a saúde individual dos/as trabalhadores/as formais urbanos/as, quase todos/as brancos/as, estando a cargo dos institutos de pensão, enquanto o segundo utilizava ações de caráter preventivo direcionadas principalmente às zonas rurais e aos setores mais pobres da população, cujas responsabilidades diziam respeito ao Ministério da Saúde. Entretanto, a falta de um sistema ampliado e a forte repressão da ditadura civil-militar dificultaram a proposição de políticas públicas efetivas.

Foi realizada uma série de desmandos pelo regime militar durante aquele período, como a censura na divulgação de dados sobre a epidemia de meningite e o emblemático “Massacre de Manguinhos”. A ditadura também tratou de vender ao exterior o mito de que o Brasil seria uma “democracia racial”, negando a violência racista em todos os âmbitos (NASCIMENTO, 2016). Por outro lado, se fortaleciam as

infiltrações do mercado: em 1977, o regime criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, ao qual estava vinculado o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que perpetuou a compra de serviços do setor privado no campo da saúde (FONTES, 2020).

As discussões em contexto internacional reverberaram de forma contundente no pensamento dos estudiosos em saúde no Brasil, ainda mais porque, no contexto nacional, vivíamos uma forte crise econômica, política e sanitária. Durante os anos de 1970, grandes mobilizações se espalharam por todo o país, principalmente sob as bases operárias. É dentro desse contexto de aprofundamento internacional das tensões entre Estados Unidos e União Soviética e de reavivamento das lutas trabalhistas no Brasil que as discussões acerca da criação de um sistema nacional de saúde retornaram com força em plena ditadura militar (SOUTO; OLIVEIRA, 2016).

O MOVIMENTO DE REFORMA SANITÁRIA NASCE

No meio de tamanha crise de representatividade nasce das universidades o MRSB, sob o lema: “Saúde é Democracia”, com o objetivo de pautar uma mudança radical do sistema de saúde excludente do Brasil, a partir de uma leitura de classes (ESCOREL, 2008). O movimento se colocava ao lado da luta dos/as trabalhadores/as pela redemocratização, mas também possuía um forte caráter contra-hegemônico, cujas pautas se formaram em torno da afirmação de que a saúde é um direito universal de cidadania.

O recém-nascido MRSB tomava como horizonte teórico-político as experiências de outros países, como o projeto “Pés Descalços”, que vinha sendo implementado na China comunista, mas, principalmente, obtinha influência de autores italianos (PAIM, 2008). Elias (1995), ao realizar um balanço acerca da história da Reforma Sanitária, reforça que grande parte da produção acadêmica acerca desse processo se utilizou dos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, fundantes das noções de guerra de posição e guerra de movimento com vistas ao domínio do Estado pelo proletariado. Conceitos estes desenvolvidos nos trabalhos do pensador marxista Antonio Gramsci (SOBRAL; RIBEIRO, 2020). O método gramsciano de infiltração e tomada do Estado também poderá ser visto e discutido posteriormente quando se tratar da institucionalização

do MRSB.

Embora o movimento fosse composto por nomes que se tornaram muito conhecidos no campo das políticas públicas em saúde, a maioria dos/as autores/as se recusa a realizar uma caracterização do MRSB a partir de nominatas. A estrutura do movimento comungava um grupo heterogêneo de docentes dos departamentos de medicina preventiva, profissionais da saúde pública, movimentos estudantis dos cursos de saúde e movimentos populares progressistas organizados em prol de melhorias das condições de vida e acesso aos serviços públicos, incluindo os de saúde (TELLES; TEIXEIRA, 2017). Entretanto, é importante ressaltar que todas as suas lideranças eram brancas, o que pode ter determinado a falta de uma leitura da saúde também a partir das relações raciais e do racismo que estrutura a sociedade brasileira.

No referido período histórico da segunda metade dos anos de 1970, estão os principais marcos de criação do MRSB: em julho de 1976, houve a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e, a partir dele, surgiu a revista acadêmica *Saúde em Debate*, que se tornou um dos principais meios de difusão das ideias sanitaristas. Já em 1979, ocorreu a criação da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) (PAIVA; TEIXEIRA, 2014), sendo que, em outubro do mesmo ano, foi realizado o Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, sediado na Câmara dos Deputados, um evento que reuniu as principais lideranças das várias tendências do movimento. As principais discussões ocorridas no citado encontro tomaram como base um texto produzido pelo Cebes e por pesquisadores do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitulado: “*A Questão Democrática na Área da Saúde*”, cujos princípios centrais seriam: (I) o direito universal à saúde; (II) o caráter intersetorial dos determinantes da saúde; (III) o papel regulador do Estado em relação ao mercado de saúde; (IV) a descentralização, a regionalização e a hierarquização do sistema; (V) a participação popular; (VI) o controle democrático; (VII) e, fundamentalmente, a necessidade de integração entre a saúde previdenciária e a saúde pública (PAIVA; TEIXEIRA, 2014).

Observamos como as principais propostas do texto se organizam em um pensamento antimercadológico da saúde, de modo que o papel interventor do Estado está implicado nas melhorias das condições de vida dos sujeitos mediante uma profunda análise da determinação social da saúde. Eleutério Rodriguez Neto (2019) identifica o documento

apresentado pelo Cebes/Abrasco como o principal marco para o início do processo de reforma. Entretanto, é preciso ressaltar que o MRSB se desenvolveu à margem do movimento negro e do movimento operário, grandes forças contra-hegemônicas da época, mesmo que este último lhe tenha dado as bases necessárias à implementação de suas pautas. Assim, embora o movimento entenda que saúde e trabalho são intrinsecamente interligados pelo conceito de determinação social da saúde, as lutas mantinham-se afastadas.

Tal desconexão entre o MRSB e o movimento organizado de trabalhadores nunca foi esquecida. Com o fim iminente da ditadura civil-militar, o MRSB optou por se manter dentro da coalizão política que promovia a transição do poder. Foi também o que propiciou a participação dos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (que englobava a maioria das lideranças do MRSB) e de sua área de influência no governo do general Figueiredo, em 1981 (STOTZ, 2019). Podemos pensar, então, que as lutas políticas não derivaram unicamente de disputas conceituais, mas fundamentalmente de disputas estratégicas.

A publicação de “*A Questão Democrática na Área da Saúde*” é o pontapé inicial para um amplo processo de mobilização e construção coletiva do direito à saúde, que se expandiu tanto em conferências temáticas em nível estadual quanto em nível nacional. A diversidade dos temas propostos demonstra a capacidade de mobilização de lutas que o campo da saúde pública possui. Esse rico processo participativo tem como momento culminante a VIII Conferência Nacional de Saúde, de 1986 (SOUTO; OLIVEIRA, 2016).

Tal conferência é de extrema importância para a história da saúde no Brasil, pois se tratou da primeira com participação popular e na qual se reconheceu a relevância da unificação dos serviços de saúde, a participação social e a ampliação do acesso aos serviços. A VIII Conferência é reconhecida como pré-constituente da saúde e também como uma das origens do Sistema Único de Saúde (SUS) (FLEURY, 2009). Suas plenárias contaram com a presença de quase cinco mil participantes, sendo que aproximadamente mil pessoas eram delegados/as indicados/as por instituições e organizações da sociedade civil. Entre os principais temas da Conferência estavam: (I) o dever do Estado e o direito do cidadão à saúde; (II) a reformulação do sistema nacional de saúde; e (III) o financiamento do setor. Temas específicos – como a hierarquização dos cuidados médicos segundo sua complexidade e

especialização e a participação popular nos serviços de saúde – também foram largamente discutidos (PAIM, 2008).

Os ares de democracia abriam as narinas de todos/as os/as envolvidos/as. Após duas décadas de forte repressão do pensamento brasileiro, finalmente, as ideias voltariam a circular de forma equânime. Entretanto, a realidade não é tão bela quanto o recorte, pois haverá uma série de contradições, conforme ocorre o caminhar do processo. A avaliação de Sergio Arouca – o principal líder do MRSB – era a de que a luta pela saúde representava algo muito maior para o Brasil, abrindo o caminho para a criação de um projeto civilizatório e modernizador para o País, algo central desde o início do movimento (COHN, 2018).

A ênfase na luta pela saúde recaía sobre a sua dimensão essencialmente política. Neste sentido, o tamanho da VIII Conferência demonstrava uma conjuntura favorável. Os textos construídos para o evento consideravam conceitos importantes para uma época de renovação e tensionamento do capitalismo, como a “determinação social da saúde-doença”, a “organização social das práticas de saúde”, a “consciência sanitária”, a “promoção da saúde” e a “intersectorialidade” (MIRANDA, 2017). Vemos que a teorização radical se manteve nas pautas de luta do MRSB desde a sua criação, nos anos de 1970, até o seu apogeu, na VIII Conferência.

2.2 O MOVIMENTO SE INSTITUCIONALIZA

A força das lutas do MRSB garantiu um capítulo exclusivo para a saúde na Constituição de 1988 e o estabelecimento imediato do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), em 1987 (SOUTO; OLIVEIRA, 2016). No entanto, os caminhos percorridos para a sua conquista deixaram sequelas. Dada a liderança do PCB no movimento sanitário, o foco da militância se voltou para o interior do aparelho do Estado, como parte do pensamento gramsciano, que influenciava o movimento. À época, estavam presentes, compondo uma unidade tensa, duas correntes de pensamento: a que poderia ser batizada de social-democrata e a outra de socialista, esta identificada com o então recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) (COHN, 2018). Surge dessas disputas uma amálgama entre ambas as correntes: a própria Reforma Sanitária, que se configurou enquanto processo de transformação do aparelho institucional que regulamenta e responde pela saúde de todos/as os/as

cidadãos/ãs, o que significaria um “deslocamento do poder político em direção às camadas populares” (SANTOS, 2020).

Também foram se aprofundando as diferenças entre o movimento da saúde e os demais movimentos de lutas que encamparam as vitórias anteriores. O PCB e também o MRSB apoiavam José Sarney. Inclusive, Sergio Arouca haveria de utilizar a linguagem governamental para defender um “choque heterodoxo” na saúde (STOTZ, 2019), o que, na prática, significava um arrefecimento das críticas radicais e a permissão da entrada de financiamento privado dentro da nova estrutura de saúde. A Plenária das Entidades só obteve êxito graças a três estratégias de luta: (I) competência técnica na formulação de um projeto de texto constitucional objetivo e consistente; (II) pressão contínua sobre os constituintes; e (III) mobilização social (SOUTO; OLIVEIRA, 2016).

Entretanto, a mobilização social já tinha menos força. O processo levou a uma perda das bases sociais do PCB, que se vincularam mais às causas operárias do PT. Sem a base social, houve uma ruptura entre a teoria e a práxis do partido, acarretando que o movimento militasse para uma “classe ausente”, com a qual não possuía mais diálogos. Isso pode ser visto no engajamento da emenda popular da saúde, que obteve 54.133 inscrições, enquanto que a emenda do ensino público angariou mais de um milhão de assinaturas (STOTZ, 2019). O movimento sanitário havia se fechado na academia, ou seja, tendo feito um erro de cálculo na tentativa de se infiltrar no Estado, acabou demorando a chegar às ruas e sua proposta não encontrou eco na sociedade.

Diversos membros do MRSB obtiveram cargos com o intuito de conduzir a máquina pública aos ideais políticos e emancipatórios da Reforma Sanitária, estratégia que foi alvo de diversas críticas posteriores, cujos detratores passaram a chamar os membros do movimento de “Partido Sanitário” (MIRANDA, 2017). Entretanto, dada a conjuntura da época, não consigo imaginar outro movimento que tenha conseguido tamanhos êxitos quanto os sanitaristas angariaram para a área da saúde. Quantos cidadãos teriam morrido ou vivido menos se não houvesse a influência da Reforma Sanitária em suas vidas?

Até então, as disputas internas do MRSB não haviam ganhado grandes repercussões. Entretanto, ao adentrarem o Estado pelo governo Sarney, tais diferenças começaram a se aprofundar, até ocorrer uma profunda cisão no movimento. A organização do racha se deu em torno

de uma oposição partidária entre PCB e PT, culminando na participação do primeiro e na exclusão do último nas eleições indiretas para a Presidência da República em 1985 (TEIXEIRA, 1989).

Ao mesmo tempo, no contexto internacional, vivenciávamos o fim da Guerra Fria e a consequente vitória e hegemonia do modo de vida e de produção capitalista. A inexistência de um projeto político-ideológico forte que pudesse contrapor o projeto civilizatório do capitalismo permitiu que este tivesse a liberdade para implementar uma série de reformas no sentido de diminuir o Estado, mediante as privatizações e as desregulamentações. Muito embora todo o processo democrático e as mobilizações da base social em favor de uma Constituição cidadã tenham representado um marco de mudanças nas políticas de seguridade social do Brasil, que obtiveram uma série de vitórias indiscutíveis em termos de proteção social, é muito importante entender que esses ganhos não foram totais.

A Constituinte foi composta por disputas entre o campo da esquerda e uma série de oligarquias tradicionais. Assim, mesmo que houvesse uma conjuntura favorável à mudança radical, a Constituição ainda manteve traços conservadores e liberais, como, por exemplo, a complementaridade do setor privado na saúde, que deu as bases para a expansão e o investimento pesado de empresas médicas responsáveis pela execução de serviços ambulatoriais e hospitalares financiados tanto pelos planos de saúde quanto pelo SUS. Tais empresas são entidades políticas extremamente relevantes no campo das políticas de saúde atuais (TELLES; TEIXEIRA, 2017).

Além disso, diversos aspectos do financiamento do sistema de saúde não ficaram nítidos, tais como os percentuais do orçamento nos diferentes níveis da Federação. Assim, o sistema é refém de uma determinada forma de fazer política, estando seus esforços subjugados a uma política de governo, não de Estado. Também acerca dos medicamentos, propuseram-se poucos controles, sendo que existia apenas uma ressalva quanto à responsabilidade do sistema na fiscalização (ALENCAR; PAIM, 2017). Por fim, como consequência do racha entre o PCB e o PT, pouca importância política foi dada à intersecção entre a saúde e o trabalho formal na Constituição, de modo que a saúde do trabalhador não foi devidamente contemplada e o racismo sequer entrou em pauta (FONTES, 2020).

Com isso, ficaram dispostas as peças com as quais se dariam as futuras problemáticas: as dificuldades do financiamento, a questão da inserção do setor privado, a falta de contato com os/as trabalhadores/as, a invisibilidade e a ausência de debate sobre as relações raciais e o problema estratégico de infiltração no Estado. Veremos como tais peças serão mexidas a partir do avanço cada vez mais voraz do neoliberalismo sobre um mundo que já não via mais concorrência.

A SAÚDE NA DEMOCRACIA LIBERAL

Após o período do governo-civil militar de 1964, o Brasil teve a sua primeira eleição direta em 1989, na qual se elegeu Fernando Collor de Melo, que promoveu a contenção dos gastos públicos, uma narrativa contra a corrupção, a tentativa de privatizações e atrasos nos projetos recém-forjados na Constituição cidadã. Assim, sua gestão se limitou, no campo da saúde, à intensa adoção de uma política neoliberal (STOTZ, 2019).

O neoliberalismo já vinha sendo implementado desde o governo Sarney, por conta de uma mudança de entendimento do centro do capitalismo. A partir do Consenso de Washington e da atuação ferrenha do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a dívida pública latino-americana e caribenha, adensa-se uma profunda diminuição do investimento do Estado com gastos sociais (ABRAMIDES; CABRAL, 2003), que estava fortemente alinhada com a política econômica do governo brasileiro. Entretanto, os pontos-chave produzidos pelo Consenso de Washington (dentre eles, a privatização e a desregulação das políticas públicas) eram antagônicos aos princípios básicos da Reforma Sanitária.

Com isso, é possível observar a intenção de atrapalhar ou, pelo menos, atrasar os avanços com uma série de adiamentos requisitados pelo Governo Federal. Foi adiada a realização da IX Conferência Nacional de Saúde, assim como a própria regulamentação da Lei Orgânica da Saúde, que só foi aprovada em setembro de 1990 (Lei nº 8.080/1990), após intensas mobilizações dos sanitaristas. Mesmo aprovada, a lei ainda sofreu várias alterações, devido aos vetos de Collor (ASSIS; KANTORSKI; TAVARES, 1995), sendo que os mais importantes foram os seguintes: (I) o que estabelecia a criação dos Conselhos de Saúde e das Conferências como instâncias representativas para a formulação de estratégias e o controle sobre as políticas de saúde; (II) a transferência

direta de recursos para estados e municípios; (III) a criação de planos de carreiras; e (IV) a consolidação dos pisos salariais (FONTES, 2020).

A intenção em retardar e, possivelmente, barrar a criação do SUS acabou por colocar o MRSB “contra as cordas”. Era necessário fazer um apelo ao que havia sido acordado na Constituição por meio de uma tática objetiva de resistência. Novamente, a pressão social mobilizada pela luta dos/as trabalhadores/as impediu que o SUS fosse morto em seu nascimento. Porém, a necessidade de resistir nunca mais saiu das estratégias. Tais fatores acarretaram que as legislações posteriores, lançadas como complementação à Lei Orgânica da Saúde, não obtivessem força para compor o sistema em nível de Estado, ficando conhecidas como “puxadinhos do SUS” (COHN, 2018).

O MRSB ficou encurralado. Entretanto, o movimento também se deixou encurralar por duas razões particulares: (I) por conta do contexto de reciclagem histórica da política brasileira, com a hegemonia do pensamento neoliberal; e (II) devido às prioridades estratégicas de percurso, em sucessivas e distintas conjunturas políticas (muitas vezes, adversas), que a reduziram e a subordinaram aos recursos, aos meios e aos modos de integração sistêmica autorregulada sem que houvesse ênfase na apropriação pública, na legitimação e na integração social (MIRANDA, 2017).

O processo causou um extremo desgaste para todos/as os/as envolvidos/as, mas os problemas aparentaram diminuir após o *impeachment* de Collor. Assim, o MRSB foi se fragmentando e se reajustando a uma nova organização social estabelecida, que necessitaria de novas formas de atuação. Mesmo os sindicatos foram vagarosamente saindo dos cenários de lutas e pendendo aos conflitos corporativos. De igual modo, os/as pesquisadores/as passaram a focar suas ações na produção de conhecimento e na ampliação das escolas de saúde pública. Por fim, uma parcela das lideranças do MRSB seguiu carreira na política (SCOREL, 2008).

Esse arrefecimento dos processos de luta também abriu espaço para uma série de dificuldades no acesso dos/as trabalhadores/as ao seu direito à saúde. O veto de Collor ao estabelecimento de planos de carreira e de um piso salarial comum acabou mostrando seus impactos, com a precarização do/a profissional vinculado/a ao SUS, de modo que o campo da saúde do trabalhador acabou lentamente se modificando

para “uma dimensão privada mercantil”, a partir do aumento da reivindicação por planos de saúde privados nos acordos e nas negociações coletivas (SANTOS, 2020). Tal situação é uma amostra do que vieram a se tornar os gigantescos conglomerados da saúde privada, que tem no/a trabalhador/a formal uma grande fatia dos seus ganhos.

O governo de Itamar Franco seguiu uma linha mais conciliatória com as reivindicações do MRSB. O movimento seguia em sua estratégia de resistência sob *slogans* como “a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei”. Buscava-se a descentralização do poder do Estado sobre a saúde (a “municipalização é o caminho”). Era necessário que se fizessem cumprir os princípios do SUS, dentre os quais estava a territorialização e a gestão democrática do controle social. Naquele período, definiu-se uma gestão semiplena da saúde, na qual se ampliou a autonomia dos municípios. A política pública desses setores se configurou na atenção primária, principalmente pelo Programa Saúde da Família (PSF). A principal derrota decorreu da dissociação do SUS em relação ao restante das políticas e dos sistemas institucionais da seguridade social, inclusive com a perda do financiamento a partir desse orçamento (MIRANDA, 2017).

O governo FHC aumentou o desafio para a implantação do SUS como política pública constitucional, pois lidava com um problema histórico de inflação, o que causava uma forte instabilidade na vida dos/as brasileiros/as. Acreditava-se que eram necessárias medidas de ajuste macroeconômico e das políticas de estabilização monetária, além da privatização das empresas públicas, para que o SUS pudesse receber o financiamento viável (OCKÉ-REIS, 2017). Durante o período da gestão de FHC, foi realizada maior abertura para que o pensamento neoliberal se configurasse como uma forma de governo.

As reformas propostas pelo governo FHC eram completamente contrárias ao pensamento primordial do MRSB acerca da saúde pública, postulada como projeto civilizatório. A Reforma Sanitária ampliada praticamente inexistia nos discursos governistas e, diante da eficiente implementação da política de privatizações, o próprio MRSB passou a não mais enfatizar tais demandas, existindo apenas para defender o SUS enquanto sistema já realizado, principalmente na questão do financiamento. Devido a tal contexto de hostilidade e eficiência por parte da inserção do neoliberalismo, até uma parte dos aliados admitia que a RSB poderia ter se esgotado (PAIM, 2008).

A Reforma Sanitária se via diante de um dilema: por um lado, havia as pretensões de um pensamento de saúde que excedia a si mesmo e que promovia uma mudança social radical pela análise da determinação social da saúde, da exploração trabalhista, do acúmulo de capital e dos direitos humanos; por outro lado, havia a possibilidade concreta da implementação de uma reforma “tecnicista” e gerencial, configurada por uma gestão mista de um sistema universal de saúde, que seria provido pelo Estado mediante contratos públicos e procedimentos biomédicos, de forma a primar pela eficiência fiscal, mas que se concluía em si mesmo, não pretendendo ações que objetivassem uma mudança da sociedade brasileira (MIRANDA, 2017).

Sabemos que a atenção à saúde como direito universal não pode se ater a racionalidades de custo/benefício, como se ela tratasse de um público consumidor do mercado. Assim como sabemos que a mesma atenção se mantinha – e se mantém – como sendo a posição dos sanitaristas (COHN, 2018). Portanto, o que se apresentava não era realmente um dilema, mas sim uma problemática de conjuntura, ou seja, uma diferença entre o que é necessário e o que é possível implementar. Podemos pensar que as ações em níveis da base das lutas sociais poderiam ter auxiliado a fortalecer o MRSB diante das disputas com o pensamento neoliberal do governo FHC. Todavia, sendo a classe trabalhadora uma “classe ausente” ao MRSB e o movimento negro inacessível, pela falta do debate sobre as relações raciais, não era possível acioná-los sequer teoricamente. Neste sentido, concordamos com Miranda (2017), quando afirma que o MRSB também se deixou encurralar.

O mercado de trabalho para os profissionais de saúde cresceu exponencialmente, principalmente nos municípios, mas a municipalização não se vinculou às pautas sindicais, tendo em vista os fortes movimentos de terceirização, que aumentaram a precarização tanto do serviço quanto da qualidade de vida do/a trabalhador/a. O processo de terceirização também denota o fracasso do SUS e do MRSB em propor a saúde enquanto um processo de mudança radical da sociedade, uma vez que o sistema se tornou um tipo de “empresa pública da saúde” (SANTOS, 2020), o que atingiu profundamente os/as trabalhadores/as negros/as, ainda mais precarizados/as no processo.

Os governos de Lula e Dilma – de 2003 até 2016 – foram uma espécie de “respiro” aos sanitaristas. Entretanto, muitas discussões não foram retomadas. Qualquer tentativa de recuperar o histórico radical das

discussões em saúde foi contida pela política de conciliação de classes, na qual não cabia uma crítica dos modos de produção, exploração e acumulação de capital. A agenda política de reverter a precarização do trabalho no SUS perdeu força e tais governos ficaram marcados, principalmente, pela proposição das Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP) como uma alternativa a outras formas de parcerias público-privadas que pudessem ter vínculos trabalhistas mais precários. Também se destaca a presença do discurso da flexibilização dos vínculos trabalhistas e de práticas gerenciais típicas do setor privado entre os gestores municipais de saúde, visando aos serviços disponibilizados pela Estratégia Saúde da Família (ESF) (SANTOS, 2020).

A aposta dos governos petistas não era a mudança dos paradigmas sociais, mas sim a inserção das camadas populares no mercado de consumo, de maneira a ampliar a sua mobilidade. É possível condenar tais programas por não fazerem uma crítica radical dos problemas sociais? Há muitas incertezas neste ponto, enquanto é fato que houve um grande aumento do salário real e das condições de vida da população em geral, embora a diferença média entre as rendas da população negra e branca não tenha sofrido alterações, assim como a média de vida das pessoas negras segue sendo menor do que a das pessoas brancas, o que demonstra a persistência tanto do racismo institucional na saúde quanto do genocídio negro no Brasil (OSÓRIO, 2021).

Mesmo assim, uma enorme quantidade de pessoas teve acesso à educação superior e uma parcela gigantesca da população teve acesso ao básico para a autonomia de suas escolhas de vida. A crítica aos governos petistas precisa ser realizada no sentido de impedir o que se sucedeu em paralelo a todas as mudanças progressistas pelas quais o País passou, tendo-se em vista consequências como o aumento exponencial da população carcerária, os lucros recordes dos bancos privados, o financiamento de instituições privadas de educação e saúde, a formação de grandes conglomerados farmacêuticos e a falta de mobilização das bases sociais.

Em relação aos medicamentos, seu mercado foi intensamente expandido durante o período por ações como o Programa Farmácia Popular do Brasil, que foi efetivo em aumentar a oferta de medicamentos, proporcionando melhor qualidade de vida e mais autonomia do/a cidadão/ã quanto à sua saúde. Entretanto, a indústria farmacêutica se tornou um grande negócio dentro da saúde (ASSIS; KANTORSKI; TAVARES, 1995).

Parece-nos justo concluir que o campo da saúde recebeu um forte investimento no período, o que tornou o SUS um sistema muito efetivo no combate a doenças evitáveis, razão pela qual realizou, inclusive, um combate muito eficiente contra a pandemia de H1N1, uma síndrome gripal muito semelhante ao Sars-Cov-2. Outros setores da saúde, como os responsáveis pelo combate às infecções sexualmente transmissíveis e pela diminuição da mortalidade infantil, são conquistas históricas, que precisam ser lembradas. Não podemos verificar o mesmo avanço quando olhamos para a saúde da população negra, porque – por mais que houvesse a promulgação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – o racismo institucional não diminuiu.

Tais avanços no campo da saúde não se configuraram enquanto políticas de Estado, pois os/as petistas investiram pouco na legitimação social desses programas. A partir de 2015, houve uma virada na política brasileira, que – acompanhando o avanço da extrema-direita pelo mundo – também começou a acirrar as disputas políticas. A partir da utilização massiva das redes sociais e com discursos violentos no campo da segurança, diversos grupos de ódio se disseminaram sem controle, pouco expostos e sem contraponto. O campo virtual de disputas não possuía qualquer acúmulo de pensamentos de esquerda, de modo que se tornou um caminho livre para a disseminação desses discursos de ódio e de culto a determinadas personalidades, que utilizavam chavões como o combate à corrupção. O ressurgimento da extrema-direita se viu facilitado por uma facção de centro-direita, que via seu projeto político também esgotado.

Não conseguindo mais gerar engajamento a um projeto político que atuasse dentro do pacto civilizatório e que levasse menos em conta os anseios dos trabalhadores, após as eleições de 2014, diversos partidos de centro-direita declararam guerra aberta à presidenta Dilma Rousseff e ao PT, inclusive contestando as eleições. O modelo de governo petista também já demonstrava desgaste, pois havia intensas críticas à esquerda, como se percebem algumas articulações iniciais de diversos atores sociais, como a Rede Nacional de Médicos e Médicas Populares (criada em 2015) e as ocupações das sedes do Ministério da Saúde em quatro estados durante o ano de 2016 (conhecidas como OcupaSUS), que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho aos/as profissionais de saúde (FLEURY, 2009). Havia um desgaste evidente do projeto político da conciliação de classe, que já não mais conseguia

conceder vitórias em ambos os lados. Tal contexto levou a presidenta até o golpe de Estado de 2016 e à subida ao cargo de seu vice, Michel Temer.

O governo Temer foi marcado pelo retorno do neoliberalismo ao centro das discussões políticas de governo. Mas o retorno deu-se de forma bastante tímida, haja vista que o processo de golpe também desgastou fortemente a direita e a centro-direita. Michel Temer não era, nem nunca foi, um político carismático. De fato, sua imagem pessoal e sua forma discursiva seriam, possivelmente, a antítese do carisma, o que levou seu governo a se sustentar numa corda-bamba. O que o mantinha no cargo era a proposição de diversas medidas de contenção de gastos e de desregulação das leis trabalhistas, requeridas pelos/as aliados/as, à direita, que o PT cultivou. São de Michel Temer as medidas mais graves tomadas contra o SUS desde então: a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) (aprovada em 2016) e a Reforma Trabalhista (aprovada em 2017) (COHN, 2018).

A EC 95/2016, conhecida como “Teto de Gastos”, tratou da imposição de um novo regime fiscal para os gastos públicos tanto na saúde quanto na educação. A medida prevê o congelamento do investimento do Estado nessas áreas pelos próximos 20 anos. A prática de tal medida é o desmantelamento do SUS enquanto sistema universal. Sem o investimento necessário, não é possível acompanhar a evolução da população brasileira. Com a medida, congelam-se todas as lutas trabalhistas dos/as profissionais de saúde, sem deixar de mencionar o fato de que a medida dificulta a implementação de projetos voltados à saúde de populações vulneráveis, o combate às infecções sexualmente transmissíveis (IST) e a prevenção em saúde. Não é necessário ir muito longe para entender as principais consequências disso: a pior de todas, com toda a certeza, refere-se às mais de 700 mil mortes decorrentes da pandemia de Covid-19.

Michel Temer também realizou outros cortes na saúde, como a extinção do Programa Farmácia Popular e a revisão do Plano Nacional de Atenção Básica (PNAB). Cohn (2018) nos conta que houve até mesmo a proposta de um novo sistema de saúde, apresentada por representantes de segmentos do setor de planos de saúde, em abril de 2018, assim como a proposta de criação dos planos de saúde “acessíveis”. Cabe ressaltar que o intuito do setor privado não é pôr fim ao SUS, pois os sanitaristas garantiram que a legitimação social da política fosse o bastante para, no

mínimo, manter o sistema vivo perante os ataques do mercado privado. O objetivo do mercado é, na verdade, tornar mais favorável a articulação perversa já existente entre os segmentos público e privado da saúde, em prol da sua lucratividade, de modo a avançar no terreno da disputa da hegemonia na definição dos rumos do sistema. Havia uma estratégia utilizada pela invasão do sistema de saúde brasileiro pelas denominadas “clínicas de baixo custo”.

Tais propostas não seriam feitas sob a gestão dos/as sanitaristas; assim, todos/as foram deixados/as de fora das discussões, tendo a maioria sido retirada do Ministério da Saúde, algo que nunca havia ocorrido desde a década de 1970. A facilidade com que o MRSB foi desarmado a partir do governo Temer mostra como não estava mais funcionando a estratégia de infiltração na máquina pública para a implementação do SUS e de seus valores, sendo a sua prática, como vimos, facilmente combatida por um governo que decidisse acirrar as relações do poder. A relação do MRSB com a teoria política de Antonio Gramsci havia trazido o movimento sanitarista até o momento com determinados ganhos e perdas, mas tal mudança de cenário pode ter significado um esgotamento das estratégias do MRSB que vêm sendo tradicionalmente adotadas há mais de 40 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de Covid-19, em conjunto com o recente desmantelamento da saúde pública, resultou no pior desastre da história do País e trouxe consigo a abertura de uma nova conjuntura. Nunca, em toda a história da República, haviam morrido tantas pessoas em tão pouco tempo, muitas delas em situações aterradoras de falta de ar, de intubações sem anestesia e de morrer em fila de espera. Não há uma única alma que não tenha sido tocada por tal tragédia. Entretanto, dialeticamente, o sistema de saúde está em sua maior legitimação social desde a VIII Conferência Nacional de Saúde, uma vez que não há uma pessoa que ouse falar contra o SUS em 2023, o que mostra que se trata de uma legitimação que ainda não foi cooptada por nenhum discurso além do velho lema de “defenda o SUS”.

A partir da história das discussões acerca da Reforma Sanitária, chegamos aos seguintes questionamentos: haveria ainda espaço para o MRSB no atual contexto de lutas? Teriam as proposições dos sanitaristas

se encurralado de tal forma a não encontrarem mais uma saída? De modo a ir além do movimento das lutas políticas e para se aprofundar na discussão teórica: o SUS ainda é capaz de defender um conceito ampliado de saúde e de ressignificar-se para atingir seus princípios? Ou precisaremos repensar a questão da saúde pública novamente desde as suas bases?

Também é preciso considerar que o ensaio teórico realizado não abarcou outras histórias da saúde que poderiam nos fornecer mais pistas, como a luta histórica do movimento negro para a implementação do Sistema Único de Saúde e no combate ao racismo institucional no SUS. Trata-se de uma importante limitação, haja vista que a população negra é a que mais acessa a saúde pública, mas tal constatação também demonstra que existem ainda poucos estudos sobre a relação entre a luta negra e a luta sanitária, de maneira que é muito importante para o debate em saúde o aprofundamento deste diálogo histórico.

Existem diversas respostas para os questionamentos colocados e nenhum consenso. Este trabalho se inscreve como uma forma de abrir o espaço dessas discussões e colocar mais um argumento na teia de argumentos apresentados. Como já pôde ser visto no decorrer deste texto, entendo que a saúde não é um bem. Não é algo dado na concretude e nem algo que possa ser “aumentado” ou “diminuído” a partir da ampliação das condições de consumo. A saúde também não pode ser entendida como oposição a doença e nem colocada como um fim em si mesma, pois se trata de um direito humano fundamental e, como todos os direitos humanos, é inexplicável. São imposições sociais “autoevidentes” e intrinsecamente relacionadas entre si. Falar de saúde é falar de segurança, educação, transporte, trabalho e política e, portanto, retomar a saúde enquanto um projeto radical de compreensão do capitalismo, baseado na análise da determinação social da saúde, me parece fundamental para o futuro da Reforma Sanitária, pois, mais do que um sistema, saúde é democracia e democracia é saúde.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, nº 1, p. 3–10, 2003.

ALENCAR, Tatiane de Oliveira Silva; PAIM, Jairnilson Silva. Reforma Sanitária Brasileira e Políticas Farmacêuticas: Uma análise dos fatos produzidos entre 2003 e 2014. **Saúde em Debate**, v. 41, nº 1, p. 45–59, 2017.

ASSIS, Marluce Maria Araújo; KANTORSKI, Luciane; TAVARES, José Lucimar. Participação Social: Um espaço em construção para a conquista da cidadania. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 48, nº 4, p. 329–340, 1995.

COHN, Amélia. “Caminhos da Reforma Sanitária”, revisitado. **Estudos Avançados**, v. 32, nº 93, p. 225–241, 2018.

ELIAS, Paulo. Reforma Sanitária e o SUS: Uma agenda concluída? [S. l.], 1995.

ESCOREL, Sarah. História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à Reforma Sanitária. In: GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa et al. (Orgs.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

FLEURY, Sônia. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, nº 3, p. 743–752, 2009.

FONTES, Francisco Lucas de Lima et al. Novas pautas de reivindicação do movimento pela reforma sanitária brasileira. **International Journal of Health Management Review** [S. l.], v. 6, nº 2, 2020. DOI: 10.37497/ijhmreview.v6i2.225. Disponível em: <<https://www.ijhmreview.org/ijhmreview/article/view/225>>. Acesso em: 1º fev. 2023.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LOSURDO, Domenico. **A contra-história do liberalismo**. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

MIRANDA, Alcides Silva de. A Reforma Sanitária encurralada? Apontamentos contextuais. **Saúde em Debate**, v. 41, nº 1, p. 385–400, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. Desafios da reforma sanitária na atual conjuntura histórica. **Saúde em Debate**, v. 41, nº 1, p. 365–371, 2017.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. A Desigualdade Racial no Brasil nas Três Últimas Décadas. **Textos para Discussão**, v. 1, nº 1, p. 1–27, 2021.

PAIM, Jairnilson Silva. A reforma sanitária brasileira e o Sistema Único de Saúde: dialogando com hipóteses concorrentes. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, nº 4, p. 625–644, 2008.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 21, nº 1, p. 15–35, 2014.

RODRIGUEZ-NETO, Eleutério. **Saúde**: promessas e limites da Constituição. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

SOBRAL, Karine Martins; RIBEIRO, Ellen Cristine dos Santos. A concepção de hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. **Cadernos do GPOSSHE [on-line]**, v.3, nº 2, p. 90–106, 2020.

SOUTO, Lúcia Regina Florentino; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório de globalização alternativa e construção de um pensamento pós-abissal. **Saúde em Debate**, v. 40, nº 1, p. 204–218, 2016.

STOTZ, Eduardo. “O fantasma da classe ausente”: ensaio sobre as bases sociais do Movimento da Reforma Sanitária. **Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 17, nº 43, 2019.

TELLES, Mauricio Wiering Pinto; TEIXEIRA, Carmen Fontes. Movimento sindical e Reforma Sanitária Brasileira: propostas da CUT para a saúde no período 1981–1991. **Saúde em Debate**, v. 41, nº 3, p. 34–44, 2017.

TEIXEIRA, Sônia Fleury. Reflexões teóricas sobre democracia e reforma sanitária. In: TEIXEIRA, Sônia Fleury (Org.). **Reforma Sanitária em busca de uma teoria**. Rio de Janeiro: Abrasco, 1989.

SANTOS, Renato Penha de Oliveira. Reforma Sanitária Brasileira e o sindicalismo na saúde: quais perspectivas no contexto atual? **Saúde em Debate**, v. 43, nº 1, p. 234–247, 2020.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Uberização: das desregulamentações trabalhistas ao aprofundamento da precarização dos entregadores de aplicativos

*Uberization: from labour deregulation to deepening
precariousness of app delivery drivers*

*Uberización: de las desregulaciones laborales a la profundización de las
condiciones precarias de trabajo de los repartidores de aplicativos*

Ariadne Samila Martins de Oliveira¹

<https://orcid.org/0000-0001-9132-1835>

Nathalia Tamiris Carvalho de Luna²

<https://orcid.org/0000-0002-0520-5000>

Recebido em: 22/06/2022

Aprovado em: 30/03/2023

Resumo: O artigo analisa as condições de trabalho que acometem os entregadores de aplicativos, a partir do contexto de contrarreformas e do crescimento das TIC. O texto se deu por meio da teoria social marxista. Utilizaram-se pesquisa bibliográfica e dados secundários. A reti-

1 Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4332570142200773>>. E-mail: <ariadne.samilaa@gmail.com>.

2 Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1242075154526134>>. E-mail: <ntcluna@hotmail.com>.

rada de direitos dos trabalhadores tem relação com a uberização, o que torna a classe trabalhadora mais suscetível à exploração do capital. O texto aborda também a falácia do empreendedorismo, bem como os ganhos das empresas de aplicativos, o que acarreta condições laborativas aviltantes para os trabalhadores. Constatou-se que o capitalismo se apoia nas contrarreformas do Estado para destituir os direitos trabalhistas, ocasionando a intensificação das precárias condições de trabalho dos entregadores durante a pandemia de Covid-19, cuja continuidade prossegue após o cenário. Uma nova cultura autorreguladora do trabalho está em curso, em decorrência da expansão da uberização.

Palavras-chave: Contrarreformas. Entregadores por aplicativos. TIC. Uberização.

Abstract: The article analyses the conditions of work that affect delivery app workers, from the context of counter-reforms and the growth of ICT. The text is based on Marxist social theory. A bibliographical research was proceeded and secondary data was collected. The loss of workers' rights is related to the uberization, making the class more susceptible to the exploitation of capital. It also addresses the entrepreneurship fallacy as well as the profits of the app-companies at the expense of the demeaning conditions of the workers. It was found that capitalism relies on the counter-reforms of the state to dismiss labor rights, as well as the intensification of the conditions of work of the delivery app workers in the Covid-19 pandemic and its continuity after this scenario. A new self-regulating work culture is underway as a result of the expansion of uberization.

Keywords: Counter reforms. Application delivers. ICT. Uberization.

Resumén: El artículo analiza las condiciones laborales que afectan a los repartidores de aplicativos, desde el contexto de las contrarreformas y el crecimiento de las TIC. El texto tuvo lugar a través de la teoría social marxista. Se utilizaron investigaciones bibliográficas y datos secundarios. A retiro de los derechos de los trabajadores están relacionados con la uberización, haciendo que la classe trabajador más susceptible a la explotación del capital. También aborda la falacia de el espíritu empresarial, así como las ganancias de las empresas de aplicaciones en detrimento de condiciones degradantes de los trabajadores. Se encontró que el capitalismo se basa en la contrarreformas del Estado para privar de derechos laborales, así como la intensificación de las condiciones labo-

rales de los mensajeros en la pandemia del Covid-19 y su continuidad después del escenario. Está en marcha una nueva cultura de autorregulación del trabajo, como resultado de la expansión de la uberización.

Palabras clave: Contrarreformas. Entregadores de aplicaciones. Las TIC. Uberización.

INTRODUÇÃO

As contrarreformas no mundo do trabalho brasileiro, aliadas à expansão do setor de serviços e das tecnologias de informação e comunicação (TIC)³, abriram vias para formas uberizadas de trabalho. Com a expansão da uberização, emerge uma série de plataformas digitais para reorganizar o mercado de trabalho – ampliando o trabalho morto, reduzindo postos de trabalho e flexibilizando a força de trabalho, como é o caso dos entregadores de aplicativos.

A precarização estrutural⁴ no mundo do trabalho – desde a corrosão do fordismo periférico⁵ ao esfacelamento e às desregulamentações das legislações sociais e trabalhistas, disfarçadas pela burguesia com o argumento de modernização e progresso do País – é um processo que ocorre em todo o planeta e tem por sustentação o regime de acumulação flexível⁶, seus rebatimentos nas relações de trabalho, bem como a compreensão das respostas articuladas pelo Estado, valendo-se de reformas neoliberais. A composição da classe trabalhadora e as relações de trabalho atuais

3 “As tecnologias de informação e comunicação configuram-se, então, como um elemento central entre os distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo financeiro de nosso tempo” (ANTUNES, 2020, p. 13).

4 “É um fenômeno social praticamente generalizado nos chamados países centrais e periféricos [...]; suas modalidades são derivadas da necessidade de recomposição da hegemonia das classes dominantes, as quais buscam atualizar suas formas de domínio para atender à nova fase de acumulação” (AMARAL, 2018, p. 2).

5 Em linhas gerais, no Brasil, “as bases da atuação do Estado estavam fundamentadas no modelo keynesiano (interventor, regulador do mercado e mediador dos conflitos de classe) [...], enquanto no fordismo central a aceitação do pacto social do desenvolvimento mediado pelo Estado se dava pela melhoria geral das condições de vida dos trabalhadores e políticas de *welfare*. Em muitos países do fordismo periférico, essa aceitação foi obtida pela repressão, pelo autoritarismo e pela brutalidade, pois nesses países nunca houve a constituição de um Estado de bem-estar social” (SANTOS, 2015, p. 212). Ou seja, nos países centrais, a relação entre capital e trabalho ocorreu de forma mais concreta. Porém, nos países periféricos, como o Brasil, considerando-se que o País se desenvolveu em bases de exploração e subordinação aos países do centro, como os Estados Unidos, por exemplo, a formação da classe trabalhadora se constituiu com altos índices de informalidade, desemprego e perdas sucessivas de direitos.

6 “A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’” [...] (HARVEY, 2008, p. 131).

são marcadas pela “heterogeneidade”, pela “fragmentação” e por maior “complexificação”, conforme atestam Antunes e Alves (2004, p. 336).

Podemos exemplificar a afirmação por meio do aumento do novo proletariado de serviços presentes nas diversas modalidades de trabalhos precarizados: terceirização, subcontratação, *part-time*, trabalho intermitente, contrato zero hora, entre outros. No entanto, o setor de serviços, em expansão desde as últimas décadas do século XX, vem se tornando o grande espaço de geração de valor. Os trabalhadores que não encontravam espaço laboral nas fábricas – em decorrência do processo de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais – passaram a adentrar no setor de serviços.

Parte do referido setor vem se utilizando das plataformas digitais, o que representa novas formas de gerenciamento, organização e controle do trabalho, expandindo as oportunidades de extração de mais-valia e adequando a força de trabalho às oscilações da demanda do capital, transformando-a em uma mercadoria como outra qualquer.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar as condições de trabalho dos entregadores de aplicativos, a partir das desregulamentações trabalhistas e da inserção do fenômeno da uberização no mundo do trabalho contemporâneo. Para tanto, o percurso metodológico ocorreu por meio do levantamento bibliográfico em livros e artigos cujos autores são referências no mundo do trabalho, como: Abílio (2017), Antunes, (2018), Braga (2009), Filgueiras (2020), Galvão (2017) e Slee (2017). Com isso, efetuou-se uma busca por conceitos e categorias essenciais que envolvessem a nova dinâmica produtiva, para se compreender melhor o processo de superexploração que permeia o trabalho dos entregadores de aplicativos.

Recorreu-se também ao uso de dados secundários, cujo período compreendeu os anos de 2020 a 2023. Foram utilizados *sites* oficiais como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o do Senado Federal. Além disso, procedeu-se a uma pesquisa sobre as condições de trabalho dos entregadores de aplicativos durante a pandemia de Covid-19, feita pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir). Por fim, foram acessados *sites* críticos como o do Brasil de Fato e a CNN Brasil. O intuito foi identificar dados da conjuntura nacional sobre a renda do trabalho dos entregadores antes, durante e no pós-pandemia, bem como dados sobre desemprego, informalidade e empreendedorismo, por exemplo, com vistas a mapear o cenário social e político em que tais trabalhadores estão inseridos.

Por fim, houve consultas a revistas *on-line* sobre negócios, como *Veja* e *Consumidor Moderno*, a fim de constatar, na coleta de informações, os aspectos econômicos, tendo como focos a expansão e o crescimento das empresas de aplicativo, ao passo que se agudizam as condições precárias de trabalho e vida dos entregadores por *delivery*.

AS CONTRARREFORMAS TRABALHISTAS: A CORROSÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES NO BRASIL

É impensável analisar o mundo do trabalho na contemporaneidade sem estabelecer reflexões acerca das transformações na relação capital-trabalho – não somente nas transformações operadas nos processos produtivos e nas novas formas de extração do mais valor, mas também nas transformações que ocorrem no âmbito das relações trabalhistas, assim como seus reflexos no mundo do trabalho e o papel exercido pelo Estado na dinâmica do capitalismo.

Durante a década de 1990, a partir do governo de Fernando Collor, observa-se no Brasil a implementação de uma agenda neoliberal, a qual alterou a dinâmica da economia e o papel do Estado frente às demandas da classe trabalhadora, colocando em xeque as importantes conquistas da Constituição de 1988. A adesão do Brasil ao Consenso de Washington, por “recomendação” dos organismos internacionais para a saída da crise dos países periféricos, tinha o intuito de executar e propagar as ideias neoliberais na América Latina⁷. Isso provocou reconfigurações tanto nas relações de trabalho quanto nos direitos e na proteção social, porque acarretou políticas de privatizações de empresas estatais, reformas fiscais para que as empresas pudessem diminuir os gastos com impostos, abertura do comércio para o mercado estrangeiro e redução do Estado, ou seja, diminuição das leis trabalhistas, dos salários e dos

7 Percebe-se mais uma tentativa recente dos organismos internacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial, que propaga o discurso neoliberal de reformas, para que os gastos públicos se tornem “mais eficazes, eficientes e equitativos” (WORLD BANK, 2017, p. 8), mediante a proposta do “teto dos gastos”, em 2016, pelo ex-presidente Michel Temer. Por outro lado, esse tipo de priorização limita o crescimento das despesas públicas à inflação anual, gerando menos gastos com as políticas sociais em favorecimento do capital. Ou seja, para exemplificar, a proposta do Governo Federal para o orçamento da União do ano de 2023 trouxe cortes de quase 15% em despesas e investimentos. Setores como educação, saúde, assistência social e segurança pública foram os mais prejudicados. *Fonte: Agenda Econômica. Teto de gastos impõe corte de R\$ 63 bilhões em despesas não obrigatórias de 2023 em relação a 2016*. TV Senado, 28 de set., 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/agenda-economica/2022/09/orcamento-teto-de-gastos-impoe-corte-de-63-em-despesas-nao-obrigatorias-de-2023-em-relacao-a-2016>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

gastos públicos, por meio de cortes de funcionários, terceirizando o maior número possível de serviços.

Dessa forma, o Estado brasileiro acata as recomendações impostas pelos órgãos internacionais e lança mão dos mecanismos das contrarreformas, que podem ser percebidas ao longo dos anos 2000. Nessa lógica, as contrarreformas no âmbito do trabalho ocorrem ainda nos governos petistas. De acordo com Boschetti (2017), no governo de Dilma Rousseff, a retração de direitos se dá mediante alterações no seguro-desemprego e no abono salarial, com a instituição da Lei nº 13.134 (BRASIL, 2015). Houve também modificações na Previdência pela Lei nº 13.135 (BRASIL, 2015), que ampliou a idade mínima para o direito à previdência.

As retiradas de direitos, que já estavam em curso no País, ganharam profundidade de forma mais brutal, para a classe trabalhadora, com o governo de Michel Temer. É com a instituição de um golpe jurídico-parlamentar que Temer assume a Presidência, instituindo a “reforma⁸ trabalhista” em 2017 – alterando diversos artigos da Constituição, principalmente a legalização de contratos precários de trabalho, como, por exemplo, a instituição do teletrabalho, do trabalho intermitente, a ampliação do trabalho em tempo parcial e a terceirização irrestrita⁹.

Outras mudanças que a contrarreforma trabalhista instituiu foram a prevalência do negociado sobre o legislado e a inversão da hierarquia dos instrumentos normativos – a representação dos trabalhadores no local de trabalho, independentemente dos sindicatos, além da redução dos recursos financeiros aos sindicatos. Tais alterações afetaram diretamente tanto os sindicatos quanto os trabalhadores, tendo em vista que fragilizaram ainda mais a organização enquanto classe. Assim, a “longa transformação do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global, introduzindo uma nova divisão internacional do trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 31).

8 No governo de Michel Temer, ocorreu a reforma trabalhista, regulamentada pela Lei nº 13.467/2017, que alterou a Constituição das Leis Trabalhistas (CLT), e pela Lei de Terceirização (Lei nº 13.429/2017). A reforma foi aprovada no contexto em que se faz recorrente o discurso de que a legislação trabalhista era antiga e, por isso, estaria “obsoleta” e precisava se “modernizar” – inspirada nos países de capitalismo central – e também com o argumento de que, com a aprovação das reformas, o crescimento do País seria retomado.

9 A terceirização ocorre de forma a permitir que as empresas “obscureçam” as relações que se dão entre os trabalhadores e os empregadores, sob a alegação de que são interempresas. Dessa forma, são “baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora” (ANTUNES, 2018, p. 176). As outras modalidades de trabalho, tais como o trabalho intermitente e em tempo parcial, no contexto atual, têm se transformado em mecanismos geradores de lucros para o capital. Para mais informações, cf. Antunes (2018).

Com as contrarreformas trabalhistas ocorrendo, foram realizadas várias medidas institucionais, como o estabelecimento de diversos contratos precários. Assim, o uso do trabalho intermitente e da terceirização passou a ser central. O recurso da terceirização não é inteiramente novo, tendo em vista que, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1990, foi um tipo de contrato amplamente defendido e utilizado pelas empresas, principalmente no setor de serviços, sob o argumento de “redução de custos e da desverticalização” (GALVÃO et al., 2017, p. 30). No entanto, com a reforma trabalhista, a terceirização toma uma conotação ainda maior no mercado de trabalho.

A partir da consolidação da reforma das leis trabalhistas, houve um aumento exponencial no número de pessoas que aderiram à categoria de microempreendedor individual (MEI)¹⁰. De acordo com a Folha de Alphaville¹¹, desde a referida reforma, o número de cadastros como MEI cresceu 23,6%, cujo aumento se manteve no ano de 2021, em que foram abertas, nos primeiros quatro meses do ano, cerca de 1,4 milhão de empresas, sendo que 80% delas eram microempresas individuais¹². Ainda em 2022, foram abertos 3,6 milhões de novos empreendimentos, a maior parte na categoria de MEI, o que representa 78% do total¹³. Trata-se do retrato de um país de economia periférica que buscou legalizar a regra da informalidade brasileira – com o discurso de trabalho autônomo – à custa de um trabalho que é desprotegido pelas leis do trabalho e da previdência.

Na lógica das flexibilizações e das mudanças no mercado de trabalho, emerge também a pejotização. O fenômeno da “empresa do eu sozinho” (ANTUNES; DRUCK, 2013, p. 221) representa uma modalidade em que o empregador exige a constituição de pessoa jurídica pelo empregado (RAICHELIS, 2017). O que a legalização da pejotização do trabalho estabelece,

10 O microempreendedor, na concepção governamental, é aquele “cidadão” que trabalha por conta própria e faz de sua profissão um negócio para o próprio sustento ou para o sustento da família – ação identificada pela cultura do empreendedorismo.

11 SALMEN, D. Número de MEIs cresce 23,6% desde a reforma trabalhista. Folha de Aphaville, 17 jan., 2020. Disponível em: <<https://www.folhadealphaville.com.br/economia/numero-de-meis-cresce-23-6-desde-a-reforma-trabalhist>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

12 SEBRAE/SC. Recorde de abertura de novas empresas em 2021: conheça os benefícios de registrar sua MEI. G1, 15 out., 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/sebrae-sc/sebrae-acelera-negocios/noticia/2021/10/15/recorde-de-abertura-de-novas-empresas-em-2021-conheca-os-beneficios-de-registrar-sua-mei.ghtml>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

13 ASN Nacional. Abertura de pequenos negócios em 2022 supera os números do período pré-pandemia. Agência Sebrae, 20 de jan., 2023. Disponível em: <<https://agenciasebrae.com.br/dados/abertura-de-pequenos-negocios-em-2022-supera-os-numeros-do-periodo-pre-pandemia/>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

portanto, é a eliminação de todos os direitos das leis trabalhistas garantidos pela Constituição Federal.

A instituição e a legalização dos contratos precários por parte do Estado não alteram a essência da relação capital-trabalho, tendo em vista que os trabalhadores continuam sendo explorados por parte do capital. Ocorre, então, a introdução de novos métodos, a fim de burlar a relação de assalariamento, em prol da crise permanente do capital.

Evidencia-se, assim, mais um passo na corrosão dos direitos trabalhistas, visto que o governo Bolsonaro implementou a contrarreforma da previdência, com o discurso de que só assim a economia voltaria a crescer. Porém, trata-se de um argumento que se baseia no mesmo utilizado pela burguesia para a aprovação da contrarreforma trabalhista, em que pesa a perspectiva do favorecimento do capital financeiro.

Logo, quanto à promessa de mudança do quadro de crise e desemprego no País por meio de uma reforma previdenciária, foi veiculado pelo Jornal Brasil de Fato¹⁴ que, para Fausto Augusto Júnior – coordenador de Educação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) –, “a aprovação de outras reformas, como a trabalhista, por exemplo, também foi defendida como caminho único e certo pelo governo anterior para a retomada do crescimento da economia, e a hipótese não se confirmou”.

Assim, o capitalismo contemporâneo se utiliza de mecanismos ideológicos, em concordância com o Estado, para alterar a constituição trabalhista, instituindo uma nova racionalidade reconfigurada, por meio de uma cultura do trabalho que, para o capital objetivar lucros, necessita superexplorar o trabalhador, seja restringindo direitos, rebaixando os salários ou aumentando exaustivamente a jornada de trabalho. Nesse sentido, Boschetti (2017, p. 12) elucida o que foi dito, ao afirmar que se trata de um fenômeno que:

[...] obriga a classe trabalhadora a oferecer sua força de trabalho no mercado a qualquer custo e a se submeter às mais perversas e precarizadas relações de trabalho, que exacerbam a extração da mais-valia relativa e absoluta.

14 BIONDI, A. Seis meses de Bolsonaro: crescimento pífilo, privatizações, desemprego e retrocesso. Brasil de Fato, São Paulo, 8 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/08/seis-meses-de-bolsonaro-crescimento-pifio-privatizacoes-desemprego-e-retrocesso>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Ao contrário do discurso utilizado pelo governo e pelos defensores das alterações na legislação trabalhista, seis anos após sua vigência, o que tem se observado é o aprofundamento do desemprego e da informalidade. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)¹⁵, a taxa média anual de desempregados chegou a 13,2% no ano de 2021. Em 2022, apesar da retração de 3,9 pontos, o índice continua alto, sendo 9,3% no ano. Já o aumento da população ocupada é explicado em decorrência da informalidade.

Segundo a mesma fonte, a média anual de empregados sem carteira assinada aumentou de 2021 para 2022, passando de 11,2 milhões para 12,9 milhões de pessoas, respectivamente. Houve uma pequena redução na taxa de informalidade, que saiu de 40,1% em 2021 para 39,6% em 2022. Todos esses números expressam o contexto de um país que vive a “ampliação da miserabilidade social” (ANTUNES, 2020, p. 19).

Portanto, as expropriações contemporâneas incidem diretamente nas relações trabalhistas, pois retiram dos trabalhadores seus direitos sociais, deixando-os aprisionados, uma vez que precisam se submeter às regras e aos novos mecanismos de extração do mais valor. Sendo assim, é importante assinalar que tal processo não ocorre sem uma correlação de forças entre as classes sociais, o que gera uma fragilização das organizações e representações dos trabalhadores em face dos constantes ataques sobre elas.

UBERIZAÇÃO E IDEOLOGIA EMPREENDEDORA: EXPRESSÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DAS TIC E PLATAFORMAS DIGITAIS

No atual contexto do capitalismo digital, o que tem sido observado é que todos os espaços – inclusive o setor de serviços – têm o potencial de ser geradores de mais-valor, isto é, o capital busca ampliar sua produtividade, por meio da relação entre trabalho morto e trabalho vivo, força humana de trabalho, por meio da recriação das formas de explorá-la. Assim, segundo o pensamento de Lojkin (1995, p. 57):

15 Pnad Contínua. Taxa média de desemprego cai a 9,3% em 2022, menor patamar desde 2015. Agência IBGE Notícias, 28 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36351-taxa-media-de-desemprego-cai-a-9-3-em-2022-menor-patamar-desde-2015>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

A máquina, por mais alienante que seja, não é nada (como, aliás, qualquer instrumento) sem o trabalho humano, que “ressuscita” nela o trabalho morto acumulado; e o trabalho humano não pode efetivar-se se a tensão e a atenção humanas não forem mobilizadas por um fim, um ideal que ultrapasse a atomização e a alienação mercantis.

No citado contexto, vêm ocorrendo outras modificações no setor de serviços, a partir da crescente utilização das tecnologias, como, por exemplo, nos trabalhos em plataformas virtuais, uma vez que as empresas vêm recorrendo ao trabalho digital com o intuito de obscurecer a relação de assalariamento e baratear a força de trabalho.

A busca constante do capital em penetrar mercados que geram mais-valor e, assim, dar continuidade à acumulação resulta na liberalização dos mercados e na financeirização da economia, apoiada na hegemonia neoliberal. Dessa forma, o capital passa a ampliar a mercantilização dos serviços e reorganizar o trabalho em escala global, acarretando a ampla precarização do trabalho. De acordo com Braga (2009, p. 68):

assistimos à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compressão dos níveis hierárquicos [...], pela cooperação constrangida dos assalariados, pela administração por metas, assim como pela fragmentação da relação salarial.

A partir da compreensão do setor de serviços e do seu novo significado para o capital, o referido sistema “vem assistindo a uma forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente (presentes nos trabalhos terceirizados ou pautados pela informalidade)” (ANTUNES, 2018, p. 30), sendo que tal processo também é motivo para a diversificação do novo proletariado de serviços na era digital (ANTUNES, 2018).

O entendimento sobre o proletariado digital perpassa pela discussão do retrato da classe trabalhadora na contemporaneidade, que abarca também a expansão das tecnologias de informação e comunicação (TIC), que conecta, pelos celulares, as mais variadas modalidades de trabalho. De acordo com Antunes (2018, p. 31):

o conceito ampliado de classe trabalhadora, em sua nova morfologia, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas.

Constitui-se uma nova dinâmica produtiva do capital, que reconfigurou o mundo do trabalho, por meio de uma nova forma de controlar e gerenciar os trabalhadores – a partir da mediação entre as TIC e as plataformas digitais. Trata-se, portanto, do que ficou conhecido, no Brasil, como fenômeno da uberização. Segundo Abílio (2017, p. 1):

[...] refere-se a um novo estágio da exploração da força de trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho.

Ressalta-se que, antes que a uberização se ampliasse de tal forma, já existiam alguns processos que “transformavam” as relações trabalhistas no sentido de torná-la mais flexível. Um exemplo disso é a experiência britânica, com o contrato zero-hora, que se configura como um modelo em que os trabalhadores são permeados por altos níveis de imprevisibilidade. Antunes (2018, p. 23) expõe que:

trata-se de um trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados [...]. Quando há demanda [...], os trabalhadores devem estar *on-line* para atender [...]. As corporações se aproveitam: expande-se a “uberização”, amplia-se a “pejotização” [...].

A uberização se refere a uma série de transformações do trabalho que estão em curso há décadas, de acordo com Abílio (2017). Entretanto, a empresa Uber, prestadora de serviços eletrônicos no âmbito do transporte privado urbano – que fornece a busca por motoristas mediante algoritmos –, deu visibilidade a essa forma de organização e gerenciamento do trabalho, que se espalhou, dentre outros, no trabalho “plataformizado” dos entregadores de aplicativos, como Ifood e Rappi.

O que se observa com o uso das plataformas digitais é um maior aprofundamento da exploração e precarização social do trabalho, porque as empresas “mascaram a relação de assalariamento” (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 60), propagando uma ideia, ainda que aparente, de maior autonomia dos trabalhadores. No entanto, ocorre a transferência de riscos e custos para o trabalhador, que, para a sua sobrevivência, se submete às lógicas mais flexíveis e intermitentes dessa nova imposição do capital.

É com a expansão do trabalho uberizado e das formas da “economia do compartilhamento”¹⁶ (SLEE, 2017) que ganha mais força o discurso do empreendedorismo. Conforme esclarece Abílio (2019, p. 4):

O empreendedorismo assume na atualidade usos diversos, que se referem de forma obscurecedora aos processos de informalização do trabalho e transferência de riscos para o trabalhador, o qual segue subordinado como trabalhador, mas passa a ser apresentado como empreendedor.

A ferramenta de trabalho, então, passa a ser um *smartphone*. Assim, milhares de trabalhadores estão sendo submetidos a essa lógica do trabalho “on-line”. Segundo estudo do Centro brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)¹⁷, o Brasil tem 1,6 milhão de pessoas que trabalham como entregadores ou motoristas de empresas que utilizam aplicativos como sua principal ferramenta laboral.

Trata-se de um processo que já estava em trâmite e vem ocorrendo no campo ideopolítico, em que o capital tenta “obscurecer” e “embaralhar” a figura do trabalhador e incorporá-la à imagem de um empreendedor. Esse era um dos discursos centrais na época da contrarreforma trabalhista, com a expansão dos MEI e do trabalhador autônomo – informal – que gere a si e ao seu próprio negócio. Toda essa propagação objetivava retirar a responsabilidade do Estado, regulamentando os trabalhos precários.

16 Não há um consenso ainda entre os autores se o melhor termo seria “economia do compartilhamento”. Existem outros termos: “consumo colaborativo” (*collaborative consumption*), “economia em rede” (*mesh economy*), “plataformas de igual-para-igual” (*peer-to-peer platforms*), “economia dos bicos” (*gig economy*), “economia da viração”, “serviços de concierge” ou “economia sob demanda” (*on-demand economy*) (SLEE, 2017, p. 36). Todos esses termos representam a erosão do trabalho formal e o aprofundamento da precarização do trabalho.

17 CEBRAP. Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Pocket-Report-CEBRAP_AMOBITEC.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

É nesse contexto de uberização, viabilizado pela expansão das TIC e das desregulamentações trabalhistas, que as empresas de aplicativo Ifood e Rappi ganham evidência no Brasil. São empresas que estão em pleno desenvolvimento e atuam, principalmente, por meio das entregas de alimentos e “das compras de supermercado” (SABINO; ABÍLIO, 2019, p. 115).

Neste sentido, é importante realizar algumas mediações sobre o período da pandemia de Covid-19, vivenciado pelo mundo desde 2020, uma vez que, para além de demonstrar uma crise sanitária sem precedentes, explicitou todas as mazelas de uma sociedade capitalista, desconsiderando a segurança e a saúde dos trabalhadores e de seus familiares.

É diante de tal cenário que acontece o crescimento das empresas de aplicativo, como, por exemplo, o Ifood, que teve um crescimento de 418% em relação ao ano de 2020¹⁸. Com ganhos acima de R\$ 2,5 bilhões no primeiro semestre de 2022, o Ifood cresceu 28% em relação ao ano anterior¹⁹. Além disso, entre janeiro de 2021 e março de 2022, a empresa esteve em primeiro lugar em número de usuários mensais ativos no Brasil²⁰. Já a empresa Rappi, no início da crise pandêmica, em março de 2020, registrou um aumento de 300%²¹. Em relação aos gastos com *delivery*, somaram-se R\$ 40,5 bilhões em 2021, o que representou 24% a mais em comparação com dados do ano anterior²².

Em contrapartida, a partir de dados de uma pesquisa²³, produzida em abril de 2020, sobre as condições de trabalho dos entregadores de aplicativos durante a pandemia, em um universo de 270 pessoas que

18 MUNIZ, M. Plataforma de *delivery* tem crescimento de 418% em relação a 2020. Veja, 8 de abril de 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/plataforma-de-delivery-tem-crescimento-de-418-em-relacao-a-2020/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

19 Foco do iFood ainda é crescimento, diz presidente. Forbes, 1º de setembro de 2022. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2022/09/foco-do-ifood-ainda-e-crescimento-diz-presidente/#:~:text=Com%20receita%20superior%20a%202022,isolamento%20social%20durante%20a%20pandemia>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

20 Quanto cresce o uso de *apps* de *delivery* de comida no mundo? Ifood News, 23 de julho de 2022. Disponível em: <<https://news.ifood.com.br/quanto-cresce-o-uso-de-apps-de-delivery-de-comida-no-mundo/>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

21 FERRARI, W. “Salvação” na pandemia, qual o futuro dos aplicativos de entrega? Consumidor moderno, 23 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.consumidormoderno.com.br/2021/03/23/salvacao-pandemia-futuro-aplicativos-entrega/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

22 Gasto com *delivery* sobe 24% em 2021; veja tendências de consumo do pós-pandemia. CNN Brasil, 15 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/gasto-com-delivery-sobe-24-em-2021-veja-tendencias-de-consumo-do-pos-pandemia/>>. Acesso em: 15 abr. 2022

23 Os dados da pesquisa foram coletados a partir de 298 questionários *on-line* respondidos, por meio da ferramenta Google Forms, abrangendo 29 cidades. Foi utilizada na metodologia a técnica de pesquisa qualitativa conhecida como “bola de neve”, em que os integrantes de várias redes sociais respondem o questionário e depois encaminham para outras redes.

responderam ao questionário *on-line*, 47,4% declararam um rendimento mensal de até R\$ 520,00. Dentre elas, 17,8% disseram receber até R\$ 260,00 por semana. Porém, durante a pandemia, o número de entregadores que recebem remunerações semanais inferiores a R\$ 260,00 praticamente dobrou, atingindo 34,4% dos entregadores. Logo, houve uma queda na remuneração da maioria dos entrevistados (58,9%) durante a pandemia, em comparação com o momento anterior.

Segundo a referida pesquisa, identificou-se que, antes da pandemia, 38,2% dos entregadores trabalhavam até oito horas por dia, 54,1% trabalhavam entre nove e catorze horas e 7,8% trabalhavam mais do que quinze horas diárias. Durante a pandemia, 43,3% informaram trabalhar até oito horas por dia e 56,7% afirmaram trabalhar mais de nove horas diárias. Em síntese, mais de 57% dos respondentes afirmaram trabalhar acima das nove horas diárias, aumentando para 62% durante a crise sanitária.

Na atual conjuntura, a rotina de trabalho dos entregadores não tem se mostrado tão diferente da época da pandemia, principalmente com os aumentos sucessivos do preço da gasolina durante o ano de 2022²⁴. Segundo reportagem²⁵, os entregadores de aplicativos trabalham de nove a doze horas diárias, durante seis dias por semana, para obter uma renda média de R\$ 1.172,63 mensais. Em geral, o ganho bruto varia entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00. Entretanto, pelo fato de ser um trabalho pautado pela informalidade e pelas desregulamentações, os entregadores precisam arcar sozinhos com os custos do combustível, com a manutenção do veículo e com outros investimentos, o que corrobora a falácia propagada pelas empresas de aplicativo de que o trabalhador é “patrão de si mesmo”. Porém, “os motoboys já percebem que a classe paga para trabalhar”, segundo afirma o relato do entregador Altemício Nascimento, de 54 anos, na mesma reportagem.

O que ocorre e explicitou-se durante a pandemia refere-se às condições precárias de trabalho que enfrentam os trabalhadores de aplicativo, uma vez que, para além da extensão da jornada de trabalho, eles não possuem “perspectivas de melhora quanto ao próprio trabalho” (ABÍLIO, 2020, p. 268). Logo, “as baixas remunerações são condição

24 Petrobras anuncia aumento de 5% na gasolina e 14% no diesel; alta chega a 68% no ano. Brasil de Fato, 17 de junho de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/17/petrobras-anuncia-aumento-de-5-na-gasolina-e-14-no-diesel-alta-chega-a-68-no-ano>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

25 PADIN, G. Entregadores de *app* ‘pagam para trabalhar’ com alta de combustíveis. R7, 1º de abril de 2022. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/entregadores-de-app-pagam-para-trabalhar-com-alta-de-combustiveis-04042022>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

essencial para a submissão dos trabalhadores a longas jornadas” (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 70).

Portanto, a precarização do trabalho dos entregadores de produtos por aplicativo, sobretudo durante o contexto de Covid-19, intensificou as condições de trabalho. Ou seja, o capital, mesmo em tempos de crise e recessão, busca ascender seus lucros, recrutando, com um discurso ideológico de trabalho flexível, a força de trabalho, visto que há um grande contingente de trabalhadores desempregados, o que favorece, de um lado, as empresas de aplicativo, que buscam intensificar os níveis de exploração do trabalho; e, de outro, expõe a construção diária de uma luta coletiva da classe trabalhadora como mecanismo de resistência às condições precárias às quais o proletariado está submetido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo contemporâneo tem utilizado diversos artifícios para dar continuidade às formas de extração do mais-valor. Aliada ao contexto de contrarreformas do Estado, ocorre uma maior subsunção do trabalho ao capital a partir da utilização cada vez mais crescente das TIC no mundo do trabalho.

Evidencia-se, assim, a introdução de um novo modelo organizacional no mundo do trabalho, sustentado pela imbricação do modelo flexível da informatização, por meio das plataformas digitais e da utilização dos algoritmos como nova forma de gerenciamento e controle – *on-line* – da força de trabalho. Nesse cenário, principalmente no setor de serviços, presenciam-se a era digital e o contexto da crise sanitária abrindo espaço para um maior aprofundamento da precarização estrutural do trabalho e das condições de vida dos entregadores de aplicativos.

Tais alterações podem ser observadas de maneira globalizada, mas tornam-se mais complexas nos países de economia periférica, como a do Brasil. Constatou-se que, no País, em um contexto de contrarreforma neoliberal do Estado e em conformidade com os novos métodos “flexíveis” do trabalho, o Estado favoreceu a realização de diversas reformas laborais com objetivos marcados pela alteração da legislação trabalhista, instituindo uma nova cultura do trabalho (AMARAL, 2018), distante dos direitos sociais e próxima da lógica empreendedora, autorreguladora, em que passa a ser imposto à classe trabalhadora o encargo

de assumir os riscos e custos do trabalho. Isso ocorre para sujeitar os trabalhadores a vender sua força de trabalho, inteiramente subordinada ao ditames do capital.

As contrarreformas, juntamente com as TIC, servem como mecanismos para preparar o cenário brasileiro para a incorporação das formas uberizadas de trabalho. A ideologia empreendedora, portanto, tem ganhado uma nova tônica, uma vez que, para além de ocultar o trabalho informal – disseminado como sendo autônomo e livre –, vem tentando individualizar os trabalhadores e acirrar a competitividade entre eles.

Diante das desregulamentações trabalhistas, o fenômeno da uberização representa uma nova fase de exploração e controle da classe trabalhadora, que os subordina e organiza mediante o uso das plataformas digitais e dos algoritmos. Nesse processo, as empresas de aplicativo lançam mão do trabalho digital e das tecnologias para obliterar a relação de assalariamento existente e obter mais lucros.

Por fim, urge a construção de processos cotidianos de resistência e luta não só por parte dos entregadores de aplicativos, mas também da classe trabalhadora como um todo – frente aos ditames do capitalismo contemporâneo –, uma vez que, ao contrário da propaganda afirmação de que as mobilizações constituem um movimento meramente econômico, elas são, na verdade, um movimento de classe, cujo alvo é a satisfação dos interesses de toda a sociedade (MATTOS, 2019).

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. De *motoboy* invisível a entregador organizado: uberização e o trabalhador just-in-time na pandemia. In: OLIVEIRA, D; POCHMANN, M. (Orgs.). **A devastação do trabalho: a classe do labor na pandemia**. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 2020, p. 261-285.

ABÍLIO, L. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, Goiás, vol. 18, nº 3, p. 1-11, 2019. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/psicop/v18n3/0718-6924-psicop-18-03-41.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ABÍLIO, L. Uberização do trabalho: A subsunção real da viração. Blog da Boitempo, 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/>>

uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 1º fev. 2022.

ABÍLIO, L. et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*. Campinas, 2020, p. 1-21.

AMARAL, A. S. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. *Argumentum*, Vitória, v. 10, nº 3, set./dez. 2018, p. 244-256.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020, p. 11-22.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, nº 87, maio/ago., 2004, p. 335-351.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização como regra? *Rev. TST*, Brasília, vol. 79, nº 4, out/dez., 2013, p. 214-231.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020, p. 59-78.

BOSCHETTI, I. Precarização do trabalho e expropriação dos direitos da seguridade social. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. de S. (Orgs.). **O Aveso do Trabalho IV: Terceirização: Precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras Expressões, 2017, p. 105-120.

BRAGA, R. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.). **Infoproletários: degradação do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 59-88.

BRASIL. Lei Federal nº 13.134, de 16 de junho de 2015. Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o programa do seguro-desemprego e o abono salarial e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13134.htm>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Lei Federal nº 13.135, de 17 de junho de 2015. Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 de junho de 2004, nº

8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13135.htm>. Acesso em: 8 mar. 2023.

GALVÃO, A. et al. Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista. GT Reforma Trabalhista/CESIT/IE/UNICAMP, 2017. Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/wpcontent/uploads/2017/06/Dossie-14set2017.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Edições Loyola, 17ª ed., 2008.

LOJKINE, J. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

MATTOS, M. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo, Boitempo, 1ª ed., 2019.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. Revista Outubro, Ed. 4, 02/2000. Disponível em: <[http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/02/Revista Outubro-Edic%C3%A7%C3%A3o-4-Artigo-02.pdf](http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/02/Revista%20Outubro-Edic%C3%A7%C3%A3o-4-Artigo-02.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2023.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS et al., 2017 (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2017, p. 25-60.

SABINO, A. M.; ABÍLIO, L. C. Uberização: o empreendedorismo como novo nome para a exploração. Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano. Campinas, v. 2, nº 2, 2019, p. 109-135.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2017.

SANTOS, E. C. A reestruturação produtiva – do fordismo à produção flexível no estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (Org.). Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense [on-line]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 201-245. ISBN: 978-85-68334-66-9. Available from SciELO Books: <<http://books.scielo.org>>.

WORLD BANK. Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Volume I: síntese, 2017. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Mulheres presas e mercados de drogas: efeitos da crise global capitalista

Women prisoners and drug markets: effects of the global capitalist crisis
Mujeres presas y mercados de drogas: efectos de la crisis capitalista global

Joana das Flores Duarte¹
<https://orcid.org/0000-0001-7175-756X>

Recebido em: 30/12/2020
Aprovado em: 27/02/2023

Resumo: Este artigo versa sobre a situação das mulheres presas no Brasil por crimes tipificados na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Essa legislação não emerge de um cenário novo, uma vez que é uma releitura da Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971. No que se refere à metodologia da pesquisa, optou-se pela análise de dados quantitativos do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2014 e 2017 e do Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade de 2019. Qualitativamente, recorreu-se à pesquisa bibliográfica de te-

1 Formação profissional em Serviço Social. Doutora em Serviço Social pela PUC/RS. Professora Adjunta A I DE na Universidade Federal de São Paulo, Campus da Baixada Santista, Santos (SP). Curso de Serviço Social. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7050328398578647>>. E-mail: <joana-dasfloresduarte@gmail.com>.

ses e dissertações produzidas entre os anos de 2006 e 2016, cujo tema central de investigação foi a situação das mulheres presas. Buscou-se mostrar que os crimes relacionados ao mercado de drogas no Brasil resultam da divisão internacional, sexual e racial do trabalho informal como a face ilícita da globalização capitalista.

Palavras-chave: Mulheres. Prisão. Mercados de drogas. Trabalho. Informalidade.

Abstract: This paper deals with the situation of women imprisoned in Brazil for crimes typified in the Law nº 11,343, of August 23, 2006, which institutes the National System of Public Policies on Drugs. This legislation does not emerge from a new scenario, it is a rereading of Law nº 5,726, of October 29, 1971. Regarding the research methodology, we opted for the analysis of quantitative data from the National Survey of Penitentiary Information of 2014 and 2017 and the Thematic Report on Women Deprived of Liberty of 2019. Qualitatively, we used the bibliographic research of theses and dissertations produced between the years 2006-2016 whose central theme of investigation was the situation of women prisoners. We sought to show that crimes related to the drug market in Brazil result from the international, sexual and racial division of informal work as the illicit face of capitalist globalization.

Keywords: Women. Prison. Drug markets. Labour. Informality.

Resumen: El artículo en cuestión trata sobre la situación de las mujeres encarceladas en Brasil por delitos tipificados en la Ley nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, por la que se crea el Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. La legislación no surge de un nuevo escenario, es una relectura de la Ley nº 5.726, de 29 de octubre de 1971. En cuanto a la metodología de la investigación, optamos por el análisis de datos cuantitativos de la Encuesta Nacional de Información Penitenciaria de 2014 y 2017 y el Informe Temático sobre Mujeres Privadas de Libertad de 2019. Cualitativamente, utilizó la búsqueda bibliográfica de tesis y disertaciones producidas entre los años 2006-2016, cuyo tema central de investigación fue la situación de las mujeres privadas de libertad. Se buscó mostrar que los delitos relacionados con el mercado de drogas en Brasil resultan de la división internacional, sexual y racial del trabajo informal como la expresión ilícita de la globalización capitalista.

Palabras clave: Mujeres. Prisión. Mercados de drogas. Trabajo. Informalidad.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa concluída sobre a situação das mulheres presas no Brasil por crimes tipificados na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), prescreve medidas para prevenção do uso indevido dessas substâncias, estabelece normas para repressão à produção e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências (BRASIL, 2006). Portanto, a nossa referência de análise em torno da tipificação penal centrar-se-á a partir de 2006, quando a lei entra em vigor em território nacional. Todavia, cabe mencionar, ainda que de modo breve, que a legislação atual não emerge de um cenário novo. Ela é uma releitura da Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971, que foi a primeira a dispor de modo específico sobre as medidas tanto preventivas quanto repressivas ao tráfico e ao uso de drogas no Brasil.

Ainda que essas legislações demarquem o caráter preventivo, é incipiente o estabelecimento de medidas e critérios pautados na prevenção de danos e na antecipação de atividades que possam evitá-los. A ideia de prevenção nessas legislações se sustenta no marco repressivo de controle, combate e guerra às drogas. Nessa esteira, a prevenção, além de estabelecer uma conexão direta com o punitivismo e o proibicionismo, tem como princípio legal a função de respaldá-los. É o que podemos ver em ambas as legislações no tocante às medidas preventivas, como ações vinculadas ao uso indevido. Considerando-se que, no Brasil, a produção, a venda e o consumo de substâncias psicoativas de qualquer natureza, sem a finalidade medicinal, não são descriminalizados, legalizados e regularizados, a dimensão preventiva instituída juridicamente, além de atuar pelo viés da interdição, promove critérios resguardados em discriminações interseccionais de classe, raça/etnia, gênero, geração e espacialidade, abalizando a seletividade penal de pessoas que usam e/ou atuam no mercado varejista de drogas.

Em relação à metodologia da pesquisa, como recurso quantitativo, optou-se pela análise de dados do Levantamento Nacional de

Informações Penitenciárias (Infopen) de 2014 e 2017 sobre o encarceramento de mulheres no Brasil e do Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade de 2019 (BRASIL, 2019), dando ênfase aos crimes relacionados ao mercado de drogas e a sua interface com a divisão internacional do trabalho ilícito e informal como uma nova fase da globalização capitalista. No que diz respeito à análise qualitativa da pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica de teses e dissertações produzidas entre os anos de 2006 e 2016², cujo tema centrou-se no aprisionamento de mulheres em território nacional e em entrevistas com elas. A busca foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com o descritor “mulheres e tráfico de drogas”. No resultado da busca, apareceram 91 produções. A partir dos critérios já mencionados, foram selecionadas 12 produções para análise. Além da análise do material, foram utilizadas como dados secundários as entrevistas com as mulheres presas. Nessa etapa, optou-se pela análise dialógica do discurso, considerando que “[...] o grau de consciência, de clareza e de constituição da vivência está proporcionalmente relacionado à orientação social [...]; portanto, a comunicação discursiva nunca poderá ser compreendida nem explicada fora dessa ligação com a situação concreta” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220).

Nessa condução, o objeto não é estático, tampouco neutro e, contraditoriamente, mostra e ao mesmo tempo oculta a sua essência. Mostra porque torna-se experiência concreta na vida cotidiana – por exemplo, o desemprego. Oculta porque suas contradições históricas sobre a formação do trabalho são negadas. Portanto, a análise investigativa foi realizada em três etapas: I) implicações com o tema; II) seleção do material e estabelecimento de critérios; e III) processo de análise do material a partir das questões formuladas por Volóchinov (2017), quais sejam: a) as expectativas que os locutores possuem em relação à compreensão daquilo que dizem aos interlocutores; b) as intenções dos interlocutores; c) a análise do diálogo existente entre um discurso corrente com outros discursos do passado; d) a análise dialógica de um discurso do presente com discursos que ele suscita no futuro; e e) a análise dos enunciados em contextos comunicativos concretos.

A preocupação em estudar a situação das mulheres presas por tráfico de drogas em teses e dissertações entre os anos de 2006 e 2016

2

A justificativa pelo critério temporal parte do ano de aprovação da Lei nº 11.343/2006 e do espaço de uma década para avaliar o que nesse período foi produzido sobre o tema com ênfase na situação das mulheres.

deu-se com o fito de compreender a gênese da sociedade capitalista no tempo presente, suas formas de apropriação e expropriação do trabalho e como este último, desprovido de direitos, é “reinventado” pelas regras do mercado global; neste caso, como trabalho informal e ilícito na produção, na exportação, na venda e no consumo de drogas.

Ao situarmos o mercado de drogas como global e seus desdobramentos narrados pela via das experiências sociais de mulheres presas por crimes relacionados à Lei de Drogas, buscamos evidenciar, a partir de Chossudovsky (1999), como as estruturas da economia global, profundamente modificadas por intervenções de instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), a partir dos anos de 1980, promoveram nos países em desenvolvimento e de economias periféricas e dependentes a globalização da pobreza, sustentada por uma nova ordem financeira, que se alimenta da miséria da população, da destruição do meio ambiente, do racismo e dos conflitos étnicos e que mina os direitos das mulheres.

O artigo está estruturado em três seções, sendo esta introdução a primeira, seguida por “*Mercados de drogas e geração de renda: trabalho doméstico, informal e ilícito a serviço do capital*”, cujo fito é o de mostrar, com algumas narrativas e dados de mulheres presas, a face ilícita desse mercado como promotora de desigualdades. Por fim, têm-se as considerações finais.

MERCADOS DE DROGAS E GERAÇÃO DE RENDA: TRABALHO DOMÉSTICO, INFORMAL E ILÍCITO A SERVIÇO DO CAPITAL

Uma lei sancionada diz mais do que as suas definições jurídicas. Ela apresenta, sobretudo, o projeto de Estado e da sociedade vigente. A Lei de Drogas ou Antidrogas, como é conhecida, não surge em 2006. A primeira mais específica no trato do tema é a Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971, consubstanciada pela Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976³, ambas sancionadas durante a ditadura militar, sob o comando dos generais Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979).

3 Lei de Entorpecentes e dos Tóxicos, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. Revogada pela Lei nº 11.343, de 2006.

Em ambos os casos, tanto em 1971 quanto em 2006, a ideia de repressão às drogas foi a base dessas duas leis. Todavia, comparando-as, observa-se que a legislação de 2006 é mais rígida no tocante à repressão e à punição de quem comercializa ou trafica drogas do que a sancionada 35 anos antes, visto que o tempo de prisão, antes previsto como um mínimo de três anos, passa para cinco. Em 2006, atenta-se para a questão do uso e da necessidade de tratamento, situação que não figura motivo para responsabilização penal, configurando-se, sim, como questão de saúde pública. Todavia, a positivação desse direito como universal pouco avançou desde então.

Nessa esteira, a partir de 2006, tem-se um aumento significativo de mulheres presas no Brasil, é o que mostra o levantamento do Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro (Infopen), de 2014. Segundo o documento, a população absoluta de mulheres encarceradas no sistema penitenciário cresceu 567% entre os anos de 2000 e 2014. Já a população de homens encarcerados cresceu 220% no mesmo período, seguindo a tendência geral de aumento do encarceramento no Brasil. “Se em 2000 as mulheres representavam 3,2% da população prisional, em 2014 elas passaram a representar 6,4% desse total” (BRASIL, 2014, p. 9).

Outra questão associada ao crescimento da população diz respeito à forma interpretativa e improvisada sobre quem é ou não é usuária. Embora na lei estejam previstos o tratamento e o entendimento de que o/a usuário/a não deve responder criminalmente pelo uso, o sistema carcerário feminino hoje conta também com mulheres presas cuja condição é estritamente de usuárias. Isso porque, pelas interpretações do sistema de justiça e penal, estar no lugar de usuária requer alguns critérios que, de modo geral, essas mulheres pobres e periféricas não atingem; entre eles, comprovação de rendimentos, escolarização, residência fixa, vínculos familiares, antecedentes criminais e o critério de raça/etnia.

Essas discriminações interseccionais, lidas numa perspectiva global, situam o que Michel Chossudovsky (1999) denominou como a administração da pobreza a custo mínimo. Para o autor, a política macroeconômica imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), a partir dos anos de 1980, nos países da América Latina, acelerou a pobreza urbana, gerando em grande escala o empobrecimento de milhares de trabalhadores. “Muitos desses que antes viviam em áreas residenciais de classe média e baixa foram despojados, socialmente marginalizados” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 178).

Lançada ao próprio desalento, essa massa de desempregados deparou-se com um limitado acesso ao mundo do trabalho formal e condições concretas de superação de suas realidades. As reformas conduzidas pelo FMI não só contribuíram para o empobrecimento em massa da população em diversos setores, mas, sobretudo, geraram uma instabilidade da estrutura fiscal federal. Denominada de “terapia econômica”, ela atuou no congelamento das transferências federais para os governos estaduais e municipais (destinadas à saúde, à educação, à habitação, que foram redirecionadas para o pagamento de juros da dívida) e em emendas constitucionais que permitissem a rápida privatização da Petrobrás, da Telebrás e das telecomunicações. Somada a isso, uma profunda instabilidade nas instituições públicas (dentre elas, as de segurança) propiciou uma gigantesca onda de violações dos direitos humanos e de abuso da autoridade policial em relação à população mais empobrecida e criminalizada (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Na tentativa de melhor explicitar os desdobramentos dessa “terapia econômica”, situemos, agora, os dados sobre mulheres presas produzidos nos anos de 2014, 2017 e 2019 pelo do Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro (Infopen). No levantamento de 2014, o Brasil tinha uma população prisional de 607.731 indivíduos. Desse total, 37.380 eram mulheres, o que constitui a quinta maior população do sexo feminino privada de liberdade no mundo, correspondente a uma taxa de 18,5% de aprisionamento para cada 100 mil habitantes. Países como Estados Unidos (205.400), China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.751) ocupavam os quatro primeiros lugares, respectivamente. Das 37.380 mulheres presas em território nacional, 68% delas eram negras, 57% solteiras, 50% tinham ensino fundamental incompleto, 35% foram condenadas com pena de prisão acima de quatro anos e máxima de oito anos. Nesse período, 63% das mulheres presas foram condenadas com penas de prisão de até oito anos (BRASIL, 2014).

No que diz respeito ao encarceramento de mulheres por unidades da Federação, o levantamento de 2014 mostra que as capitais mais populosas do País são as que também mais encarceram. São Paulo, estado com o maior número absoluto de presos, tinha também a maior população absoluta de mulheres encarceradas, respondendo, em 2014, por 39% do total de mulheres presas no País. Rio de Janeiro, com 4.139 mulheres presas (11% do total), e Minas Gerais, com 3.070 presas

(8,2%), ocupavam, respectivamente, a segunda e a terceira posições (BRASIL, 2014).

Quanto ao levantamento de 2017, pode-se dizer que houve um maior detalhamento nas informações, visto que essa versão contou com o “[...] formulário estruturado, disponibilizado através de plataforma digital de pesquisas, desenvolvida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)”. Em junho de 2017, o Brasil tinha, em âmbito nacional, 42.355 mulheres presas, tendo o sistema apenas capacidade para 27.029 vagas, o que significava uma taxa de ocupação de 156,7% e um déficit de 15.326 vagas (BRASIL, 2017, p. 7).

Ainda segundo dados do levantamento de 2017, naquele ano existiam 726.712 pessoas privadas de liberdade no Brasil (homens e mulheres), distribuídas entre aquelas que se encontravam custodiadas em carceragens de delegacias (um total de 36.765 pessoas) e aquelas que se encontravam em estabelecimentos do sistema prisional (689.947 pessoas no total). Em dois anos (2014-2016), o sistema de justiça penal aprisionou mais 4.975 mulheres; com isso, a taxa de aprisionamento para cada 100 mil habitantes chegou a 40,6%, o que colocou o Brasil em segundo lugar no *ranking* de países com a maior taxa de aprisionamento de mulheres no mundo, estando em primeiro os Estados Unidos, com 211.870 (65,7%); em segundo, a Rússia, com 48.478 (33,5%); e, em terceiro, a China, com 107.131 (7,6%)⁴. Nota-se que o crescimento do encarceramento de mulheres no Brasil é drasticamente desproporcional em termos de comparação com o dos demais países que estão liderando as posições em números absolutos⁵, pois, em quase duas décadas (2000-2016), a taxa de aprisionamento no País aumentou em 455%. Nesse mesmo período, na Rússia, houve a diminuição do encarceramento desse segmento em 2%, enquanto nos EUA, que têm a maior população carcerária feminina, houve um aumento em 18%. Para se ter uma ideia do tamanho da discrepância do aprisionamento de mulheres no Brasil, em 2000, o número de aprisionadas correspondia a menos de 6 mil e, em 2017, passou de 42 mil⁶ (BRASIL, 2017).

Quanto à natureza da prisão e ao tipo de regime, o levantamento apontou que 45% (19.223) das mulheres presas estavam sem condenação,

4 Percentuais das taxas de aprisionamento de mulheres por 100 mil habitantes.

5 Em números absolutos, o Brasil ocupa a quarta posição com a maior população carcerária feminina.

6 Neste caso, contabilizam-se todas as tipificações penais.

enquanto apenas 32% (13.536) foram sentenciadas a regime fechado. Além disso, apenas 16% (6.609) cumpriam medida em regime semiaberto, enquanto 7% (2.755) estavam em regime aberto. Nota-se que as penas alternativas à privação de liberdade ainda são utilizadas de forma irrisória, se comparadas às do sistema fechado. Ainda segundo o levantamento, 62% do total de mulheres presas o foram por crime correspondente à tipificação penal da Lei de Drogas. O mesmo documento mostra que 74% (31.342) são mães; dentre elas, 62% (26.260) são solteiras, 45% (19.059) têm o ensino fundamental incompleto, 62,5% (26.472) são negras e 50% (21.177) são jovens⁷ (estão na faixa etária de 18 a 29 anos) (BRASIL, 2017).

No que se refere aos dados divulgados em 2019, o relatório mostra que, das 37.828 mulheres presas (brasileiras e estrangeiras)⁸, 59,98% o foram por crimes tipificados na Lei de Drogas: 37,67% estão presas sem condenação, 36,21% estão em regime fechado, 52,69% dessas mulheres correspondem a uma faixa etária não jovem, 64,41% não são brancas, 58,55% são solteiras e 44,42% têm o ensino fundamental incompleto (número que, somado ao das que possuem essa escolarização, corresponde a 57,91% das mulheres presas) (BRASIL, 2019). Por fim, dentre as estrangeiras presas dos cinco continentes, as americanas alcançaram o maior número (com 200 mulheres) e em segundo lugar está o continente africano (com 99) (BRASIL, 2019).

As mulheres presas no Brasil, conforme os dados dos levantamentos e dos relatórios do Infopen de 2014, 2017 e 2019, são – em sua maioria – mulheres não brancas, com baixa escolarização, moradoras de áreas periféricas, mães e chefes de família, atuantes no mercado varejista de drogas e, com uma mudança significativa no último levantamento, não jovens. Sobre este último dado, importa destacar que, do levantamento de 2014 para o de 2017, não houve alteração no percentual, mas chama a atenção que, no de 2019, há o indicador de que 0,15% de mulheres estão acima de 70 anos, 1,40% estão na faixa etária dos 60 aos 70 anos, 10,14% das que estão presas correspondem à faixa etária dos 46 aos 60 anos e que 22,66% faziam parte da faixa dos 35 aos 45 anos, percentual este que é superior ao de mulheres com idades entre 25 e 29 anos (22,11%). Trata-se de um dado também presente nas 12

7 Conforme a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, em que são consideradas jovens as pessoas com idades entre 15 e 29 anos.

8 Entre 2017 e 2019, conforme dados do levantamento e do relatório, há uma queda de 4.527 no número de mulheres presas.

teses e dissertações (BIELLA, 2007; MOREIRA, 2012; RAMOS, 2012; HELPES, 2014; CHERNICHARO, 2014; OLIVEIRA, 2014; CACERES, 2015; CARNEIRO, 2015; SERQUEIRA LIMA, 2016; FEITOSA DE LIMA, 2016; COSTA LIMA, 2016; PRADO, 2016) analisadas entre 2006 e 2016, para as quais se entrevistaram mulheres acima de 45 anos presas pelo crime de tráfico de drogas.

Cabe, todavia, sinalizar que, em alguns casos, tais mulheres já estavam há 20 anos no mercado de drogas, conforme salienta Janete Biella (2007), em sua pesquisa de mestrado. Na pesquisa, a autora mostra a história de vida de Irene, mulher pobre, analfabeta, dona de casa, com mais de 60 anos, mãe de três filhos, chefe de família e solteira. “Irene e sua filha (Lúcia) foram presas em operações policiais distintas. Ambas são reincidentes nos crimes de tráfico e não eram usuárias de drogas” (BIELLA, 2007, p. 119). A partir da contribuição da autora, é possível aferir que o ingresso de mulheres mais velhas no mercado de drogas não necessariamente guarda relação com o uso de substâncias psicoativas ou socialização com os signos de poder, mas sim por questões relativas à condição de prover os meios de subsistência da vida material. Estamos, portanto, afirmando que há distinções de ingressos no mercado de drogas, pois nem todas as mulheres estão nele exclusivamente por questões financeiras. Todavia, nas 12 teses e dissertações analisadas, as entrevistadas narraram dificuldades materiais e situações de desemprego e informalidade. Além disso, declararam que não eram usuárias e afirmaram que encaravam o tráfico como um trabalho.

Ao afirmarmos que tal ofício faz parte de um mercado informal, ilícito e globalizado, partimos da contribuição de Tom Wainwright (2016), em seu livro intitulado “*Narconomics: como administrar um cartel de drogas*”. Nele o autor não só apresenta a tese de que estamos diante de um mercado global de drogas, como mostra em dados que tal cadeia ilícita e informal se estrutura do mesmo modo que grandes corporações, como Walmart, McDonald’s e Coca-Cola. Ainda segundo o autor, trata-se de uma das indústrias mais violentas e rentáveis do planeta, porque conta com a estrutura bélica e policial do Estado na chamada *guerra às drogas*, com o controle dos cartéis que dominam e disputam espacialidades periféricas em todo o território latino-americano e com uma demanda de consumidores que ultrapassa os 250 milhões em todo o mundo. Ainda segundo o autor, trata-se de um mercado que pode ser comparado às grandes cadeias que controlam mundialmente a

produção de alimentos, porque impõe seus preços aos seus fornecedores e consumidores. O autor cita como exemplo a condição de trabalho dos agricultores produtores de folha de coca nas zonas rurais e dos varejistas nas favelas e periferias do continente americano (WAINWRIGHT, 2016).

Tal análise corrobora a feita por Chossudovsky (1999) sobre a dívida e a economia da droga ilegal na Bolívia. Segundo o autor, a experiência boliviana no final dos anos de 1990 era dada como exitosa pelas instituições de Bretton Woods. “Tendo nas exportações ilegais de coca sua maior fonte de divisas estrangeiras, foi com o dinheiro do narcotráfico (narcodólares) que o país amorteceu o saldo da dívida externa” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 205). Considerando a origem ilícita e desregulamentada desse capital, o Estado, na ocasião, criou um programa de “estabilização” e promoção da reestruturação produtiva das indústrias, o que teve como efeito o fechamento de várias delas e mais de 20 mil trabalhadores demitidos (CHOSSUDOVSKY, 1999).

No exame das 12 teses e dissertações, percebe-se que os efeitos dessa reestruturação produtiva global foram expressos nas seguintes categorias: trabalho, mercado de drogas, migração laboral e gênero. Sobre o trabalho, atentou-se para as narrativas dessas mulheres, a forma de ingresso e o compromisso que assumem com a renda provida do mercado ilícito e informal de drogas. Quanto ao tráfico de drogas, notou-se que há uma migração dessas mulheres da condição de trabalhadoras informais lícitas para a situação de informalidade ilícita. Todavia, elas sabem pouco ou quase nada da indústria de drogas e, de modo geral, possuem um contato de fornecimento, desconhecendo por completo sua estrutura global. E, por último, as relações de dependência e subordinação entre ambos os sexos/gêneros resguardam especificidades do processo de colonização, a citar como exemplo a figura da mula, função em que boa parte dessas mulheres presas atua no mercado varejista.

Das mulheres que foram entrevistadas nas 12 pesquisas analisadas, as que tiveram experiência com o trabalho lícito dizem que ele era informal, em especial na condição de empregadas domésticas remuneradas. Silvia Federici (2019), em estudo sobre o trabalho doméstico, convida-nos a pensar nesse processo não de forma isolada, como algo “natural” realizado pela mulher, mas sim como estratégia de acumulação e reprodução do capital no curso da história. Além disso, faz-nos pensar sobre o seu caráter global e geracional, “[...] na medida em que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamentos

diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a filha para este papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida” (FEDERICI, 2019, p. 43).

Sobre a atuação das mulheres no mercado de drogas varejista, um dos fatores de ingresso diz respeito à possibilidade de seguirem exercendo os cuidados domésticos, mantendo, assim, o papel social atribuído ao sexo/gênero, bem como seguir na manutenção do cuidado em todos os seus aspectos. Conforme evidenciam suas narrativas (BIELLA, 2007; MOREIRA, 2012; RAMOS, 2012; HELPES, 2014; CHERNICHARO, 2014; OLIVEIRA, 2014; CACERES, 2015; CARNEIRO, 2015; SERQUEIRA LIMA, 2016; FEITOSA DE LIMA, 2016; COSTA LIMA, 2016; PRADO, 2016), tais mulheres mantêm uma relação protetiva na gestão do lar e ingressam no mercado de drogas por questões de ordem material, para prover aos filhos e a si próprias melhor acesso à moradia, à alimentação e ao poder de consumo. Isso explica também por que razão mulheres no mercado de drogas não ascendem socialmente em comparação aos homens, pois, assim como no mundo do trabalho formal e lícito, elas ganham menos, trabalham mais e ficam responsáveis por colocar suas rendas à disposição da família. Tal situação foi narrada por Bia, mulher entrevistada por Vanessa Moreira (2012).

Comecei a vender quando eu estava grávida do meu primeiro filho. Minha mãe tinha me dado um dinheiro para o enxoval do meu filho porque aquele desgraçado [o pai do filho] não ia comprar nada! Aí eu resolvi com esse dinheiro pegar *crack* para vender. Para também ajudar minha mãe a comprar as coisas para o menino. Só minha mãe comprando não dava certo, porque ela ficava jogando na minha cara um bocado de coisas. Eu fui e vendi sem ela saber, escondido, em outra rua. E vendendo *crack*, vendendo, vendendo (Bia, 20 anos) (MOREIRA, 2012, p. 78-79).

A migração para o trabalho informal e ilícito, imposta pela crise global capitalista, não somente destitui essas mulheres dos direitos que lhes são previstos, como também lhes retira em absoluto sua humanidade. Para Silvia Federici (2019), não se trata de um processo recente, porque tem mostrado aprofundamentos drásticos pela Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT), que não só estabelece baixos salários, precariedades e riscos, mas compele uma massa de mulheres no mundo

a “[...] fazer bicos para poder pagar as contas”, visto que “[...] a globalização tem por intuito dar ao capital corporativo o controle completo sobre o trabalho e os recursos naturais” (FEDERICI, 2019, p. 109-183).

Ainda que algumas das mulheres entrevistadas atuassem no mercado varejista com outras substâncias psicoativas, como cocaína e maconha, a maioria narrou a venda de *crack* como a substância mais rentável. Segundo dados da Polícia Federal e da Divisão Estadual de Narcóticos (Denarc) da Polícia Civil do Paraná (2010), entre 2003 e 2009, o estado apreendeu 172 kg de pasta-base, uma média de 24,5 kg/ano. Ainda segundo as fontes citadas, para cada 1 kg de pasta-base, são produzidos, em média, de 3 a 5 quilos de cocaína refinada. Em se tratando de *crack*, pode-se atingir de 12 a 15 mil pedras (BRASIL, 2020).

Sobre a produção e a venda de *crack*, vejamos, para fins de exemplo, o caso de Selma. Em pesquisa realizada por Janete Biella (2007), a entrevistada narrou que ingressou no sistema prisional juntamente com as filhas. Acusada pelo crime de associação ao tráfico de drogas, ela disse que o marido e uma das filhas produziam as pedras e a outra filha vendia. Com seu relato, é possível entender como mulheres mais velhas estão atuando nessa atividade de forma direta ou indireta (BIELLA, 2007).

Já na pesquisa de Laisa Feitosa de Lima (2016), a autora atribui centralidade à venda de drogas no varejo por mulheres dentro de suas casas, o que, segundo ela, guarda relação com a ideia de cuidado privado e menos risco – atribuição espacialmente construída sobre o gênero (sexo feminino), que passa a ser incorporada pelo mercado de drogas. Isso explica também, em parte, o ingresso de mulheres acima de 40 anos no mercado varejista. Para essas mulheres, a comercialização de substâncias psicoativas em suas casas as distingue da condição de quem vende nas ruas. Ocupar esse lugar público para a venda tem relação com uma questão geracional: em grande parte, são as mulheres jovens que mais se envolvem com a dinâmica do mercado de rua, enquanto as mais velhas, por uma questão de ingresso tardio, ocupam esse lugar “resguardado” – em parte pelo risco à vida, mas também pela relação estritamente material que essas mulheres guardam com o mercado varejista.

Sobre mulheres e venda de *crack*, Philippe Bourgois, em seu livro “*Em Busca de Respeito: Vendendo Crack em Harlem*” (2015), aborda a

questão de sexo/gênero no que ele denomina de *economia subterrânea*. Ainda na esteira do autor, o *crack* é uma droga consumida em grande parte por pessoas desempregadas e em situação de rua, além de vendida por pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho formal e lícito. No dizer de Bourgois (2015, p. 21), “[...] el crack es la droga lumpen por excelencia. Es una sustancia que capta el sufrimiento social y la precariedad de nuestra época”.

As imbricações entre a expansão mundial do mercado de drogas e a deterioração das relações formais de trabalho demandam maiores esforços investigativos. Todavia, com base na pesquisa realizada, é possível sinalizar que há uma apropriação do trabalho doméstico e uma inserção dessas trabalhadoras no mercado varejista ilícito e informal de drogas, tendo-se em vista que tais mulheres são as mais afetadas pela crise global capitalista. Segundo dados da PNAD Contínua publicados pelo IBGE (2021), a falta de geração de emprego e renda afetou de forma distinta homens e mulheres durante o ano de 2020 no Brasil. Isso porque a taxa média de desemprego no País foi de 13,5% na totalidade, mas, ao se especificar o dado com base no recorte de sexo/gênero, percebe-se que o desemprego foi de 15,7% entre as mulheres e de 11,8% entre os homens. Ainda segundo o documento, a taxa de desocupação para os pretos foi em torno de 17%, enquanto que, para os pardos, foi de 15% e, entre os brancos, foi de 11,5% no último trimestre e de 10,9% no ano.

Seguindo a mesma fonte de dados do IBGE, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), no estudo “*A Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho*”, mostra que as mulheres foram fortemente afetadas pela deterioração das relações trabalhistas em 2020. Entre o 3º trimestre de 2019 e 2020, o contingente de mulheres fora do mercado formal e lícito de trabalho aumentou 8,6 milhões, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais 504 mil mulheres passaram para a condição de desempregadas. No que se refere às relações étnico/raciais, o estudo divulga uma chaga persistente: a taxa de desemprego das mulheres negras e não negras cresceu 3,2 e 2,9 pontos percentuais, respectivamente, sendo que a das mulheres negras atingiu a alarmante taxa de 19,8%. A diferença de rendimentos entre homens e mulheres persistiu, principalmente para as mulheres negras, que, em 2020, receberam, em média, R\$ 10,95⁹, e o homem negro, R\$ 11,95. Entre os não negros, o rendimento era de R\$ 18,15

para as mulheres e de R\$ 20,79 para os homens. Outro dado que chama a atenção é o desemprego de 1,6 milhão de mulheres. Desse total, 400 mil tinham vínculo formal e direitos trabalhistas assegurados, enquanto 1,2 milhão não tinham vínculo formal de trabalho. Já o contingente de trabalhadoras informais, exceto daquelas do emprego doméstico, passou de 13,5 milhões para 10,8 milhões. Ao debulhar o impacto da crise regionalmente, o estudo mostra que os estados com maior índice de desemprego geral foram Bahia (19,8%), Alagoas (18,6%), Sergipe (18,4%) e Rio de Janeiro (17,4%) (DIEESE, 2021).

Desse modo, a informalidade não aparece como exceção, mas sim como regra no que diz respeito às condições de vida das mulheres pobres, em sua maioria negras, com baixa escolarização e baixa renda. Não por acaso, indicadores sociais de renda e desemprego coadunam com os indicadores de mulheres privadas de liberdade por crimes relacionados à Lei de Drogas no País.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Decorridos 35 anos de uma legislação para outra (1971-2006), a sociedade e o Estado brasileiro seguem, em sua maioria, com a mesma ideia de repressão, controle e punição para quem mantém qualquer tipo de relação com substâncias ilícitas. Um dos objetivos do presente artigo foi o de identificar o ingresso de mulheres no sistema prisional por crimes relacionados à Lei de Drogas. A partir das teses e dissertações analisadas, é possível afirmar que o encarceramento de mulheres no País na última década (2006-2016) guarda relação com a falta de acesso a direitos; dentre eles, os relacionados a trabalho, moradia, renda, escolarização e profissionalização.

As produções analisadas centram-se na busca por respostas para o questionamento: o que leva as mulheres a ingressar no mercado de drogas? Dessa forma, situam as relações afetivas e a questão material – o que, de certa maneira, parte da experiência concreta de vida narrada por essas mulheres. Mas esses estudos, por outro lado, parecem não atentar para as formas de inserção informal e os aspectos territoriais como “facilitadores” do ingresso. Circundam suas análises e problematizações em torno da vida e do modo de viver das mulheres, mas com pouca ênfase nas relações mais estruturantes, tais como o mundo do trabalho, do desemprego, da geração de renda, da informalidade e da produção desigual do espaço.

Os resultados da pesquisa revelam um agravamento da desigualdade social. Para essas mulheres entrevistadas, o ingresso no mercado varejista não é uma escolha, mas uma condição imposta, em face da necessidade material de prover o sustento da família. Quando tratamos o mercado de drogas como um trabalho e ao mesmo tempo evidenciamos que são as mulheres (em sua maioria, negras e pobres) as mais afetadas pela globalização capitalista, mostramos como a conciliação dos cuidados com os filhos fora da escola, a preocupação com os idosos sob a sua responsabilidade, os afazeres domésticos e as longas jornadas sem proteção social assegurada pelo Estado formalizam o desalento e compelem essas mulheres a buscar “alternativas” de trabalho que possam garantir os meios de subsistência e a conciliação com as sobrecargas.

Em linhas gerais, importa ressaltar que as necessidades materiais, somadas às condições de precarização da vida, impostas por um sistema desigual, não são impositivas para que mulheres atuem no mercado varejista de drogas, mas reduzem significativamente a possibilidade de projeção e escolha de outras possibilidades. Cabe, todavia, maior investimento em estudos e pesquisas sobre o tema, focando na estrutura operacional, financeira e global desse mercado, sendo possível, dessa forma, mediar dialeticamente essas histórias de vida com a ordem sociometabólica do capital mundial. Tais dados são imprescindíveis para situarmos a linha tênue que demarca a vida dessas mulheres entre o trabalho informal, o formal lícito e o ilícito, bem como as condições objetivas e concretas – de sobrevivência – que “motivam” o ingresso no mercado de drogas. A chamada *guerra às drogas* é também uma guerra comercial. As alternativas de mudança se horizontam numa nova legislação que supere os marcos proibicionistas e criminalizatórios presentes na vigente, em que possamos concretamente atuar no tripé descriminalização, legalização e regularização trabalhista.

REFERÊNCIAS

- BIELLA, J. B. **Trajetórias e rotina de prisioneiras por tráfico de drogas**: autoras e coadjuvantes, 2007. 168 f. Dissertação. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- BOURGOIS, P. **Em busca de respeito**: vendendo *crack* em Harlem. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

BRASIL. Polícia Federal. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Estatística de drogas apreendidas**, 2020. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/estatistica/drogas>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade**: junho de 2017. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Mulheres**. 2ª ed. Org.: Thandara Santos. Colab.: Marlene Ines da Rosa et al. Brasília, jun. 2017. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Mulheres**. Brasília, jun. 2014. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976**. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. Brasília, 1976. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6368.htm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971**. Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou

que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L5726.htm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CACERES, J. G. **À margem das fronteiras legais**: trajetórias sociais de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CARNEIRO, L. G. S. **Mulas, olheiras, chefas & outros tipos**: heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília – DF e na Cidade do México, 2015. 412 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CHERNICHARO, L. P. **Sobre mulheres e prisões**: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil, 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Trad.: Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

COSTA LIMA, M. T. **Histórias de vidas de mulheres condenadas pelo tráfico de drogas**: um estudo sobre identidade de gênero, 2016. 122 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A inserção das mulheres no mercado de trabalho**. DIEESE, 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>>. Acesso em: 10 set. 2021.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad.: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEITOSA DE LIMA, L. D. **Presa em flagrante**: uma análise da inserção das mulheres no tráfico de drogas, 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado

em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

HELPE, S. S. **Vidas em jogos: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas**, 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD Contínua. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil, 2012-2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MOREIRA, V. S. **Impactos do envolvimento de mulheres presidiárias com o fenômeno das drogas**, 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

OLIVEIRA, M. M. S. **“Como vender balinha”**: a presença das mulheres no tráfico de drogas, 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

PRADO, H. Z. A. **O comércio de drogas ilegais na trajetória de trabalho de mulheres presas na penitenciária feminina do DF**, 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RAMOS, L. S. **Por amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas**, 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SERQUEIRA LIMA, C. P. **As mulheres na rede do tráfico de drogas em Alagoas**, 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad.:

Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WAINWRIGHT, T. **Narconomics**: cómo administrar un cártel de drogas.

Trad.: María Orvaños Landereche. México: Debate, 2016.

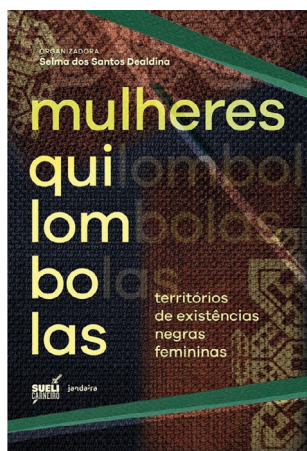
SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas¹

Quilombolas women: territories of black female existences
Mujeres quilombolas: territorios de existencias femininas negras

Dalila Maria de Fátima Lisboa²
<https://orcid.org/0000-0001-9136-2557>



As narrativas das mulheres quilombolas são uma forma de resistência e contribuem para compreendermos quem somos, o que pensamos e o que produzimos. Ao expressarem os sentimentos por meio da escrita, essas mulheres demonstram suas lutas pela preservação e pela valorização da identidade quilombola.

Partindo desse pressuposto, o livro “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas”, organizado por Selma dos Santos Dealdina, expõe o direito ao território, a violência doméstica sofrida pelas mulheres quilombolas, a inserção dessas mulheres na academia e o

1 DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). Mulheres quilombolas: Territórios de existências negras femininas. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

2 Tem formação profissional em Serviço Social. Mestre em Política Social. Assistente Social no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). E-mail: <dalilamesquita08@gmail.com>.

protagonismo delas na militância política, a partir da contribuição de outras mulheres quilombolas de diversas partes do Brasil.

As narrativas foram publicadas em forma de artigo. O primeiro artigo é de Ana Cleide da Cruz Vasconcelos e contém dois poemas: o primeiro ressalta o trabalho duro das mulheres da Amazônia e a falta de acesso a direitos, apesar de destacar algumas conquistas. Já o segundo relata o sofrimento do povo negro, o trabalho e a luta pela titulação dos territórios quilombolas, fundamental para a afirmação da identidade do povo quilombola.

Adiante, o artigo “Mulheres quilombolas defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política”, da autora Selma dos Santos Dealdina, narra a existência dos quilombos como um projeto coletivo de vivências em comunidade e o compartilhamento do acesso aos bens, de modo contrário ao que é projetado pelo capitalismo. O território é algo que fortalece a identidade do povo quilombola, mas ainda ocorre uma escassez de políticas públicas que garantam acesso a esses espaços e a outros bens que possibilitem melhor qualidade de vida.

É inegável que a dificuldade de acesso à terra e às políticas públicas é permeada pelo racismo institucional, que protela o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas. As mulheres são as maiores responsáveis pela transmissão cultural entre as gerações dos quilombos, já que são as principais no processo de transmitir a reza, no conhecimento das raízes medicinais, nos benzimentos e na formação de lideranças comunitárias, a fim de manter viva a ancestralidade dos povos quilombolas.

O Coletivo de Mulheres da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) tem como um dos objetivos o fortalecimento das lutas das mulheres quilombolas contra a invisibilidade e as violências a que elas são submetidas. O Coletivo elaborou o artigo: “Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela”, buscando dar visibilidade à temática da violência, mais especificamente contra as mulheres quilombolas.

Por sua vez, a autora Givânia Maria das Silva escreveu “Mulheres quilombolas afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina”, apontando para as disparidades e o menor acesso das mulheres negras quilombolas à educação

e ao mercado de trabalho, dentre outras desvantagens, em comparação com outros grupos sociais. Aponta também a falta de representação dessas mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisões, apesar de exercerem importante papel na luta pelos direitos das populações quilombolas.

Maria Aparecida Mendes, quilombola, mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais pela Universidade de Brasília (UnB), em “Saindo do quarto escuro”, aborda a violência doméstica e a luta comunitária de mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas. A autora destaca os conflitos existentes nos quilombos, pois, mesmo sendo quilombolas, elas estão inseridas em um sistema patriarcal capitalista e suas vidas são permeadas de violência. Com isso, a autora busca dar visibilidade às violações dos direitos das mulheres quilombolas e às estratégias utilizadas para enfrentar tal contexto. A luta pelo território, como direito coletivo, é uma estratégia de autofortalecimento e apoio mútuo, a fim de superar coletivamente os dilemas individuais.

A escrita de Vercilene Francisco Dias, em “Eu Kalunga: pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e cultural quilombola”, traz para discussão os critérios adotados para o reconhecimento da identidade quilombola do povo Kalunga. Tais critérios objetivam coibir fraudes e possibilitam o acesso às oportunidades.

O artigo “Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins”, escrito por três autoras (Amária Campos de Sousa, Débora Gomes Lima e Maria Aparecida Ribeiro de Sousa), relata a trajetória de luta e resistência de quilombolas universitárias. Traz a reflexão de que algumas mulheres quilombolas, ao mesmo tempo em que desempenham vários papéis nos quilombos, ocupam as universidades, locais onde constroem saberes e conhecimentos científicos. A inserção dessas mulheres nas universidades contribui para a luta coletiva, uma vez que permite dar visibilidade aos quilombos e destaca a importância da garantia dos territórios.

A quilombola Gessiane Nazário, em “Trajetória acadêmica, raça e identidade quilombola: um breve relato biográfico”, narra sobre a sua trajetória na pesquisa de mestrado, em que dissertou sobre a sua comunidade: o Quilombo da Rasa, localizado no Rio de Janeiro. As principais

narrativas do texto são sobre a expropriação das terras dos familiares da autora, a sua trajetória enquanto quilombola acadêmica, o racismo estrutural, a Lei nº 10.639/03 e o papel da educação na emancipação dos intelectuais negros.

Sandra Maria da Silva Andrade e Ana Carolina Araújo Fernandes, em “Eu sempre fui atrevida: alguns movimentos de uma filha de Xangô na luta quilombola”, narram sobre Sandra Maria e sua família. As mulheres do Quilombo Carrapatos da Tabatinga, localizado em Bom Despacho (MG), são exemplos da importância das religiões de matrizes africanas, bem como da fortaleza das mulheres do referido quilombo. A união delas contribui para minimizar a opressão imposta aos quilombolas e as impulsiona para que lutem pelos seus direitos. A rebeldia é uma forma de poder entre os quilombolas, pois contribui para a luta contra as desigualdades e a violência.

A narrativa “Quilombo Pau D’Arco e Parateca: quando as vozes negras se (re)envolvem na construção de caminhos para a participação coletiva” foi escrita por Valéria Pôrto dos Santos. O texto expõe o protagonismo das mulheres quilombolas no trabalho e na luta política, sendo as mulheres do referido quilombo consideradas responsáveis por buscar a autonomia na geração de renda e o empoderamento feminino na produção agrícola, defendendo os princípios da soberania, da solidariedade e da justiça social, o que impulsiona a organização coletiva das mulheres. A narrativa traz a concepção de quilombo como espaço onde são organizados e reproduzidos os modos de vida que constroem e preservam os conhecimentos que são repassados entre as diferentes gerações, bem como mostra a importância do diálogo nessa transmissão de conhecimentos.

Carlinda Pereira de Almeida, autora do artigo “Sementes crioulas, da ancestralidade para a atualidade: o protagonismo dos saberes tradicionais do povo quilombola de Lagoa do Peixe”, quilombo localizado no município de Bom Jesus da Lapa (BA), aborda a importância das sementes crioulas como parte do tradicional, uma vez que são consideradas um patrimônio cultural dos quilombos. Tais sementes contribuem para a autonomia alimentar e para a preservação da biodiversidade, sendo seu cultivo baseado na diversidade e nos princípios da solidariedade, na soberania alimentar e na conservação, de modo que resgatam um sentimento de pertencimento às comunidades quilombolas.

Por fim, as autoras Dalila Reis Martins, Mônica Moraes Borges, Rejane Maria de Oliveira, Andreia Nazareno dos Santos e Nilce de Pontes Pereira dos Santos nos contemplam com poemas sobre as mulheres negras quilombolas. Dalila Reis conta como é ser uma mulher do quilombo Kalunga, onde transbordam cultura e alegria, de maneira que ela se orgulha de pertencer ao referido território. Mônica Moraes retrata os estereótipos vivenciados pelas mulheres negras, associados à noção de que elas são fortes e não demonstram momentos de fraqueza e de dores. Ela ressignifica essa dita fortaleza e traz a reflexão de que tais estereótipos contribuem para a negligência dos direitos das mulheres quilombolas.

Rejane Oliveira fala dos diversos papéis exercidos pelas mulheres quilombolas e dispõe na escrita histórias de luta, coragem e resistência delas em relação aos direitos. Andreia Nazareno versa sobre o ser mulher quilombola e sobre a luta por igualdade, justiça e titulação dos territórios, além da busca por direitos contra o preconceito que assola os negros. Por fim, Nilce Pontes destaca as práticas agrícolas agroecológicas e o respeito aos alimentos e à terra como coisas sagradas, ressaltando a importância de que estejam alinhados ao fogo, à água e à terra, para o fortalecimento da identidade negra quilombola.

Já a obra “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas” faz referência, de maneira muito eficiente e respeitosa, às mulheres dos quilombos e ao papel delas na transmissão do conhecimento para as gerações futuras, pois são elas as principais guardiãs da pluralidade desses conhecimentos, apesar de ainda ocuparem um lugar de invisibilidade na sociedade e não serem reconhecidas como transmissoras de saberes de grande importância para a sociedade atual e as gerações futuras.

Portanto, o livro possibilita dar voz a essas mulheres quilombolas, sendo elas as protagonistas das suas próprias narrativas. É importante compreender o que se passa dentro das arestas dos quilombos, o que contribui para a garantia dos direitos dos quilombolas e, principalmente, para as mulheres desses espaços.

As escritas das mulheres quilombolas de diferentes comunidades no livro “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas” são fundamentais para se compreender a

realidade enfrentada por elas, bem como a sua atuação em diversos campos, seja na comunidade ou na academia. Elas partem de uma concepção de suas vivências, o que possibilita uma contribuição histórica para a viabilização de direitos e a transmissão de conhecimentos. Vive-se um momento de intensificação do racismo, e elas são vítimas dessa opressão. Dar voz e visibilidade para as mulheres negras quilombolas é uma forma de resistência ao racismo vivenciado por elas.

Como quilombola, reconheço que somos as principais autoras de transmissão de saberes ancestrais. As mulheres quilombolas são classificadas como guardiãs das comunidades, e isso foi percebido durante os relatos delas ao longo do livro. Guardar esses saberes e transmiti-los para as gerações futuras é uma forma de perpetuação da identidade das comunidades quilombolas.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

O Papel do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas na Garantia da Luta dos Defensores dos Direitos Humanos

*The Role of the Program for the Protection of Human Rights Defenders,
Communicators and Environmentalists in Ensuring the Struggle of
Human Rights Defenders*

*El Rol del Programa de Protección a Defensores de Derechos Humanos,
Comunicadores y Ambientalistas para Asegurar la Lucha de los
Defensores de Derechos Humanos*

Camila Dias Cavalcanti

Orientadora: Prof. Dra. Camila Potyara Pereira

Curso: Doutorado em Política Social da Universidade de Brasília (UnB)

Data da defesa: 12 de junho de 2023

Palavras-chave: Estado; Política Social; Defensores e Defensoras dos
Direitos Humanos.

Keywords: State; Social Politc; Defenders of Human Rights.

Palabras clave: Estado. Político Social. Defensores de los Derechos Humanos.

A tese apresentada tem como objeto o papel das medidas protetivas do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas – PPDDH na garantia das lutas das defensoras e defensores dos humanos em um contexto de capitalismo dependente. Nesse sentido, problematiza-se como o PPDDH, um programa de governo, pode responder concretamente às demandas das defensoras e defensores, quando as denúncias de violação de direitos envolvem o próprio Estado e suas instituições e quando ele entra em choque direto com os interesses das classes dominantes, preponderantemente presentes no Governo que o gere, financia e executa. Buscou-se, assim, identificar as possibilidades e limites do PPDDH na articulação das medidas protetivas aos defensores e defensoras dos direitos humanos, bem como, na atuação para o fortalecimento das lutas dessas pessoas. Para compreender os limites e possibilidades do PPDDH foi necessário levantar as principais demandas de casos ao programa, as principais ameaças e área de militância, pesquisar acerca das principais estratégias e ações do PPDDH na articulação das medidas protetivas, e refletir os condicionantes histórico-sociais que geram as ameaças aos defensores e defensoras e as violações de direitos humanos, trazendo à baila as questões que envolvem as políticas sociais no capitalismo dependente. Sendo assim, a tese analisou dados secundários e primários do PPDDH. A análise dos dados primários trouxeram informações quantitativas dos casos incluídos, como quantidade de defensores e defensoras, sexo/gênero, área de militância, estado, principais medidas protetivas articuladas. E acerca dos dados primários foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas no total, sendo 06 com defensores e defensoras dos direitos humanos, 01 com a gestão federal do programa, 04 com a gestão estaduais, 04 com as coordenações técnicas estaduais do PPDDH e 01 com a coordenação-geral do Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos para o aprofundamento das questões que envolve as demandas trazidas ao programa e sua capacidade de articulação de medidas protetivas, podendo ou não contribuir para a continuidade da luta dos defensores e das defensoras dos direitos humanos. Como resultados esperados, pode-se afirmar que o PPDDH está distante de atender os anseios, mas também as necessidades, dos/ das defensores/as dos direitos humanos. É válido ressaltar as diferentes concepções do que é, de fato, objetivo do programa, e de como ele pode

contribuir para o fortalecimento da luta dos/das defensores/as dos direitos humanos. Além da fragilidade institucional que o PPDDH apresenta, ou seja, não está instituído por lei, e muda sua configuração de acordo com cada gestão federal e/ou estadual, não há uma definição que abranja as diversas realidades em que se encontra as pessoas ameaças, e nem mesmo um consenso entre as pessoas envolvidas, de como ele pode e deve atuar na proteção e garantia da luta dos defensores e defensoras dos direitos humanos. Por fim, o PPDDH não foge à regra das contradições eminentes de uma política social focalizada, insuficiente para assegurar direitos sociais, e, contudo, ainda uma política necessária, mesmo para os/as defensores/as que possuem críticas sobre ela, numa configuração social marcada por profundas desigualdades. Apesar de suas contradições, as pessoas entrevistadas pela pesquisa reconheceram a importância do PPDDH e apresentaram elementos necessários para sua qualificação, isto é, para que o programa consiga superar certas limitações e se tornar uma política social de Estado.

The thesis presented has as its object the role of protective measures of the Program for the Protection of Human Rights Defenders, Communicators and Environmentalists - PPDDH in guaranteeing the struggles of human defenders in a context of dependent capitalism. In this sense, it is questioned how the PPDDH, a government program, can respond concretely to the demands of defenders, when the allegations of violation of rights involve the State itself and its institutions and when it comes into direct conflict with the interests of the dominant classes, preponderantly present in the Government that manages, finances and executes it. Thus, an attempt was made to identify the possibilities and limits of the PPDDH in articulating protective measures for human rights defenders, as well as in acting to strengthen the struggles of these people. In order to understand the limits and possibilities of the PPDDH, it was necessary to raise the main demands of cases to the program, the main threats and area of militancy, research about the main strategies and actions of the PPDDH in the articulation of protective measures, and reflect the historical and social conditions that generate threats to defenders and human rights violations, bringing to the fore the issues involving social politics in dependent capitalism. Therefore, the thesis analyzed secondary and primary data from the PPDDH. The analysis of the primary data provided quantitative information on the cases included, such as the number of male and female defenders, sex/gender,

militancy area, state, main articulated protective measures. And regarding the primary data, 16 semi-structured interviews were carried out in total, 06 with human rights defenders, 01 with the federal management of the program, 04 with state management, 04 with the state technical coordination of the PPDDH and 01 with the general coordination of the Brazilian Committee of Human Rights Defenders for the deepening of the issues involving the demands brought to the program and its ability to articulate protective measures, which may or may not contribute to the continuity of the defenders' struggle and human rights defenders. As expected results, it can be said that the PPDDH is far from meeting the desires, but also the needs, of human rights defenders. It is worth emphasizing the different conceptions of what is, in fact, the objective of the program, and how it can contribute to strengthening the struggle of human rights defenders. In addition to the institutional fragility that the PPDDH presents, that is, it is not established by law, and its configuration changes according to each federal and/or state administration, there is no definition that covers the different realities in which it is found people threaten, and not even a consensus among the people involved, on how he can and should act to protect and guarantee the struggle of human rights defenders. Finally, the PPDDH does not escape the rule of eminent contradictions of a focused social politic, insufficient to guarantee social rights, and, however, still a necessary politic, even for the defenders who have criticisms about it, in a social setting marked by profound inequalities. Despite its contradictions, the people interviewed by the survey recognized the importance of the PPDDH and presented the necessary elements for its qualification, that is, for the program to be able to overcome certain limitations and become a state social politic.

La tesis presentada tiene como objeto el papel de las medidas de protección del Programa de Protección a Defensores de Derechos Humanos, Comunicadores y Ambientalistas – PPDDH en la garantía de las luchas de los defensores humanos en un contexto de capitalismo dependiente. En este sentido, se cuestiona cómo el PPDDH, un programa de gobierno, puede responder de manera concreta a las demandas de las personas defensoras, cuando las denuncias de vulneración de derechos involucran al propio Estado y sus instituciones y cuando entra en colisión directa con los intereses de las personas defensoras. clases dominantes, preponderantemente presentes en el Gobierno que la administra, financia y ejecuta. Así, se intentó identificar las posibilidades

y límites del PPDDH en la articulación de medidas de protección para las personas defensoras de derechos humanos, así como en la actuación para fortalecer las luchas de estas personas. Para comprender los límites y posibilidades del PPDDH fue necesario plantear las principales demandas de los casos al programa, las principales amenazas y ámbito de militancia, para indagar sobre las principales estrategias y acciones del PPDDH en la articulación de medidas de protección, y reflejar los históricos- que generan amenazas a defensores y defensoras y violaciones a los derechos humanos, trayendo a la palestra los temas que involucran las políticas sociales en el capitalismo dependiente. Por lo tanto, la tesis analizó datos secundarios y primarios del PPDDH. El análisis de los datos primarios trajo informaciones cuantitativas sobre los casos incluidos, como número de defensores y defensoras, sexo/género, ámbito de militancia, estado, principales medidas de protección articuladas. derechos humanos. Como resultados esperados, se puede decir que el PPDDH está lejos de satisfacer los deseos, pero también las necesidades, de las personas defensoras de derechos humanos. Vale la pena resaltar las diferentes concepciones sobre cuál es el objetivo del programa y cómo puede contribuir a fortalecer la lucha de las personas defensoras de derechos humanos. Además de la fragilidad institucional que presenta el PPDDH, es decir, no está establecido por ley, y su configuración cambia de acuerdo a cada administración federal y/o estatal, no existe una definición que abarque las distintas realidades en las que se encuentran las personas. amenazas, y ni siquiera un consenso entre las personas involucradas, sobre cómo puede y debe actuar para proteger y garantizar la lucha de las personas defensoras de derechos humanos. Finalmente, el PPDDH no escapa al imperio de las eminentes contradicciones de una política social focalizada, insuficiente para garantizar los derechos sociales y, sin embargo, política aún necesaria, incluso para los defensores que la critican, en un escenario social marcado por profundas desigualdades. A pesar de sus contradicciones, las personas entrevistadas para la investigación reconocieron la importancia del PPDDH y presentaron elementos necesarios para su calificación, o sea, para que el programa pueda superar ciertas limitaciones y convertirse en una política social del Estado.

Contribuições do complexo Estranhamento para a crítica da heteronormatividade

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza

Curso: Doutorado em Política Social

Data da Defesa: 03/04/2023

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli

Palavras-chave: Teoria Social; Estranhamento; Sexualidade; Heteronormatividade; Modernidade.

Keywords: Social Theory; Estrangement; Sexuality; Heteronormativity; Modernity.

Palabras-clave: Teoría Social; Alienación; Sexualidad; Heteronormatividad; Modernidad.

Esta pesquisa buscou delinear, a partir do complexo do estranhamento em Karl Marx e Georg Lukács, uma contribuição teórico-metodológica da tradição marxista à crítica do processo de naturalização da sexualidade, por meio da análise sobre como o debate acerca da “sexualidade” aparece na problemática do estranhamento nas obras “Manuscritos Econômicos-Filosóficos”, de Marx, e “Para uma Ontologia do Ser Social”, de Lukács. Objetivamos demonstrar que o complexo do estranhamento oferece uma contribuição aos estudos críticos da sexualidade, pois permite apreender a construção social da sexualidade tratada em termos de estranhamento, ou seja, uma contradição que acompanha o desenvolvimento e o progresso do ser social, expressada nos conflitos de interesse entre a ordem socioeconômica e sexual. Contudo, a abordagem de Marx e Lukács torna-se problemática ao partirem do princípio de que o sexo biológico é a matéria-prima de ordem natural e irrevogável para a produção social da sexualidade humana. Assim, os autores não conseguem problematizar a produção social da “natureza do sexo biológico”, revelando uma visão essencialista para o debate da sexualidade. Contudo, o diálogo com os estudos críticos do gênero e sexualidade possibilitou demonstrar como se constituiu socialmente a produção do “sexo biológico”, das “verdades” científicas sobre o corpo, da instituição de uma política da diferença sexual, que sedimenta

a heteronormatividade, como um metabolismo ontológico entre sexo, gênero e sexualidade. O diálogo entre a abordagem marxista e os estudos críticos de gênero e sexualidade foram marcados por essa tensão: o sexo biológico não poder ser tomado como natureza irrevogável da produção social da sexualidade, pois já está acometido da sua construção social como natureza. Nesse sentido, confrontamos a abordagem da sexualidade em Marx e Lukács no que se refere à ausência da crítica de que a base biológica é tomada por interesses ideológicos marcados pela normatividade, matriz que forja as categorias históricas “homem e mulher” por um modelo binário e heterossexual, como uma base fixa e imutável de gênero e sexualidade. Isso ocorre ao mesmo tempo em que se toma o referencial do estranhamento para fundamentar a construção social da heterossexualidade enquanto um projeto da modernidade-colonial-capitalista, na qual o “sexo” biológico avança na construção da diferença sexual e da generalização do dispositivo da sexualidade e demarca a forma como a heterossexualidade se impõe como legalidade no gênero humano. O modelo “civilizatório” do capitalismo toma o sexo biológico como regulador dos corpos, dos gêneros e da sexualidade. Assim, o processo de naturalização da sexualidade esconde o caráter social do “sexo” e o social aparece como “natureza”, cujo processo de naturalização é um tipo de estranhamento. Desse modo, chegamos à síntese do “estranhamento sexual” como uma crítica aos processos de naturalização da heterossexualidade, desenvolvida por um conjunto de intervenções humanas e pela criação de um conjunto de “verdades” sobre o sexo que normatiza a sexualidade humana.

This research is looking to permeate the complex of estrangement between Karl Marx and Georg Lukács, a methodological and theoretical contribution from the marxist's tradition to the critic of the process of naturalization on sexuality. Through the analysis of how the debate of sexuality appears on the problematic of alienation, found on “the economic and philosophic manuscript of 1844” by Marx and “ontology of social being” by Lukács, showing that the alienation complex contributes to the critical studies of sexuality, allowing an in depth comprehension around the social construct of sexuality based of the terms of alienation, in other words, a contradiction that follows the development and progress of the social being, conveyed in the conflict of interests between the socioeconomic and sexual order. However, the approach of marx and lukács becomes problematic

when the assumption of biological sex is the starting material of the natural order and irrevocable to the social production on human sexuality. For that reason both authors cannot discuss the social production on the “nature of biological sex”, revealing then an essentialist vision of the sexuality debate. Nonetheless the dialogue between the critical studies of gender and sexuality allowed the possibility of understanding, socially, how the production of “biological sex”, the “scientific truth” about the body, the establishment of the policy of sexual differentiation that ingrains the heteronormativity, as an ontological metabolism regarding sex, gender and sexuality. The dialogue between the marxist approach and the critical studies about gender and sexuality is branded by this strain wherethe biological sex cannot be taken as an irrevocable nature on the social production of sexuality, because it is already stricken, by nature, by its own social construct. For that matter the clash between Lukács’s approach and Marx’s approach on sexuality regarding the lack of critic stating that the biological foundation is engraved in ideological interests is deep-rooted on normativity, a matrix that forges the historical categorization of “man and woman”, in a heterosexual and binary concept, as a fixed and immutable ground regarding gender and sexuality. At the same time that the reference of alienation is used to fundament the social construction of heterosexuality as a product of a modernist, colonialist and capitalist project stating that the biological “sex” supports the construction of the sexual differentiation and the generalization on the mechanism of sexuality, it also delimits how heterosexuality imposes itself as the legitimacy of human gender. The “civilizaton” process of capitalism takes for itself biological sex as the regulator of bodies, genders and sexuality. Therefore the naturalization process of sexuality hides the social aspect of “sex”, as it is presented as nature, taking it’s naturalization processes as a form of alienation, arriving then, in a synthesis about how sexual alienation criticizes the naturalization processes of heterosexuality that are developed by a set of truths and interventions, both human, about sex, ending in a standardization of human sexuality.

Esta investigación buscó delinear, a partir del complejo dealienación descrito en las obras de Karl Marx y Georg Lukács, una contribución teórico-metodológica de la tradición marxista a la crítica del proceso de naturalización de la sexualidad. Mediante el análisis acerca de cómo el debate sobre la “sexualidad” aparece ante la problemática de la alienación en las obras “Manuscritos económicos y filosóficos”, de Marx, y “Ontología

del ser social”, de Lukács, se demuestra que el complejo de la alienación ofrece una contribución a los estudios críticos acerca de la sexualidad, porque permite aprehender la construcción social de la sexualidad tratada en términos de alienación, es decir, una contradicción que acompaña el desarrollo y progreso del ser social, expresada en los conflictos de intereses entre el orden socioeconómico y sexual. Sin embargo, el enfoque de Marx y Lukács se vuelve problemático al partir del supuesto que el sexo biológico es la materia prima del orden natural y es irrevocable para la producción social de la sexualidad humana. Por lo tanto, los autores no logran problematizar la producción social de la “naturaleza del sexo biológico”, mostrando una visión esencialista para el debate de la sexualidad. No obstante, el diálogo con estudios críticos de género y sexualidad permitió demostrar cómo se constituía socialmente la producción de “sexo biológico”, de las “verdades” científicas sobre el cuerpo, de la institución de una política de distinción sexual, que consolida la heteronormatividad, como un metabolismo ontológico entre sexo, género y sexualidad. El diálogo entre el enfoque marxista y los estudios críticos de género y sexualidad estuvo marcado por esta tensión: el sexo biológico no puede ser tomado como una naturaleza irrevocable de la producción social de la sexualidad, porque ya está afectado por su construcción social como naturaleza. En este sentido, el enfoque de la sexualidad en Marx y Lukács se confronta con respecto a la ausencia de crítica de que la base biológica es tomada por intereses ideológicos marcados por la normatividad, una matriz que forja las categorías históricas “hombre y mujer” por un modelo binario y heterosexual, como una base fija e inmutable de género y sexualidad. Al mismo tiempo que se toma la referencia de alienación para fundamentar la construcción social de la heterosexualidad como un proyecto de la modernidad colonial-capitalista, en la que el “sexo” biológico impulsa la construcción de la diferencia sexual y la generalización del dispositivo de la sexualidad, y demarca la forma en que la heterosexualidad se impuso como legalidad en la raza humana. El modelo “civilizador” del capitalismo toma el sexo biológico como regulador de los cuerpos, los géneros y la sexualidad. Así, el proceso de naturalización de la sexualidad oculta el carácter social del “sexo” y lo social en cambio se muestra como “naturaleza”, cuyo proceso de naturalización es una clase de alienación. Así, se llega a la síntesis de la “alienación sexual” como crítica a los procesos de naturalización de la heterosexualidad, desarrollados por un conjunto de intervenciones humanas y la creación de un conjunto de “verdades” acerca del sexo, que estandariza la sexualidad humana.

O Povo Tupinikim do Espírito Santo, processos históricos de (des) territorialização e as políticas sociais no contexto da pandemia de Covid-19

The Tupinikim people of Espírito Santo, historical processes of (de) territorialization and social policies in the context of the Covid-19 pandemic

Debora Barros dos Santos

Curso: Mestrado em Política Social

Data da defesa: 27/02/2023

Orientador: Cristiano Guedes de Souza

Palavras-chave: Tupinikim; Políticas Sociais; Território; Saúde Indígena; Covid-19.

Keywords: Tupinikim; Social Policies; Territory; Indigenous Health; Covid-19.

Esta dissertação teve por objetivo compreender o acesso do povo indígena Tupinikim do estado do Espírito Santo aos serviços do Subsistema de Saúde Indígena, durante a pandemia de Covid-19, considerando sua compreensão de território e a noção de direito à saúde. Para tanto, realizei uma pesquisa empírica qualitativa a fim de entender o significado de território e territorialidade do povo Tupinikim, a partir da percepção dos próprios indígenas; além de compreender o conceito de direito à saúde na percepção dos indígenas e identificar e analisar as dificuldades do povo indígena Tupinikim no acesso aos serviços do subsistema de saúde indígena, durante a pandemia de Covid-19, dentro e fora do território legalmente demarcado. A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem teórica fundamentada no método materialista histórico-dialético, de inspiração marxista, associada a uma abordagem descritiva qualitativa de caráter etnográfico, utilizando ainda uma perspectiva decolonial na análise dos dados. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa antes da etapa empírica do estudo. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, pela qual se buscou reunir elementos para análise do acesso do Povo Tupinikim a política de saúde indígena em

meio à pandemia de Covid-19, além de análises bibliográficas sobre como o Estado tem lidado com a política indigenista. As diferentes etapas da pesquisa foram realizadas no período compreendido do ano de 2020 até o ano de 2022. Os dados coletados mostraram como a proteção do território é fundamental para a garantia da saúde, conforme a perspectiva e visão de mundo dos Tupinikim, e como o Estado tem promovido o desmonte das políticas sociais, sobretudo a política de saúde, restringindo o acesso por meio da expropriação territorial, violando o caráter universal da saúde. Este estudo não pretende, de forma alguma, esgotar qualquer discussão acerca da saúde indígena, mas enfatizar a importância de promover a ampliação e continuação desta discussão, tendo em vista a construção de políticas sociais para povos indígenas, com respeito ao pleno exercício da cidadania, enquanto povos originários, através da universalidade do acesso.

This dissertation has the objective to understand the access of Tupinikim indigenous people in the Espírito Santo state in Indigenous Health Subsystem, during the Covid-19 pandemic, considering the territory understanding and the concept of health rights. For this, I realized a qualitative empirical research to understand the meaning of territory and territoriality of Tupinikim indigenous people, from the perception of indigenous people; in addition to understand the concept of health rights in indigenous vision and identify and how to analyze the difficulty of Tupinikim indigenous people in access to services of indigenous health subsystem, during the Covid-19 pandemic, inside and outside of legality demarcated territory. The research was carried out based on a theoretical approach based on the historical-dialectical materialist method, of marxist inspiration, associated with the descriptive and qualitative approach of ethnography character, still using a decolonial perspective in the data analysis. The research project was submitted and approved by the Research Ethics Committee before the empirical stage of study. Data was collected from the semi-structured interviews, which reunited elements for analysis of access of indigenous people Tupinikim to the indigenous health policies in the midst of the Covid-19 pandemic, in addition to bibliographical analysis on how the State has dealt with indigenous policy. The different stages of research were carried out between 2020 and 2022. The data collected showed how the protection of territory is fundamental for the health guarantee, according to the perspective and world view of indigenous Tupinikim, and how the State has promoted the disassembly of social policies, especially the health policy, restricting the access through territorial expropriation, breaking the universal character of health. This study does not wish, no way, to end the discussions

about indigenous health, but emphasizes the importance of promoting their ampliation and continuation, visualizing the social policies constructed for indigenous peoples, with respect to the full exercise of citizenship, as native peoples, through the access universality.

Mulheres na Pós-graduação e a Universidade Brasileira: Desafios no contexto de Ensino Remoto Emergencial na Universidade de Brasília (UnB)

Women in Graduate Studies and the Brazilian University: Challenges in the Context of Emergency Remote Teaching at the University of Brasilia (UnB)

Maria Luisa Gomes Penha

Orientadora: Prof. Dra. Janaína Lopes do Nascimento Duarte

Curso: Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB)

Data da defesa: 19 de maio de 2023

Palavras-chave: Capitalismo Dependente; Gênero; Educação Superior; Pós-graduação; Ensino Remoto Emergencial.

Keywords: Dependent Capitalism; Gender; Higher Education; Post-Graduation; Emergency Remote Teaching.

Esta dissertação trata dos principais desafios vivenciados por estudantes durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE), considerando a especificidade desse período para a formação profissional, em especial para as mestrandas do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília, que são sujeitas deste estudo. A pesquisa justifica-se pela necessidade de desvelar as consequências e implicações desse período atípico na vida acadêmica dessas e de outras mulheres, e considerar os desafios que são estruturais diante da desigualdade de gênero colocada na sociedade, bem como diante da condição da universidade, inserida nos limites do padrão dependente educacional brasileiro. Sobre a metodologia, foi realizada pesquisa de campo de

natureza qualitativa, a partir de um formulário *online* de questões direcionadas às mestrandas das turmas 2020 e 2021 do PPGPS/UnB. Além disso, houve pesquisa documental sobre legislações importantes para a educação superior nesse período e levantamento bibliográfico, essencial para a fundamentação teórico, metodológica e política deste estudo. Dessa forma, os dados levantados foram analisados a partir de pressupostos teóricos como: capitalismo dependente, padrão dependente educacional, política de educação superior, gênero e desigualdades, patriarcado, divisão sexual do trabalho, contexto da pandemia da Covid-19 e implicações do Ensino Remoto Emergencial. Por meio dos resultados, evidenciou-se que o capitalismo dependente repercute em um padrão dependente educacional na política de educação superior no Brasil, o qual é parte do projeto do capital e direciona a pós-graduação e o desenvolvimento e produção da ciência no país. Consequentemente, repercute também na condução das políticas sociais, como a educação, e assim incorpora também o ERE como parte do projeto do capital para a educação durante o período pandêmico. Inclusive, é nesse cenário que são expressas as especificidades das mulheres na pós-graduação e os desafios cotidianos em virtude da sua condição de gênero, como as dificuldades para gerenciamento de atividades, gerando as sobrecargas de trabalho e de estudos na pós-graduação, as quais foram ainda mais aguçadas com a pandemia, especialmente a partir do ERE.

This Dissertation deals with main challenges experienced by students during the Emergency Remote Teaching, considering the specificity of this period for professional education, especially for the female master student of the Graduate Program in Social Policy at University of Brasília, who are subjects of this study. This research justifies itself based on the need to reveal the consequences and implications of this atypical period in the academic life of these and other female students, and consider the challenges that are structural in the face of gender inequality in society, as well as in the face of the condition of the university, inserted within the limits of the Brazilian educational dependent pattern. Regarding methodology, a qualitative field research was carried out, based on a form of questions online directed to the female master's students of the classes of 2020 and 2021 of the Graduate Program in Social Policy at the University of Brasília. Besides this, there was documentary research on important legislation for higher education in this period and a bibliographical survey,

essential for the theoretical, methodological, and political grounding of this study. Therefore, the data collected were analyzed from theoretical assumptions such as: dependent capitalism, educational dependent pattern, higher education policy, gender and inequalities, patriarchy, sexual division of labor, context of the Covid-19 pandemic and implications of Emergency Remote Teaching. Through the results, it is evident that dependent capitalism affect in an educational dependent pattern in the higher education policy in Brazil, which is part of the capital's project and directs the post-graduation and the development and production of science in this country. Consequently, it also has repercussions on the conduct of social policies, such as education, and also incorporates the ERE as part of the capital's project for education during the pandemic period. Including, it is in this scenario that the specificities of women in graduate studies and the daily challenges due to their gender condition are expressed, such as the difficulties in managing activities, generating work and study overloads in graduate studies, which were even more acute with the pandemic, especially from the Emergency Remote Teaching.

O lugar das mulheres camponesas na luta pelo acesso à previdência social em anos recentes

The place of peasant women in the struggle for access to social security in recent Years

Roseli Maria de Souza

Nome do curso: Mestrado em Política Social no Programa de Pós-Graduação em Política Social/PPGPS

Data da defesa: 10 de fevereiro de 2023

Nome Completo do Orientador: Prof.^a Dr^a Maria Lucia Lopes da Silva

Palavras-chave: Previdência Social; Mulheres Camponesas; Lutas; Direitos.

Keywords: Social Security; peasant women; struggles.

Esta dissertação versa sobre a importância da Previdência Social para as mulheres camponesas e suas lutas para usufruí-la, no contexto das relações patriarcais ainda prevalentes na sociedade brasileira. A pesquisa de natureza documental e qualitativa apontou que uma das principais conquistas das mulheres camponesas na direção da proteção previdenciária foi a instituição da seguridade social na Constituição Federal de 1988. O conceito de seguridade social possibilitou a criação da categoria dos segurados especiais, cujo acesso à previdência social ancora-se no reconhecimento do desenvolvimento de atividade econômica em regime de economia familiar na área rural. Assim, o acesso aos benefícios previdenciários foi alargado para essa categoria. Entre os benefícios que passaram a ser acessados, a pensão, o salário-maternidade e, principalmente, a aposentadoria, proporcionam autonomia e independência para muitas mulheres camponesas, além de contribuírem para a dinamização da economia de grande parte dos municípios de pequeno e médio porte no país. Todavia, apesar de sua importância, a Previdência Social tem sido alvo de constantes contrarreformas restritivas de direitos. Destaca-se que a perspectiva teórico-metodológica adotada na pesquisa foi o materialismo histórico e dialético, que possibilitou uma aproximação sucessiva do objeto de investigação a partir dos procedimentos metodológicos centrados na revisão bibliográfica, análise de documentos e normas específicas e, de pesquisa de campo, que permitiu entrevistar 40 mulheres camponesas de (9) nove organizações camponesas. Os resultados da pesquisa guardam relação direta com o cotidiano das mulheres entrevistadas e da pesquisadora, que também pertence a este grupo social. A pesquisa obedeceu às normas de ética na pesquisa, tendo sido autorizada pelo Comitê de Ética na Pesquisa, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília. Por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido as mulheres entrevistadas, cujas identidades foram preservadas, autorizaram a divulgação dos resultados. Entre os principais resultados, destacaram-se os relatos e dados que indicam a importância da previdência social para a autonomia de renda, a diminuição das violências sexistas contra as mulheres, a autodeterminação na direção da realização de sonhos e projetos individuais e participação das mulheres no custeio da reprodução social de sua família. Os resultados também evidenciaram as diversas lutas das mulheres camponesas pelo alcance de direitos sociais, incluídos os previdenciários. As contrarreformas contínuas e a completa digitalização dos serviços previdenciários limitam o acesso desta

categoria à previdência social na atualidade, o que revela a necessidade e a tendência deste grupo social seguir lutando contra os retrocessos e pela ampliação de direitos. O ineditismo da pesquisa também revelou a necessidade de dar seguimento à investigação da temática, conforme apontado nas considerações finais.

This dissertation deals with the importance of Social Security to peasant women, likewise their struggles to benefit from it, in the context of the still prevailing patriarchal relations in Brazilian society. The documentary and qualitative research points out the setting of Social Security in 1988 Federal Constitution as one of the main achievements by peasant women towards pension protection. The concept of Social Security made possible the emerging of special beneficiaries whose access to pension system is based on the recognition of the development of economic activity under a family economy regime in rural area. Thus, the access to pension benefits has been broadened to such category. Among the current available benefits, the pension, maternity pay and mainly retirement pension foster autonomy and independence for many peasant women, besides contributing to economic growth in large part of small and medium-sized Brazilian municipalities. Nevertheless, despite its importance, Social Security has been target to constant restrictive counter-reforms of rights. The theoretical-methodological perspective adopted was historical and dialectical materialism, which led to successive approximation of the object of investigation from the methodological procedures centered on bibliographic review, analysis of documents and specific norms and field research, which allowed interviewing 40 (forty) peasant women from 9 (nine) peasant organizations. The results of the research relate directly to the interviewed women's daily life and also the researcher's, who belongs to this social group as well. The research complied with the ethics research standards, having been authorized by the Research Ethics Committee of the Institute of Human and Social Sciences of the University of Brasília. Through the Free and Informed Consent Form, the interviewed women, whose identities were preserved, authorized the dissemination of the results. Among the main results, the reports and data that indicate the importance of social security for income autonomy, the reduction of sexist violence against women, self-determination in the direction of the fulfillment of dreams and individual projects and participation of women in the cost of social reproduction of their family.

The results also highlight peasant women's various struggles for the achievement of social rights, including Social Security. The continuous counter-reforms and the complete digitization of social security services limit the access of the category to Social Security today, which reveals the need and tendency of this social group to continue fighting against setbacks and the expansion of rights. The novelty of the research also revealed the need to follow up the investigation of the theme, as pointed out by the final considerations.

Institutos Federais: uma conquista contra-hegemônica da classe trabalhadora

*Federal Institutes: a counter-hegemonic achievement of the working class
Institutos Federales: un logro contrahegemónico de la clase trabajadora*

Kléberson Pierre Cardoso de Jesus

Nome do Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima

Nome do Curso: Doutorado em Política Social

Data da Defesa: 30 de janeiro de 2023

Palavras-chave: Educação profissional. Desenvolvimento econômico. Trabalho. Emancipação Humana.

Keywords: Professional education. Economic development. Work. Human emancipation.

Palabras-clave: Educación profesional. Desarrollo económico. Trabajo. Emancipación humana.

Mots-clés: éducation professionnelle. Développement économique. Travail. Émancipation humaine.

Este trabalho analisa a operação da classe trabalhadora, dos movimentos de luta pela educação e dos intelectuais que formularam uma proposta estratégica de educação integral contra-hegemônica que foi cravada na burocracia do Estado brasileiro, durante os governos

petistas. Para isso, buscou-se analisar os fundamentos basilares da nova institucionalidade a partir das categorias desenvolvimento econômico, trabalho e emancipação humana. Analisou-se 41 (quarenta e um) Projetos Pedagógicos Institucionais (PPIs) dos institutos federais. O tratamento dos dados foi realizado por meio do software *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ). Combinou-se a literatura teórico-metodológica e crítico-dialética marxiana com o trato empírico documental para revelar as determinações históricas, sociais, políticas e econômicas da política de educação profissional no percurso da educação e do desenvolvimento do capitalismo periférico e dependente do Brasil. A disputa pela hegemonia de concepções entre as classes burguesa e trabalhadora na educação profissional no século XXI foram evidenciadas pelos (04) documentos dos aparelhos privados de hegemonia da burguesia industrial (CNI e Fiesp), e as evidências empíricas apontam que o ambiente de conciliação de classes possibilitou que a classe trabalhadora realizasse uma inflexão contra-hegemônica na educação profissional com o projeto de expansão dos institutos federais. Os PPIs indicam uma concepção de desenvolvimento voltada a projetos locais ou regionais. Quanto às categorias trabalho e emancipação humana, verifica-se uma predominância do trabalho no sentido ontológico e o conceito de emancipação vinculado aos processos integradores políticos ou pedagógicos. Os PPIs carecem de reorientação de suas diretrizes para indicar pragmaticamente o caráter ineliminável entre trabalho e emancipação humana. Isso requer ações estratégicas para formação de uma moral coletiva e solidária dos estudantes (novos intelectuais orgânicos) na disputa pela hegemonia do pensamento emancipatório, por meio de programas, projetos e ações que pautem destruição do trabalho explorado e a ascensão e hegemonia do trabalho coletivo e solidário.

This work analyzes the operation of the working class, education struggle movements, and intellectuals who formulated a strategic proposal for integral, counter-hegemonic education that was embedded in the bureaucracy of the Brazilian state during the Workers' Party governments. To do so, the basic foundations of the new institutional framework were analyzed based on the categories of economic development, work, and human emancipation. 41 Institutional Pedagogical Projects (PPIs) from the federal institutes were analyzed. The data

treatment was carried out through the software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ). The theoretical-methodological and critical-dialectical Marxist literature was combined with empirical documentary treatment to reveal the historical, social, political, and economic determinations of the professional education policy in the course of education and the development of Brazil's peripheral and dependent capitalism. The dispute for hegemony of conceptions between the bourgeois and working-class in professional education in the 21st century was evidenced by the (04) documents from the private devices of industrial bourgeoisie hegemony (CNI and Fiesp), and empirical evidence points that the environment of class conciliation enabled the working class to make a counter-hegemonic inflection in professional education with the project of expanding federal institutes. The PPIs indicate a conception of development focused on local or regional projects. As for the categories of work and human emancipation, there is a predominance of work in the ontological sense, and the concept of emancipation is linked to political or pedagogical integration processes. The PPIs lack a reorientation of their guidelines to pragmatically indicate the ineliminable character between work and human emancipation. This requires strategic actions to form a collective and solidary morality of students (new organic intellectuals) in the dispute for the hegemony of emancipatory thought, through programs, projects, and actions that aim to destroy exploited work and the rise and hegemony of collective and solidary work.

Este trabajo analiza la operación de la clase trabajadora, de los movimientos de lucha por la educación y de los intelectuales que formularon una propuesta estratégica de educación integral contra-hegemónica que fue enclavada en la burocracia del Estado brasileño durante los gobiernos petistas. Para ello, se buscó analizar los fundamentos básicos de la nueva institucionalidad a partir de las categorías de desarrollo económico, trabajo y emancipación humana. Se analizaron 41 Proyectos Pedagógicos Institucionales (PPI) de los institutos federales. El tratamiento de los datos se realizó a través del software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ). Se combinó la literatura teórico-metodológica y crítico-dialéctica marxista con el tratamiento empírico documental para revelar las determinaciones históricas, sociales, políticas

y económicas de la política de educación profesional en el curso de la educación y el desarrollo del capitalismo periférico y dependiente de Brasil. La disputa por la hegemonía de concepciones entre las clases burguesa y trabajadora en la educación profesional en el siglo XXI fue evidenciada por los (04) documentos de los dispositivos privados de hegemonía de la burguesía industrial (CNI y Fiesp), y las evidencias empíricas apuntan que el ambiente de conciliación de clases permitió que la clase trabajadora realizara una inflexión contrahegemónica en la educación profesional con el proyecto de expansión de los institutos federales. Los PPI indican una concepción de desarrollo enfocada en proyectos locales o regionales. En cuanto a las categorías de trabajo y emancipación humana, se observa una predominancia del trabajo en el sentido ontológico y el concepto de emancipación vinculado a los procesos integradores políticos o pedagógicos. Los PPI carecen de una reorientación de sus directrices para indicar pragmáticamente el carácter ineliminable entre trabajo y emancipación humana. Esto requiere acciones estratégicas para formar una moral colectiva y solidaria de los estudiantes (nuevos intelectuales orgánicos) en la disputa por la hegemonía del pensamiento emancipatorio, a través de programas, proyectos y acciones que aborden la destrucción del trabajo explotado y la ascensión y hegemonía del trabajo colectivo y solidario.

Ce travail analyse le fonctionnement de la classe ouvrière, des mouvements de lutte pour l'éducation et des intellectuels qui ont formulé une proposition stratégique pour une éducation intégrale et contre-hégémonique qui a été intégrée dans la bureaucratie de l'État brésilien pendant les gouvernements du Parti des travailleurs. Pour ce faire, les fondements de la nouvelle architecture institutionnelle ont été analysés sur la base des catégories de développement économique, de travail et d'émancipation humaine. 41 Projets Pédagogiques Institutionnels (PPI) des instituts fédéraux ont été analysés. Le traitement des données a été effectué à l'aide du logiciel Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ). La littérature théorique-méthodologique et critique-dialectique marxiste a été combinée à un traitement documentaire empirique pour révéler les déterminations historiques, sociales, politiques et économiques de la politique d'éducation professionnelle dans le cadre de l'éducation et du développement du capitalisme périphérique

et dépendant du Brésil. La dispute pour l'hégémonie des conceptions entre la bourgeoisie et la classe ouvrière dans l'éducation professionnelle au XXI^e siècle a été mise en évidence par les (04) documents des dispositifs privés de l'hégémonie de la bourgeoisie industrielle (CNI et Fiesp), et des preuves empiriques indiquent que l'environnement de conciliation des classes a permis à la classe ouvrière de faire une inflexion contre-hégémonique dans l'éducation professionnelle avec le projet d'expansion des instituts fédéraux. Les PPI indiquent une conception de développement axée sur des projets locaux ou régionaux. En ce qui concerne les catégories de travail et d'émancipation humaine, il y a une prédominance du travail dans le sens ontologique, et le concept d'émancipation est lié aux processus d'intégration politiques ou pédagogiques. Les PPI manquent d'une réorientation de leurs directives pour indiquer de manière pragmatique le caractère inéliminable entre le travail et l'émancipation humaine. Cela nécessite des actions stratégiques pour former une morale collective et solidaire des étudiants (nouveaux intellectuels organiques) dans la dispute pour l'hégémonie de la pensée émancipatrice, à travers des programmes, projets et actions visant à détruire le travail exploité et à promouvoir l'ascension et l'hégémonie du travail collectif et solidaire.

A luta por saúde pública no seio da classe trabalhadora: uma análise a partir da OSM-SP nas décadas de 1970 e 1980

The struggle for public health within the working Class: an Analysis from OSM-SP in the 1970s and 1980s.

Wanderson de Andrade Fagundes

Nome do curso: Mestrado em Política Social (Programa de Pós Graduação em Política Social) **Data da defesa:** 27/06/2023

Nome completo do orientador: Michelly Ferreira Monteiro Elias

Palavras-chave: saúde pública; movimento sindical; reforma sanitária; oposição sindical metalúrgica de São Paulo/SP.

Keywords: Public health; trade union movement; sanitary reform; metallurgical trade union opposition in São Paulo/SP.

Esta dissertação teve como objetivo geral compreender a relação entre a luta por saúde pública e a luta sindical empreitada pela oposição sindical metalúrgica de São Paulo/SP, nas décadas de 1970 e 1980. A pesquisa se embasou no aporte teórico-metodológico do materialismo histórico- dialético, utilizando da pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados materiais produzidos pela oposição sindical no período citado, como jornais e resoluções de congressos. Também compôs o trajeto de pesquisa a leitura acerca do desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil, sindicalismo de Estado e novo sindicalismo, assim como o movimento pela reforma sanitária brasileira. Desta forma, percorremos contribuições teóricas que versam sobre o corporativismo no movimento sindical e que problematizam a hegemonia política com viés conciliador do movimento por reforma sanitária. Constatou-se uma significativa presença da pauta de assistência à saúde nos materiais da oposição metalúrgica, extrapolando um viés corporativista, isto é, pautas direcionadas ao conjunto da classe trabalhadora brasileira, e verificou-se como a assistência à saúde foi utilizada como elemento de agitação do movimento sindical. Entretanto, observou-se também que a abordagem da questão da saúde pela OSM-SP se fez de maneira diversa, não se especificando por exemplo a luta por um sistema único de saúde, com as características apontadas pelos movimentos específicos que pautaram a assistência pública em saúde, bem como notou-se uma ausência de crítica mais contundente à saúde enquanto mercadoria. Conclui-se que houve sim um distanciamento do movimento sindical estudado do movimento por luta pela saúde pública e universal, com grande peso dos caminhos trilhados pelos quadros da reforma sanitária, sendo que as determinações para tal fenômeno podem ser encontradas a partir da distância política dos quadros da reforma sanitária da militância do novo sindicalismo e seus instrumentos de organização e luta, bem como no olhar para o fenômeno da estrutura corporativa do sindicalismo de Estado, enquanto um espaço que possui limitações. Por outro lado, a partir do nosso estudo, não se identificou nesse segmento do movimento sindical os atributos corporativistas apontados por alguns pesquisadores ao estudar a relação do movimento sindical e a luta por saúde pública.

This dissertation aimed to understand the relationship between the struggle for public health and the labor union struggle undertaken by the opposition metalworkers' union in São Paulo/SP, during the 1970s and 1980s. The research was based on the theoretical-methodological framework of historical-dialectical materialism, using bibliographic and documentary research. Materials produced by the union opposition during the mentioned period, such as newspapers and congress resolutions, were analyzed. The research also involved studying the development of monopolistic capitalism in Brazil, state unionism, new unionism, as well as the movement for Brazilian healthcare reform. In this way, we explored theoretical contributions that deal with corporatism in the labor movement and problematize the political hegemony with a conciliatory bias of the healthcare reform movement. It was found that the issue of healthcare assistance was significantly present in the materials of the metalworkers' opposition, going beyond a corporatist bias, that is, addressing issues directed to the entire Brazilian working class, and it was verified how healthcare assistance was used as an element to agitate the labor movement. However, it was also observed that the approach to the healthcare issue by the opposition union in São Paulo was diverse, not specifically focusing, for example, on the fight for a unified healthcare system with the characteristics advocated by specific movements that addressed public healthcare, and there was a lack of more assertive criticism of healthcare as a commodity. It is concluded that there was indeed a distancing of the studied labor movement from the struggle for public and universal healthcare, with a significant influence from the paths followed by the healthcare reform framework. The determinations for this phenomenon can be found in the political distance between the healthcare reform framework and the militancy of the new unionism and its organizing and advocacy instruments, as well as in the examination of the phenomenon of the corporatist structure of state unionism as a space that has limitations. On the other hand, based on our study, the corporatist attributes pointed out by some researchers in studying the relationship between the labor movement and the struggle for public health were not identified in this segment of the labor movement.

SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

CONSULTORES(AS) AD HOC DA SER SOCIAL / SER SOCIAL AD HOC CONSULTANTS

Alessandra Ximenes da Silva: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

Ana Cristina Oliveira: Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Andreia de Oliveira: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Camila Potyara: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Carlos Lima: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Carmela Morena Zigoni: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Cibele Cristina Bueno de Oliveira: Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), Camamu, BA, Brasil.

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil.

Cristiano Guedes de Souza: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Danielle Galdino Solouki: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília, DF, Brasil.

Danilo Bijos: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Débora Barros dos Santos: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Diana Anunciação dos Santos: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas, BA, Brasil.

Ebe Campinha dos Santos: Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Ednéia Alves Oliveira: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Eliane Boroponepa Monzilar: Escola Estadual Indígena Julia Paré, MT, Brasil.

Evilasio da Silva Salvador: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Gessiane Ambrosio Nazário: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Geyzon Cosme Santos Rodrigues: Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

Giulia Cristina dos Santos Lopes: Instituto Federal do Amazonas (INPA), Manaus, AM, Brasil.

Gustavo Pinto de Sousa: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Hayeska Costa Barroso: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Hiago Trindade: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PA, Brasil.

Isabela Ramos: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Jairo de Carvalho Guimarães: Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil.

Janaina Albuquerque: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Joana das Flores Duarte: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo, SP, Brasil.

Keli Regina Dal Prá: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Lisandro Rodrigues de Almeida Braga: Universidade Estadual de Goiás (UEG), Goiás, GO, Brasil.

Lucélia Luiz Pereira: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Maria Helena de Bernardo: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Michelly Ferreira Monteiro: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Mônica de Castro Maia Senna: Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Priscila Maia de Andrade: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Rafaela Cyrino Dias: Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Minas Gerais, MG, Brasil.

Regina Celia de Souza Beretta: Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca, SP, Brasil.

Reginaldo Ghiraldelli: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Reni Aparecida Barsaglini: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, MT, Brasil.

Robson de Oliveira: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

Rosangela Maria de Nazaré Barbosa: Hospital Evangélico de Vila Velha (AEBES), Vila Velha, ES, Brasil.

Valdenizia Peixoto: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Viviane Aparecida Siqueira Lopes: Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Winnie Samanu Lima Lopes: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Ximena Pamela Cláudia Díaz: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Yannis G. S. Papadopoulos: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.